UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BRENO BITTENCOURT SANTOS

# ÍNDICE DE FELICIDADE LOCAL (IFL): UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE CONSTRUÇÃO DE UMA MEDIDA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Recife
2015

BRENO BITTENCOURT SANTOS

# ÍNDICE DE FELICIDADE LOCAL (IFL): UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE CONSTRUÇÃO DE UMA MEDIDA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte

Coorientador: Prof. Dr. José Carlos Vieira Wanderley

Recife

2015

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S237i Santos, Breno Bittencourt.
Índice de felicidade local (IFL) : uma proposta teórico-metodológica de construção de uma medida de desenvolvimento social / Breno Bittencourt Santos. – Recife: O autor, 2015.
351 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Eliane Maria Monteiro da Fonte.
Coorientador: Prof. Dr. José Carlos Vieira Wanderley.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em Sociologia, 2015.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Sociologia. 2. Desenvolvimento social. 3. Felicidade. 4. Bem-estar. 5. Cabo de Santo Agostinho (PE). 6. Ipojuca (PE). I. Fonte, Eliane Maria Monteiro da (Orientadora). II. Wanderley, José Carlos Vieira (Coorientador). III. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2015-52)

BRENO BITTENCOURT SANTOS

**ÍNDICE DE FELICIDADE LOCAL (IFL): uma proposta teórico-metodológica de construção de uma medida de desenvolvimento social**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em: 30/07/2015.

**BANCA EXAMINADORA**

_____
Profª. Drª. Eliane Maria Monteiro da Fonte (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Jan Bitoun (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profª. Drª. Helenilda Wanderlei Vasconcelos Cavalcanti (Examinadora Externa)
Fundação Joaquim Nabuco

_____
Profº. Dr. Wilson Fusco (Suplente Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é fruto de um grande esforço coletivo, o que me torna imensamente grato e devedor a muitas entidades, pessoas e instituições.

Agradeço A Deus, Jesus e a toda espiritualidade amiga pelas bênçãos e oportunidades...

A minha família, especialmente aos meus pais, Marcílio e Kátia, ao meu irmão, Bruno, e a minha esposa, Valtemira, pelo inesgotável amor, carinho e compreensão...

Aos meus amigos-irmãos, especialmente aos casais Márcio e Lenira, Caio e Paula, João Paulo e Grazienne, Radeval e Thamara, e Fernando e Nathália, pelos momentos incríveis de muitas alegrias e algumas poucas angústias, todos regados com muita praia, risos, pizzas e Coca-Cola...

Aos professores(as), funcionários (as) e colegas da UFPE, especialmente Eliane da Fonte, Silke Weber, Remo Mutzenberg, Artur Perrusi, Maria Eduarda Mota, Eliane Veras, Vinícius Douglas e Claudinete Soares...

A minha orientadora, Eliane da Fonte, pelas leituras atentas, críticas construtivas, sugestões sagazes e convívio amistoso. Sem contar com a proteção, quase divina, contra toda essa burocracia espantosa e prazos que sempre jogam contra nós, os alunos...

Ao meu co-orientador, José Carlos Wanderley, pela inestimável ajuda com todos esses testes estatísticos que teimam em apresentar alguma significância em nossas vidas...

Aos meus amigos da Fundação Joaquim Nabuco, especialmente Helenilda Cavalcanti (Helen), Wilson Fusco, Isolda Belo, Sylvia Couceiro, Maria do Socorro (Toiô), Inês, Jucedi e Jaqueline. Oxalá a distância não nos separe...

Aos queridos colegas-amigos do grupo de pesquisa sobre Suape, especialmente Helen, Wilson, Roberto Véras, Roberto Mendoza, José Henrique Artigas, Eliane, Ângela, Danielle e Rejane. Sem este grupo, teria sido impossível realizar este estudo. Pensar coletivamente dá trabalho, mas o resultado final é gratificante...

A Helen, cuja figura transcende qualquer limite institucional. Grande orientadora que, além de ter me ensinado a pesquisar e a “escrever”, me concede grandes lições de vida, especialmente o valor de uma amizade que rompe qualquer hierarquia Professor(a)-Aluno. Muito obrigado.

## RESUMO

A presente pesquisa alinha-se à perspectiva de Desenvolvimento Social, na qual se propõe que, para além de critérios econômicos, o desenvolvimento deve ser mensurado também a partir das dimensões sociais, políticas, culturais e emocionais relativas aos indivíduos, grupos e territórios. Nesta perspectiva, os estudos da felicidade buscam determinar o nível de satisfação dos indivíduos com suas próprias vidas, sendo levada em consideração a análise de fatores socioeconômicos, demográficos, ambientais, culturais e emocionais que podem apresentar relação com a felicidade do indivíduo. A questão que norteou este estudo foi: quais são os fatores e em que medida eles podem servir de parâmetros para a construção de uma medida de desenvolvimento social baseada na mensuração da felicidade? O objetivo geral da pesquisa foi construir uma proposta teórico-metodológica de medida de desenvolvimento social baseada na felicidade, intitulada de Índice de Felicidade Local (IFL) e aplicar o IFL a uma amostra populacional composta por habitantes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Para isso, foram utilizados procedimentos estatísticos variados, especialmente a técnica de análise de regressão multivariada, testes de correlação e testes de diferenças de médias. Como resultados verifica-se que a população apresenta altos índices de desigualdade socioeconômica e vulnerabilidade social, especialmente no que tange à escolaridade, aos rendimentos dos trabalhadores e às posições no mercado de trabalho. Neste estudo, observou-se que os indicadores de bem-estar subjetivo apresentam maiores inter-relações com os níveis de felicidade dos indivíduos do que os indicadores objetivos de bem-estar social. Dentre os indicadores de bem-estar subjetivos analisados, constata-se que os indicadores relativos à satisfação com o poder de compra/ capacidade de consumo e à satisfação com as relações familiares e de amizade são os que apresentam maior influência na felicidade dos indivíduos. Estes resultados demonstram que, no contexto analisado, a felicidade tende a ser influenciada por aspectos materiais e não materiais de condições de vida. Por fim, verifica-se que, dentre os grupos populacionais investigados, os imigrantes tendem a apresentar piores condições de bem-estar subjetivo e de felicidade que os não migrantes.



**Palavras-chave:** Sociologia da Felicidade. Desenvolvimento Social. Índice de Felicidade Local. Cabo de Santo Agostinho. Ipojuca.

***ABSTRACT***

*This research is aligned with the Social Development perspective, which proposes that, in addition to economic criteria, the development must be measured also from social, political, cultural and emotional concerning to individuals, groups and territories. On this perspective, the happiness studies seek to determine the level of satisfaction of individuals with their own lives, being taken into consideration the analysis of socio-economic, demographic, environmental, cultural and emotional factors that can present connections with the happiness of the individuals. The question that guided this study was: what are the factors and how they can serve as parameters for the construction of a social development measure based on measuring happiness? The overall objective was to build a theoretical and methodological proposal for social development measure based on happiness, titled Local Happiness Index (LHI) and apply the LHI to a population sample of inhabitants of the municipalities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca. For this, various statistical procedures were used, especially the multivariate regression analysis technique, correlation tests and tests of mean differences. As a result it turns out that the population has high rates of socioeconomic inequality and social vulnerability, especially with regard to education, the income of workers and positions in the labor market. On this study, the subjective well-being indicators have greater inter-relations with the happiness levels of individuals than objective indicators of social well-being. Among the subjective well-being indicators analyzed, it appears that the indicators regarding satisfaction with the purchasing power/consumption capacity and to meet with the family and friendship relationships are those with greater influence in the happiness of individuals. These results demonstrate that in the context analyzed, happiness tends to be influenced by material aspects and not material living conditions. Finally, it turns out that among the populations investigated, recent immigrants tend to have less level of subjective well-being and happiness in comparison with non-migrants.*

*Key words: Sociology of happiness. Social development. Local Happiness Index. Cabo de Santo Agostinho. Ipojuca.*

## LISTA QUADROS E FIGURAS

Quadro 2.1.: Síntese de indicadores utilizados no modelo da Felicidade Interna Bruta (FIB) ..... 116

Quadro 2.2.: Síntese de indicadores utilizados no modelo *Conditions of happiness* ... 118

Quadro 2.3.: Síntese de indicadores utilizados no modelo Efeitos na felicidade ..... 119

Quadro 2.4.: Síntese de indicadores utilizados no modelo *Better life index* ..... 119

Quadro 2.5.: Indicadores preliminares utilizados no processo de construção do modelo Índice de Felicidade Local (IFL), aplicado aos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca ..... 123

Quadro 4.1.: Resumo dos testes de associação aplicados à variável 'Nível de felicidade' ..... 233

Quadro 4.2.: Descrição dos métodos para seleção de variáveis para compor o modelo de análise de regressão ..... 241

Quadro 5.1.: Composição dos indicadores do Índice de Felicidade Local - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca..... 266

Quadro I: Apresentação dos eixos temáticos que integram o questionário da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015..... 321

Quadro II: Resumo das variáveis utilizadas no processo de construção do Índice de Felicidade Local – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca..... 325

Quadro III: Descrição da construção do Índice de Consumo..... 327

Quadro IV: Descrição da construção do Índice de Qualidade de Trabalho ..... 329

Quadro V: Descrição da construção do Índice de Identidade ..... 330

Quadro VI: Descrição dos critérios utilizados para a composição do Índice de Satisfação com o Lugar..... 331

Quadro Anexo 1: Intervalos de valores correspondentes aos graus de correlação entre variáveis..... 339

Figura 3.1.: Localização do Território Estratégico de Suape (TES) ..... 163

Figura 3.2.: Mapa da localização do CIPS na Região Metropolitana do Recife ..... 164

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1.: Recife, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Participação dos municípios na composição do PIB do Estado de Pernambuco – 1999 .....166

Gráfico 3.2.: Recife, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Participação dos municípios na composição do PIB do Estado de Pernambuco – 2011 .....166

Gráfico 3.3.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Redução da Taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais – 1991, 2000 e 2010.....174

Gráfico 3.4.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 1991, 2000 e 2010.....175

Gráfico 3.5.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Evolução do Indicador Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-L) – 1991, 2000 e 2010 .....176

Gráfico 3.6.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Evolução do Indicador Renda do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-R) – 1991, 2000 e 2010 .....177

Gráfico 3.7.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Evolução do Indicador Educação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-E) – 1991, 2000 e 2010 .....178

Gráfico 3.8.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – População de 15 a 64 anos de idade desempregada – 2010 .....189

Gráfico 3.9.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Pessoas de 15 a 64 anos de idade desempregadas segundo situação do domicílio – 2010.....190

Gráfico 3.10.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Pessoas de 15 a 64 anos de idade desempregadas segundo o sexo – 2010.....191

Gráfico 3.11.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Pessoas de 15 a 64 anos de idade desempregadas segundo cor/raça – 2010.....192

Gráfico 3.12.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – População de 15 a 64 anos de idade desempregada segundo as faixas etárias – 2010.....193

Gráfico 3.13.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Pessoas de 15 a 64 anos de idade desempregadas segundo a condição de migração – 2010.....195

Gráfico 3.14.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Pessoas de 15 a 64 anos de idade desempregadas segundo a escolaridade – 2010.....196

Gráfico 3.15.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Escolaridade da população de 18 anos e mais – 2010 .....198

Gráfico 3.16.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Escolaridade da população de 18 anos e mais segundo a situação do domicílio – 2010.....199

Gráfico 3.17.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Escolaridade da população de 18 anos e mais segundo o sexo – 2010.....200

Gráfico 3.18.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Escolaridade da população de 18 anos e mais segundo raça/cor (brancos e não brancos) – 2010 .....202

Gráfico 3.19.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Escolaridade da população de 18 anos e mais segundo as faixas etárias – 2010.....203

Gráfico 3.20.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Escolaridade da população de 18 anos e mais segundo a condição migratória – 2010 .....205

Gráfico 3.21.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – População de 18 anos e mais segundo a formalização no trabalho – 2010.....207

Gráfico 3.22.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Pessoas de 18 anos e mais que apresentam formalização no trabalho segundo a situação do domicílio – 2010 .....207

Gráfico 3.23.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Pessoas de 18 anos e mais que apresentam formalização no trabalho segundo o sexo – 2010 .....209

Gráfico 3.24.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Pessoas de 18 anos e mais que apresentam formalização no trabalho segundo a cor/raça – 2010.....210

Gráfico 3.25.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Pessoas de 18 anos e mais que apresentam formalização no trabalho segundo as faixas etárias – 2010 .....211

Gráfico 3.26.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Pessoas de 18 anos e mais que apresentam formalização no trabalho segundo a condição migratória – 2010.....212

Gráfico 3.27.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Pessoas de 18 anos e mais que apresentam formalização no trabalho segundo a escolaridade – 2010.....213

Gráfico 3.28.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Faixas de rendimento no trabalho principal da população de 18 anos e mais – 2010 .....214

Gráfico 3.29.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Faixas de rendimentos no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo a situação do domicílio – 2010.....215

Gráfico 3.30.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Faixas de rendimentos no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo o sexo – 2010.....217

Gráfico 3.31.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Faixas de rendimentos no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo a raça/cor – 2010 .....218

Gráfico 3.32.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Faixas de rendimentos no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo as faixas etárias – 2010.....219

Gráfico 3.33.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Faixas de rendimentos no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo a condição migratória – 2010 .....221

Gráfico 3.34.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Faixas de rendimentos no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo a formalização no trabalho principal – 2010 .....222

Gráfico 3.35.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Faixas de rendimento no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo a escolaridade – 2010 .....224

Gráfico I: Tamanho das amostras do Censo Demográfico de 2010 e da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca .....316

Gráfico II: Composição das amostras segundo o sexo no Censo 2010 e na pesquisa CIPS para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca .....316

Gráfico III: Composição das amostras segundo faixas etárias nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.....317

Gráfico IV: Proporção de pessoas (%) segundo nível de instrução nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca .....318

Gráfico V: Taxa de ocupação da PIA nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca .....319

Gráfico VI: Composição das amostras segundo a renda domiciliar *per capita* (valores em Reais) nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca .....320

Gráfico VII: Gráfico P-P Normal de regressão de resíduos padronizados da variável dependente 'Nível de felicidade' .....335

Gráfico VIII: Parcela de regressão parcial entre as variáveis 'Nível de felicidade' e 'Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo' .....335

Gráfico IX: Parcela de regressão parcial entre as variáveis 'Nível de felicidade' e 'Satisfação com a saúde física' .....336

Gráfico X: Parcela de regressão parcial entre as variáveis 'Nível de felicidade' e 'Satisfação com as relações familiares e de amizade' .....336

Gráfico XI: Parcela de regressão parcial entre as variáveis 'Nível de felicidade' e 'Expectativa com o futuro' .....337

Gráfico XII: Parcela de regressão parcial entre as variáveis 'Nível de felicidade' e 'Índice de identidade' .....337

Gráfico XIII: Parcela de regressão parcial entre as variáveis 'Nível de felicidade' e 'Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar'.....338

## LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1.: Brasil, Nordeste, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Evolução da participação no Produto Interno Produto (PIB) a preços correntes e taxa de crescimento anual – 1999 e 2011 ..... 165

Tabela 3.2.: Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Taxa de crescimento populacional geométrica – 1991, 2000 e 2010 ..... 167

Tabela 3.3.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Percentual de imigrantes segundo o tempo de residência –1991, 2000 e 2010 ..... 169

Tabela 3.4.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Admissões e demissões em números absolutos – 2007 a 2013 ..... 170

Tabela 3.5.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Admissões e demissões, em números absolutos, por setor de ocupação –2007 a 2013 ..... 170

Tabela 3.6.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Taxas de atividade e desocupação da população de 10 anos e mais – 1991, 2000 e 2010..... 172

Tabela 3.7.: Brasil, Pernambuco, Recife, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Média de rendimento *per capita* (valores em Reais) – 1991, 2000 e 2010 ..... 172

Tabela 3.8.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Nível de instrução da população residente – 2010..... 174

Tabela 3.9.: Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Percentual da população que vive em domicílios urbanos com serviços de energia elétrica, água encanada, esgoto sanitário e coleta de lixo – 1991, 2000 e 2010 ..... 179

Quadro 3.1.: Variáveis de vulnerabilidade, grupos populacionais e procedimentos estatísticos utilizados nas análises de incidência das desigualdades socioeconômicas na população residente nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca no ano de 2010 ..... 188

Tabela 3.10.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘desemprego’ e ‘situação do domicílio’ – 2010..... 190

Tabela 3.11.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘desemprego’ e ‘sexo’ – 2010..... 191

Tabela 3.12.: Testes de associação entre as variáveis ‘desemprego’ e ‘cor/raça’ nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca no ano de 2010 ..... 192

Tabela 3.13.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘desemprego’ e ‘faixas etárias’ – 2010 ..... 194

Tabela 3.14.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘desemprego’ e ‘condição de migração’ – 2010 ..... 195

Tabela 3.15.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘desemprego’ e ‘escolaridade’ – 2010 ..... 197

Tabela 3.16.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘escolaridade’ e ‘situação do domicílio’ – 2010 ..... 199

Tabela 3.18.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘escolaridade’ e ‘cor/raça’ – 2010 ..... 202

Tabela 3.19.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘escolaridade’ e ‘faixas etárias’ – 2010 ..... 203

Tabela 3.20.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘escolaridade’ e ‘condição de migração’ – 2010 ..... 206

Tabela 3.21.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘formalização’ e ‘situação do domicílio’ – 2010 ..... 208

Tabela 3.22.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘formalização’ e ‘sexo’ – 2010 ..... 209

Tabela 3.23.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘formalização’ e ‘cor/raça’ – 2010 ..... 210

Tabela 3.24.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘formalização’ e ‘faixas etárias’ – 2010 ..... 211

Tabela 3.25.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘formalização’ e ‘condição de migração’ – 2010 ..... 212

Tabela 3.26.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘formalização’ e ‘escolaridade’ – 2010 ..... 213

Tabela 3.27.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘faixas de rendimento no trabalho principal’ e ‘situação do domicílio’ – 2010 ..... 215

Tabela 3.28.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘faixas de rendimento no trabalho principal’ e ‘sexo’ – 2010 ..... 217

Tabela 3.29.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘faixas de rendimento no trabalho principal’ e ‘cor/raça’ – 2010 ..... 218

Tabela 3.30.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘faixas de rendimento no trabalho principal’ e ‘faixas etárias’ – 2010 ..... 220

Tabela 3.31.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘faixas de rendimento no trabalho principal’ e ‘condição de migração’ –2010 ..... 221

Tabela 3.32.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘faixas de rendimento no trabalho principal’ e ‘formalização’ – 2010 ..... 223

Tabela 3.33.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘faixas de rendimento no trabalho principal’ e ‘escolaridade’ – 2010 ..... 224

Tabela 4.1.: Descrição estatística das variáveis incluídas no modelo de análise de regressão ..... 237

Tabela 4.2.: Descrição das análises de correlação (Pearson) entre os indicadores do modelo de análise de regressão do grupo de indicadores de bem-estar subjetivo ..... 239

Tabela 4.3.: *Ranking* de variáveis independentes segundo correlação de Pearson com a variável ‘Nível de felicidade’, por ordem decrescente ..... 240

Tabela 4.4.: Resumo do modelo (d) de análise de regressão..... 243

Tabela 4.5.: Resumo do modelo (d) de análise de regressão..... 243

Tabela 4.6.: Teste Anova (a) do modelo de análise de regressão..... 244

Tabela 4.7.: Coeficientes dos indicadores incluídos no modelo de análise de regressão multivariada..... 246

Tabela 4.8.: Variáveis excluídas (a) do modelo de análise de regressão multivariada 248

Tabela 4.9.: Diagnóstico entre os casos..... 249

Tabela 4.10.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo' e 'Município de residência'..... 253

Tabela 4.11.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo' e 'Município de residência'..... 253

Tabela 4.12.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Satisfação com a saúde física' e 'Município de residência'..... 255

Tabela 4.13.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Satisfação com a saúde física' e 'Município de residência'..... 255

Tabela 4.14.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Satisfação com as relações familiares e de amizade' e 'Município de residência'..... 257

Tabela 4.15.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Satisfação com as relações familiares e de amizade' e 'Município de residência'..... 257

Tabela 4.16.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Expectativa com o futuro' e 'Município de residência'..... 258

Tabela 4.17.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Expectativa com o futuro' e 'Município de residência'..... 259

Tabela 4.18.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Índice de identidade' e 'Município de residência'..... 260

Tabela 4.19.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Índice de identidade' e 'Município de Residência'..... 260

Tabela 4.20.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar' e 'Município de residência'..... 262

Tabela 4.21.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar' e 'Município de residência'..... 262

Tabela 5.1.: Descrição estatística do Índice de Felicidade Local - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca..... 267

Tabela 5.2.: Faixas do Índice de Felicidade Local nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca..... 268

Tabela 5.3.: Faixas do Índice de Felicidade Local (IFL) segundo o município de residência ..... 269

Tabela 5.4.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Município de residência' ..... 270

Tabela 5.5.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Município de residência' ..... 270

Tabela 5.6.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo o sexo ..... 271

Tabela 5.7.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Sexo' ..... 272

Tabela 5.8.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Sexo' ..... 272

Tabela 5.9.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo o estado conjugal ..... 273

Tabela 5.10.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis ‘Índice de Felicidade Local' e 'Estado conjugal' ..... 274

Tabela 5.11.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo a religião/culto ..... 275

Tabela 5.12.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Religião/culto' ..... 276

Tabela 5.13.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo a frequência da participação religiosa ..... 277

Tabela 5.14.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Frequência de participação religiosa' ..... 278

Tabela 5.15.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo as faixas etárias ..... 278

Tabela 5.16.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Faixas etárias' ..... 279

Tabela 5.17.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo a escolaridade ..... 280

Tabela 5.18.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Nível de escolaridade' ..... 280

Tabela 5.19.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo a condição de ocupação 281

Tabela 5.20.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Ocupação' ..... 282

Tabela 5.21.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Condição de ocupação' ..... 282

Tabela 5.22.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo o estrato de renda ..... 283

Tabela 5.23.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Estrato de renda' ..... 284

Tabela 5.24.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo a condição de migração 284

Tabela 5.25.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Condição de migração' ..... 285

Tabela 5.26.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Condição de migração' ..... 286

Tabela 5.27.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo o tempo de residência no município ..... 287

Tabela 5.28.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Tempo de residência no município' ..... 288

Tabela I: Área de Influência Direta de Suape - Sondagem. Distribuição do Universo de Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Ocupados, segundo Área de Ponderação, Proporção de Domicílios com pelo menos 1 migrante de última etapa e Tamanho da Amostra de Domicílios Urbanos Ocupados nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca em 2010..... 312

Tabela II: Proporção de domicílios e pessoas nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca na composição na base de dados da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 ..... 313

Tabela III: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Consumo ..... 328

Tabela IV: Resumo dos Valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Consumo ..... 328

Tabela V: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Consumo ..... 328

Tabela VI: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Qualidade do trabalho..... 329

Tabela VII: Resumo dos Valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Qualidade do trabalho ..... 330

Tabela VIII: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Qualidade do trabalho..... 330

Tabela IX: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Identidade ..... 330

Tabela X: Resumo dos Valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Identidade..... 331

Tabela XI: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Identidade ..... 331

Tabela XII: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar ..... 332

Tabela XIII: Resumo dos Valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar..... 332

Tabela XIV: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Satisfação com o desenvolvimento com o lugar..... 332

Tabela XV: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Felicidade (modelo 1)..... 333

Tabela XVI: Resumo dos valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Felicidade (modelo 1) ..... 333

Tabela XVII: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Felicidade (modelo 1) ..... 333

Tabela XVIII: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Felicidade (modelo 2) ..... 333

Tabela XIX: Resumo dos valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Felicidade (modelo 2) ..... 334

Tabela XX: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Felicidade (modelo 2) ..... 334

Tabela XXI: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Felicidade (modelo 3) ..... 334

Tabela XXIII: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Felicidade (modelo 3) ..... 334

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGEDE: Cadastro Geral de Emprego e Desemprego

CIPS: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros/Suape

FIB: Felicidade Interna Bruta

FJN/Fundaj: Fundação Joaquim Nabuco

GNH: *Gross National Happiness*

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-E: Índice de Desenvolvimento Humano – Educação

IDH-L: Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade

IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDH-R: Índice de Desenvolvimento Humano – Renda

IFL: Índice de Felicidade Local

LAEPT: Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho

Observatório/PE: Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Sócio-Ambientais

METAL: Metrópoles de América Latina e globalização: reconfigurações territoriais, mobilidade espacial, ação pública

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONU: Organização das Nações Unidas

Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015: Pesquisa Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, condições de moradia, identidade e novas territorialidades

PIB: Produto Interno Bruto

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RMR: Região Metropolitana do Recife

SUDENE: Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

TES: Território Estratégico de Suape

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO ..... 22**

**CAPÍTULO I**

**POR UMA SOCIOLOGIA DA FELICIDADE ..... 36**

1.1 A FELICIDADE EM LONGO PRAZO: DA PERSPECTIVA CLÁSSICA GREGA À CONTEMPORANEIDADE OCIDENTAL ..... 37

1.1.1 A FELICIDADE NA GRÉCIA CLÁSSICA ..... 39

1.1.2 A FELICIDADE NA IDADE MÉDIA CRISTÃ ..... 48

1.1.3 A FELICIDADE NA IDADE CLÁSSICA ..... 50

1.1.4 A FELICIDADE NO ILUMINISMO ..... 56

1.1.5 A FELICIDADE NA CONTEMPORANEIDADE ..... 60

1.2 CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA AO CAMPO DE ESTUDOS DA FELICIDADE ..... 73

1.2.1 A FELICIDADE COMO CATEGORIA DE VALOR ..... 94

1.2.2 A FELICIDADE COMO CATEGORIA ORDENADORA DE OUTROS VALORES ..... 97

1.2.3 A FELICIDADE COMO OBJETO DA POLÍTICA ..... 98

**CAPÍTULO II**

**ASPECTOS CONCEITUAIS: INTERCONEXÕES ENTRE FELICIDADE, BEM-ESTAR OBJETIVO, BEM-ESTAR SUBJETIVO E QUALIDADE DE VIDA ... 101**

2.1 DEFINIÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE FELICIDADE: INTERCONEXÕES ENTRE FELICIDADE, BEM-ESTAR, BEM-ESTAR SUBJETIVO E QUALIDADE DE VIDA ..... 101

2.2 ESTUDOS EMPÍRICOS DA FELICIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE OS CONDICIONANTES E INDICADORES DE FELICIDADE ..... 112

**CAPÍTULO III**

**O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS) E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS NOS MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA ..... 136**

3.1 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA ..... 137

3.2 EVOLUÇÃO RECENTE DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS ..... 164

3.3 DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES NO CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS BASEADAS EM DADOS DA AMOSTRA DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010 ..... 179
3.3.1 DESEMPREGO ..... 188
3.3.2 ESCOLARIDADE ..... 197
3.3.3 FORMALIZAÇÃO NO EMPREGO ..... 206
3.3.4 RENDIMENTO NO TRABALHO PRINCIPAL ..... 213

**CAPÍTULO IV**

**DESIGUALDADES DE BEM-ESTAR SUBJETIVO NOS MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA: UMA ANÁLISE DA PESQUISA FUNDAJ/OBSERVATÓRIO-PE/LAEPT, 2015 ..... 226**
4.1 ANÁLISE DE REGRESSÃO MULTIVARIADA: A RELEVÂNCIA DO BEM-ESTAR SUBJETIVO ..... 227
4.2 DESIGUALDADES DE BEM-ESTAR SUBJETIVO NOS MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA ..... 250

**CAPÍTULO V**

**ÍNDICE DE FELICIDADE LOCAL – CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA ..... 265**
5.1 CONSTRUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO ÍNDICE DE FELICIDADE LOCAL – CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA ..... 265
5.2 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA ..... 269
5.3 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO SEXO ..... 270
5.4 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL ... 272
5.5 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO A RELIGIÃO/CULTO ..... 274
5.6 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO A FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO RELIGIOSA ..... 276
5.7 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS ..... 278
5.8 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO A ESCOLARIDADE ..... 279
5.9 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO A CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO ..... 281
5.10 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO O ESTRATO DE RENDA 282
5.11 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO A CONDIÇÃO DE MIGRAÇÃO ..... 284
5.12 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO ..... 286

**CONCLUSÕES ..... 291**

**APÊNDICES ..... 294**
APÊNDICE A - ABORDAGENS METODOLÓGICAS REALIZADAS NA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA ..... 306
APÊNCIDE B - GRÁFICOS DE RESÍDUOS DOS INDICADORES DO MODELO DE ANÁLISE DE REGRESSÃO MULTIVARIADA ..... 335

**ANEXOS ..... 339**
ANEXO A - QUADRO DE CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS ..... 339
ANEXO B - QUESTÕES UTILIZADAS NA PESQUISA FUNDAJ/OBSERVATÓRIO-PE/LAEPT, 2015 ..... 339

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 294**

# INTRODUÇÃO

Os chamados estudos da felicidade, intitulados também de estudos sobre o bem-estar subjetivo, buscam determinar o nível de satisfação dos indivíduos com suas próprias vidas, sendo levada em consideração a análise de fatores socioeconômicos, demográficos, ambientais, culturais e emocionais que, ao menos em tese, podem apresentar relação com a felicidade do indivíduo no contexto sociocultural no qual ele está inserido.

Essa linha de pesquisa tem recuperado sua relevância no debate acadêmico principalmente a partir da década de 1970, quando o governo monarquista do Butão, país localizado no centro-sul asiático, situado entre a China e a Índia, sugeriu que o desenvolvimento do país, então normalmente medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), fosse substituído pelo *Gross National Happiness* (GNH), no português, Felicidade Interna Bruta (FIB).

O PIB consiste na soma de todas as riquezas produzidas em um território, durante um determinado intervalo de tempo. De acordo com Ura (2012, 2013), medir o bem-estar em um território somente a partir do PIB revela-se em decisão equivocada, dado que o PIB constitui medida exclusivamente apoiada em relações de consumo, que não insere em seus cálculos as riquezas geradas por atividades precárias e criminosas, a exemplo de prostituição e tráfico de drogas; subvaloriza o tempo livre para o lazer e as relações não monetárias; e não aborda importantes dimensões pós-materiais, a exemplo de relações familiares, de amizade, as redes sociais, a segurança, a liberdade, o significado para a vida entre outras dimensões. Por estas razões, segundo o autor, o FIB avança qualitativamente em estratégias de mensuração do bem-estar e desenvolvimento social de indivíduos e territórios.

O objetivo do FIB é mensurar o bem-estar, a qualidade de vida e a felicidade dos cidadãos por meio de *surveys* anuais nos quais os indivíduos fazem uma auto-avaliação da sociedade, de suas próprias vidas e de suas esperanças com o futuro. Para isso, o FIB é construído a partir de indicadores *externos*, considerados objetivos, que dizem respeito às dimensões socioeconômicas, demográficas e ambientais, como também por indicadores *internos*, relativos ao bem-estar subjetivo dos indivíduos, isto é, o nível de satisfação destes com suas relações interpessoais, comunitárias e as suas expectativas

com o futuro (VEENHOVEN, 1984, 1994; HO, 2005; ANDREWS, 2007; LAYARD, 2008; HIRATA, 2009; DONNELLY, 2010; GUIMÓN, 2010; ICATU HARTFORD, 2010; URA, 2012, 2015).

Não obstante a novidade dos butaneses em buscar delinear uma estratégia de mensuração da felicidade individual e coletiva e, a partir disto, buscar acrescer a felicidade dos indivíduos por meio de políticas públicas de Estado, é preciso considerar que o interesse teórico-filosófico pela felicidade surgiu muito antes da proposta butanesa, remontando à antiga filosofia moral grega. O princípio de "levar mais felicidade a um número maior de pessoas", que está contido na proposta da FIB, foi expresso primeiramente por Sócrates (469-399 a.C.), vindo a ganhar destaque ao ser posteriormente sistematizado na doutrina utilitária de Jeremy Bentham, no século XVIII (BENTHAM, 1984; VEENHOVEN, 1984; GIANETTI, 2002; CAILLÈ, 2006; LAYARD, 2008). Assim, mesmo antes da construção de uma moderna teoria utilitária da felicidade, que constitui a base filosófica de parte substancial das definições contemporâneas de felicidade, verifica-se que já havia grande preocupação com a temática.

De um interesse filosófico surgido na Grécia clássica (séculos VI-IV a.C.), o estudo da felicidade passou a interessar, também, a pesquisadores oriundos de diferentes disciplinas tais como filosofia, psicologia, neurociência, economia, sociologia, ecologia, antropologia, entre outras, especialmente àqueles pesquisadores que reúnem esforços para a construção de indicadores que permitam mensurar o nível de felicidade dos indivíduos e coletividades a partir da identificação e análise de elementos considerados como *condicionantes da felicidade*[1], isto é, fatores socioeconômicos, demográficos, ambientais, culturais e emocionais que, hipoteticamente, podem influenciar a felicidade dos indivíduos em contextos socioculturais determinados (VEENHOVEN, 1984, 2015; LAYARD, 2008; HIRATA, 2009; NEF, 2012; OECD, 2012; BARTRAM, 2012; URA, 2012).

Tradicionalmente, as discussões a respeito do bem-estar e da qualidade de vida dos habitantes de um território encontram-se baseadas nas desigualdades socioeconômicas locais, isto é, no acesso relativo aos bens materiais e simbólicos

[1] Expressão traduzida livremente para a língua portuguesa do título do livro escrito por Ruut Veenhoven, *Conditions of happiness* (1984).

socialmente almejados e desigualmente distribuídos naquela sociedade. Nesse sentido, as noções que caracterizam as condições de vida materiais relacionadas à pobreza e à exclusão de um determinado grupo social tendem a aparecer, de forma quase auto-evidente, como determinantes do nível de bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos e grupos sociais de uma população[2].

O acesso ou, no caminho oposto, os impedimentos encontrados por indivíduos e grupos sociais aos bens materiais e simbólicos têm sido mensurados por meio dos *indicadores sociais*. De acordo com Jannuzzi (2009), os indicadores sociais significam medidas geralmente quantitativas, dotadas de significado social substantivo, que servem para quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático. Os indicadores sociais constituem importantes instrumentos de subsídios às atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais, por meio dos quais é possível o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população, permitindo, ainda, o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2009)[3].

Os indicadores sociais, em seus mais variados tipos, têm permitido inferir e medir tanto aspectos da realidade material da vida dos indivíduos, considerados como *objetivos*, a exemplo da renda, da escolaridade e da saúde, quanto aspectos considerados como *subjetivos*, tais como a satisfação dos indivíduos com determinados aspectos de suas próprias vidas e das coletividades em que vivem. Todavia, examinando-se a extensa produção de indicadores sociais, verifica-se que, no que diz respeito às noções de bem-estar e qualidade de vida, tem-se focado muito mais a produção de indicadores materiais de condições de vida do que a construção e utilização de indicadores subjetivos[4].

Neste sentido, faz-se necessário salientar que, subjacente aos indicadores objetivos, existem elementos subjetivos que também abordam a questão do bem-estar e

---

[2] Discussões aprofundadas a respeito das noções de pobreza e exclusão podem ser consultadas em Koga (2003); Cattani & Días (2005), PNUD (2005); Rocha (2006); Cavalcanti, Britto-Lyra & Avelar (2008); Jannuzzi (2009); Scalon (2009) e Albuquerque (2011).

[3] Discussões aprofundadas sobre indicadores sociais podem ser consultadas em Nahas (2000), Koga (2003), Fonte (2004); Nussbaum & Sen (2004); PNUD (2005); BID (2007); Cavalcanti, Britto-Lyra & Avelar (2008), Jannuzzi (2009); Scalon (2009); OECD (2012); Ribeiro & Ribeiro (2013); Howlett, Ramesh & Perl (2013).

[4] Consultar as referências supracitadas sobre indicadores sociais.

da qualidade de vida de indivíduos dentro da estrutura de oportunidades e de desenvolvimento. São elementos que, no processo de construção de instrumentos de mensuração do bem-estar e da qualidade de vida, tem-se posicionado à margem das análises a respeito das desigualdades entre indivíduos de um mesmo território ou entre diferentes territórios. A partir dos indicadores subjetivos de bem-estar e qualidade de vida tem-se buscado avaliar a incidência e a inter-relação de elementos materiais e não-materiais dentro da escala de estratificação social. Este é o caso, portanto, dos estudos que buscam construir indicadores de mensuração da felicidade (VEENHOVEN, 1984, 2002, 2004; SILVA, 2004; HO, 2005; LAYARD, 2008; HIRATA, 2009; OECD, 2012; URA, 2012, 2013).

Os estudos da felicidade não buscam negar ou se contrapor aos conceitos tradicionais de classe nem à formulação e utilização de indicadores materiais de pobreza, exclusão e desigualdades. Sobretudo, buscam aprofundar o debate teórico-metodológico sobre bem-estar e qualidade de vida, aperfeiçoando o *corpus* teórico e os instrumentos metodológicos de mensuração do bem-estar, qualidade de vida e desenvolvimento, promovendo um diálogo entre as condições materiais dos indivíduos e os sentimentos de bem-estar subjetivo, isto é, os impactos que as condições de vida incidem na felicidade dos indivíduos (VEENHOVEN, 1984, 2015; DONNELLY, 2004; LAYARD, 2008; HIRATA, 2009; HO, 2005; OECD, 2012; URA, 2012, 2013; BARTRAM, 2012).

Em poucas palavras, os indicadores materiais podem ser criticados por julgarem a posição de bem-estar dos indivíduos somente a partir de elementos materiais, equivocadamente tratados como universais, sem levar em conta elementos particulares que, muitas vezes, podem ser tão ou mais importantes que o acesso a um determinado padrão de renda ou às formas tradicionais de conhecimento e de poder. É justamente neste ponto que os estudos da felicidade podem oferecer sua contribuição, na medida em que buscam compreender os impactos que determinados aspectos, sejam eles objetivos ou subjetivos, podem apresentar no bem-estar e na qualidade de vida dos indivíduos, levando-se em consideração avaliações *reflexivas* realizadas pelos próprios indivíduos (VEENHOVEN, 1984, 2015; NUSSBAUM & SEN, 2004; HO, 2005; LAYARD, 2008; HIRATA, 2009; OECD, 2012; BARTRAM, 2012; URA, 2012, 2013).

As pesquisas de mensuração da felicidade podem representar avanços no estudo do bem-estar e da qualidade de vida, visto que pretendem escapar de pré-determinações que muitas vezes são impostas pelos conceitos de pobreza, exclusão e desigualdade, os quais tendem a atribuir de forma automática uma situação de desvantagem aos indivíduos que se encontram abaixo de um padrão socioeconômico pré-determinado de acesso aos bens materiais e simbólicos, sem que sejam levados em consideração os aspectos culturais e/ou emocionais dos indivíduos e grupos que estão sendo analisados.

O exercício de construção de indicadores sociais que superem os critérios tradicionais (e predominantemente econômicos) em investigação social torna-se fundamental para a compreensão de novos temas e investigações sociológicas, passando a focar a importância de dimensões não-materiais da vida em sociedade, ainda que possam haver relações entre as condições materiais, subjetivas e a felicidade (VEENHOVEN, 1984, 2002, 2015; NUSSBAUM & SEN, 2004; HO, 2005; LAYARD, 2008; HIRATA, 2009; URA, 2012, 2013; OECD, 2012; BARTRAM, 2012; OMS, 2013).

Tome-se como exemplo a variável renda. O valor do rendimento obtido por um indivíduo é considerado um fator objetivo que pode influenciar o seu bem-estar e a sua qualidade de vida. A depender do valor de seu rendimento, o individuo pode apresentar baixo ou alto padrão de bem-estar e qualidade de vida em comparação com outros indivíduos e grupos sociais. Já o *nível de satisfação do indivíduo com relação à sua própria renda* configura-se em indicador subjetivo e que pode igualmente incidir em seu bem-estar e sua qualidade de vida. A depender do seu nível de satisfação com o valor de seu próprio rendimento, o indivíduo pode considerar-se mais, ou menos, satisfeito do que outros indivíduos que apresentem valores de rendimentos diferentes do que o dele. Isto porque o bem-estar subjetivo é *relacional*, ou seja, depende sumamente da avaliação da satisfação do indivíduo com a sua própria situação em relação a situações passadas e/ou em relação aos outros indivíduos e grupos sociais (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; BARTRAM, 2012).

Por este motivo, considera-se que a avaliação do bem-estar subjetivo representa um avanço em relação à análise dos indicadores objetivos de bem-estar justamente por mensurar o bem-estar e a qualidade de vida a partir de questões particulares cuja relevância é avaliada segundo as preferências do próprio indivíduo. É assim que, por

exemplo, um indivíduo pode apresentar baixo nível de bem-estar objetivo, geralmente representado por uma situação socioeconômica considerada precária, e ainda assim apresentar alto nível de bem-estar subjetivo, pois para ele outras questões que não podem ser dimensionadas através de indicadores objetivos fazem com que ele tenha uma qualidade de vida considerada subjetivamente como satisfatória.

Dentro da lógica de avaliação do bem-estar subjetivo, a felicidade tende a ser compreendida como a dimensão cognitiva da satisfação do indivíduo com sua qualidade de vida em geral, podendo apresentar relação com as dimensões de bem-estar objetivo e bem-estar subjetivo, a depender principalmente dos valores que permeiam a vida do indivíduo. Desse modo, a felicidade pode ser definida como o sentimento favorável de um indivíduo com relação à sua própria vida, elaborado a partir de uma auto-avaliação feita pelo indivíduo a respeito de sua satisfação com a vida como um todo e de suas esperanças no futuro (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; BARTRAM, 2012).

Ao concordar que tanto dimensões externas (objetivas) como também dimensões internas (subjetivas) configuram-se elementos relevantes para a avaliação do bem-estar e da qualidade de vida dos indivíduos e territórios, a presente pesquisa alinha-se à perspectiva de *Desenvolvimento Social*, conforme destacado por Sen e Nussbaum (2004), na qual se propõe que, para além de critérios econômicos, o desenvolvimento deve ser mensurado, também, a partir de dimensões sociais, políticas, culturais e emocionais relativas aos indivíduos, grupos sociais e territórios. Todas essas dimensões, reunidas, formam aquilo que os autores classificam como a *qualidade de vida*.

É precisamente na área temática dos estudos da felicidade que a presente investigação busca se inserir. Tomando como ponto de partida os estudos teórico-metodológicos de felicidade, mais precisamente aqueles que relacionam os conceitos de felicidade, bem-estar, bem-estar subjetivo e qualidade de vida, apresenta como questão de pesquisa *quais fatores e em que medida eles podem influenciar o nível de felicidade dos indivíduos*. Com isto, problematiza quais são as possíveis inter-relações existentes entre indicadores socioeconômicos, demográficos e de bem-estar subjetivo com a felicidade dos indivíduos em um contexto espaço-temporal determinado.

O objetivo geral desta pesquisa é construir uma proposta teórico-metodológica de medida de desenvolvimento social baseada na felicidade, intitulada de Índice de Felicidade Local (IFL). São objetivos específicos analisar quais fatores e em que

medida eles influenciam na felicidade dos indivíduos, analisando-se, para isso, as inter-relações existentes entre os indicadores de bem-estar objetivo, bem-estar subjetivo e de felicidade; e aplicar o IFL à amostra populacional composta por habitantes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca).

Os dois municípios supracitados localizam-se na parte Sul da Região Metropolitana do Recife (RMR) e integram o chamado Território Estratégico de Suape (TES). O TES é constituído por cinco municípios circunvizinhos[5] que são impactados direta ou indiretamente pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros/Suape (CIPS), que é um Complexo integrado de porto-indústria formado por um porto marítimo e um parque industrial adjacente que, principalmente a partir do ano 2007, tem atraído investimentos públicos e privados e cuja implantação de indústrias e empresas de grande e médio porte tem respondido por parte substancial da economia pernambucana e nordestina (MUSSALEM, 2011; CAVALCANTI & SOUZA, 2012; SUAPE, 2013).

A escolha pelos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca para a realização da pesquisa foi motivada pelo convite para vincular as investigações do bem-estar subjetivo e da felicidade ao projeto de pesquisa intitulado *Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, condições de moradia, identidade e novas territorialidades* (doravante, Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015), iniciado no ano de 2012 e desenvolvido pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), o Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Sócio-Ambientais, da Universidade Federal de Pernambuco (Observatório-PE/UFPE) e o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho, da Universidade Federal da Paraíba (LAEPT/UFPB).

Os objetivos gerais da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 estão centrados no estudo dos impactos do CIPS nos municípios que integram o TES, especialmente nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Para isso, são analisados diversos eixos temáticos tais como o desenvolvimento socioeconômico e demográfico da região, os processos migratórios, as condições de moradia, as mudanças

[5] Além de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, municípios nos quais o CIPS está instalado, o TES é composto também pelos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada (CONDEPE/FIDEM, 2014).

e disputas territoriais e identitárias, a educação e as novas formas de trabalho e emprego, a gestão pública e as políticas públicas sociais, entre outros. Neste contexto, surgiu a oportunidade de investigar os possíveis impactos acarretados pelo desenvolvimento socioeconômico local no bem-estar subjetivo e na felicidade dos habitantes do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Desde a implantação do CIPS, e especialmente a partir do ano 2007, por ocasião do processo de expansão das atividades industriais e dos demais serviços operacionalizados no Complexo, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca experimentam período de acelerado crescimento econômico, o que tem provocado grandes mudanças em suas estruturas socioeconômicas e demográficas. Dentre outras características, estes municípios deixam de apresentar estrutura socioeconômica predominantemente rural[6], com sua população baseada principalmente em atividades concentradas na agroindústria canavieira e, em menor proporção, no turismo litorâneo, para tornarem-se importantes territórios de concentração industrial e de serviços, gerando empregos principalmente nos setores secundários e terciários da economia, especialmente no setor da construção civil (IBGE, 2010; GOVERNO DE PERNAMBUCO, CONSÓRCIO PLANAVE/PROJETEC & SUAPE, 2010; CAVALCANTI & SOUZA, 2012).

Todas essas mudanças fazem com que parcelas expressivas de grupos populacionais oriundos de várias partes do Brasil, inclusive de outros países, imigrem para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, principalmente em busca de oportunidades de emprego, trabalho e melhores condições de vida. Esse processo migratório transforma a estrutura demográfica, socioeconômica e cultural local que, dentre outras características, experimenta um acelerado processo de urbanização e de convivências entre grupos sociais heterogêneos, marcadamente entre os migrantes recentes e a população já estabelecida; os jovens em busca de novas oportunidades de trabalho e os antigos moradores locais; os homens e as mulheres; os defensores do

[6] Embora os dados do Censo Demográfico de 1991 indiquem que, desde esta época, a população dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca é composta majoritariamente por habitantes das áreas urbanas (IBGE, 1991), é preciso considerar a influência ainda relevante da estrutura tipicamente rural da região, fazendo com que, pelo menos até o processo de expansão do CIPS, em 2007, os habitantes das áreas urbanas destes municípios são influenciados pelas atividades econômicas rurais, especialmente da indústria sucro-alcooleira local.

progresso material da região e os ambientalistas que lutam pela preservação local; entre outros.

Tais grupos passam a encetar disputas na distribuição das oportunidades materiais e simbólicas no território, dentre as quais, ocupações profissionais em um mercado de trabalho altamente restritivo e hierarquizado, qualificação educacional e profissional, habitações, o capital simbólico representado pelo prestígio de possuir vínculo formal com alguma empresa de grande porte instalada na região, fatores estes que causam impactos sem precedentes na estrutura socioeconômica, demográfica e cultural da região, bem como alteram o processo de produção e reprodução das desigualdades locais.

Diante deste cenário, a proposta de pesquisar as inter-relações entre fatores socioeconômicos, demográficos e de bem-estar subjetivo na felicidade de habitantes do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca **não** é a de replicar ou testar um modelo preexistente de mensuração da felicidade neste território, mas, partindo de uma discussão teórico-metodológica abrangente, analisar quais indicadores e em que medida eles podem servir de parâmetros para a construção de uma medida de desenvolvimento social baseada na mensuração da felicidade.

É importante destacar que, recorrentemente, as pesquisas de mensuração de felicidade apontam que existem *correlações bastante fracas* entre os indicadores materiais de bem-estar e o nível de felicidade dos indivíduos (VEENHOVEN, 1984, 1994, 2006; ALLARDT, 2006; LAYARD, 2008; BAUMAN, 2009; BARTRAM, 2012). Todavia, é preciso considerar os contextos socioeconômicos, demográficos e culturais nos quais essas pesquisas são realizadas. Em sua maioria, as pesquisas de mensuração da felicidade são produzidas nos Estados Unidos e em países europeus socioeconomicamente desenvolvidos, onde, até pelos menos antes das severas crises econômicas recentes, questões como obter e/ou manter um lugar no mercado de trabalho e possuir rendimentos e demais condições materiais para efetivação do consumo não constituíam propriamente uma preocupação de parte substantiva dos habitantes destas regiões, visto que havia certa segurança de que tais itens, considerados básicos para uma "sobrevivência adequada" em sociedades capitalistas, estavam relativamente garantidos por meio das esferas do mercado e/ou do Estado.

Este contexto socioeconômico é bastante divergente das características gerais de um país como o Brasil, onde a luta pela sobrevivência e as desigualdades socioeconômicas são constitutivas da realidade de parte substantiva da população (KOGA, 2003; ROCHA, 2006; SCHWARTZMAN, 2007), que, em sua maioria, se insere de maneira bastante precária no modelo de sociedade de consumo, isto é, na exigibilidade de se obter rendimentos que permitam à população usufruir bens materiais e simbólicos socialmente almejados e ofertados de forma restritiva pela esfera do mercado (ROCHA, 2002, 2011; BAUMAN, 2005; RETONDAR, 2008; TASCHNER, 2009).

Diante disto, ainda que contrariando as conclusões de estudos considerados 'canônicos' na temática da felicidade (VEENHOVEN, 1984, 1994; LAYARD, 2008; BARTRAM, 2012; URA, 2012), na presente tese apresenta-se como primeira hipótese que, no território analisado, as condições materiais de vida (representadas pelos indicadores socioeconômicos e demográficos) apresentam correlações significativas com o nível de felicidade dos indivíduos.

Como segunda hipótese, afirma-se que os níveis de bem-estar subjetivo (representados pelos indicadores de bem-estar subjetivo) correlacionam-se mais fortemente nos níveis de felicidade dos indivíduos. Isto significa que, de modo mais evidente que a relação entre fatores socioeconômicos e demográficos, o bem-estar subjetivo apresenta-se como a principal dimensão de influência no nível de felicidade dos indivíduos na região estudada.

Com relação às duas hipóteses de trabalho supracitadas, é preciso destacar que a primeira hipótese, isto é, a de que os fatores socioeconômicos influenciam na felicidade dos indivíduos, está contida em argumentos de pesquisadores brasileiros de felicidade, a exemplo de Corbi & Menezes-Filho (2006), Rodrigues, Batistela & Barreto (2006) e Campetti & Alves (2013). Já a segunda hipótese de trabalho, a de que a felicidade é influenciada majoritariamente por indicadores de bem-estar subjetivo, está embasada nos mais importantes estudos internacionais de felicidade, tais como Veenhoven (1984, 1994), Layard (2008), Bartram (2012) e Ura (2012).

Ao utilizar ambas as hipóteses, busca-se analisar, de forma simultânea, as influências e as inter-relações entre indicadores materiais e indicadores subjetivos na felicidade dos indivíduos na amostra construída para o estudo.

Com relação ao modelo metodológico proposto, é preciso ressaltar que as pesquisas de mensuração da felicidade apresentam importantes questões de fundo metodológico. Seus pressupostos teórico-filosóficos, ontológicos, epistemológicos bem como as estratégias de método utilizadas distinguem-se em basicamente *duas* perspectivas metodológicas: de um lado, as práticas de pesquisa alinhadas ao pós-positivismo, que são caracterizadas ontologicamente pela utilização de definições pretensamente universalistas e objetivas da felicidade, e epistemologicamente pela adoção de estratégias objetivas de mensuração da felicidade, normalmente apoiadas em ferramentas quantitativas de construção e análise de dados.

Do lado oposto, as práticas de pesquisa alinhadas às perspectivas compreensivas que, baseadas em pressupostos qualitativos, buscam definir a felicidade segundo a compreensão intersubjetiva de cada indivíduo/grupo sociocultural, utilizando como estratégia de construção do conhecimento a análise dos sentidos atribuídos pelos indivíduos/grupos acerca de suas percepções e avaliações subjetivas da felicidade.

Esta divisão metodológica mostra-se particularmente importante para o campo de estudos de mensuração da felicidade justamente porque evidenciam a necessidade de, por um lado, problematizar as correntes teórico-metodológicas que, por meio da construção de determinadas hipóteses e evidências que são sempre socialmente construídas, consideram que a felicidade é um fenômeno estático, objetivo e universal, e por isso, inequivocamente apreensível, independentemente do contexto no qual é pesquisada. Por outro lado, problematizar determinadas correntes que, por considerarem a felicidade um fenômeno estritamente subjetivo, pertencente ao campo exclusivamente mental do indivíduo, impedem a formulação de estratégias de mensuração e comparação da felicidade entre indivíduos e grupos sociais, aprisionando-a num relativismo absoluto.

Diante da liberdade de pressuposições metodológicas e da possibilidade da utilização de múltiplas estratégias de pesquisa, é preciso ressaltar que qualquer método empregado ao estudo da felicidade apresenta seus limites e possibilidades, sendo de toda maneira válidos para a ampliação da compreensão do fenômeno.

Para cumprir seus objetivos, a proposta metodológica do presente estudo apoia-se na postura de natureza *quantitativa*, embora faça críticas aos pressupostos universalistas e objetivistas da felicidade, fazendo uso de dados estatísticos construídos

a partir de amostra domiciliar não probabilística, construída na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Com base nos procedimentos estatísticos realizados, buscou-se construir um modelo de *análise de regressão multivariada*, cujo objetivo foi identificar e analisar as correlações entre os indicadores socioeconômicos, demográficos e de bem-estar subjetivo e o nível de felicidade dos indivíduos. A partir dos resultados obtidos com o modelo de análise de regressão multivariada, construiu-se o *Índice de Felicidade Local aplicado aos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca)*, calculado com base nos indicadores que efetivamente apresentaram influência significativa no nível de felicidade auto-relatado pelos indivíduos.

Diante da complexidade que envolve o fenômeno da felicidade, sobretudo à multiplicidade de fatores que podem influencia-la, a realização desta pesquisa **não** exprime a pretensão de encontrar uma verdade absoluta e universal sobre os elementos que tornam o indivíduo mais ou menos feliz, esgotando o debate em torno do assunto. Busca-se tão somente identificar alguns fatores contingenciais, isto é, socialmente construídos e intersubjetivamente compartilhados, e em que medida eles podem influenciar na felicidade dos indivíduos pertencentes ao grupo social investigado.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro, elabora-se uma discussão teórico-conceitual a respeito da felicidade. Na seção 1.1., parte-se da proposta de Análise em Longo prazo, sugerida por Norbert Elias, para apresentar e discutir importantes definições de felicidade que foram produzidas em diferentes contextos espaço-temporais, desde a Grécia clássica até a contemporaneidade ocidental. Na seção 1.2., discute-se porque e como a Sociologia pode contribuir com o campo de estudos da felicidade, na medida em que a felicidade pode ser considerada como uma categoria de valor, como uma categoria ordenadora de outros valores e como objeto de interesse da política.

No segundo capítulo, faz-se uma discussão teórico-metodológica dos principais conceitos utilizados na presente pesquisa. Na seção 2.1., são apresentadas e discutidas as inter-relações entre os conceitos de bem-estar objetivo, bem-estar subjetivo, felicidade e qualidade de vida. Na seção 2.2., são apresentados estudos considerados relevantes para a adoção de estratégias empíricas de mensuração da felicidade. A partir

das contribuições destes estudos, construiu-se o modelo teórico-metodológico do Índice de Felicidade Local (IFL).

No terceiro capítulo, são apresentados aspectos sócio-históricos, econômicos e demográficos dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Na seção 3.1., apresenta-se uma caracterização dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Na seção 3.2., utilizando-se dados estatísticos provenientes de bases de dados oficiais, especialmente o Censo Demográfico de 2010, produzido pelo IBGE, analisa-se as desigualdades socioeconômicas dos municípios. A partir dos dados apresentados neste capítulo, buscam-se os subsídios empíricos para discutir em que medida as desigualdades socioeconômicas e demográficas podem influenciar as condições de bem-estar subjetivo e de felicidade dos indivíduos.

No quarto capítulo, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa empírica relacionados à construção do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e à mensuração das desigualdades de bem-estar subjetivo nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Na seção 4.1., apresenta-se e discute-se os resultados obtidos a partir da construção do modelo de análise de regressão multivariada. Na seção 4.2., analisa-se as desigualdades de bem-estar subjetivo nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

No quinto capítulo, são apresentados e discutidos os resultados encontrados a partir da aplicação do Índice de Felicidade Local nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Nas seções subsequentes, são analisadas as inter-relações entre os resultados obtidos a partir do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e algumas variáveis socioeconômicas e demográficas consideradas relevantes para a investigação.

No capítulo de conclusão, é apresentada uma síntese dos principais resultados teóricos e empíricos obtidos no estudo, bem como são indicadas algumas propostas de intervenção, relacionadas à redução das desigualdades socioeconômicas e ao acréscimo da felicidade nos territórios investigados.

No Apêndice A, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa empírica, tais como a construção da amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, a confiabilidade da amostra e o processo de construção das variáveis relativas ao eixo temático da felicidade. A decisão de deslocar a explicação relativa ao processo de construção das variáveis e indicadores utilizados no estudo para a seção de

apêndice justifica-se pela intenção de melhorar a fluidez da leitura. Todavia, os elementos contidos no apêndice são fundamentais para a compreensão do trabalho analítico deste estudo.

Por fim, no Anexo 1 é apresentado o modelo de questionário utilizado na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. E no Anexo 2 apresenta-se a tabela de correlação das variáveis, utilizada para a interpretação dos testes estatísticos realizados na pesquisa.

# CAPÍTULO I
# POR UMA SOCIOLOGIA DA FELICIDADE

Os estudos da felicidade buscam determinar o nível de satisfação dos indivíduos com suas próprias vidas, sendo levada em consideração a análise de fatores socioeconômicos, demográficos, ambientais, culturais e emocionais que, ao menos em tese, apresentam relação com a felicidade do indivíduo no contexto sociocultural no qual ele está inserido (VEENHOVEN, 1984, 2015; LAYARD, 2008; HIRATA, 2009; URA, 2012, 2013; BARTRAM, 2012).

Ao levar em consideração a análise de múltiplos fatores, o *campo*[7] formado pelos estudos da felicidade caracteriza-se, além da multifatorialidade, pela multidisciplinaridade e polissemia. Isto significa que as diversas investigações nele produzidas são realizadas por pesquisadores oriundos e atuantes em diferentes disciplinas; indicam a existência de imbricado complexo de fatores biológicos, socioeconômicos, políticos, ambientais, culturais e emocionais que influenciam o bem-estar e, por conseguinte, a felicidade dos indivíduos; inexiste uma definição consensual a respeito de termos como bem-estar, bem-estar subjetivo, felicidade e qualidade de vida; e não há critérios universais que sirvam como parâmetros para a mensuração da felicidade.

Diante da complexidade do fenômeno, pesquisadores têm buscado incorporar a investigação da felicidade aos seus espaços disciplinares como forma de tentar compreender o que é felicidade, quais fatores podem estar a ela associados, quais valores pessoais e sociais refletem as definições e os significados de felicidade que são compartilhadas em um determinado contexto sociocultural, entre outras. Juntas, porém não necessariamente convergentes, as distintas contribuições constituem o que se chama aqui de *campo de estudos da felicidade* ou, simplesmente, estudos da felicidade.

Os estudos realizados neste campo se baseiam e reconfiguram variadas definições a respeito de termos como bem-estar, bem-estar subjetivo, felicidade e qualidade de vida. É necessário destacar que o processo de construção desses conceitos é necessariamente *social* e *contingencial*, isto é, emerge em um contexto sócio-histórico

[7] A noção de campo aqui utilizada apoia-se no conceito de *campo científico*, de Pierre Bourdieu (1976, 2009).

e cultural particular, sofre mudanças no espaço-tempo e modifica-se diante de novos arranjos contextuais. Por este motivo, embora estes termos sejam objeto de reflexões e investigações desde a Grécia clássica, multiplicam-se as divergências em torno de suas definições e significados, impossibilitando a produção de consensos a respeito deles (VEENHOVEN, 1984; NUSSBAUM & SEN, 2004; GIANNETTI, 2002; CAILLÈ, LAZZERI E SENELLART, 2006; MCMAHON, 2006; LAYARD, 2008; ALBORNOZ, 2009).

## 1.1 A FELICIDADE EM LONGO PRAZO: DA PERSPECTIVA CLÁSSICA GREGA À CONTEMPORANEIDADE OCIDENTAL

Não existe uma definição universal e consensual a respeito da felicidade. Ela se configura como um fenômeno socialmente construído, intersubjetivamente compartilhado, em diferentes graus de adesão, e, por isso mesmo, é necessariamente contingencial, apresentando significativas variações no espaço-tempo e mesmo entre os indivíduos inseridos em um mesmo contexto espaço-temporal. Assim, embora seja lugar comum afirmar que felicidade é sentir-se bem ou é ter uma vida com mais prazeres do que dores importa sublinhar que determinados elementos avaliativos como ‘bem e mal’, ‘prazer e dor’, ‘alegria e tristeza’, ‘felicidade e infelicidade’, estão indissociavelmente conectados aos valores que são compartilhados por pessoas e grupos sociais distintos e em lugares e épocas determinados.

Diante da complexidade que envolve as discussões sobre felicidade, torna-se útil analisar o conceito de felicidade a partir de uma perspectiva em Longo Prazo. Elias (1993; 1994) defende que a análise dos fenômenos sociais contemporâneos e as eventuais explicações sobre estes, por mais triviais que aparentemente possam ser, deve ser realizada a partir da investigação das mudanças históricas ocorridas com o fenômeno em questão sob a perspectiva que ele classifica como de processo de Longo prazo.

De acordo com Ribeiro (1993), Elias adota a medida do longo prazo referindo-se aos últimos setecentos anos da história ocidental não apenas para demostrar como um fenômeno social determinado foi construído e reconstituído ao longo do tempo até chegar a sua forma presente, mas principalmente para comprovar a existência de um

sentido da história, isto é, para demonstrar o processo de evolução dos costumes humanos a partir daquilo que Elias classifica como civilização e cultura.

Segundo Ribeiro (1993), é importante ressaltar que os termos civilização e cultura não dizem respeito apenas àquelas sociedades que atingiram alto grau de desenvolvimento tecnológico. Mais do que isso, significam características peculiares dos países desenvolvidos que, devido ao longo curso de diferenciação e racionalização, experimentaram o que Elias chama de processo civilizador, isto é, uma mudança na estrutura psíquica geral dos indivíduos rumo ao autocontrole nas condutas e sentimentos humanos (RIBEIRO, 1993; ELIAS, 1993; 1994).

Fazendo uma análise em Longo Prazo da felicidade na história da sociedade ocidental, desde a sua origem grega até a contemporaneidade, verifica-se que ela aparece como um fenômeno recorrente nas reflexões de cada época, sobretudo a partir da modernidade, revelando existência de imbricado complexo de valores que são socialmente compartilhados e a importância relativa que a ela vem sendo atribuída (VEENHOVEN, 1984; CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006; MCMAHON, 2006; ALBORNOZ, 2008).

O fenômeno da felicidade é contingencial e socialmente construído, por isto, as crenças, as práticas individuais e coletivas, as representações e os conceitos que são construídos e compartilhados a seu respeito sofrem modificações no espaço e no tempo, em decorrência de mudanças mais amplas nas concepções sobre a constituição do indivíduo e de seu papel no mundo, concepções essas que também são sempre socialmente construídas.

Importa destacar que, em razão de serem contingenciais, os múltiplos significados atribuídos à felicidade que são aqui discutidos referem-se exclusivamente a algumas concepções ocidentais de felicidade. Diversos estudos buscam explicitar e analisar determinadas concepções “não-ocidentais” de felicidade (ZHANG & VEENHOVEN, 2007; URA, 2012), e, apesar da reconhecida importância de se ter uma visão abrangente da questão da felicidade, que permita compreender como ela é tratada em outras perspectivas culturais e seja superado qualquer tipo de etnocentrismo, no presente estudo limita-se a analisar o processo de construção e modificações de perspectivas ocidentais da felicidade, influenciadas em diferentes épocas, iniciadas principalmente a partir da tradição grega, passando pela poderosa influência da tradição

judaico-cristã até chegar nas contribuições das culturas modernas e contemporâneas (MCMAHON, 2006; CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006).

Diante da multiplicidade de sentidos e significados da felicidade, diversos autores (VEENHOVEN, 1984; CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006; MCMAHON, 2006; ALBORNOZ, 2009) apontam que uma importante chave analítica para compreender as diferentes concepções ocidentais da felicidade é a relação desta com a busca por *prazeres*. De acordo com esta perspectiva analítica, todos os pensadores que abordam a temática da felicidade, desde a Grécia clássica até a contemporaneidade ocidental, concordam que ela é a principal meta a ser alcançada pelo indivíduo, tal como fora formulado no princípio grego da *eudemonia*. Concordam também que, para a obtenção da felicidade, faz-se necessário que o indivíduo tenha uma vida cheia de prazeres. Contudo, esses pensadores divergem amplamente sobre quais prazeres e em que medida eles são efetivamente válidos para a obtenção de uma vida feliz. Desse modo, a relação entre os prazeres e a felicidade pode ser utilizada como o fio condutor das diferentes concepções de felicidade construídas em diferentes épocas (VEENHOVEN, 1984; CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006; MCMAHON, 2006; ALBORNOZ, 2009).

### 1.1.1 A FELICIDADE NA GRÉCIA CLÁSSICA

O interesse pelo estudo teórico-filosófico da felicidade remonta ao período que corresponde a Grécia Clássica, especialmente a partir das reflexões de Sócrates (469-399 a.C.), Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles (385-322 a.C.), que, partindo do princípio da *eudemonia*, lançaram as bases da longa tradição de estudos que busca construir definições a respeito da felicidade[8].

De acordo com McMahon (2006), a palavra *eudemonia*[9] provém do adjetivo grego *eudaimon*, que tem origem na junção das palavras gregas *eu*, que significa bom, e *daimon*, que significa espírito, deus e também demônio. Assim, a palavra *eudaimon* contém em si a ideia de fortuna, a sorte de ter um bom espírito ao seu lado, isto é, um

[8] Adicionalmente aos três pensadores gregos (Sócrates, Platão e Aristóteles), Veenhoven (1984) destaca, também, as contribuições de Demócrito às reflexões clássicas sobre a felicidade.

[9] Recorrentemente, o termo é escrito também como *eudaimonia*.

emissário dos deuses que conduz o indivíduo na direção do divino, intercedendo por ele, protegendo-o.

Entretanto, conforme destaca o autor, na concepção grega antiga o indivíduo poderia ter ao seu lado tanto um *eudaimon*, ou seja, um espírito bom, quanto poderia ter um *dysdaimon* ou *kakadaimon*, isto é, um deus ou espírito ruim que o enganaria, levando-o à desilusão. A partir da concepção grega clássica, a felicidade, que costumava ser representada pelas palavras *olhios* ou *makarios*, sinônimos que significam bem-aventurados, dependeria única e exclusivamente da 'sorte' do indivíduo de ter ao seu lado um deus bom (*eudaimon*) ou um deus ruim (*dysdaimon*), não tendo o indivíduo capacidade alguma de alterar o seu destino e sua felicidade.

A respeito da conexão entre a sorte com a ideia de felicidade, McMahon (2006) destaca que a própria construção etimológica da palavra felicidade, em diferentes línguas europeias, demonstra a relação existente entre sorte e felicidade. É assim que a

> "raiz de '*happiness*' por exemplo, é *happ*, do inglês médio e norueguês antigo, significando acaso, fortuna, o que acontece (*happens*) no mundo (...). O francês *bonheur*, de forma semelhante, deriva de *bon* (bom) e o francês antigo *heur* (fortuna ou sorte), uma etimologia totalmente coerente com o alto-alemão *glück*, que ainda é a palavra alemã para felicidade e sorte. Em italiano, em espanhol e em português, *felicita*, *felicidad* e *felicidade* provêm do latim *félix* (sorte, às vezes destino), e o grego *eudaimonia* reúne boa sorte e bom deus (...) nas famílias de língua europeia, a felicidade tem raízes profundas no terreno do acaso e da sorte" (MCMAHON, 2006, p.26)[10].

Isto porque, segundo o autor, elas provêm justamente da concepção grega antiga de felicidade:

> "Em termos estritos, sorte e destino são opostos, já que uma implica aleatoriedade e o outro uma ordem preestabelecida. Quando analisada do ponto de vista da felicidade humana, porém, os dois estão intimamente relacionados, pois ambos negam o papel da interferência humana na determinação do curso dos fatos humanos. Seja o universo predeterminado, seja o universo caótico, o que acontece conosco – nossa felicidade – está fora de nosso controle" (MCMAHON, 2006, p.26).

Nesse sentido, a sorte, isto é, o acaso, e a felicidade de um indivíduo, na concepção da antiguidade grega, não dependeriam nem de seu desejo nem tampouco das ações que ele poderia desenvolver como forma de tentar alcançar a felicidade. A felicidade dependeria, única e exclusivamente, de sua sorte pessoal, isto é, da vontade

[10] A etimologia da palavra inglesa *happiness* também é abordada por autores como Veenhoven (1984), White (2009) e Greve (2013).

dos deuses, de forma que seria impossível a qualquer mortal compreender as razões de um indivíduo ter ao seu lado um *daimon* ou um *dysdaimon*. Esse é o sentido, por exemplo, da concepção da *tragédia grega*.

De acordo com McMahon (2006) e também com Comte-Sponville (2001) e Comte-Sponville, Delumeau e Farge (2006), a tragédia grega busca, através da representação teatral, conferir algum significado para a vida do indivíduo, o mortal, no âmbito da cosmologia da tradição antiga. É assim que, ao longo de toda a sua vida, o indivíduo poderia ter bons e maus momentos, momentos de grandes humilhações e momentos glórias, todos esses absolutamente dependentes da sorte do indivíduo, isto é, da interferência dos deuses em sua vida.

Contudo, não importa o quão boa ou ruim tenha sido a vida deste mortal, o final dele será sempre e inevitavelmente a morte. Nas palavras de Pascal, "não importa a beleza da peça teatral como um todo, o último ato é sempre sangrento" (PASCAL *apud* COMTE-SPONVILLE, DELUMEAU E FARGE, 2006, p.167). Em poucas palavras, isto significa que, para os gregos antigos, a vida humana é controlada pelo caos, isto é, o indivíduo não tem controle algum sobre sua vida, sendo esta totalmente dependente dos deuses, cabendo ao indivíduo, portanto, simplesmente viver. E mais: para os gregos antigos, um indivíduo somente poderia considerar-se feliz, ou infeliz, quando sua vida chegasse ao termo, isto é, a felicidade, ou a infelicidade, significava não um momento, ou uma qualidade, mas uma avaliação geral de toda a vida do indivíduo, que somente poderia ser feita de maneira retrospectiva, no leito de morte, justamente porque a sorte do indivíduo poderia chegar, ou ser retirada, em qualquer momento de sua vida, inclusive durante a sua morte, que a depender das circunstâncias, poderia inclusive ser considerada uma morte heroica, fonte da felicidade, de modo que apenas a morte asseguraria a sorte final do indivíduo, se foi feliz ou infeliz durante sua vida na terra (COMTE-SPONVILLE, 2001; COMTE-SPONVILLE, DELUMEAU E FARGE, 2006; MCMAHON, 2006).

Puppi (1981), analisando o conceito de trágico desde a tradição artística antiga até suas manifestações históricas reais na vida cotidiana, esclarece que a ideia de trágico, desde a antiguidade grega, contém em si uma íntima relação com a violência. Para ele, a representação poética e teatral da tragédia grega está expressa no sentido de que um indivíduo (mortal) inexoravelmente terá como destino-final a morte, que não

obstante ser motivada por diferentes circunstâncias externas, mas de todo modo, violentas, sempre encontra sua causa na vontade dos Deuses, isto é, em forças externas e independentes das escolhas do próprio indivíduo, que invariavelmente, ignorando qual será o seu destino, simplesmente age passivamente ao seu destino, que é morrer tragicamente. Para ele, portanto, a tragédia grega pode ser interpretada como uma denúncia às consequências da violência instituída. Sobre isso, explica o autor que

> "Ao nascer, na Grécia Antiga, a tragédia é de cunho essencialmente religioso (...) resta, porém, saber que ela é de natureza religiosa para poder caracterizar a violência da religião mítica num momento de emergência dos direitos da razão e da autoafirmação do homem (...) a tragédia grega foi a primeira e grandiosa denúncia histórica da violência institucional" (PUPPI, 1981, p.44).

Com base nas afirmações a respeito do sentido e significados da tragédia grega na antiguidade, podemos concluir que a violência, sobretudo institucional, é representada como o principal obstáculo à plenitude humana, sendo denunciada, por isso mesmo, ainda que no plano da arte poética, a frágil condição humana diante de complexas estruturas de poder, geralmente ancoradas na violência, que fazem com que os indivíduos apareçam como vítimas não de suas escolhas, mas de um destino selado pela religião mítica.

Embora o termo felicidade não seja comumente referido na tragédia grega, fazendo com que a referência à felicidade esteja ausente na tragédia, visto que a vida humana é inexoravelmente trágica, parece-nos bastante evidente que o fenômeno da felicidade esteja presente nas entrelinhas da tragédia grega: a perspectiva do sofrimento e da morte, que chega sempre através da violência, aparece como o obstáculo à felicidade, de modo que ao indivíduo não cabe à felicidade, mas tão somente a tragédia, a violência e a morte.

A concepção fatalista da felicidade começaria a ser questionada, ainda dentro da tradição grega, mais especificamente por volta do ano V a.C., em Atenas, através de Sócrates, que altera profundamente a concepção da felicidade, iniciando, assim, a chamada tradição grega clássica. De acordo com McMahon (2006), é possível acreditar que a emergência de uma nova concepção de felicidade na Atenas do ano V a.C., que se baseia principalmente no pressuposto de que é possível que os próprios indivíduos interfiram em seus destinos, resulta do próprio contexto sócio-histórico ateniense.

Para ele, diferentemente de outros lugares, Atenas passava por um momento de prosperidade econômica e, do ponto de vista político, experimentava uma forma de autogoverno baseada na democracia, e não de tirania como de outras sociedades, como a Mesopotâmia, o Egito ou até mesmo outras Cidades-estados gregos, de modo que os cidadãos atenienses[11] não necessitavam nem de conduzir suas vidas apenas na busca pela sobrevivência, nem deveriam obedecer às ordens de algum tirano, mas devendo, ao contrário, exercer o autocontrole e o autogoverno, sendo possível, então, voltar sua atenção para a busca de outras coisas, entre elas, a felicidade. Assim, embora o próprio autor destaque que seja simplista fazer uma afirmação deste tipo, ele acredita na hipótese de que o *ethos* da democracia ateniense está na base da emergência da nova concepção de felicidade, construída de forma pioneira por Sócrates.

Para McMahon (2006), rompendo com a tradição antiga, Sócrates destaca que a felicidade não resulta do acaso, da sorte de ser ter um *daimon* ao lado e nem tampouco se trata de uma mera aspiração natural e universal de todos os seres humanos, não necessitando, por isso mesmo, ser problematizada. Para Sócrates, ao contrário, os próprios indivíduos devem empenhar-se para alcançar a felicidade ainda durante a vida.

Mas, o que seria, então, a felicidade? E, definindo-a, o que fazer para obtê-la? De acordo com McMahon (2006), Vergniéres (2006) e Nunes (2009), devido ao fato de não haver nenhum escrito conhecido de Sócrates, sua definição de felicidade pode ser melhor compreendida através das obras *Simpósios* e *O banquete*, de Platão, considerado o aluno mais brilhante de Sócrates, nas quais, Platão indica que Sócrates, rejeitando todos os conceitos prévios sobre o que poderia significar a felicidade, recusa estabelecer um sinônimo entre hedonismo e felicidade.

De acordo com a interpretação platônica, Sócrates, destacando que tudo o que havia sido buscado até agora pelos seres humanos, isto é, riqueza, poder, fortuna, prazeres corporais, saúde, amor da família, não traria a verdadeira felicidade, mas somente a filosofia, isto é, o amor pelo conhecimento/sabedoria, poderia conduzir os indivíduos à verdadeira felicidade. É assim, para Sócrates, que o verdadeiro amante da sabedoria, não teria o seu caminho desviado pelas desilusões dos prazeres corpóreos, por perseguir coisas que não dependeriam única e exclusivamente dele para alcançar.

[11] Sobre o conceito de cidadania, autores como McMahon (2006), Vergniéres (2006) e Nunes (2009) destacam a noção excludente de cidadania grega, na qual somente eram considerados cidadãos aqueles indivíduos nascidos em Atenas, não escravos e do sexo masculino.

Mas o filósofo, tendo por objetivo único e exclusivo a busca pela sabedoria, deveria não apenas exercer o autocontrole sobre seus desejos, como deveria mesmo renunciar a eles, em busca fruição da verdadeira felicidade, encontrada apenas na verdadeira sabedoria, única capaz de levar o ser humano ao seu contentamento máximo, a felicidade. Desse modo, Sócrates rompe de forma absolutamente radical com as concepções de prazer e objetivo da vida do homem, que ao invés de dever ser dedicada à busca de prazer corpóreo, seria justamente o seu contrário, isto é, a renúncia aos prazeres do corpo em favor dos prazeres do espírito, isto é, da mente (MCMAHON, 2006; VERGNIÉRES, 2006; NUNES, 2009).

Embora seja preciso destacar que, como o fazem McMahon (2006), Vergniéres (2006) e também Nunes (2009), Platão não tenha sido formado no contexto democrático de Atenas, mas sim no governo tirânico de Esparta, sua cidade natal, e mais, que tenha devotado profundo ódio à democracia ateniense devido ao fato desta ter condenado seu mestre, Sócrates, à morte, acusado de haver corrompido o espírito dos jovens da época, Platão reconhece a necessidade do autocontrole expresso por Sócrates, como uma característica imprescindível à busca da felicidade.

E mais: Platão acata plenamente a concepção de felicidade socrática, aceitando que a felicidade seria decorrente da busca pela sabedoria, apoiada na recusa aos prazeres corpóreos, estando, portanto, ao alcance dos indivíduos. Entretanto, embora seja um perfeito seguidor de Sócrates, Platão reconhece a dificuldade para o indivíduo comum de seguir as recomendações radicais de Sócrates, por isso, de acordo com McMahon (2006), ele estabelece um programa de reeducação espiritual, que deve ser seguido pelos amantes da sabedoria, isto é, os filósofos.

Ainda segundo McMahon (2006), não obstante a similaridade de sua concepção de felicidade com aquela construída por Sócrates, a relação desta com a democracia é totalmente invertida na concepção platônica. Enquanto Sócrates acreditava que o espírito democrático levava o homem, naturalmente, à busca pela felicidade, para Platão, ao contrário, o espírito democrático seria naturalmente propenso à busca de paixões mundanas e da anarquia, e por isso mesmo, os homens livres deveriam seguir seu programa de reeducação do espírito, devendo, assim como havia proposto Sócrates, renunciar aos prazeres corpóreos em benefício dos prazeres do espírito. Para Platão, o bem-maior, isto é, a felicidade, seria decorrente, portanto, das ações dos indivíduos que,

renunciando às paixões desenfreadas do sexo, do poder e da fortuna, deveriam dedicar-se ao cumprimento das leis da cidade, ao trabalho e à busca pela sabedoria[12] (MCMAHON, 2006; VERGNIÉRES, 2006; NUNES, 2009).

Dessa maneira, parece correto interpretar, assim como o fazem McMahon (2006), Vergniéres (2006) e Nunes (2009), que Sócrates e Platão devotavam um verdadeiro *desprezo* às coisas do mundo, ao mundo material, aquele no qual e através do qual vivemos e conduzimos nossos desejos. O que importava, em última instância, era o mundo interior do indivíduo, seu estado de espírito, sua sabedoria. Assim, não importava em quais condições materiais o indivíduo se encontrava, se rico ou pobre, saudável ou doente, com uma família ou solitário, o que importava era tão somente o quão dedicado era ele à busca pela sabedoria, sintetizada pela célebre frase de Sócrates "conhece-te a ti mesmo".

Ainda dentro da tradição clássica grega, a complementaridade das concepções de felicidade de Sócrates e Platão somente viria a ser confrontada, e em grande medida alterada, por Aristóteles. Muito embora seja preciso reconhecer a existência de alguns pontos de continuidade que a concepção de felicidade de Aristóteles apresenta em relação àquela concepção socrático-platônica, sobretudo, quando Aristóteles afirma ser a felicidade o fim último da existência humana (*eudemonia*) e que essa finalidade última somente pode ser consegue através da razão, a única que possibilitará ao indivíduo tornar-se virtuoso, é preciso destacar, também, as mudanças que existem entre ambas concepções.

De acordo com McMahon (2006), Vergniéres (2006) e Schaefer (2009), ao contrário de Sócrates e Platão, que desprezaram o mundo exterior como importante fator da felicidade humana, em favor da pura e simples sabedoria, Aristóteles volta-se muito mais para o mundo concreto, o mundo dos fenômenos, para investigar tanto quais ações poderiam ser consideradas virtuosas, e, assim, quais poderiam conduzir o

[12] Com relação à necessidade platônica da obediência às leis da cidade para a conquista da felicidade, é preciso reconhecer, como o fazem McMahon (2006) e Nunes (2009), a influência do modelo político de Esparta, sua cidade natal, que, ao contrário da democracia ateniense, não concedia liberdade aos seus cidadãos, devendo estes cumprir estritamente suas obrigações legais e profissionais, não podendo o cidadão questionar nem muito menos tentar subverter a ordem hierárquica existente Neste sentido, de acordo com o modelo espartano, o bom cidadão era aquele que cumpria estritamente suas obrigações, assim, os escravos devotados a exercerem a obediência, os militares defendendo a cidade e as mulheres não sendo sequer mencionadas.

indivíduo ao bem maior que é a verdadeira felicidade, bem como busca investigar o que esse fim último, a felicidade, pode significar em termos práticos para a vida humana.

Segundo os autores, diferentemente de seus predecessores, Aristóteles não despreza a fruição de determinados prazeres mundanos como fonte da felicidade, ainda que advirta que os indivíduos devem usufruí-los moderadamente, fazendo uso da razão. Dessa maneira, Aristóteles estabelece uma espécie de hierarquia dos prazeres que conduziriam o ser humano à felicidade, colocando a riqueza, a beleza, a boa alimentação, os amigos, as festas e o amor da família como "elementos secundários" da felicidade, posto que são instáveis e, por isso mesmo, qualquer indivíduo pode perde-los ao longo da vida, e a virtude de caráter e a contemplação, tal como já haviam asseverado Sócrates e Platão, como elementos principais da felicidade, sem os quais seria impossível ao indivíduo viver virtuosamente. Nesse sentido, diferentemente de Sócrates e Platão, Aristóteles não recomenda a renúncia aos prazeres materiais, mas tão somente a moderação destes, em favor da busca por algo maior, a razão, a virtude, o caráter, ou seja, a felicidade (MCMAHON, 2006; VERGNIÉRES, 2006; SCHAEFER, 2009).

Dentro da extensa tradição grega clássica existem dois grupos filosóficos dominantes que divergiram sobre quais seriam as condições para a obtenção da felicidade: de um lado, os chamados *estoicistas* que, especialmente nas figuras de Sócrates, Platão e Aristóteles, defendiam que a felicidade, sendo sinônimo de uma vida plena de satisfação, não seria alcançada simplesmente na fruição dos prazeres corpóreos, mas justamente na recusa ou moderação das experiências sensoriais em favor da frónesis, isto é, a busca pela sabedoria através do pensamento, somente podendo ser feliz aquele que pensa; e outros, os *epicuristas*, que defendiam a fruição de prazeres mundanos como fonte da felicidade.

Obviamente, tais filósofos não desconheciam a importância de uma boa vida para a obtenção da felicidade, isto é, de uma boa alimentação, de festas, da família e dos amigos. Contudo, alertavam que ao dedicar a vida exclusivamente à fruição de prazeres mundanos, o indivíduo estaria fadado a permanente insatisfação, uma vez que não cessaria jamais de buscar os prazeres do corpo, esquecendo elementos fundamentais para a plenitude humana como a busca pela virtude do saber, o bem e a justiça.

A partir dessas ideias, os estoicistas fundam a concepção moral de felicidade, na qual somente pode ser feliz o indivíduo que recusa os prazeres do mundo para a obtenção do verdadeiro prazer, que é ter uma vida dedicada à reaproximação do indivíduo com a natureza e com o divino (VEENHOVEN, 1984; CAILLÈ, 2006; VERGNIÉRES, 2006; SCHAEFER, 2009).

De modo diverso dos estoicistas, os epicuristas, filósofos seguidores das ideias de Epícuro, recusavam o princípio de que felicidade somente poderia ser alcançada através da renúncia aos prazeres terrenos em favor da fruição dos prazeres do espírito. Para eles a felicidade seria decorrente da *aponia*, isto é, a felicidade seria o resultado de uma vida ausente de dores. Isto não significa que os epicuristas recusavam a concepção estoicista de felicidade moral, mas, concentraram-se muito mais na experiência mundana para determinar quais elementos deveriam ser buscados pelos indivíduos para a obtenção de uma vida feliz e quais elementos, ao contrário, deveriam ser evitados.

Ao relacionarem a felicidade com a ausência de dores, os epicuristas aceitavam a existência de múltiplos bens que seriam condicionantes da felicidade, que incluiriam desde elementos internos, que dizem respeito ao contentamento dos indivíduos, até elementos externos, relacionados intimamente com os bens terrenos que influenciariam o próprio contentamento dos indivíduos (VEENHOVEN, 1984; CAILLÈ, 2006; MOLINA, 2009).

Apesar da oposição entre os princípios da *frónesis* e da *aponia*, Veenhoven (1984) e Caillè (2006) argumentam que seria incorreto interpretar que a primeira representa a recusa total dos prazeres em favor de uma vida dedicada ao espírito, ao passo que a segunda significa a vivência ilimitada da fruição dos prazeres mundanos.

Segundo os autores, na realidade, ambas as correntes filosóficas defendem que a obtenção do prazer é a condição primordial da felicidade, contudo, divergem justamente quanto ao conteúdo deste prazer, de forma que os estoicistas defendem que a verdadeira felicidade seria consequência de uma vida dedica ao prazer do espírito, representada na busca do auto-conhecimento e na reaproximação do indivíduo com o divino, ao passo que os epicuristas defendem uma perspectiva de prazer baseada tanto em elementos materiais como imateriais para uma vida feliz, de modo que ambos os posicionamentos relacionam a felicidade com a busca pelo prazer.

Para Veenhoven (1984) e Caillè (2006), a controvérsia sobre o conteúdo dos prazeres que proporcionam uma vida feliz, longe de significar um embate historicamente localizado no interior da tradição grega, na realidade, constitui o próprio motor dos estudos sobre a felicidade, na medida em que todos eles aparecem como desdobramentos, ou diálogos, entre as duas concepções clássicas representadas pelo estoicismo e pelo epicurismo.

Isto significa que todos os estudos da felicidade, nos diferentes contextos espaço-temporais em que foram ou são construídos, buscam igualmente identificar os elementos que são condicionantes de uma vida feliz, elementos estes que são contingentes justamente por serem determinados pelo contexto cultural no qual estão inseridos. É assim que, fazendo uma espécie de reconstituição da história dos estudos de felicidade, é possível verificar a existência de diferentes paradigmas de felicidade, isto é, diferentes modelos que buscam identificar os elementos que devem ser buscados pelos indivíduos, ou evitados, para a obtenção de uma vida feliz.

### 1.1.2 A FELICIDADE NA IDADE MÉDIA CRISTÃ

Remontando a história dos estudos de felicidade, observa-se que, na idade média cristã (século V ao XV, aproximadamente) o pressuposto estoicista da recusa da fruição dos prazeres mundanos é levado ao extremo, sobretudo, a partir dos escritos de Santo Agostinho (354-430 d.C.)[13]. Isto porque, se para os estoicistas a obtenção da felicidade era um projeto de renúncia aos prazeres terrenos para a realização do autoconhecimento, com possibilidades reais de efetivação durante a sua vida, para os medievais, ao contrário, a verdadeira felicidade constituía-se apenas como uma possibilidade de vida futura, a efetivar-se somente após a morte, quando o indivíduo seria salvo justamente por sua capacidade de ter renunciado aos prazeres mundanos para servir à Deus, segundo a perspectiva católico-romana cristã dominante na época (KUMAR, 1997; CAILLÈ, 2006).

Os escritos de Santo Agostinho forneceram o principal modelo da concepção medieval de felicidade, que foi predominantemente influenciada pela Igreja Católica

[13] Alguns dos escritos de Tomás de Aquino (1225-1274) também são considerados basilares da concepção medieval de felicidade. Não obstante sua importância, eles não são tratados aqui. Uma análise profunda da concepção de felicidade em Tomás de Aquino é realizada por Boulnois (2006).

Ortodoxa Romana. Arendt (1997) explica que, para Santo Agostinho, o desejo dos bens terrenos é, via de regra, motivo de constantes aflições para os indivíduos, porque desejar geralmente significa não-possuir, ou, se já possui, significa o medo de perder. Isto é, o indivíduo sempre deseja algo que não possui, e mesmo passando a possui-lo, teme perde-lo, nunca estando, portanto, plenamente feliz[14].

Para Santo Agostinho, a própria vida terrena seria em si motivo de angústias, pois é uma vida *morredoura*, isto é, o indivíduo está em processo constante de perda da própria vida e, por isso mesmo, a única felicidade possível somente pode ser encontrada na vida imortal, que, apesar de não se realizar na vida terrena, e sim na eternidade pós-morte, deve ser conquistada ainda em vida. A felicidade, então, decorre justamente da recusa à posse de bens terrenos bem como da própria vida, devendo o indivíduo dedicar-se somente à busca pela vida eterna, a ser conquistada através do amor a Deus, ao próximo e da caridade, isto é, por meio do modelo de *beatitude cristã* (ARENDT, 1997; AGOSTINHO, 2006).

A máxima bíblica "a felicidade não é deste mundo", atribuída correntemente ao próprio Jesus, que é considerado o messias (salvador) do povo cristão, representaria justamente a normatividade do indivíduo de recusar a felicidade efêmera, e por isso mesmo falsa, que os bens terrenos poderiam oferecer, em troca da verdadeira felicidade que seria a conquista da eternidade no paraíso, concedida unicamente àqueles que dedicaram a vida ao amor a Deus, a fé e a caridade, segundo o modelo de beatitude cristã, construído e exaltado por Santo Agostinho. Como decorrência de tais ensinamentos, o próprio sofrimento terreno, representado pelo acometimento de doenças, a pobreza e toda a sorte de infortúnios mundanos era interpretada como uma espécie de prenúncio da salvação, que deveria não apenas ser suportada pelo fiel, como deveria ser buscada por ele (ARENDT, 1997; CASTEL, 1998; AGOSTINHO, 2006).

[14] Apesar de Santo Agostinho ter construído importante reflexão a respeito das insatisfações humanas geradas pelo desejo, importa sublinhar que esta argumentação lógica foi estabelecida pelo filósofo estoicista Sêneca, em sua defesa da tranquilidade da alma, ou seja, da necessidade de o indivíduo não-desejar, como forma de obter a felicidade plena. Por sua vez, Sêneca baseou-se nas argumentações pioneiras de Sócrates, especialmente quando este afirma que, na busca e conservação da felicidade, os indivíduos não devem esperar/ansiar por coisas que independem de sua vontade. O filósofo, pois, não deve aguardar a realização de desejos (mundanos) como forma de obtenção de sua felicidade (CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006).

### 1.1.3 A FELICIDADE NA IDADE CLÁSSICA

De forma diametralmente oposta ao paradigma de felicidade dominante na idade média, a relação entre prazeres mundanos e felicidade teve seu significado profundamente alterado na chamada *idade clássica*, que corresponde aos séculos XVI e XVII, aproximadamente, e cuja tendência foi afastar-se do estoicismo, especialmente dos exageros contidos na interpretação medieval, em favor da reaproximação com o epicurismo e sua defesa pela fruição dos prazeres terrenos como condição para a felicidade.

O paradigma emergente de felicidade é marcado, sobretudo, pela individualidade e pelo cálculo racional como caminho para a obtenção da felicidade. Isto significa que, diferentemente das concepções anteriores de felicidade, o conteúdo do prazer, isto é, a fonte da felicidade humana, não era mais definido de forma externa e universal para todos os indivíduos, mas era contingente, variando segundo os desejos particulares de cada indivíduo, que deveriam buscar identifica-los e satisfazê-los através da racionalidade, inclusive instrumental (CAILLÈ, 2006).

De acordo com Caillè (2006), a novidade propriamente trazida pela concepção de felicidade surgida na idade clássica repousava justamente na ideia de que o cálculo racional deveria não apenas deixar de ser combatido como ele seria o meio capaz de levar os indivíduos a um projeto coletivo de felicidade que, segundo as ideias da época, atestavam ser o desenvolvimento e a conservação do Estado-nação a finalidade última da comunidade.

Segundo o autor, isso não significa dizer que antes do século XVI não havia uma busca racional, inclusive de tipo instrumental, pela felicidade. Para ele, a própria obtenção da sabedoria, prescrita na tradição grega, ou da busca pela salvação em Cristo, para os medievais, não necessariamente representavam uma renúncia do amor-próprio de tipo incondicional, mas, ao contrário, podiam representar um cálculo bastante egoístico por meio do qual o indivíduo efetuava cálculos a fim de concluir se valeria a pena renunciar aos prazeres terrenos em busca da plenitude, seja pela sabedoria ou pela aceitação divina, ainda que tal cálculo fosse cultural e socialmente normatizado (CAILLÈ, 2006).

Ainda que houvesse forte pressão a prescrever os comportamentos individuais, a renúncia aos prazeres terrenos necessariamente passava pela capacidade de agência dos indivíduos que, em última instância, decidia se deveria ou não buscar a felicidade, fosse ela interpretada como a sabedoria ou a salvação. Contudo, apesar da presença de estímulos socioculturais a influenciarem o arbítrio dos indivíduos, a ideia de racionalidade presente nos escritos filosóficos anteriores à idade clássica estava associada basicamente à necessidade da *razão* como desvelamento da verdade universal, isto é, como o caminho para que os indivíduos conheçam os elementos que os fariam verdadeiramente felizes. A interpretação do cálculo utilitário como meio utilizado pelo indivíduo para atingir objetivos particulares de satisfação pessoal, portanto, somente surgiu na idade clássica (CAILLÈ, 2006).

De acordo com Caillè (2006), o paradigma dominante de felicidade na idade clássica evidencia a tensão permanente entre o estoicismo e o epicurismo. O paradigma clássico, assim como seus paradigmas predecessores, também se baseia no princípio da *eudemonia*. Todavia, em decorrência principalmente do enfraquecimento da ideologia medieval cristã, o princípio epicurista da aponia passou a influenciar mais fortemente as ideias da época, de modo que os indivíduos viam-se estimulados a buscarem a felicidade na obtenção e fruição de determinados prazeres mundanos que pudessem acabar com as dores.

No paradigma clássico de felicidade, os prazeres mundanos deixavam de ser interpretados como obstáculos à reaproximação com o divino e passavam a ser apontados como o único meio capaz de finalizar as dores dos indivíduos, dando lugar a uma vida feliz. Nesse sentido, diferentemente das perspectivas grega ou medieval, nas quais a felicidade seria um estado do ser vivido de forma única e universal na busca pelo autoconhecimento ou na vida de beatitude cristã de felicidade, na idade clássica ganha força a perspectiva *individual* de felicidade, isto é, admitia-se que cada indivíduo poderia, e deveria, julgar quais são os elementos que constituem a sua satisfação pessoal e, por conseguinte, a felicidade.

No entanto, seria falso interpretar que o paradigma de felicidade da idade clássica significa a emergência do individualismo de tipo egoísta, no qual o indivíduo deveria conhecer os elementos materiais que lhe confere prazer e passar a busca-los incessantemente. Isto porque, apesar de neste contexto serem iniciados os apelos pela

busca de prazeres corpóreos[15], a exigibilidade pela ação moral continua a existir. Para Caillè (2006), é preciso lembrar que a grande preocupação corrente no séculos XVI era com a conservação dos Estados-nação, que eram constantemente ameaçados pelas guerras internas, patrocinadas principalmente pela elite feudal, em conflito com as classes burguesas então emergentes.

Nesse sentido, questionava-se se as ações individuais de tipo egoístico, ou seja, a própria busca dos indivíduos por bens terrenos e poder, não seriam uma ameaça à ordem social. Como resposta, são construídas as ideias de que os indivíduos, além de serem *naturalmente* propensos à busca por bens terrenos como poder, riquezas, terras, prestígio ou honras, a sua própria razão os credenciava a antecipar, também, as consequências de sua ação, de modo que eles aceitavam diminuir seus poderes em favor da comunidade moral. Os indivíduos, então, naturalmente abririam mão de parte de seu poder individual em favor do Estado soberano, então representado pela instituição da monarquia absolutista, pois não desconheciam que a busca livre e ilimitada de bens terrenos não os levariam à obtenção de prazer, mas sim à guerra de uns contra os outros, o que impossibilitaria a paz e a manutenção de suas próprias vidas. Essa é a base das teorias do contrato social.

A tensão entre a racionalidade da ação humana e a obrigação moral está muito bem evidenciada nas reflexões de Locke (1632-1704) e, por isso mesmo, representam uma importante contribuição para a compreensão da felicidade no paradigma clássico.

De acordo com Lazzeri (2006), Locke partiu do pressuposto de que a ação humana orienta-se de tal modo a buscar aumentar os prazeres e diminuir as dores, de forma que tudo aquilo que aumenta os prazeres e diminui as dores é considerado como bem e, de forma inversa, tudo aquilo que diminui os prazeres e aumenta as dores é considerado mal.

Na medida em que ele argumenta que as noções de bem e mal decorrem diretamente de julgamentos que os indivíduos fazem sobre quais elementos e/ou ações lhes conferem prazer ou dor, Locke aceita a proposição de que ‘prazeres e dores’ e ‘bem

[15] Importa lembrar que o epicurismo, que embasou fortemente o paradigma de felicidade na idade clássica, tem suas origens na concepção aristotélica de felicidade, no qual determinados prazeres mundanos, tais como a convivência com pessoas queridas, o lazer, a boa alimentação entre outros, seriam elementos fundamentais para a obtenção e conservação da felicidade (MCMAHON, 2006; CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006; ALBORNOZ, 2009).

e mal' são valores *relativos*, isto é, os elementos constitutivos da satisfação humana são particulares e contingenciais, de modo que dependem diretamente da avaliação do próprio indivíduo sobre quais elementos ou ações lhes confere prazer ou dor. Nesse sentido, é possível afirmar que a felicidade está intimamente relacionada com a utilidade dos elementos, de forma que aqueles elementos que fazem bem ao indivíduo são considerados úteis à sua felicidade[16].

Ainda de acordo com Lazzeri (2006), os escritos de Locke evidenciam que o prazer e a dor, apesar de serem sensações duais e excludentes, isto é, a existência da dor necessariamente eliminaria a possibilidade do prazer, e vice-versa, eram sentimentos que poderiam coexistir no indivíduo no mesmo intervalo de tempo. Isto porque, sendo a vida humana composta de diversas sensações sobrepostas, parte destes elementos poderiam gerar dores enquanto outras poderiam gerar prazer ao indivíduo. Todavia, em seu esquema filosófico, o peso atribuído às dores era muito maior que ao prazer, de modo que, segundo ele, uma dor, por menor que fosse, seria capaz de macular o prazer da vida de um indivíduo. Diante disso, Locke define que a felicidade reside "na obtenção, uma vez eliminada toda a dor, do maior grau possível de prazer, prolongado sem interrupção, ou interrompido por inquietações de curta duração" (LAZZERI, p.332, 2006).

Ao destacar que a felicidade de um indivíduo somente pode vir a existir quando for eliminada toda a dor, além de basear-se no princípio grego da *aponia*, Locke recupera a perspectiva da ação racional de tipo instrumental de que os indivíduos devem utilizar a razão para a resolução de problemas materiais da vida humana, de modo a eliminar as dores, inclusive físicas, para a obtenção de uma vida feliz (LAZZERI, 2006).

Entretanto, diante de tantas necessidades e desejos díspares na busca dos prazeres mundanos, Locke também faz o questionamento corrente na idade clássica de como poderia haver harmonia entre os indivíduos diante da concorrência entre os indivíduos para a satisfação de seus desejos. Como resposta a esta dúvida, Locke afasta-se do pensamento contratualista clássico e, recusando a existência de um acordo tácito e racional dos indivíduos em favor do Estado-nação, reaproxima-se de uma perspectiva

[16] A concepção de que a felicidade depende da utilidade dos elementos que podem conferir prazer ou dor aos indivíduos e coletividades é intensamente explorada por Jeremy Bentham em sua teoria utilitarista (BENTHAM, 1984).

sagrada, defendendo a ideia de que Deus, sendo o único e verdadeiro proprietário de tudo e de todos, regula o comportamento dos indivíduos na medida em que estes, reconhecendo a onipotência divina, refreiam seus próprios desejos em favor de uma ação moral e que, somente por meio da paz conseguida pela moralidade, os indivíduos conseguiriam buscar eliminar suas dores e obter a felicidade (LAZZERI, 2006).

O retorno de Locke a uma perspectiva moral de felicidade alinhada ao elemento racional da ação evidencia a elaboração de uma síntese das perspectivas moral e racional, antes consideradas contraditórias. Ao contrário do que poderia se supor, a relação de complementaridade entre moral e racionalidade não é uma particularidade presente na obra de Locke, mas, na realidade, representa a própria característica do pensamento dominante do século XVII, no qual a junção da moralidade e da racionalidade surgem como condicionantes da realização da felicidade na vida humana.

Nesse sentido, somente pode ser considerado como um bem tudo aquilo que for útil não apenas para a obtenção do prazer individual, mas, sobretudo, para a harmonia dos indivíduos em sociedade. Não obstante a aproximação dos pensadores clássicos com os pressupostos epicuristas de obtenção de prazer, inclusive mundano, a dimensão da ação moral também presente na perspectiva clássica aproxima-se de forma inequívoca com os filósofos estoicistas gregos e sua dimensão moral da felicidade.

Em que pese todas as contribuições de Locke aos estudos da felicidade, a maior delas, sem dúvida, é sua perspectiva do caráter predominantemente *subjetivo* e *contingencial* da felicidade. Nas tradições filosóficas passadas, a felicidade era tratada como um estado de espírito (ou mental, para usar uma terminologia moderna), que os indivíduos poderiam alcançar de maneira objetiva através do disciplinamento, representado pelo autocontrole e renúncia aos bens corpóreos em favor de elementos considerados como sagrados. De maneira diferente, Locke destaca que a felicidade resulta da relação existente entre prazer e dor, mas, intencionalmente, ele não define quais elementos podem trazer prazer ou dores ao indivíduo, justamente porque para ele a sensação de prazer ou de dor depende exclusivamente da avaliação particular de cada indivíduo.

A felicidade, então, deixa de ser considerada como um estado do ser determinado de forma objetiva e externa e passa a ser considerada como um elemento

estritamente subjetivo, isto é, variante no espaço e no tempo de acordo com o nível de prazer alcançado por cada indivíduo, ainda que seja social e culturalmente determinado.

Não obstante o elemento divino ocupar um lugar central em sua obra, já que ele mesmo afirma ser Deus o meio para que os indivíduos encontrem o equilíbrio necessário para a vida em sociedade, ele não é o fim, isto é, a busca pela felicidade não se encerra em Deus. A felicidade, então, deve ser buscada também nos elementos materiais que eliminam as dores e trazem prazer ao indivíduo, cada um devendo buscar os elementos que lhes satisfaçam, ainda que tais desejos sejam moderados em função da ação moral.

Com isto, apesar de serem iniciados os apelos pela busca de prazeres corpóreos, a exigibilidade pela ação moral continua a existir. Na concepção clássica, a tônica da agência individual estava na tensão entre a busca individual pelos prazeres e a manutenção da ordem social, descrita como a felicidade coletiva, ou da maioria. É neste sentido que os indivíduos abririam mão de parte de seu poder individual em favor do Estado soberano, então representado pela instituição da monarquia absolutista. Essa é a base das teorias do contrato social, das quais a obra *O leviatã*, de Thomas Hobbes, publicada em 1651,constitui-se como um dos mais emblemáticos discursos em favor da violência institucional como meio de pacificação dos interesses individuais e obtenção da felicidade coletiva em torno do Estado.

De acordo com Chevallier (2002), Hobbes destaca que os indivíduos, naquilo que ele chama de “estado natural”, buscam de forma instintiva saciar seus apetites e desejos mundanos, de forma que a própria felicidade não é senão a realização constante desses desejos, buscada sempre por meio do cálculo racional, isto é, através de estratégias de ação.

Entretanto, como também faz parte do estado natural dos indivíduos viverem em coletividades, revela-se como uma ameaça constante o estado de guerra entre os indivíduos que, perseguindo seus interesses puramente individuais, podem levar à aniquilação mútua da espécie. Por isso mesmo, defende Hobbes, os próprios indivíduos querem e formam o “estado artificial”, O *Leviatã,* que nada mais é que o Estado forte, com Leis e possibilidade de punição, que protegerá os indivíduos da aniquilação decorrente da luta de uns contra os outros.

Tomando como base a necessidade expressa por Hobbes da existência de uma entidade superior aos indivíduos que lhes regule as ações privadas, é possível identificar claramente a existência de duas concepções antagônicas de felicidade: uma de tipo individual, aquela que repousa da satisfação de prazeres corpóreos particulares, e a felicidade coletiva, que emerge da coexistência pacífica entre os indivíduos na sociedade, sendo necessária, para isso, a existência de um poder que limite a felicidade individual em favor da felicidade coletiva. E, a única maneira possível de se obter essa felicidade coletiva, considerada como sendo mais importante do que a felicidade privada porque protegeria todos os indivíduos do mal maior que é a morte, seria através do Estado absoluto.

É preciso considerar, como o fazem Chevallier (2002) e Caillè (2006), em que medida a mensagem do Leviatã não é uma defesa ideológica do absolutismo. Entretanto, é inegável sua concepção coletivista de felicidade e o papel central desempenhada pela violência institucional, considerada como o único meio capaz de conduzir os indivíduos à verdadeira felicidade, que é a existência física seguida da paz, elementos imprescindíveis à realização, inclusive, das felicidades individuais.

### 1.1.4 A FELICIDADE NO ILUMINISMO

O questionamento e a oposição radical ao absolutismo, embora tenha existido de forma difusa mesmo durante o apogeu absolutista na Idade clássica, veio a tornar-se um sistema de ideias dominante somente a partir dos ideais iluministas originados no século XVIII, sobretudo, a partir de suas consequências nas próprias concepções de indivíduo e individualidade na modernidade. A partir do iluminismo, a relação estabelecida entre a busca pelo prazer e a felicidade individual recupera sua conotação de complementaridade, originada na tradição Socrática.

Numa dupla-crítica tanto à concepção teológica medieval que enxergava nas dores o meio necessário à obtenção da felicidade, quanto ao pressuposto absolutista de que somente o Estado poderia conduzir os indivíduos à verdadeira felicidade, de tipo coletivo, os iluministas defendem a obtenção de prazeres individuais, mesmo aqueles considerados como físicos/corpóreos, como meio de obtenção da felicidade, não

descuidando, entretanto, de uma preocupação moral com os conteúdos e limites desses prazeres.

A relação de complementaridade existente entre prazer e felicidade origina-se do papel atribuído pelos iluministas à *razão*. Em substituição às forças exógenas na idade média (Igreja cristã) e na idade clássica (Estado absoluto), que definiam normativamente os conteúdos supostamente universais da felicidade, para os iluministas apenas a razão aparece como único meio efetivo à disposição do indivíduo para alcançar a felicidade. Isto significa que, não mais instituições externas obrigariam o indivíduo à perseguir uma finalidade última para a obtenção da felicidade, mas o próprio indivíduo, internamente, através do uso da razão, deveria escolher o conteúdo de seu prazer e buscar efetiva-lo.

A busca pela felicidade individual, diferentemente da concepção hobbesiana, não necessariamente conduziria o indivíduo à guerra de uns contra os outros, pois através da razão o próprio indivíduo saberia calcular os limites e as consequências de seus prazeres, que de todo modo, seriam muito mais relacionados aos prazeres provenientes de satisfações intelectuais do que propriamente aos ‘prazeres abusivos’ já denunciados por Sócrates.

Na busca pelos verdadeiros prazeres individuais, os iluministas estabeleceram forte crítica à violência institucional. Se por um lado a defesa do absolutismo argumentava que os homens corriam sério risco de aniquilarem-se uns aos outros devido às suas buscas naturalmente egoístas, devendo por isso mesmo serem limitados por um Estado forte, Rousseau (1712-1778), por outro lado, criticou justamente o pressuposto de que o Estado, em sua essência, traria a paz por meio do monopólio do uso da força. Ao contrário, o pensador denunciava a possibilidade real da usurpação dos poderes legítimos do Estado por tiranos que, embora se autodeclarassem esclarecidos, utilizavam a violência institucional para subjugar os demais indivíduos e manter seu poder.

Diante do declínio da influência religiosa que legitimava o direito divino dos reis e da emergência da razão que questionava justamente poder absoluto, o Estado-forte passava a basear-se tão somente na violência como meio de manutenção do poder. Por isso mesmo, defendia Rousseau, que um bom governo não seria necessariamente aquele

mais forte, mas sim aquele que efetivamente tornasse melhor a vida do maior número de cidadãos possível (CHEVALIER, 2002; DOMENECH, 2006).

A partir dos pressupostos iluministas é possível considerar que o indivíduo passa a adquirir verdadeiramente o seu *status* de individualidade: não sendo mais representado como mera parte de um todo, devendo integrar-se em sociedade inclusive através da coerção, agora a concepção dominante do indivíduo o representa como parte consciente e por isso mesmo ativa da sociedade. Isto significa que, através do uso da razão, o indivíduo tem restituída sua capacidade de escolher conscientemente seus prazeres, calcular racionalmente os meios de obtê-los, antecipar suas consequências, evitar transformar os prazeres em dores para si e para os outros e finalmente, de agir instrumentalmente de forma a perseguir sua felicidade.

Numa espécie de recuperação e ampliação da tradição socrática, o indivíduo iluminista passa a ser apontado como único responsável por sua própria felicidade, que não mais se realiza no suposto plano do reencontro de sua essência natural ou divina, mas é realizada no primado de sua própria individualidade. E, como não poderia ser diferente, a partir da ideia de normatividade da individualidade humana, felicidade e violência institucional passam a apresentar relação de exclusão, sendo a violência, sobretudo aquela apoiada no discurso de limitar a ação egoísta como forma de fortalecimento da coletividade, passa a ser representada como uma forma inaceitável de usurpação do poder institucional com fins de limitar a capacidade de ação e realização humana.

A tensão entre a fruição de prazeres e a necessidade do agir moral, presente também na obra de Locke, de Hobbes e de Rousseau, não significa um problema restrito aos pensadores da Era clássica, mas representa, na realidade, o dilema de todas as correntes que buscam estudar o problema da felicidade. E, longe de serem encontradas soluções definitivas para esta tensão, a partir do surgimento das ideias iluministas no século XVIII, que questionavam, de um lado, o poder da religião, e de outro, o poder secular das monarquias absolutistas, verifica-se o recrudescimento do antigo problema sobre quais fatores podem ser apontados como fonte da felicidade humana, se seria a renúncia aos prazeres terrenos, a busca infatigável por eles ou o equilíbrio entre os apetites individuais em favor da harmonia social.

Desse modo, constata-se a emergência de um novo paradigma de felicidade caracterizado, por um lado, pela ampliação da relação entre felicidade e prazeres mundanos e, por outro lado, pela problematização da moralidade da ação humana. Esta tensão permanece de forma evidente em todos os escritos na modernidade, absolutamente influenciados pela perspectiva iluminista.

Os pressupostos iluministas, embora tenham sido gestados desde o século XVIII, ganharam força e adquiriram status de 'dominante' a partir do século XX, na modernidade. No entanto, afirmar que os ideais de individualidade tornaram-se dominantes na modernidade ocidental não significa dizer que não houve dissensões. No interior da teoria sociológica, por exemplo, os escritos dos fundadores da disciplina – Marx, Weber e Durkheim – surgem no bojo do processo de industrialização então emergente na Europa, cujo contexto era marcado pela erosão de importantes instituições tradicionais, tais como Estado, religião e feudalismo, e na esteira da transformação da própria concepção e representação do indivíduo movida pelo iluminismo. Todas essas alterações serviam como pano de fundo para que esses pensadores, dentre outras coisas, questionassem a própria 'natureza' dos indivíduos e da sociedade, a manutenção da sociedade diante de tantas mudanças e, sem dúvida, sobre a possibilidade da felicidade dos indivíduos. Tudo isso com uma profunda desconfiança com a razão instrumental.

Não obstante as promessas do projeto iluminista de liberdade e realização humana por meio do uso da razão, o modelo de felicidade da concepção moderna foi em grande medida frustrado com as experiências totalitárias do século XX que, a exemplo do fascismo, do nazismo e das experiências ditatoriais comunistas, basearam-se justamente no discurso da promessa da realização humana para subjugaram grandes massas de indivíduos por meio da violência, inclusive institucional.

A questão da impossibilidade da realização humana diante das experiências totalitárias é tematizada de forma particularmente significativa pelos membros da chamada Escola de Frankfurt que, embora apresentem divergências teóricas internas, em geral revela-se profundamente crítica com a condução da política na sociedade industrial avançada, sobretudo, com a fé iluminista de que a racionalidade técnica, isto é, o uso da razão como forma de controlar a natureza por meio da técnica, seria ideologicamente neutro, ou seja, necessariamente utilizado para o progresso coletivo da humanidade. A ênfase política da Escola de Frankfurt pode ser compreendida a partir da

ideia geral de que “a racionalização não poderia mais então constituir uma solução às patologias das sociedades modernas. Ela é, ao contrário, a expressão e a causa dessas patologias” (CHANIAL, 2006, p.674).

### 1.1.5 A FELICIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

É do paradoxo entre os valores iluministas – o primado da individualidade humana, a fé na razão, a igualdade, a liberdade e a fraternidade – e a desconfiança com as estruturas política, econômica, social e cultural do sistema capitalista que emergem as concepções contemporâneas de felicidade. Nela, a opção ontológica pela individualidade encontra-se plenamente solidificada e, com base no pressuposto de que o indivíduo é, por excelência, o autor de sua vida, ele agora é considerado como o único agente capaz de promover a sua própria felicidade.

Em épocas anteriores, registra-se a existência de *paradigmas dominantes* da felicidade, cujos valores, sempre de caráter universalista, orientavam normativamente os comportamentos individuais sob a promessa de promover a felicidade. É neste sentido, por exemplo, que Sócrates recomendava o autocontrole na Grécia clássica, Santo Agostinho pregava os valores cristãos na idade média cristã, Locke recomendava a ação moral na idade clássica e os iluministas defendiam a fruição dos prazeres mundanos. Isto significa que, em cada época, os valores eram considerados em absoluto, ou seja, não se levava em consideração que eram socialmente construídos e partilhados, no espaço e no tempo, por um grupo social específico, podendo haver distinções entre os desejos de indivíduos e grupos sociais.

De forma análoga, na contemporaneidade também se registra a construção de valores normativos que, fortemente baseados em práticas discursivas, buscam orientar os comportamentos individuais em favor da felicidade. Contudo, diferentemente de épocas anteriores, na contemporaneidade constata-se a emergência de *múltiplos paradigmas* de felicidade, isto é, diversos fatores, muitas vezes divergentes entre si, que passam a ser discursivamente identificados como fontes da felicidade. Estas novas concepções tendem a reduzir o caráter universalista da felicidade, na medida em que passam a coexistirem múltiplos valores por meio dos quais os indivíduos podem devem guiar suas ações em favor da felicidade.

Neste sentido, a felicidade deixa de ser compreendida como a consequência da ação (sempre moral) baseada em valores promovidos por instituições externas ao indivíduo, a exemplo da religião e do Estado, e passa a ser interpretada como resultante da própria agência humana, sendo o indivíduo o único responsável pela definição dos conteúdos de sua própria felicidade e pelas ações em busca da felicidade. Em suma, na contemporaneidade é o próprio indivíduo quem deve escolher os valores que guiam a sua busca pela felicidade.

Obviamente, o processo de construção social de valores que são associados à felicidade e as motivações que fazem com que os indivíduos escolham os valores por meio do qual devem guiar suas ações é altamente complexo e diversificado[17]. Neste processo, valores tradicionais oriundos das religiões e do coletivismo são recuperados e passam a coexistir com 'novos' valores construídos a partir da perspectiva hedônica, principalmente aqueles vinculados à fruição de prazeres mundanos. Com base nas múltiplas opções de valores e concepções de felicidade, o indivíduo vê-se compelido a escolher, não raro de forma dinâmica, fluída e contraditória, os valores por meio dos quais guiarão suas ações em busca da felicidade.

Apesar da existência de múltiplos valores e diferentes concepções de felicidade, a partir da modernidade e, principalmente, da contemporaneidade, o *hedonismo* emerge como a marca indelével do valor associado à felicidade. Embora a concepção de hedonismo abranja amplos fatores, ela pode ser caracterizada como o contínuo estímulo ao *consumo*.

De acordo com Slater (2002), a partir da modernidade ocidental, o consumo deixa de ser apenas regulado por modos de vida e práticas sociais que são previamente determinados por instituições socioculturais tradicionais, e passa a ser, ele próprio, determinante da reprodução cultural da sociedade, cada vez mais mediada pelos bens comercializados no mercado.

Diferentemente de outras épocas, quando importantes instituições como a religião, a política ou o trabalho determinavam a reprodução cultural das sociedades e o uso dos bens de consumo, na modernidade, o consumo passa a ocupar o espaço privilegiado de vetor da reprodução cultural e da própria constituição identitária dos

[17] A discussão a respeito da felicidade como valor socialmente construído e intersubjetivamente partilhado é realizada a partir da seção 1.2., da presente tese.

indivíduos e grupos sociais, dentro do processo definido como a comercialização da vida. Isto significa que, somente a partir modernidade ocidental, o modo de pensar, as necessidades, os desejos, as formas de participação e o estilo de vida são estruturados e efetivados por meio do consumo privado de mercadorias disponibilizadas pela indústria e colocadas em circulação no comércio. Assim, o consumo moderno nas sociedades capitalistas é mediado pelas relações de mercado, resumindo-se necessariamente ao consumo privado de mercadorias, transformando o indivíduo no consumidor universal e impessoal, isto é, cujas características pessoais são encobertas sempre pela relação de troca de mercadorias, sobretudo, o salário.

Campbell (2001) destaca que o consumo moderno se caracteriza pelo processo ininterrupto de permanente criação de novas necessidades e insaciabilidade dos desejos, dentro do ciclo que ele qualifica como de desejo-aquisição-desilusão-desejo renovado. Para ele, enquanto o consumidor das sociedades tradicionais consumia os objetos segundo as normas estabelecidas pela tradição, de modo que o novo era considerado uma ameaça à coletividade e, portanto, imoral, o consumidor moderno, ao contrário, vive o processo incessante da busca pelo novo, o que, segundo ele, demonstra que a propensão ao consumo não teria nenhum fundamento biológico, mas seria eminentemente cultural.

Neste sentido, Campbell (2001) sustenta que o comportamento hedonista caracteriza-se em todo e qualquer tempo e lugar a busca de prazer através da satisfação dos desejos. Contudo, no hedonismo tradicional, o desejo e a busca pelo prazer dele derivada são desencadeadas pela memória, isto é, do conhecimento prévio das qualidades que um determinado objeto ou experiência pode oferecer a quem o desfruta. Já no hedonismo moderno, ao contrário, os objetos e as experiências não seriam desejados pelos indivíduos em função de suas possíveis qualidades intrínsecas, mas o desejo surgiria, antes, da capacidade imaginativa do indivíduo de antecipar o prazer que decorreria do desfrute de um determinado objeto/experiência. Desse modo, os indivíduos conduziriam suas ações menos para obter prazer através de objetos e experiências já conhecidos, mas projetariam mentalmente seus desejos justamente em objetos/experiências novas, isto é, em bens de consumo que ainda não geraram efetivamente uma satisfação sensorial para eles, mas que permanecem como uma promessa ser cumprida, um desejo não-satisfeito que gera prazer desde o ato de desejar.

É precisamente o poder imaginativo a característica principal do moderno hedonismo auto-ilusório, isto é, a capacidade do indivíduo de obter prazer não do desfrute material/sensorial dos objetos, mas do prazer antecipado decorrente de sua própria capacidade de desejar ardentemente um objeto ou experiência e a ele atribuir significados e gerar expectativas, que, como destaca o próprio autor, são sempre frustradas na medida em que o consumo é efetivado. Nesse sentido, a fantasia e o devaneio conduzem aos anseios, que aparecem como elementos fundamentais no moderno hedonismo auto-imaginativo.

No moderno hedonismo auto-imaginativo, o prazer associado a um objeto ou experiência não decorre da satisfação adquirida por seu desfrute material, mas, ao contrário, provém justamente da estimulação emocional, isto é, da perspectiva de obtenção de prazer que é construída justamente através da antecipação mental caracterizada pelo devaneio. Assim, o hedonismo moderno é auto-ilusivo, o desejo e o prazer se fundem na criatividade do indivíduo e, por isso, ocorrem ao mesmo tempo, dependentes exatamente da perspectiva de prazer associada a um objeto de consumo ou experiência, fazendo com que o indivíduo passe efetivamente a 'sonhar' com o prazer que lhe traria o consumo daquele objeto. Isto significa que, a rigor, o prazer não seja decorrente do desfrute material, e, portanto, real de um objeto ou experiência, mas o prazer já surge, ainda que de forma ilusória, mas efetivamente sentida como real pelo indivíduo, desde o momento do desejo e do devaneio.

Segundo Campbell (2002), a criação incessante de novas necessidades é o resultado direto do poder imaginativo e do prazer auto-ilusório que emergem a partir do hedonismo moderno. O prazer decorre justamente da atividade de devanear, do "sonhar acordado" com um objeto ou experiência, e a consumação deste objeto de desejo ou simplesmente a superposição de diferentes objetos de desejo muitas vezes no mesmo intervalo de tempo, fazem com que o indivíduo esteja permanentemente construindo sonhos, fazendo com que os objetos de prazer sejam constantemente reeditados, de modo que o hedonista moderno vive muito mais em seus devaneios do que propriamente na realidade, vivendo constantemente em seus anseios, o que permite compreender o estado de permanente insaciabilidade que marca o consumidor moderno, sempre em busca do novo.

A emergência do consumo pode apresentar impactos bastante negativos na felicidade humana. De acordo com Slater (2001), o maior paradoxo é a contradição existente entre a maior produção de bens e o crescimento da insatisfação das necessidades, da pobreza e da exploração. Como ele próprio afirma, na vida moderna, onde a produção atinge a capacidade de eliminar as necessidades, nunca se viu tanta miséria e exploração. A lógica inerente da cultura do consumo, longe de libertar os indivíduos do reino das necessidades, ao contrário, os coloca numa situação de permanente vulnerabilidade, dependência e exploração, típicas da moderna organização capitalista, onde a satisfação das necessidades simplesmente significa a estagnação econômica. Neste sentido, ao mesmo tempo em que os indivíduos produzem mais coisas, uma parte maior da vida social é produzida como se fosse ela própria uma coisa, causando um distanciamento e a alienação.

Ao longo do processo de refinamento, que se caracteriza pela criação de necessidades humanas que não são meramente biológicas, mas culturais, os indivíduos, através do trabalho, criam objetos por meios dos quais buscam dominar a natureza, satisfazendo, assim, suas necessidades refinadas. Todavia, neste processo, emerge a relação dialética entre o indivíduo e os objetos. No processo dialético de produção e transformação objetiva do mundo, os indivíduos passam a apresentar grande dificuldade de se reconhecerem nos objetos criados e no próprio mundo por eles transformado, surgido exatamente pelo problema da alienação.

Na medida em que o mundo rico de objetos criados pelos indivíduos através de seu trabalho não mais é reconhecido como um mundo criado pelos indivíduos, mas, de forma absolutamente contraditória, os indivíduos podem efetivamente escolher coisas prazerosas, mas não conseguem assimila-las dentro de um processo de autodesenvolvimento, todas as coisas da cultura do consumo aparecem sob uma forma alheia, estranha, distanciada, apenas como objetos sensoriais, alienados, inúteis. Se o indivíduo não mais reconhece o seu trabalho, sua subjetividade e o mundo que ele mesmo constrói, a relação mantida por ele com esses objetos deixa de ter como referência básica o valor de uso e passa a ter como referência o valor de troca, de modo que todos os objetos criados pelos indivíduos, e a própria vida social, deixam de ter o seu valor intrínseco segundo a utilidade que têm e passam a ser representadas pelo seu valor de troca, ou seja, nas sociedades capitalistas o acesso aos objetos somente pode ser

efetivado por meio de trocas comerciais. Nesse particular, onde o valor de troca é mediado pelo dinheiro, os indivíduos perdem de vista sua posse, mantendo uma relação fetichista com o seu próprio trabalho e com as mercadorias, dando azo justamente às relações de exploração, alienação e distanciamento (SLATER, 2001).

É possível afirmar também que as tensões causadas pela cultura do consumo no indivíduo podem ser discutidas em termos do conceito do sofrimento psíquico. Para Ehrenberg (2004; 2005), o sofrimento psíquico e a saúde mental são os principais pontos que assinalam a individualização da condição humana na sociedade, trazendo consigo diversos problemas de ordem psicossocial. Nesse sentido, a hipótese do autor é que o sofrimento psíquico e saúde mental são "a expressão pública de tensões de um tipo de indivíduo que demanda certos tipos de disciplina e obediência, mas, sobretudo, de autonomia, de capacidade de decisão e de agir por conta própria" (Ehrenberg, 2005, p.19), que seriam justamente a marca da cultura moderna ocidental.

Dantas (2008) explica que Ehrenberg busca evidenciar o peso psíquico da obrigatoriedade social normativa dos indivíduos pela individualidade, mas que, de forma ambivalente, nem sempre todos os indivíduos disporiam dos meios para efetivar tal autonomia. Isto significa que, no que se refere aos problemas relativos ao bem-estar psicológico, para além da existência de distúrbios de ordem fisiológica, os conceitos de sofrimento psíquico e saúde mental foram construídos para incluir no rol de discussões de problemas psíquicos a perspectiva da problemática social, ou seja, para evidenciar que determinados tipos de problemas psicológicos são também o reflexo da exigibilidade social da autonomia dos indivíduos e suas capacidades de decisão e ação pessoal em sociedade, mas que muitas vezes não encontram os meios de serem efetivados.

Para explicar essa tensão entre normatividade da autonomia do indivíduo na sociedade moderna, Dantas (2008) destaca que a noção de *indivíduo* na modernidade apresenta uma dupla significação que, de um lado significa a unidade indivisível da espécie humana, sujeito da palavra e do pensamento; e de outro, e até mais importante, o indivíduo passa a ser representado como um valor supremo, tornando-se a expressão máxima de sua autonomia, sendo apontado como totalmente responsável por seus atos e por suas decisões, o que significa, portanto, a subjetivação do ser. Segundo a autora, é precisamente nesse contexto de subjetivação que o imperativo pela busca da autonomia

do indivíduo na sociedade pode acarretar o sofrimento psíquico. Isto porque cada vez mais existe um apelo social para que o indivíduo aja segundo suas próprias decisões pessoais, decisões estas que, normativamente, devem conduzir o indivíduo à excelência e à perfeição, mas que, apesar de ser uma norma social, o resultado nem sempre é encontrado pelo indivíduo de forma satisfatória, resultando, portanto, numa tensão de exigência social por autonomia e a possível perspectiva de fracasso por parte deste indivíduo, fracasso esse evidenciado muitas vezes pela incapacidade do indivíduo de corresponder satisfatoriamente à busca tanto da propriedade material como do autocontrole de seu corpo, de seu tempo e espaço, que, segundo Dantas (2008) são dimensões essenciais da formação identitária na modernidade.

Compreende-se assim que o uso do conceito de sofrimento psíquico busca focar, sobretudo, no sofrimento subjetivo do indivíduo em face da nova organização social contemporânea que exige cada vez mais do indivíduo a adequação às normas sociais, engendrando tensões nas relações entre o indivíduo e a sociedade.

O conceito de sofrimento psíquico é construído com base no argumento de que, para além de componentes biológicos, tal modalidade de sofrimento pode ter como causa as mudanças decorrentes da emergência da modernidade, marcada, sobretudo, pela ambivalência existente entre, de um lado, o fortalecimento do individualismo, ou seja, a exigência para que o indivíduo aja por si mesmo, tome suas próprias decisões, tenha autodomino e, logicamente, que seja responsável pelas consequências de seus atos, e por outro lado, pela ausência de meios para a realização dessa individualização, sobretudo, nas situações de exclusão social.

Não obstante Dantas (2008) destacar que a questão da autonomia do sujeito na modernidade se refere a uma dimensão mais ampla da existência do ser, não dizendo respeito apenas à propriedade material, isto é, a autonomia não se refere apenas á exigência social para que o indivíduo satisfaça suas necessidades a partir de seus próprios meios, advindos principalmente do trabalho, mas incorpora elementos relativos à própria capacidade da agência dos indivíduos, a própria autora sublinha a importância do que ela chama de “condição objetiva de possibilidade”, que é justamente a necessidade que o indivíduo moderno tem de recursos ou de capitais que possibilitem o desenvolvimento de estratégias de autonomia.

Dantas (2008) destaca a noção de *suportes*, que são justamente os recursos e capitais que os indivíduos necessitam dispor para a realização de sua autonomia. Sem tais suportes, com efeito, o indivíduo não tem sua condição de autonomia, estando, por isso mesmo, em flagrante descompasso com as normas sociais da modernidade, o que sem dúvida nenhuma, acarreta em sofrimento. Isso significa que, para além dos sofrimentos físicos decorrentes da falta de recursos para a satisfação de certas necessidades, mesmo alimentares, o sofrimento advindo da falta de recursos, na modernidade e em seu contexto de exigibilidade pela autonomia, reside justamente no fato de que o indivíduo, sem a apresentação de tais suportes, tem negada sua condição de cidadania.

É nesse sentido, portanto, que o conceito de sofrimento psíquico, ao associar a explosão de diagnósticos de depressão e o consumo substancial de antidepressivos com a tensão de autonomia na modernidade, pode ser apontado como a consequência da passagem de uma sociedade fundada sobre a autoridade e a disciplina a um tipo de sociedade onde a norma da ação é a autonomia e a permanente produção de si, e é justamente esse contexto que surgem as compulsões, resultado da busca dos indivíduos de sustentarem, através de produtos e comportamentos, a condição de autonomia deles exigida pelas normas sociais da modernidade.

Em poucas palavras, se nas sociedades tradicionais a norma social vigente apelava para a autoridade, o autocontrole dos indivíduos para viverem segundo as normas da comunidade, nas sociedades modernas, ao contrário, existe um apelo, ora explícito, ora velado, para a autonomia, para a liberdade, para a individuação. Nesse contexto, o indivíduo torna-se o único responsável pelo seu próprio destino, por suas ações, por seu sucesso e, no limite, por sua felicidade. Em contrapartida, verifica-se na modernidade o aumento da auto-cobrança do próprio indivíduo pelo seu sucesso, seja profissional ou emocional, tendendo muitas vezes para a concorrência, para o isolamento e para a solidão, parecendo ser bastante factível, portanto, apontar o sofrimento psíquico na modernidade como produto do apelo á autonomia.

Parece ser evidente o lugar ocupado pelo consumo na modernidade, cujo significado não diz respeito somente ao ato de adquirir produtos e serviços necessários à sobrevivência ou mesmo à simples satisfação de supérfluos socialmente valorizados. Mais do que isso, a cultura do consumo significa que na modernidade o consumo

converte-se no principal meio de representação do sucesso, logo, da autonomia do indivíduo requerida pela norma social moderna. O consumo, assim, muito mais que o processo de aquisição de objetos segundo o valor de uso destes, contém em si uma dimensão simbólica essencial para o indivíduo moderno, sobretudo, contemporaneamente.

A crescente importância da dimensão simbólica do consumo nas sociedades contemporâneas pode ser explicada como a passagem da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores. Se na primeira o trabalho aparece como a principal referência da autonomia dos indivíduos, já que nas sociedades modernas o trabalho (emprego) apresenta-se como o principal elemento de integração dos indivíduos, uma vez que a lógica da sociedade de produtores é que cada indivíduo desempenhe uma função produtiva na sociedade sob pena de deslegitimar-se enquanto cidadão caso não ocupe uma posição profissional socialmente aceita dentro da hierarquia social (Cf. Goffman, 2008; Organista, 2006), na sociedade de consumidores, ao contrário, o lugar social ocupado pelo indivíduo passa a ser determinado principalmente a partir da capacidade de consumo do indivíduo, sobretudo, os itens de maior valor social, isto é, aqueles mais almejados em virtude especialmente dos apelos publicitários.

De acordo com Retondar (2008), a passagem da *sociedade do trabalho* para a *sociedade do consumo*, isto é, o trabalho deixa de ser o elemento-chave de produção e reprodução social em favor do consumo é uma das características mais marcantes da organização social contemporânea. Para ele, a sociedade do consumo caracteriza-se pelo desejo socialmente expandido de aquisição do supérfluo, do excedente e do luxo, estruturando-se, assim, pela constante insatisfação dos indivíduos, onde uma necessidade preliminarmente satisfeita gera quase automaticamente outra necessidade, num ciclo que não se esgota e cujo ato final é o próprio desejo do consumo. Nesse sentido, o consumo sai da esfera da produção econômica e passa a adquirir símbolos e significados próprios, fazendo com que o ato de consumir adquira capacidade geradora desde a organização social até a produção de identidades.

De forma lógica, compreende-se o impacto que a exigência social pelo consumo acarreta nos indivíduos que, por não terem acesso aos recursos que possibilitem a efetivação do ato de consumir, ficam à margem na sociedade de consumidores. Sobre isso Bauman (2005), ainda que de forma ensaística, argumenta que na sociedade de

produtores, por mais que os salários sejam baixos e que o prestígio de determinadas funções produtivas seja aquém das exigências da sociedade, o lugar social estava garantido para quem ocupasse um lugar no sistema de produção, recebendo, assim, uma condição de cidadania e dignidade, ainda que relativamente mais ou menos baixa segundo a hierarquia na estratificação social. Na sociedade de consumidores, contudo, a questão da dignidade se torna muito mais excludente, uma vez que não basta desempenhar uma função produtiva, mas é preciso ter os meios suficientes (dinheiro nas sociedades capitalistas) para o consumo que é, senão a única, mas a principal forma de inscrição no social. Assim, torna-se evidente o sofrimento daqueles indivíduos que, inseridos num contexto social cuja característica marcante é o apelo ao consumo, isto é, a ostentação de determinados símbolos de sucesso pessoal, não encontram os meios necessários para a aquisição de bens socialmente valorizados, tornando-se, por isso mesmo, estigmatizados pelo fracasso em não conseguirem uma posição social satisfatória numa sociedade que prima pela auto-superação e pela concorrência como formas de conquistar o sucesso material. Nesse sentido, apesar de o indivíduo muitas vezes não encontrar as oportunidades necessárias para melhorar seu desempenho, seja pela escolarização ou pela própria dinâmica da economia, a culpa pelo fracasso nunca é atribuída à estrutura, ela é sempre individualizada. Não foi a sociedade que falhou, mas o indivíduo que não foi capaz de "vencer", e esta percepção de fracasso, sem dúvida alguma, é absolutamente terrível para a própria identidade construída pelo indivíduo.

Todavia, o sofrimento psíquico que pode ser experimentado na sociedade de consumidores não se restringe somente àqueles consumidores falhos, isto é, aos indivíduos que não têm os meios necessários para manterem-se como consumidores ativos. O sofrimento proveniente da exigibilidade do consumo pode abranger um universo muito maior de indivíduos, inclusive aqueles que estão permanentemente engajados no consumo, gerando, assim, uma espécie de segundo grupo de portadores de sofrimento psíquico.

Como destaca Ehrenberg (2004), o ato de consumir, não obstante ser uma poderosa fonte de prazeres e de satisfação pessoal, ao tornar-se uma obrigação determinante da organização social contemporânea pode, no limite, transformar-se em elemento causador ou potencializador de certas modalidades de sofrimento psíquico, como a depressão ou a compulsão, seja pelo mal-estar causado para os indivíduos que

não possuem os meios necessários para satisfazer a condição de consumidores, existindo aí uma clivagem de classe social, mas principalmente pelo fato de o consumo significar um processo orientado para um fim cujo término nunca ocorre, tornando-se o consumo uma fonte de compulsões e de comportamentos repetitivos devido à impossibilidade de satisfação plena.

Nesse sentido, não obstante o consumo ser o principal meio para a aquisição e demonstração de sucesso pessoal, de forma absolutamente contraditória ele jamais levará o indivíduos à condição de satisfação plena, pela própria dinâmica do capital (Slater, 2002), realimentando de forma permanente o ciclo de desejo-aquisição-desilusão-desejo renovado, conforme descrito por Campbell (2001), onde a satisfação de uma necessidade sempre leva, imediata e necessariamente, ao desejo de satisfação de outras necessidades, num processo inesgotável de geração de insatisfações e frustrações. Desse modo, volta-se ao antigo problema socrático da impossibilidade da satisfação plena das necessidades via prazer corpóreo, não podendo jamais ser a busca pelo gozo dos desejos físicos ser a fonte da felicidade humana (Caillè, 2011).

Longe de significar a possibilidade de alcance da plenitude via aquisição de objetos de desejo constantemente criados e recriados pela indústria, a repetição dos atos de consumo pode levar ao sofrimento psíquico. A aquisição de bens materiais e simbólicos socialmente valorizados somente é realizada pelos indivíduos mediante a obtenção de recursos financeiros que, por sua vez, somente são alcançados nas sociedades capitalistas por meio do trabalho. Isso significa que o indivíduo deve trabalhar cada vez mais para tentar obter mais recursos para a satisfação de suas necessidades de consumo, o que pode acarretar em consequências prejudiciais ao próprio consumidor diligente, como, além da própria insatisfação com os produtos obtidos, pois sempre desejará outros, a diminuição de seu tempo livre, o que pode fragilizar os laços do indivíduo com seus familiares e amigos, tornando-o ainda mais isolado, dedicado somente às funções produtivas e de consumo (Layard, 2008).

Não é de causar surpresa, portanto, que se em sociedades tradicionais a doença da moda era a histeria, isto é, o desejo pela individuação frente a uma organização social pautada pela disciplina e pelo autocontrole, a tônica das sociedades modernas seja o isolamento e a depressão, causados justamente pela auto-cobrança do indivíduo com o seu próprio sucesso, medido nunca pela qualidade de seus vínculos emocionais, mas

sempre e infelizmente pela ostentação de símbolos materiais. É essa constatação que está na base, portanto, das afirmações de Dantas e de Ehrenberg de que a norma social da autonomia pode ser considerada uma fonte de sofrimento psíquico para o indivíduo na contemporaneidade.

Com isto, diferentemente da postura etnocêntrica generalizada, afirmar que emerge na contemporaneidade a ideia dominante de que os indivíduos podem ser mais felizes, não significa que de fato os indivíduos de hoje são mais felizes que os de outrora e nem mesmo de que existem hoje maiores possibilidades de o indivíduo alcançar uma felicidade isenta de sofrimentos (BAUMAN, 2009). O que se deseja afirmar aqui é que, muito mais do que em qualquer outra época, a individualidade, a liberdade e a fé na razão foram levados ao extremo na contemporaneidade, fazendo emergir a concepção dominante de que somente o indivíduo, e não a coletividade pode, e efetivamente deve, desenvolver ações que o conduza à felicidade. É a chamada subjetivação da felicidade.

A felicidade deixa de ser apresentada como uma meta a ser alcançada e passa a ser representada como uma norma social: dispondo o indivíduo de maiores recursos materiais e ideológicos para alcançar a felicidade, depende somente dele mesmo ser feliz. E neste projeto contemporâneo de felicidade, então, aqueles que não conseguem de fato sentirem-se felizes correm o sério risco de experimentar o fracasso de não conquistarem a sua própria felicidade. E isto, talvez pela primeira vez na história da humanidade, torna-se um problema não social, mas de fundo individual: se não são mais os outros, os deuses, a religião ou a coletividade, os responsáveis pela (in)felicidade, mas sim o próprio indivíduo, então não ser feliz torna-se um problema individual, uma falha, fazendo com que os infelizes sejam considerados como os novos desviantes, o que pode muitas vezes gerar a infelicidade (CAILLÈ, LAZZERI E SENELLART, 2006; FREIRE FILHO, 2006).

As relações entre indivíduo, sociedade e felicidade são paradoxais na contemporaneidade. Apesar de todo o progresso material oriundo da técnica e da crença na capacidade da ação humana, graves problemas sociais como as desigualdades e injustiças sociais e a violência, por exemplo, em grande medida não foram resolvidos. E surpreendentemente, sobretudo no plano discursivo, estes argumentos deixam de válidos para explicar o sentimento de infelicidade que persiste em acompanhar parte

expressiva dos indivíduos. Se alguém se sente infeliz, a causa de sua infelicidade não é social, mas é apontada como consequência de uma falha individual, subjetiva, e, portanto, moral, devendo o indivíduo buscar avaliar sua vida e ter a capacidade de agir no sentindo de modificar os aspectos que eventualmente estejam em descompasso com a exigibilidade da felicidade. Na contemporaneidade, portanto, a felicidade é normativa.

De forma muito mais complexa que em épocas anteriores, a felicidade na contemporaneidade é representada como podendo, ou mesmo devendo, ser buscada através de diversos elementos, muitos deles antagônicos entre si. É assim que a busca pela felicidade pode ser efetivada desde uma busca hedônica, representada pela fruição de prazeres mundanos, sejam eles corpóreos e/ou intelectuais, até a felicidade proveniente de um conteúdo moral e/ou religioso (VEENHOVEN, 1984, 2003).

Os indivíduos, por conseguinte, teriam maior liberdade de escolha dos elementos que são relevantes para sua própria felicidade. E, se existe a concepção dominante de que existem diversas maneiras de se experimentar a felicidade e de que depende apenas do próprio indivíduo buscar sua felicidade, é de se deduzir que contemporaneamente, ao menos no plano discursivo-normativo, são diminuídas as chances de o Estado interferir na condução deste projeto individualista de felicidade.

Em sua tese a respeito do processo civilizador, Elias (1993) demonstra como, principalmente nas sociedades industrializadas ocidentais, o alto grau de diferenciação, a competição e a integração mediada pelas funções sociais desempenhadas pelos indivíduos acarretou, no longo prazo, em mudanças na estrutura psíquica dos indivíduos de modo que fez emergir costumes e comportamentos individuais baseados no autocontrole.

Para ele, sobretudo em razão das consequências da longa história do disciplinamento dos indivíduos através do uso da força monopolizado pelo Estado, da moderna competição funcional e da exigência social de convivência pacífica e refinada dos indivíduos, formou-se o contexto cultural contemporâneo no qual os indivíduos passaram a cada vez mais regular e disciplinar suas próprias condutas, iniciando o processo de autocontrole, aprendido desde a socialização na infância.

Nesse sentido, os próprios indivíduos veem-se impelidos a refletirem racionalmente acerca das consequências de seus desejos e ações, e por isso mesmo, a regularem seus comportamentos de modo a controlarem seus apetites e vontades,

limitando seus impulsos instintivos em favor de comportamentos considerados socialmente adequados.

## 1.2 CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA AO CAMPO DE ESTUDOS DA FELICIDADE

*O que pode haver de sociológico no estudo da felicidade humana?* Iniciar uma discussão teórico-metodológica a respeito da felicidade questionando os possíveis interesses da Sociologia em abordar a temática torna-se relevante na medida em que se busca justificar a inclusão deste fenômeno no âmbito da investigação sociológica, de modo que o problema possa vir a ser reconhecidamente discutido como um problema sociológico, e, a partir disto, procurar maneiras pelas quais a Sociologia pode contribuir na abordagem deste fenômeno, distinguindo-se de formas como outras disciplinas vêm tratando a temática.

Ao buscar configurar a felicidade como um objeto sociológico e indicar os modos pelos quais ela pode ser abordada por pesquisadores desta disciplina, isto se constitui, automaticamente, em um exercício de formação e delimitação de um campo científico, tarefa imprescindível para a construção de uma linha de pesquisa que seja considerada relativamente *nova* e *relevante* dentro de uma disciplina.

As reflexões de Bourdieu (1976) a respeito da formação e do funcionamento do campo científico expressam, em parte, os desafios que precisam ser encarados para a constituição de uma Sociologia da felicidade. De acordo com o autor:

> "É o campo científico aquele que, como lugar de uma luta política pela dominação científica, atribui a cada investigador, em função da posição que ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, posto que se definem expressa e objetivamente por referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são, ao mesmo tempo, estratégias políticas. Não há escolha científica – escolha da área de investigação, escolha dos métodos empregados, escolha do lugar de publicação, escolha (...) entre uma publicação rápida de resultados parcialmente verificados ou a publicação tardia de resultados plenamente controlados – que não seja, por um de seus aspectos, o menos confessado e o menos confessável, uma estratégia de alocação objetivamente orientada para a maximização do benefício propriamente científico, ou seja, ao reconhecimento suscetível de ser obtido pelos pares-competidores" (BOURDIEU, 1976, p.135).

As reflexões de Bourdieu acerca da gênese e das regras de funcionamento do campo científico revelam-se fundamentais para a compreensão e contribuição da Sociologia aos estudos da felicidade. A principal característica do campo de estudos da felicidade é o seu caráter multidisciplinar, multifatorial e polissêmico, ou seja, a contribuição transversal e simultânea de diversas disciplinas cujos pressupostos metodológicos[18], hipóteses, estruturas argumentativas e finalidades são bastante divergentes. Com isto, a legitimação da produção de conhecimentos sobre a felicidade passa, necessariamente, por disputas internas pertinentes à formação do campo, favorecendo aos embates pelos critérios de definição, hierarquização de pressupostos metodológicos, legitimidade das conclusões pretensamente científicas e pela publicação dos resultados referentes ao fenômeno-objeto.

A felicidade vem sendo recorrentemente analisada em pelo menos oito disciplinas científicas principais: filosofia, economia, psicologia, psiquiatria, neurociência, ecologia, antropologia e sociologia. Embora haja pontos de convergência entre as disciplinas, cada uma delas apresenta interesses investigativos, pressupostos metodológicos e interpretações/compreensões analíticas distintas, tornando bastante complexa a formação do campo de estudos da felicidade.

Ainda que de forma simplificada e quase caricatural das dificuldades que envolvem as contribuições multidisciplinares a respeito da felicidade, registre-se a divergência de hipóteses, métodos de pesquisa, estrutura argumentativa e implicações a respeito da felicidade, produzidos por certos estudos econômicos, neurocientíficos e psicológico-positivos.

Determinados estudos econômicos destacam que fatores materiais, a exemplo do rendimento pessoal/familiar e/ou da posse de determinados bens de consumo, podem influenciar o sentimento de felicidade dos indivíduos, de maneira que o acréscimo de bens materiais tende, durante certo intervalo de tempo, a aumentar o nível de felicidade dos indivíduos[19]. Partindo desta hipótese, os pesquisadores aplicam questionários por

[18] Os pressupostos metodológicos aqui referidos dizem respeito às diferentes perspectivas filosóficas, ontológicas, epistemológicas e de métodos de pesquisa e análise que orientam as produções científicas (GIDDENS, 1976; HABERMAS, 2009).

[19] Segundo Layard (2008), os diferenciais de rendimentos são mais fortemente sentidos entre os indivíduos cujas situações financeiras encontram-se no limite da sobrevivência, faltando-lhes muitas vezes elementos considerados básicos para a sobrevivência material. Ultrapassando a barreira da sobrevivência, os eventuais aumentos de rendimentos tendem a afetar menos a felicidade dos indivíduos.

meio dos quais, através de escalas de respostas, avalia-se o nível de felicidade auto-relatado por indivíduos posicionados em diferentes situações financeiras e de nível de consumo distintos. As respostas obtidas em alguns destes estudos confirmam a hipótese de que, em determinados contextos, pessoas em situações econômicas/financeiras distintas tendem a apresentar escores diferentes de felicidade, de modo que pessoas mais abastadas tendem a apresentar maiores escores de felicidade do que pessoas menos abastadas. Estas conclusões, pretensamente científicas, embasam movimentos políticos em defesa de políticas redistributivas que visam aumentar a felicidade dos indivíduos (CORBI & MENEZES-FILHO, 2006; RODRIGUES, BATISTELA & BARRETO, 2006; LAYARD, 2008; BAUMAN, 2009; CAMPETTI & ALVES, 2013).

De maneira distinta, certos estudos neurocientíficos argumentam que os níveis de felicidade e infelicidade experimentados pelos indivíduos variam de acordo com a propensão biológica (que pode ter origem genética e/ou de outros fatores orgânicos) do cérebro humano em liberar quantidades diferenciadas de doses hormonais que afetam as sensações de felicidade sentidas pelos indivíduos. Com base nesta hipótese, experimentos laboratoriais são realizados de modo a estimular artificialmente o cérebro, através da utilização de determinadas drogas, a produzir os hormônios responsáveis pela sensação de bom-humor e, simultaneamente, mensurar os níveis de humor dos indivíduos por meio de ondas cerebrais que evidenciariam a experiência de prazer (felicidade) e/ou sofrimento (infelicidade) sentida pelo indivíduo. Alguns destes estudos, também pretensamente científicos, por confirmarem a hipótese inicial são utilizados para legitimar a produção e comercialização de drogas alopáticas que permitam a potencialização do bem-estar, formando aquilo que se convencionou chamar de felicidade química (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; FREIRE FILHO, 2010).

De forma diversa, estudos baseados na perspectiva da Psicologia Positiva pressupõem que a felicidade decorre diretamente da postura/atitude mental do indivíduo face às situações cotidianas da vida. Ao considerar a felicidade como o produto exclusivo da subjetividade humana, a Psicologia Positiva afirma que a felicidade pode ser alcançada através de determinadas técnicas terapêuticas que favorecem o cultivo de pensamentos positivos e de autoafirmação. Investigações são realizadas utilizando

---

Nas palavras do autor: "a renda extra é realmente valiosa quando tira as pessoas da pura pobreza física. (...) a felicidade extra proporcionada pela renda extra é maior quando você é pobre e diminui constantemente à medida que você se torna mais rico" (LAYARD, 2008, p. 51).

relatos de indivíduos que, após submeterem-se às técnicas da psicologia positiva, alcançaram acréscimos no sentimento de bem-estar e felicidade. Os resultados alcançados pela psicologia positiva, igualmente pretensamente científicos, fomentam a produção de técnicas da psicologia positiva, tais como sessões terapêuticas e publicação de materiais didáticos de autoajuda (SHELDON & KING, 2001; GRAZIANO, 2005; RAIBLEY, 2011).

Os três exemplos supracitados indicam que, embora os estudos refiram-se ao mesmo fenômeno, isto é, a felicidade, eles partem de pressupostos e hipóteses diferentes, fazem uso de métodos de pesquisa distintos, chegam a conclusões diversas e sustentam medidas intervencionistas antagônicas. Diante disto, alguns questionamentos se impõem, tais como: quais critérios podem, ou devem, ser considerados como científicos, e, portanto, corretos, para definir o que é felicidade? A felicidade decorre de causas internas, relativas à subjetividade do indivíduo, ou decorre de fatores externos? É possível assegurar que a felicidade seja acrescida aos indivíduos? De qual(ais) maneiras(s) a maior felicidade pode ser alcançada?

Os variados questionamentos a respeito da felicidade ilustram parte das dificuldades que existe em torno da possibilidade de constituição de um campo científico multidisciplinar de estudos da felicidade. Neste sentido, as regras e as características do campo científico, conforme argumentado por Bourdieu (1976, 2009), são úteis para refletir sobre a formação e funcionamento do campo de estudos da felicidade.

Sem dúvida, existem diferenças significativas entre as disciplinas que compõem o campo de estudos da felicidade. Mas, ao menos em princípio, as disputas internas pela legitimidade e autoridade da produção de conhecimento sobre a felicidade, ao invés de implicar no afastamento das disciplinas e no consequente esgarçamento do campo, favorecem a elevação quantitativa e qualitativa da produção científica sobre a felicidade, fornecem elementos para o diálogo entre as disciplinas e permitem uma compreensão mais abrangente e segura do fenômeno. Desta maneira, as características distintivas existentes entre as disciplinas propiciam que os pesquisadores em felicidade aceitem e estimulem o seu caráter multifatorial, multidisciplinar e polissêmico (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; HIRATA, 2009; URA, 2012; BARTRAM, 2012).

No processo corrente de formação e (re)produção do campo de estudos da felicidade, existe entre os pesquisadores desta temática a aceitação generalizada de que a felicidade é um fenômeno multifatorial. Isto significa que a felicidade é constituída por diversos fatores de ordem biológica, emocional, socioeconômica, ambiental e cultural que são interconectados entre si, incidindo de formas e intensidades variadas segundo contingências espaciais, temporais ou relativas à própria individualidade humana (VEENHOVEN, 1984, 2015; CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006; LAYARD, 2008; HIRATA, 2009; RAIBLEY, 2011; URA, 2012, 2013; BARTRAM, 2012; OECD, 2012).

O fato de os pesquisadores em felicidade concordarem tratar-se de um fenômeno multifatorial favorece a abordagem multidisciplinar do fenômeno, de modo que, pesquisadores oriundos de várias disciplinas, partindo de pressupostos metodológicos distintos, realizam múltiplas e diferenciadas investigações a respeito do mesmo fenômeno e debatem sobre as conclusões a que chegaram. Consequentemente, os resultados obtidos nas diferentes pesquisas, as conclusões a que chegam e os discursos que são construídos a respeito da felicidade, sejam eles considerados científicos ou não, são polissêmicos.

A simples existência de um processo corrente de formação de um campo científico multidisciplinar orientado para a análise de um dado fenômeno, qualquer que seja ele, já seria motivo suficiente para despertar o interesse sociológico no assunto. Além disto, o fato de os estudos de felicidade indicarem a existência de fatores socioculturais que supostamente influenciam a felicidade dos indivíduos, isto necessariamente deveria atrair a atenção dos sociólogos para este debate.

Veenhoven (2006) destaca algumas razões pelas quais a Sociologia deveria interessar-se pela temática da felicidade. Segundo o autor, em primeiro lugar, a felicidade sempre esteve presente na agenda sociológica, desde o século XIX, quando os pais fundadores da Sociologia, especialmente August Comte e Herbert Spencer, refletiram a respeito das intervenções que seriam necessárias para tornar as sociedades melhores, isto é, mais felizes.

Em segundo lugar, o autor destaca que certas conclusões obtidas em alguns estudos sobre a felicidade dizem respeito a antigas questões sociológicas, tais como o fato de a maioria das pessoas, hoje, afirmarem ser felizes, seria um indicativo das

características do progresso e das melhorias das condições de vida das pessoas nas sociedades modernas.

Em terceiro lugar, o fato de os níveis de felicidade diferirem muito entre diferentes sociedade diz respeito ao debate de como são, ou como devem ser, as melhores sociedades.

Em quarto lugar, o fato de que a desigualdade aferida entre os níveis de felicidade vem diminuindo entre as pessoas, ao menos em parte, contradiz os argumentos de que novas desigualdades estariam crescendo nos países desenvolvidos.

Finalmente, ele destaca o fato de que os estudos em felicidade não conseguiram captar adequadamente a existência de relação entre desigualdades socioeconômicas e a sensação de frustração, sendo necessários estudos mais abrangentes a respeito das causas da infelicidade nas sociedades contemporâneas (VEENHOVEN, 2006).

Apesar de, sob estes pontos de vistas, a temática da felicidade constituir-se como um problema eminentemente sociológico, Veenhoven (2006) destaca que o fenômeno tem sido largamente negligenciado pela Sociologia. Segundo o autor, isto pode ser constatado por meio da ausência do tema nos manuais e dicionários sociológicos, pela marginalidade com a qual o tema é tratado nos jornais científicos da área, pela ausência do assunto nas discussões sociológicas sobre qualidade de vida e, finalmente, pela reduzida preocupação que o assunto suscita ante o tema da miséria, por exemplo.

Ainda de acordo com o autor, *três* razões podem ser apontadas como as causas para a ausência da felicidade nas discussões sociológicas. A primeira, de ordem *pragmática*, ocorre porque os sociólogos estariam mais interessados no que as pessoas fazem do que em como elas se sentem. Com isso, o comportamento social tende a ser abordado em detrimento de fatores subjetivos.

A segunda razão, de ordem *ideológica*, significa que os sociólogos tendem a concentrar suas análises em elementos sociais objetivos, a exemplo da igualdade e da coesão social. Como a felicidade tende a ser interpretada como um sentimento subjetivo, ela permanece marginalizada da agenda sociológica.

A terceira razão, de ordem *teórica*, ocorre porque a sociologia, majoritariamente, tende a interpretar que os comportamentos individuais decorrem diretamente de fatores sociais. Com isso, torna-se mais eficiente, e adequado à lógica desta ciência, de analisar esses fatores sociais objetivos (VEENHOVEN, 2006).

Embora se concorde com o diagnóstico oferecido por Veenhoven (2006) de que a felicidade ainda é um tema marginalizado na Sociologia, é preciso fazer algumas considerações metodológicas quanto às razões apontadas por ele para isto. Ao afirmar que os sociólogos ignoram as discussões sobre felicidade porque este fenômeno é considerado como um sentimento, de ordem subjetiva e individual, contrário, portanto, ao enfoque sociológico que é predominantemente dirigido à coletividade e aos fatores sociais, Veenhoven remete-se unicamente à tradição sociológica baseada na perspectiva holística, cujos pressupostos metodológicos reportam à coletividade/sociedade a causa externa e objetiva dos fatos sociais.

Tal perspectiva desempenhou posição hegemônica na Sociologia até meados das décadas de 1960/70, especialmente através de correntes positivistas e pós-positivistas. Todavia, é preciso reconhecer que o holismo sempre encontrou resistências internas nas ciências sociais, e na Sociologia, em particular. A perspectiva individualista, representada desde seus primórdios por abordagens hermenêuticas e culturalistas, partindo da perspectiva metodológica de que são os próprios indivíduos, através de suas motivações e ações, os agentes dos fenômenos sociais, reduziu drasticamente a influência da perspectiva holística e ganhou preponderância no âmbito das Ciências Sociais (GIDDENS, 1976; PUTNAM, 2004; RIUTORT, 2008; HABERMAS, 2009).

A despeito disto, a concepção individualista igualmente negligencia o fenômeno da felicidade em suas investigações. Neste sentido, não parece suficientemente claro que as razões pragmáticas, ideológicas e teóricas elencadas por Veenhoven (2006) possam ser responsabilizadas pela ausência de debates sobre felicidade na Sociologia. Anterior às questões metodológicas, a ausência de interesse com a temática da felicidade parece refletir o antigo fetiche pela economia, fazendo com que tudo aquilo que não se relacione estritamente com os interesses materiais do *homo economicus* não devem interessar à ciência.

Para além das supracitadas razões de interesse e causas da negligência da Sociologia com a temática da felicidade, é possível indicar mais *três* importantes motivos para que a felicidade possa interessar à abordagem sociológica. Em primeiro lugar, porque a felicidade pode ser compreendida como uma *categoria de valor*; em segundo lugar, porque uma vez instituída como categoria de valor, a felicidade se torna também uma *categoria ordenadora de outros valores*; em terceiro lugar, porque, se é

correto afirmar que a felicidade corresponde a uma categoria de valor e também uma categoria ordenadora de outros valores, ela pode ser buscada não apenas individualmente, na esfera privada, como também coletivamente, na esfera pública, apresentando interconexão com a temática das políticas públicas, donde emerge a exigibilidade por *políticas de felicidade*[20] (NUSSBAUM & SEN, 2004; HELLER, 2004; CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006; FREIRE-FILHO, 2006; MCMAHON, 2006; LIPOVETSKY, 2008; LAYARD, 2008; VEENHOVEN, 2009; SILVA, 2011; BARTRAM, 2012).

O argumento de que a felicidade pode configurar-se como objeto de investigação sociológica na medida em que ela se constitui como uma *categoria de valor* baseia-se em dois pressupostos que são fundamentalmente interligados: o primeiro, de que a felicidade não é um fato natural-universal, mas, ao contrário, configura-se uma *construção social e intersubjetivamente compartilhada, em diferentes graus de adesão*. O segundo, decorrente do primeiro, que a felicidade é algo necessariamente *contingencial*, ou seja, o interesse difundido por ela, as múltiplas interpretações/definições construídas a seu respeito e os fatores que costumam ser a ela associados variam no espaço, no tempo e entre os indivíduos (VEENHOVEN, 1984; CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006; LAYARD, 2008; SILVA, 2011; BARTRAM, 2012).

Esta dupla característica da felicidade, isto é, o de ser uma construção social/intersubjetiva e necessariamente contingencial, torna imprescindível buscar compreender **1) porque** e **como** a felicidade passa a integrar o pensamento humano nos mais diferentes contextos sócio-históricos e culturais, **2) porque** e **como** ela é interpretada/definida de determinadas maneiras; e **3) porque** e **como** ela tende a ser buscada pelos indivíduos. É precisamente nestes pontos que a Sociologia pode oferecer larga contribuição ao campo de estudos da felicidade.

[20] As discussões relativas à felicidade como categoria de valor, como categoria ordenadora de outros valores e como base para as políticas públicas tiveram lugar na disciplina 'Seminário de Sociologia I: Sociologia da Felicidade', ministrada pelos Professores Eliane Maria Monteiro da Fonte e Artur Perrusi, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco. Em grande medida, essas discussões influenciam a abordagem aqui proposta e aos dois professores citados sou imensamente grato.

O princípio grego da *eudemonia*[21] sustenta que em todas as épocas e em todos os lugares a felicidade sempre constitui a meta principal dos indivíduos, os quais se esforçam para buscar elementos por meio dos quais seja possível diminuir suas dores, aumentar seus prazeres e obter a satisfação de seus desejos. Inegavelmente, é bastante difícil contra-argumentar esta assertiva. Contudo, simplesmente reproduzi-la, sem refletir a respeito de suas bases e implicações teórico-filosóficas, pode levar a uma reduzida e equivocada interpretação *natural-universalista* da felicidade.

A ideia básica e menos refinada possível a respeito de uma suposta concepção natural-universalista da felicidade é a de que o desejo pela felicidade e os impulsos por sua busca configuram um fato biológico-mental intrínseco à natureza humana. Consequentemente, a felicidade tenderia a apresentar o mesmo significado para todos os seres humanos, podendo ser alcançada através de elementos bastante semelhantes, apesar de haver diferenças circunstanciais relativas ao contexto sociocultural ou às particularidades de cada indivíduo. De todo modo, segundo a perspectiva natural-universalista, o desejo pela felicidade seria um sentimento inato à constituição humana (natural) e comum a todos os seres humanos (universal).

Uma concepção natural-universalista deste tipo poderia ser embasada em determinados elementos oriundos de teorias evolucionistas e funcionalistas[22]. A existência de uma disposição biológico-mental do ser humano a desejar e a buscar a felicidade decorreria de sua necessidade, instintiva e não necessariamente consciente, pela busca da sobrevivência, reprodução e evolução, que o estimularia a obter e preservar determinados elementos que estariam direta ou indiretamente associados à sua manutenção física e funcional, tais como a alimentação, a segurança e a reprodução.

A obtenção e preservação destes elementos, na medida em que favorecem a sobrevivência física do indivíduo, e, por extensão, a evolução da espécie humana,

---

[21] O princípio grego da *eudemonia* é discutido na seção que trata das diferentes concepções da felicidade. Para uma discussão abrangente deste conceito, consultar Vergnières (2006), McMahon (2008) e Albornoz (2008).

[22] Em grande medida, as teorias evolucionistas originam-se do darwinismo, cuja argumentação biológica defende que a natureza humana é instintivamente direcionada para a busca pela sobrevivência das espécies. Este tipo de argumento provocou grande interesse da Sociologia em seus primórdios, no século XIX, sendo construídas correntes como o darwinismo social que, posteriormente, embasaram diversas teorias estrutural-funcionalistas que buscaram explicar, no nível individual, mas, sobretudo, social, as causas da ação humana e as razões pelas quais a sociedade existe, funciona e se reproduz (SOMBART, 1955; DURKHEIM, 1995; SZTOMPKA, 1998; RIUTORT, 2008).

proporcionam as sensações de prazer e satisfação naquele que as experimenta, sensações estas que podem ser consideradas como equivalentes aos sentimentos que geralmente são descritos como bem-estar ou felicidade. Assim, o desejo pela felicidade corresponderia a um dispositivo funcional orientado para a sobrevivência do indivíduo e, por extensão, para a evolução da espécie humana.

A relação entre o impulso natural pela felicidade e a consequência funcional disto para a sobrevivência é destacada por Layard (2008). Em suas palavras:

> "(...) a felicidade (...) é sumamente importante porque é nosso mecanismo motivador geral. Tentamos nos sentir bem e evitar o sofrimento (não momento a momento, mas em geral). Sem esse impulso teríamos perecido muito tempo atrás, porque o que faz com que nos sintamos bem (sexo, alimento, amor, amizade e assim por diante) geralmente também é favorável à nossa sobrevivência. E o que faz com que nos sintamos mal é nocivo à nossa sobrevivência (fogo, desidratação, veneno, ostracismo). Portanto, tentando nos sentir bem e evitar o sofrimento, buscamos o que é bom para nós e evitamos o que não é. Dessa forma, sobrevivemos como espécie. A busca pelas boas sensações é o mecanismo que preservou e multiplicou a raça humana" (LAYARD, 2008, p.41).

Por fim, o autor assevera que "(...) é impossível explicar a ação e sobrevivência humana exceto pelo desejo de obter boas sensações" (LAYARD, 2008, p.43). Com isto, o autor destaca que a felicidade deve ser considerada como o principal elemento que forma uma espécie de sistema de ação humana.

Este tipo de argumentação natural-universalista da felicidade pode ser criticada em, pelo menos, três pontos: primeiro, pelo fato de as teorias evolucionistas não conseguirem comprovar, nos termos a que se propõem, a existência real de mecanismos evolucionistas que criam os dispositivos de sobrevivência que determinam e orientam a ação humana; segundo, por não considerar o fato de que nem todos os indivíduos, assim como nem todas as sociedades, orientam-se de forma padronizada (reprodução) pela simples busca e conservação da sobrevivência física. A sobrevivência, então, jamais poderia ser considerada como fonte exclusiva da felicidade[23]; terceiro, por ignorar completamente que as motivações e ações humanas dependem de particularidades espaço-temporais e das próprias idiossincrasias dos sujeitos, de modo que o desejo e os

[23] Importa criticar, também, o fato de que as teorias evolucionistas, quando aplicadas às interpretações relativas à mudança social, supõem haver equivalências entre a evolução biológica do organismo humano e a evolução do organismo social, isto é, a sociedade, tornando-as comparáveis. Por este ponto já haver sido demasiadamente criticado em teorias sociológicas modernas e contemporâneas, considera-se que o falso axioma da semelhança entre organismo e sociedade já está superado (SZTOMPKA, 1998; RIUTORT, 2008; GIDDENS, 2009).

modos de busca pela felicidade não se restringem à mera reprodução de impulsos biológicos, mas, ao contrário, existe processo de constante recriação de novos objetos de desejos, motivações e padrões de ação que, supostamente, podem conduzir o indivíduo à felicidade. Nesse caso, é possível afirmar que a felicidade não está subordinada à disposição biológica da espécie humana, mas sim à *cultura*, que influencia os objetos de desejo e padrões comportamentais de indivíduos e grupos humanos.

Os dois últimos pontos supracitados são evidentes, por exemplo, em sociedades e/ou indivíduos cujas motivações e ações não são orientadas para a sobrevivência, como, ao contrário, ignoram e mesmo subvertem os atos de sobrevivência, adotando o *risco* como balizador de suas ações e como forma de busca de prazeres. Este é o enfoque utilizado, por exemplo, em determinadas teorias hedonistas de prazer e felicidade (VEENHOVEN, 2003; ALLARDT, 2006; SCANLON, 2006; RAIBLEY, 2011)[24].

Ainda que fosse correto sustentar que o desejo pela felicidade é parte constitutiva da natureza humana, isto não resolveria a questão crucial relativa ao *conteúdo da felicidade*. Ou seja, mesmo que todos os indivíduos fossem natural e universalmente propensos a desejar a felicidade, ainda estaria em aberto saber quais elementos, em quais contextos e em quais quantidades tornariam os indivíduos mais ou menos felizes[25] (VEENHOVEN, 1984, 1994, 2003, 2015; ALLARDT, 2004; CORBI & MENEZES-FILHO, 2006; RODRIGUES, BATISTELA & BARRETO, 2006; LAYARD, 2008; FREUD, 2010, BARTRAM, 2012).

---

[24] Vários são os exemplos da adoção do risco como fonte de obtenção dos prazeres, como, por exemplo, nos casos recorrentemente pesquisados da utilização de drogas que, sabidamente, podem levar a prejuízos orgânico-psíquicos futuros, mas nem por isso impede a busca e utilização das mesmas. Para um debate aprofundado a respeito do hedonismo, consultar Veenhoven (1984, 2003), Allardt (2006), Scanlon (2006) e Raibley (2011).

[25] De certo modo, a discussão a respeito do conteúdo da felicidade assemelha-se àquela sobre as 'necessidades básicas'. Ao se buscar listar quais necessidades devem ser consideradas básicas à sobrevivência humana, a alimentação necessariamente deve ocupar o topo desta lista, afinal, todo e qualquer ser humano necessita de certa quantidade de nutrientes para sua sobrevivência. Contudo, redundará em exercício bastante improfícuo buscar listar quais tipos de alimentos e em quais quantidades eles são necessários à garantia da sobrevivência física e funcional dos seres humanos sem que se leve em consideração, por exemplo, diferenças ambientais (como o clima e o tipo de solo do lugar), biológicas (como a altura e o peso do indivíduo) e culturais (como os tipos e as quantidades de alimentos que devem ser consumidos). Neste sentido, o conteúdo das necessidades básicas depende dos contextos e das particularidades de cada indivíduo, que irão definir, ou pelo menos influenciar, o conteúdo destas necessidades (ERIKSON, 2004; ASSIS, 2006; KOGA, 2003; ROCHA, 2006; CAVALCANTI & AVELINO, 2008).

De maneira muito mais refinada que os argumentos evolucionistas e funcionalistas anteriormente citados, a perspectiva freudiana traz importantes elementos para a discussão do suposto caráter natural-universalista da felicidade. Isto porque, nela está contida uma explicação para a naturalização e universalização da felicidade, ao mesmo tempo em que argumenta que o conteúdo da felicidade é espacial e temporalmente distinto entre os indivíduos e as sociedades (FREUD, 2010; INADA, 2011).

De acordo com Freud (2010), na constituição psíquica do indivíduo, que é formada a partir do processo de construção do sentimento do Eu[26], existem os chamados *Princípio da realidade* e *Princípio do prazer*. O princípio da realidade configura-se na inevitável constatação do sujeito de que o mundo exterior apresenta inumeráveis fontes de dores e desprazeres, fazendo com que a atividade dos sentidos e a ação muscular humana sejam intencionalmente orientadas a conservar no seu Eu apenas aquilo que confere prazer e satisfação, separando, no mundo externo, tudo aquilo que é fonte de dor e desprazer. Já o Princípio do prazer emerge como uma extensão do princípio da realidade, constituindo-se, negativamente, no incessante desejo por evitar as dores e desprazeres e, positivamente, pela busca dos prazeres e satisfações. Ambos os princípios são comuns a todos os indivíduos, inexistindo apenas em casos episódicos, a exemplo da fase do enamoramento e nos casos *patológicos* (FREUD, 2010; INADA, 2011).

De acordo com Freud (2010), os princípios da realidade e do prazer estabelecem a finalidade da vida humana, e, com base na dupla motivação determinada pelo princípio de prazer, isto é, por um lado evitar as dores e desprazeres e, por outro lado, buscar alcançar ao máximo as satisfações e os prazeres, os seres humanos desejam e agem, seja instintiva ou conscientemente, em busca da *felicidade*.

Segundo sua concepção, a felicidade pode ser considerada,

> "(...) no sentido mais estrito, vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas, e por sua natureza é possível apenas como fenômeno episódico. Quando uma situação desejada pelo princípio do prazer tem prosseguimento, isto resulta apenas em um morno bem-estar; somos feitos

[26] O sentimento do Eu pode ser considerado como a ideia que o indivíduo faz dele mesmo, sua unidade, particularidade, individualidade, autonomia, o que o diferencia do mundo externo e dos outros indivíduos. Apesar da aparente separação entre o sentimento do Eu e o mundo exterior, Freud destaca que o sentimento do Eu é, na realidade, um prolongamento do mundo exterior, sendo formado no âmbito do processo evolutivo que passa o ser humano, desde o nascimento até a fase adulta, por meio do qual ele busca distinguir-se dos outros e separar-se do mundo externo (FREUD, 2010).

> de modo a poder usufruir intensamente só o contraste, muito pouco o estado" (FREUD, 2010, p.30-31).

A definição freudiana de felicidade contém dois importantes argumentos que merecem atenção. Em primeiro lugar, em razão de a felicidade ser derivada do princípio do prazer, e sendo este princípio considerado um fato natural e universal, isto é, inerente à constituição psíquica de todos os seres humanos, é lógico supor que a felicidade, na concepção freudiana, é também, por extensão, um fato *natural* e *universal*. Isto significa que, conforme argumentado pelo próprio autor, *à exceção de casos patológicos*, o desejo pela felicidade está profunda e irrevogavelmente presente na constituição psíquica do ser humano, sendo responsável por todas as suas motivações e ações.

Em segundo lugar, o argumento freudiano destaca que a felicidade não é e nem pode vir a ser um estado permanente do indivíduo. Ela somente pode ser episódica, dado que o indivíduo necessariamente experimenta momentos alternados de prazer e de dor[27]. Segundo o autor, na vida humana os episódios de dor tendem a superar quantitativa e qualitativamente os episódios de prazer, existindo três grandes fontes de dor: a preponderância da natureza, a fragilidade do corpo humano e a ausência de normas que regulem os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade. A preponderância das dores e desprazeres faz com que a felicidade, ao invés de ser guiada pelo princípio do prazer, seja guiada pelo princípio da realidade, de modo que a ação humana orienta-se predominantemente no sentido de evitar as dores e os desprazeres, sendo a felicidade o resultado da minimização de dores. A impossibilidade do estado de felicidade permanente faz com que a felicidade seja incompatível com a natureza e a vida humana, acarretando que o desejo e a busca pela felicidade tornem-se, na realidade, fonte permanente de frustrações para o indivíduo (FREUD, 2010; INADA, 2011).

Ainda que não o tenha citado nominalmente, Layard (2008) oferece interessante interpretação do modelo psicológico freudiano, no qual a ação humana é orientada para evitar as dores e buscar os prazeres.

> "(...) em todos os momentos avaliamos nossa situação, com frequência inconscientemente. Somos atraídos pelos elementos de nossa situação de que

[27] Entre os estudos da felicidade não há consenso a respeito da dimensão temporal da felicidade, isto é, se ela é um momento episódico da vida do indivíduo ou se pode constituir-se como característica permanente. Predominantemente, os estudos contemporâneos de felicidade destacam que os indivíduos tendem a considerarem-se felizes quando os episódios positivos de sua vida superam quantitativa e qualitativamente os episódios negativos (VEENHOVEN, 1984; SHELDON & KING, 2001; LAYARD, 2008; FREUD, 2010; RAIBLEY, 2011).

> gostamos e evitamos os de que não gostamos. Esse padrão de 'aproximação' e 'evitação' é essencial para o nosso comportamento. (...) Portanto, há em cada um de nós uma capacidade de avaliar o quanto estamos felizes com nossa situação que nos leva a nos aproximar do que nos torna felizes e a evitar o oposto. Das várias possibilidades abertas para nós, escolhemos a combinação de atividades que fará com que nos sintamos melhor. Fazendo isso, somos mais do que puramente reativos: planejamos para o futuro, o que às vezes envolve nos negarmos hoje em prol de gratificação futura" (LAYARD, 2008, p.42-43).

É evidente que a perspectiva freudiana da felicidade é natural-universalista, na medida em que os princípios de dor e de prazer são componentes biológico-psíquicos comuns a toda a espécie humana. Todavia, o mesmo raciocínio não pode ser aplicado à sua interpretação sobre o conteúdo da felicidade. Isto porque, embora a felicidade seja considerada um fato natural intrínseco à constituição psíquica do indivíduo, existem profundas distinções quanto aos *objetos de desejo* bem como aos *métodos* empregados pelos indivíduos na busca pela felicidade (FREUD, 2010; INADA, 2011).

De acordo com Freud (2010), diante das inúmeras possibilidades de dores e desprazeres e da considerável influência de pressões externas que se impõem à vida humana, os indivíduos apresentam comportamentos bastante distintos na busca pela felicidade. Segundo o autor, parte dos indivíduos adota o comportamento de moderação quanto aos objetos de desejo e a fruição dos prazeres, enquanto outros buscam aproveitar ao máximo os elementos que lhes conferem prazer, chegando, inclusive, a utilizar drogas na expectativa de potencializar as sensações de prazeres. As diferenças relativas aos objetos de desejo e aos métodos utilizados para a fruição destes variam, portanto, entre as sociedades (espaço-tempo) e entre os indivíduos, sendo absolutamente relevante identificar por que e como todas essas variações a respeito da felicidade passam a existir.

A perspectiva natural-universalista freudiana pode ser questionada em, pelo menos, três pontos: 1) de fato, todos os indivíduos, e em todas as sociedades, ocupam-se, consciente ou inconscientemente, pela felicidade? 2) nos reiterados casos de indivíduos e/ou sociedades cuja motivação principal **não** é o desejo pela felicidade, isto sempre deve ser considerado como uma consequência de determinado estado patológico? 3) Aqueles indivíduos que buscam a felicidade de formas divergentes, como, por exemplo, adotando o risco ou buscando certos tipos de dores, devem sempre ser considerados como casos patológicos?

A insistência freudiana em afirmar que *todos* os indivíduos, *todas* as sociedades e em *todo e qualquer* tempo *sempre* buscam a felicidade, e em classificar como "patológicos" todos os casos em que o individuo não apresenta o desejo pela felicidade e não age no sentido de busca-la, remete ao debate clássico entre o normal e o patológico. A ação humana, longe de reproduzir meros impulsos biológicos, na realidade, é orientada a partir do aprendizado (memória e socialização), aprendizado este que é balizado segundo normas socialmente construídas, intersubjetivamente partilhadas e internalizadas pelo indivíduo. O não seguimento de padrões comportamentais tidos como "normais", nada mais é que um desvio da norma social vigente e não uma patologia de ordem biológica e/ou psíquica (DURKHEIM, 1999).

A eventual ausência de desejo pela felicidade ou a busca pela felicidade por meio de elementos alternativos (como o risco) não constituem falhas no aparelho orgânico-psíquico, conforme destaca Freud (2010), e nem podem ser utilizadas para representar estados sociais anômicos, tal como é argumentado por Durkheim (1999) nos casos de indivíduos e sociedades onde não se verificam elementos como a reprodução de normas sociais vigentes e a cooperação. Na realidade, torna-se necessário discutir a felicidade como elemento subordinado à *cultura*, ou seja, como uma construção social e passível de boa dose de voluntarismo (agência).

Tão discutível quanto a ideia de uma concepção natural-universalista da felicidade é a ideia *radicalmente relativista* de que a felicidade deriva da mente humana individualizada, e, por constituir-se um fenômeno de ordem puramente subjetiva e estritamente voluntária, seria inútil tentar conhecer as razões pelas quais os indivíduos desejam a felicidade e como orientam suas ações de modo a alcança-la.

Estudos realizados no âmbito da Psicologia Positiva defendem a ideia de que a felicidade decorre fundamentalmente da condição emocional particular de cada indivíduo, condição esta que é fruto da estrutura psíquica do indivíduo. Deste modo, a felicidade configura-se em sentimento estável, presente apenas naqueles indivíduos que estão psicologicamente propensos a senti-la. Nos reiterados casos de indivíduos que não são felizes, é plenamente possível (tanto quanto necessário) modificar a condição emocional através da reorientação emocional destes indivíduos (SHELDON & KING, 2001; GRAZIANO, 2005; RAIBLEY, 2011).

É indiscutível que a estrutura psicológica e, decorrente disto, a condição emocional do indivíduo influencia diretamente o sentimento de felicidade. Todavia, a ideia de que a felicidade deriva exclusivamente da mente humana individualizada, relativamente independente de fatores externos, contém, pelo menos, três pressupostos que necessitam ser analisados criticamente.

Em primeiro lugar, o argumento da Psicologia Positiva em grande medida reproduz o pressuposto natural-universalista da felicidade, indicando que as emoções positivas que favorecem a felicidade 'existem' na mente humana em função de dispositivos de sobrevivência e adaptação, que fazem com que os indivíduos sejam propensos a cultivar emoções que facilitem a adaptação e a interação social e (GRAZIANO, 2005; RAIBLEY, 2011).

As críticas aos pressupostos natural-universalistas da felicidade já foram anteriormente destacadas, e essas mesmas críticas continuam válidas para contrapor a concepção geral de felicidade que é construída no âmbito da Psicologia Positiva, não sendo necessário repeti-las. Ressalte-se apenas que, apesar de o argumento natural-universalista tratar a felicidade como um elemento *a priori*, isto é, um traço essencial da natureza humana que se constitui no processo evolutivo da espécie humana, ele também não explica convincentemente a gênese e o funcionamento dos mecanismos que supostamente controlam a evolução humana no sentido de se buscar a felicidade.

Adicionalmente a isto, os argumentos utilizados pelos estudos em Psicologia Positiva parecem não conseguir resolver satisfatoriamente uma contradição fundamental que existe na concepção natural-universalista da felicidade. Embora se argumente que a felicidade configura-se em fato apriorístico da espécie humana, não são suficientemente esclarecidas as razões pelas quais inúmeros indivíduos não se consideram felizes e nem mesmo capazes de sê-los, apesar de supostamente serem biológica e mentalmente predispostos a sê-los. Esse o caso, por exemplo, dos inúmeros casos de depressão registrados na contemporaneidade (VEENHOVEN, 1984; BAUMAN, 2005; EHRENBERG 2005; DANTAS, 2008).

Em terceiro lugar, critica-se também a existência de uma espécie de 'perspectiva binária' que está presente na concepção de felicidade construída no âmbito da Psicologia Positiva. De acordo com estudos em Psicologia Positiva (GRAZIANO, 2005; RAIBLEY, 2011), os indivíduos são naturalmente propensos a serem felizes, e

essa felicidade pode ser construída por meio de atitudes mentais positivas. Um argumento deste tipo simplesmente coloca em campos opostos as pessoas que são felizes (aquelas que cultivam as emoções positivas) e as pessoas que não são felizes (aquelas que ainda não cultivam as emoções positivas), quando, na realidade, parece mais plausível considerar a felicidade como um estado mental que pode apresentar variações no tempo e que é sentido de diferentes maneiras e em diferentes níveis pelos indivíduos. Com isto, não se deve classificar o indivíduo como sendo feliz ou infeliz, mas sim apresentando uma gradação de felicidade, isto é, cujo nível de felicidade varia dentro de uma escala (VEENHOVEN, 1984).

Em quarto lugar, conforme defendido pela Psicologia Positiva, na medida em que as emoções positivas e a felicidade decorrem fundamentalmente da capacidade do indivíduo de construir e manter uma postura mental positiva, isto relativiza e minimiza bastante a existência de inter-relações entre múltiplos fatores 'externos', de ordem biológica/sociocultural, e a mente, concebendo que a mente humana e as emoções sejam instituições autônomas e isoladas de outras dimensões humanas. Simplesmente recorrer ao argumento de que o cultivo de emoções positivas facilita à adaptação e à sobrevivência, por si só, não resolvem problemas relativos ao por que e como os indivíduos buscam cultivar as emoções positivas, isto é, se decorre de um instinto natural ou da racionalidade (reflexividade) humana, e tampouco explica as razões da ausência de emoções positivas e felicidade em grandes parcelas de indivíduos.

Sobre isto, pode-se argumentar, por exemplo, que o cultivo de emoções positivas não decorre de um suposto mecanismo evolucionista, mas, ao contrário, decorre do processo de aprendizado do agir humano, cujas ações dos indivíduos são baseadas e orientadas por estoques de aprendizado advindos da interação social. Isto é, as razões e os modos pelos quais os indivíduos buscam a felicidade não decorrem de dispositivos naturais, mas do aprendizado humano em sociedade.

Os tipos de argumentação natural-universalista e radicalmente relativista supracitados mostram-se insuficientes para explicar satisfatoriamente a gênese do desejo pela felicidade, os elementos que determinam/influenciam seu conteúdo e as formas pelas quais os indivíduos agem em sua busca.

Sem adentrar no mérito da discussão biológico-mental relativa ao funcionamento do aparelho orgânico-psíquico humano, do qual a Sociologia efetivamente não se ocupa,

é possível refutar a dupla-tese de que a o desejo pela felicidade e seus conteúdos configura-se em fato natural-universal ou na individualidade mental, apoiando-se no argumento de que o desejo pela felicidade, os conteúdos a ela associados e os modos de ação por sua busca derivam de *normas socialmente construídas e intersubjetivamente compartilhadas pelos indivíduos, em diferentes graus de adesão*. Isto faz com que a felicidade, isto é, o interesse difundido por ela, suas definições/significados e conteúdos, seja algo necessariamente social e contingencial, cujas características são circunscritas a um grupo social específico. Este tipo de argumentação necessariamente desloca o debate sobre a felicidade das perspectivas natural-universalista e essencialmente relativista para a perspectiva da *cultura*.

A argumentação de que a felicidade configura-se em fenômeno socialmente construído e intersubjetivamente compartilhado, em diferentes graus de adesão, pode ser embasada teoricamente em alguns pressupostos da fenomenologia de Alfred Schütz (1979).

A obra de Schütz revela-se particularmente importante para a sociologia pelo fato de buscar ressignificar e aplicar algumas das ideias originais produzidas na fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938) para resolver problemas específicos da sociologia, notadamente a compreensão da conduta dos indivíduos em sociedade. Dentro do quadro de referência fenomenológico, Schütz busca compreender o sistema de ação dos indivíduos como uma construção social baseada em complexo sistema de socialização (GIDDENS, 1978; SCHÜTZ, 1979).

Partindo do pressuposto weberiano de que a sociedade é constituída pela agência dos indivíduos (ação) que se desenrola durante os processos de interação (ação social), Schütz problematiza a respeito das possibilidades da existência de entendimento mútuo entre os indivíduos, da interação destes e, consequentemente, da própria (re)produção da ação social. Com isto, ele questiona como é possível que o ser humano realize atos significativos, sejam estes atos intencionais ou não, e se oriente tendo fins a alcançar a partir de motivações advindas de experiências da vida cotidiana.

Como resposta a estes questionamentos, Schütz (1979) argumenta que todas as possibilidades de ação do indivíduo irão depender de elementos como as interpretações do significado da ação, as motivações, as finalidades da ação e os atos em si, elementos estes que apresentam estreita conexão com a ordenação das experiências. Isto significa

que o indivíduo *aprende* a agir, e, para isso, a *memória* aparece como elemento fundamental de reprodução social, sem desconsiderar, no entanto, a dimensão da *criatividade* humana na experiência social, que, não obstante basear-se na memória, não a reproduz em totalidade, sendo construídos novos elementos de ação (GIDDENS, 1978; SCHÜTZ, 1979).

Todos os elementos que caracterizam a presença e a ação do indivíduo em sociedade dependem daquilo que Schütz (1979) nomeia como "*estoque de conhecimento"*, isto é, um conjunto de códigos de interpretação oriundos de situações vivenciadas, seja pelo próprio indivíduo em experiências anteriores seja por gerações passadas, e que são devidamente acumulados, sedimentados e internalizados pelos indivíduos através de processos de socialização. A conduta do indivíduo em 'novas' experiências que se desenrolam no presente é baseada e orientada a partir do estoque de conhecimento que o indivíduo possui. Uma vez que o indivíduo passa a refletir sobre essa nova experiência, ela passa a ser posteriormente incorporada em seu estoque de conhecimento, de modo que o indivíduo passe a agir futuramente de forma habitual em situações semelhantes. A fenomenologia de Schütz, portanto, oferece um esquema interpretativo de como é possível ao sujeito 'aprender' a viver, orientar-se e agir em sociedade (GIDDENS, 1978; SCHÜTZ, 1979).

O ponto central da fenomenologia de Schütz (1979) é de que a vida intersubjetiva desenrola-se num mundo social pressuposto, isto e, o indivíduo nasce em um mundo que lhe é preexistente, e que não é apenas um mundo físico, mas é sociocultural, pré-concebido e pré-estruturado, resultante da história, e diferente, portanto, de cada cultura e cada sociedade. Porém, certos traços são comuns porque se enraízam na condição humana. Assim, o mundo social no qual o indivíduo nasce e tem que achar seu caminho é por ele vivenciado como uma fina rede de relacionamentos sociais, de sistemas de signos, de símbolos com sua estrutura de significados. E todo esse mundo é tido como pressuposto. A soma total dos aspectos relativamente naturais que o mundo social tem constitui os costumes do grupo interno, isto é, são socialmente aceitos como as formas boas e corretas de se confrontar com pessoas e coisas. Esses aspectos são a herança social que estão na base da memória social do indivíduo (SCHÜTZ, 1979).

Para Schütz (1979), o significado subjetivo de pertencer a um grupo não diz respeito apenas ao sentimento de pertencimento. Significa, sobretudo, ter as mesmas referências (sistema de tipificação e relevância), inserir-se no esquema hierárquico de status e papéis (em poucas palavras, partilhar os mesmos valores do grupo), de modo que os valores de um grupo são reconhecidos como naturalmente válidos, não problematizados pelos seus membros porque eles foram nele socializados. Apenas um grupo externo é quem tende a problematizar seus códigos.

Para Schütz (1979), os chamados meios sociais de orientação e interpretação decorrem do padrão cultural do indivíduo, da herança social, isto é, dos valores e referências de seu grupo social. Assim, esse padrão social lhe é transmitido, sobretudo, através da linguagem. A linguagem, então, não é apenas um conjunto de símbolos linguísticos catalogados no dicionário e regras sintáticas gramaticais, mas, apresenta uma série de símbolos e significados conotativos, apelos emocionais, que muitas vezes não são gramaticalmente expressos. Não basta, portanto, ter acesso formal aos símbolos linguísticos, mas, é preciso compreender seus usos, e isso somente é feito através de uma socialização no grupo. Nesse sentido, ganha relevância os chamados *signos* e *sistemas de signos*, que segundo Schütz (1979) são artefatos ou objetos-ato que não são interpretados de acordo com os códigos de interpretação a elas adequados enquanto objetos do mundo exterior, e sim de acordo com códigos não-adequados a eles e que pertencem, na realidade, a outros objetos. A relação entre signo e significado depende da experiência passada do indivíduo. Sendo assim, um signo não é um objeto constituído, ele não é uma essência, mas uma construção subjetiva. Todavia, o sistema de signos torna-se objetivo quando partilhado em sociedade, via linguagem. E é a partir desse complexo sistema de aprendizagem social que vão ser socialmente definidas as zonas de relevância, até mesmo social, isto é, os temas que interessam mais de perto um grupo, isto é, os domínios sociais de relevância (SCHÜTZ, 1979).

Contra os argumentos natural-universalistas da felicidade, os pressupostos fenomenológicos supracitados apresentam importantes subsídios para o argumento de que a felicidade constitui fenômeno socialmente construído e intersubjetivamente compartilhado, em diferentes graus de adesão.

Em primeiro lugar, o quadro de referência fenomenológico pode ser utilizado para ressaltar o caráter exclusivamente social da felicidade. De forma similar ao que

ocorre com todos os fenômenos que são continuamente absorvidos pelo indivíduo em seu estoque de conhecimentos, a felicidade significa tão somente um fenômeno ordinário que tende a ser reconhecido e buscado pelos indivíduos a partir do processo de socialização. Isto significa que o interesse pela felicidade, ou melhor, o interesse em buscar e/ou manter determinados elementos que são frequentemente apontados pelos membros de seu grupo de referência cultural como fontes de boas sensações (frequentemente descritas como felicidade), é preexistente ao indivíduo e tende a ser por ele absorvido por meio dos processos de internalização ocorridos ao longo de sua trajetória biográfica. Neste sentido, o interesse pela felicidade, seja no desenrolar de uma ação inconsciente (experiência não reflexiva) ou consciente (comportamento reflexivo), não deriva de certas necessidades inatas à natureza humana que respondem a imperativos funcionais da espécie humana, mas é resultante de um padrão cultural singular a partir do qual o indivíduo aprende que *pode*, ou mesmo *deve*, busca-la e *como* deve agir para tal. Deste modo, é possível argumentar que a felicidade, o interesse por sua busca e as representações construídas a respeito são elementos socialmente construídos.

Derivada do caráter exclusivamente social da felicidade, o quadro de referência fenomenológico também oferece subsídios à compreensão da questão relativa aos conteúdos da felicidade. Partindo da premissa que os indivíduos aprendem a interessarem-se pela felicidade e a agir (inconsciente ou conscientemente) por sua busca/manutenção, parece lógico supor que os conteúdos da felicidade, isto é, os diferentes elementos que tendem a ser reconhecidos como fontes da felicidade, apresentam enormes variações quantitativas e qualitativas. Isto ocorre devido 1) aos inúmeros grupos de referência cultural existentes; e 2) ao processo contínuo de criação, elaborado pelos indivíduos seja dentro de um mesmo grupo de referência cultural seja a partir do contato com indivíduos pertencentes a outros grupos de referência cultural (externos).

Sobre isto, é importante sublinhar que, de acordo com Schütz (1979), a produção dos fenômenos sociais baseia-se nas heranças que fazem parte da referência cultural do indivíduo (constantemente acessada pela memória), mas o indivíduo não se limita a reproduzi-las. Ao contrário, durante os processos interativos (seja consigo mesmo seja com outros) os indivíduos constantemente criam novos fenômenos e os incorpora ao seu

estoque de conhecimentos (a depender de sua capacidade de reprodução, essa 'nova' produção pode, inclusive, ser absorvida dentro do padrão de referência cultural). Este mecanismo de produção é bastante útil à compreensão da expansão dos conteúdos da felicidade, e, mais precisamente na contemporaneidade, a explosão de conteúdos e formas de busca da felicidade. Isto porque, devido às maiores possibilidades quantitativas e qualitativas de interação entre os indivíduos, inclusive entre indivíduos oriundos de outros grupos de referência cultural, os indivíduos tendem a apresentar conteúdos de felicidade que não apenas podem ser 'novos' ao seu próprio estoque de conhecimento como, de forma mais ampla, pode ser absorvido pelo seu grupo de referência cultural original. Com isto, ampliam-se as definições de felicidade, os interesses por sua busca/manutenção, as representações a respeito do fenômeno e os conteúdos que a ela são associados. Deste modo, reforça-se o argumento que a felicidade é um fenômeno exclusivamente subordinado à cultura.

Tomando como base os pressupostos gerais da fenomenologia de Schütz, defende-se aqui que a Sociologia pode interessar-se e contribuir com o debate na medida em que a felicidade pode ser considerada como uma *categoria de valor* e, decorrente disto, como uma *categoria ordenadora de outros valores*.

### 1.2.1 A FELICIDADE COMO CATEGORIA DE VALOR

A ideia basilar da concepção da felicidade como uma categoria de valor é que, independentemente das definições a seu respeito, a felicidade não é um fato biológico-mental, mas um valor, e, como tal, é sempre contingencial, dado que é socialmente construído e intersubjetivamente compartilhado.

Não existe um consenso a respeito da definição de valor. Assim como felicidade, valor também é um conceito multidisciplinar, multifatorial e polissêmico[28]. Tomando como base o esquema classificatório construído por Schwartz e Bilsky, Silva (2011) destaca a existência de cinco características recorrentes presentes em diferentes definições de valores: os valores são 1) conceitos ou crenças; 2) sobre fins desejáveis ou comportamentos; 3) que transcendem situações específicas; 4) guiam a seleção ou a

[28] Discussões mais aprofundadas sobre *valor* podem ser consultadas em Putnam (2004), Scanlon (2004), Heller (2004) e Silva (2011).

avaliação de comportamentos e eventos; e 5) estão ordenados pela importância relativa. Ainda segundo o autor, os valores podem ser compreendidos como representações cognitivas surgidas a partir de três exigências humanas: 1) necessidades de base biológica; 2) requisitos de interação social; e 3) respostas institucionais para o bem-estar do grupo e sobrevivência.

O sentido sociológico que se deseja indicar para a noção de valor aqui utilizada é muito bem definido por Heller (2004). Partindo da ideia marxista de que os homens fazem sua própria história, mas em condições previamente dadas, ela afirma que os *valores* são determinados pelas circunstâncias e socialmente compartilhados por indivíduos pertencentes a um dado grupo social. As circunstâncias são definidas por ela como

> "(...) a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento, ou seja, um complexo que contém inúmeras posições teleológicas, a resultante positiva de tais posições teleológicas" (HELLER, 2004, p.01-02).

Já os valores são compreendidos como

> "(...) tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou mediatamente, para a explicação desse ser genérico. (...) as componentes da essência humana são (...) o trabalho (a objetivação), a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. (...) A essência humana (...) é a realização gradual e contínua das possibilidades imanentes à humanidade, ao gênero humano. (...) pode-se considerar valor aquilo que, em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daquelas componentes essenciais. (...) o valor, portanto, é uma categorias ontológico-social; como tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais) e sim objetividade social. É independente das avaliações dos indivíduos mas não das atividades dos homens, pois é expressão e resultante de relações sociais" (HELLER, 2004, p.04-05).

Apoiando-se na concepção de Heller a respeito dos valores e da determinação circunstancial destes[29], defende-se a ideia de que a felicidade, enquanto categoria de valor é social e intersubjetivamente construída, compartilhada e reproduzida por

[29] A concepção de Heller (2004) a respeito dos valores e da determinação circunstancial destes é plenamente aceita no presente estudo. Contudo, é necessário relativizar sua concepção ontológica que, baseada em pressupostos marxistas, aceita que a objetivação, a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade constituem traços essenciais, e, portanto, universais, da natureza humana. Neste sentido, pode-se argumentar a respeito da existência de elementos alternativos a constituírem a ontologia do ser, como, por exemplo, a linguagem, em Habermas, ou, de forma mais radical, argumentar se existe, de fato, uma ontologia do ser (GIDDENS, 1976 E 2009; ORGANISTA, 2006; HABERMAS, 2009).

indivíduos pertencentes de um determinado grupo social. Por esta razão ela deve ser investigada sociologicamente, de maneira que seja possível compreender as razões de sua existência e os fatores e mecanismos que a ela estão associados nos diferentes contextos sócio-históricos e culturais.

A felicidade, embora seja subjetivamente experienciada pelo indivíduo no nível mental, reflete determinados valores sociais, podendo ser compreendida como importante indicador-reflexo de outros valores sociais, mais amplos, que com ela apresentam interconexão (ALLARDT, 2006; SILVA, 2011). Neste sentido, por meio da análise sociológica, torna-se possível discutir as condições de possibilidades de surgimento das discussões em torno da felicidade bem como as razões para a existência de múltiplas definições de felicidade em diferentes sociedades, isto é, de como e porque um determinado contexto sociocultural favorece ao surgimento da discussão em torno da felicidade e de quais e como são atribuídos os valores relativos à felicidade em um contexto particular.

De acordo com McMahon (2006), a felicidade torna-se um valor socialmente almejado *apenas* nas sociedades livres e democráticas, cuja justificação para a manutenção da organização social e política não repousa na tradição e/ou na violência, seja de ordem familiar (feudalismo), religiosa (absolutismo) ou político-ideológica (totalitarismo). Por isto, segundo o autor, as reflexões sobre a felicidade emergem e adquirem relevância no âmbito da democracia grega, exclusivamente na Atenas livre e democrática, expandindo-se quantitativa e qualitativamente, passando a integrar com maior proeminência o espaço de desejos individuais e coletivos a partir da modernidade.

Deste modo, é possível contextualizar sócio-historicamente a gênese da felicidade como categoria de valor a partir da emergência dos ideais iluministas, em meados do século XVIII, quando valores como ‘liberdade’, ‘igualdade’, ‘fraternidade’ e ‘justiça’ passaram a ser publica e politicamente defendidos como elementos essenciais à vida humana e à organização social moderna. No bojo das lutas políticas pelo fim do absolutismo e ascensão da república, a busca pela felicidade (ou, conforme expressado com maior frequência à época, a busca pelos prazeres e eliminação das dores) passa a ocupar o *rol* de preocupações humanas, tornando-se a felicidade um valor fundamentalmente almejado por indivíduos e sociedades (CHEVALIER, 2002;

GIANNETTI, 2002; CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006; MCMAHON, 2006; LAYARD, 2008).

Neste sentido, contra os argumentos anteriormente citados de que a felicidade constitui-se em fato natural e universal, é possível afirmar que a felicidade é um fenômeno socialmente construído e intersubjetivamente compartilhado, cuja gênese é contextualmente delimitada e as razões para sua emergência respondem a fatores sociais concretos. Deste modo, a felicidade configura-se em uma categoria valor, sendo desejada e buscada apenas em tipos bastante específicos de sociedades e indivíduos.

### 1.2.2 A FELICIDADE COMO CATEGORIA ORDENADORA DE OUTROS VALORES

Derivada da ideia de que a felicidade é uma categoria de valor, a felicidade passa a configurar-se, também, como uma *categoria ordenadora de outros valores*. Isto significa que a felicidade, sendo um valor socialmente construído e intersubjetivamente compartilhado, passa a justificar e a orientar normativamente, nos níveis individual e coletivo, os discursos e as ações no sentido de desejar, buscar, manter e/ou ampliar a felicidade dos indivíduos (BENTHAM, 1984; ALLARDT, 2004; MCMAHON, 2006; VEENHOVEN, 2009).

O princípio de que a felicidade constitui a principal meta a ser alcançada pelos indivíduos, iniciada no bojo da tradição do pensamento socrático e fortalecida a partir do Iluminismo, faz com que indivíduos e sociedades esforcem-se por buscar compreender quais elementos favorecem a felicidade. É neste sentido, portanto, que em diferentes períodos sócio-históricos a ***busca*** pela felicidade tem sido utilizada como justificativa para a realização de diferentes ações individuais e/ou coletivas que teriam por objetivo último alcançar a *boa vida*, isto é, a felicidade.

É assim, por exemplo, que na Grécia clássica, Sócrates, Platão e Aristóteles recomendavam o autocontrole como meio para se alcançar a felicidade (VERGNIÈRES, 2006; MCMAHON, 2006, ALBORNOZ, 2008); na idade média cristã, Agostinho e Tomás de Aquino exaltam o desprendimento às coisas mundanas, inclusive com a necessária renúncia à própria vida (ARENDT, 1997; BOULNOIS, 2006); na idade clássica, John Locke e Thomas Hobbes destacam a importância da paz coletiva e da

vigilância sobre as consequências das ações individuais como forma de obter a felicidade da maioria (FOISNEAU, 2006; LAZZERI, 2006); e assim sucessivamente.

### 1.2.3 A FELICIDADE COMO OBJETO DA POLÍTICA

A importância valorativa que tende a ser atribuída à felicidade na modernidade não contém um juízo de valor intrínseco e universalmente aceito. O valor social a ela atribuído adquire tamanha importância que o conjunto da sociedade organiza-se, pelo menos discursivamente, no sentido de alcançar, manter e ampliar a felicidade, especialmente através de ações conduzidas pelos governantes do Estado. É neste sentido que o debate sobre a felicidade passa a apresentar forte conexão com a temática das políticas públicas, dentro do contexto de exigibilidade por políticas de felicidade (BENTHAM, 1984; VEENHOVEN, 1984, 2002, 2009; GIANETTI, 2002; HO, 2005; CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006; LAYARD, 2008; URA, 2012).

A partir da modernidade, a felicidade tende a ser justificada com base na crença coletiva de que a política tem por objetivo fundamental garantir a 'boa vida' da coletividade, ou seja, *de garantir mais felicidade para um número maior de pessoas*, tal como afirmado por Sócrates e sintetizado por Jeremy Bentham em sua teoria utilitarista (VERGNIÉRES, 2006; BENTHAM, 1984; LAYARD, 2008).

Não é por acaso que as discussões mais recentes a respeito da felicidade, surgidas a partir da década de 1970 e que ganharam força especialmente nos anos 2000, focam justamente na exigibilidade de se garantir o acréscimo da felicidade nos níveis individual e coletivo por meio de políticas públicas. E essa discussão talvez seja a marca indelével da felicidade na contemporaneidade: não apenas os indivíduos *podem* buscar a felicidade, restringindo-a a uma escolha pessoal, mas agora a política *deve* tornar os indivíduos mais felizes, sendo esta a única razão moral para a justificação da política. Este discurso faz com que a felicidade saia da esfera privada e avance nas discussões políticas.

As três referências supracitadas – felicidade como categoria de valor, felicidade como categoria ordenadora de outros valores e felicidade como objeto da política – podem ser identificadas e analisadas sociologicamente a partir de uma espécie de reconstituição histórica da felicidade.

A felicidade enquanto categoria analítica envolve discussões em torno das da gênese do interesse pelo fenômeno, das diferentes definições atribuídas ao termo, dos múltiplos fatores que, ao menos em tese, incidem sobre o sentimento de felicidade e, também, os diferentes modos analíticos de abordagem do fenômeno.

A felicidade, embora muitas vezes escrita em outros termos, tem sido objeto de reflexões desde a Grécia clássica. E a análise destas discussões aponta que isto a que se chama de felicidade, longe de ser um dado natural e, portanto, intrínseco ao ser humano, trata-se, na realidade, de um valor socialmente construído e, como tal, significa que é uma *representação coletiva*, variante no espaço e no tempo. A felicidade, portanto, configura-se em um conjunto de ideias, representações e valores formulado e compartilhado por membros em um grupo sociocultural determinado.

É preciso considerar que o pressuposto teórico de que a felicidade é uma construção social e, portanto, significa que é, sobretudo, uma representação coletiva construída e compartilhada de forma dominante por indivíduos pertencentes a um grupo sociocultural determinado e inscrito em um intervalo espaço-temporal delimitado, é, ele próprio, uma construção social moderna, formulada com base na análise extensiva de diferentes concepções da felicidade inscritas na história humana, sendo possível compreender, a partir delas, as diferentes posturas ontológicas e epistemológicas que estão na base das diferentes concepções da felicidade historicamente construídas.

Ao buscar descrever e analisar uma espécie de história da felicidade humana é possível compreender como o fenômeno da felicidade vem sofrendo modificações no espaço e no tempo, resultante de modificações mais amplas ocorridas na própria concepção e representação do indivíduo e de seu papel no mundo. Por tudo isso, a análise histórica da felicidade permite justamente identificar as construções sociais da felicidade e suas mudanças no espaço-tempo, dos gregos clássicos até as perspectivas mais relativas circunscritas ao individualismo contemporâneo, sendo possível, assim, compreender as distintas perspectivas ontológicas relativas ao fenômeno da felicidade nas diferentes tradições em que é definido; compreender as diferentes perspectivas epistemológicas, isto é, as diferentes maneiras como o fenômeno é abordado; verificar os diferentes métodos utilizados para a determinação, observação e análise do fenômeno; e compreender o poder de quem, indivíduo ou grupo social, define o que é a

felicidade e de quais elementos são considerados como fonte da felicidade ou infelicidade dos seres humanos.

# CAPÍTULO II
# ASPECTOS CONCEITUAIS: INTERCONEXÕES ENTRE FELICIDADE, BEM-ESTAR OBJETIVO, BEM-ESTAR SUBJETIVO E QUALIDADE DE VIDA

## 2.1 DEFINIÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE FELICIDADE: INTERCONEXÕES ENTRE FELICIDADE, BEM-ESTAR, BEM-ESTAR SUBJETIVO E QUALIDADE DE VIDA

Em debates contemporâneos sobre felicidade, evidencia-se a proximidade entre os termos felicidade, bem-estar, bem-estar subjetivo e qualidade de vida, ora sendo tratado como sinônimos, podendo ser intercambiáveis entre si, ora apresentando sentidos distintos. As diversas utilizações destes termos não exprimem meras diferenças semânticas, mas, na realidade, variam em função das perspectivas teóricas, filosóficas e metodológicas que orientam a construção e o emprego destes termos. Com isto, o primeiro grande desafio dos estudos da felicidade é tentar buscar definir conceitualmente os significados e usos atribuídos a cada um destes termos[30].

Com relação ao termo felicidade, Veenhoven (1984) destaca três grandes espaços onde ele tende a ser definido e utilizado: na linguagem comum, na filosofia e na ciência moderna[31].

Segundo Veenhoven (1984), como também McMahon (2006), Layard (2008), White (2009) e Greve (2013), na linguagem comum a palavra felicidade tende a ser utilizada como sinônimo de expressões tais como: boa fortuna, boa sorte, prosperidade,

[30]A literatura multidisciplinar que utiliza e/ou promove debates sobre os termos de felicidade, bem-estar, bem-estar subjetivo e qualidade de vida é muito extensa, o que tornaria improfícuo tentar desenhar aqui um estado da arte da temática. Algumas destas principais discussões podem ser consultadas em: Bentham (1984), Almeida (1984), Veenhoven (1984, 1994, 2002, 2003, 2006, 2009, 2015), Nussbaum & Sen (2004), Martins (1997), Kerstenetszky (1998), Giannetti (2002), Bourdieu (2003), Koga (2003), Layard (2004, 2008), Ehrenberg (2004, 2005), Véras (2004), Ho (2005), Graziano (2005), Cattani & Díaz (2005), Caillè, Lazzeri & Senellart (2006), Rocha (2006), Rodrigues, Batistela & Barreto (2006), Barbosa (2006), Corbi & Menezes-Filho (2006), Ferraz, Tavares & Zilberman (2007), Sawaia (2007), Schwartzman (2007), Lipovetsky (2008), McMahon (2008), Dantas (2008), Cavalcanti, Lyra & Avelino (2008), Bauman (2009), Jannuzzi (2009), Scalon (2009), Albornoz (2009), Freud (2010), Hirata (2010), Donnelly (2010), Albuquerque (2011), Ura (2012, 2013) e OMS (2015).

[31] Com vistas a indicar o complexo mosaico de significados atribuídos ao termo felicidade, Veenhoven (1984) estabelece uma didática separação entre filosofia e ciência moderna. Sem adentrar na discussão a respeito de eventuais distinções e convergências entre filosofia e ciência, há de se destacar as dificuldades operacionais que tal separação implica, dado que muitos dos conceitos de felicidade que são construídos na filosofia são utilizados pela ciência e *vice-versa*.

alegria, prazer, emoções positivas, euforia, contentamento, utilidade, bem-estar, satisfação, beatitude, graça, solução de problemas, boa vida, qualidade de vida, entre outras[32]. Isto porque, segundo os autores supracitados, na linguagem comum não há efetiva distinção conceitual entre os termos, podendo ser intercambiáveis entre si.

Também de acordo com Veenhoven (1984), assim como Caillè, Lazzeri e Senellart (2006), Albornoz (2009) e White (2009), na filosofia os diferentes significados e utilizações do termo felicidade são subordinados às diferentes correntes filosóficas que adquirem proeminência em cada época, de modo que o termo felicidade é continuamente reconstruído e re-significado no espaço e no tempo, ora apresentando similaridades com outros termos, ora apresentando definição conceitual distinta.

Por fim, Veenhoven (1984) destaca a importância dos diferentes significados que são construídos a respeito do termo felicidade no espaço da *ciência moderna*, que, sem dúvida, é o que desperta mais interesse aos propósitos deste estudo. Além de Veenhoven (1984), Layard (2008) e Bartram (2012) também constroem importantes bases teórico-conceituais para a construção científica do termo felicidade.

De acordo com Veenhoven, a felicidade pode ser definida como *"the degree to a which an individual judges the overall quality of his life-as-a-whole favorably"*[33] (VEENHOVEN, 1984, p.22). Esta definição de felicidade contém *sete* palavras-chaves que são destacadas e elucidadas pelo próprio autor.

Em primeiro lugar, a palavra *degree* (grau). Segundo o autor, ele não utiliza o termo felicidade como uma apreciação ótima da vida, ou seja, o estado no qual o indivíduo se considera feliz em razão de toda a sua vida ser perfeita. Na realidade, o sentido da palavra felicidade exprime uma gradação, por meio da qual o indivíduo pode considerar sua vida como sendo mais, ou menos, favorável. Veenhoven (1984) argumenta que a vida é sempre entrecortada por momentos alegres e tristes, de modo que a felicidade não significa uma vida ausente de dores[34]. A felicidade do indivíduo

[32] Para as pesquisas sobre a proximidade do termo felicidade com os termos utilizados na linguagem comum, os autores utilizaram os idiomas inglês, holandês, francês, alemão, russo e cazaquistanês.

[33] Em livre tradução para a língua portuguesa, a definição de felicidade oferecida por Veenhoven (1984) é "o grau cujo indivíduo julga favoravelmente a qualidade de sua vida como um todo".

[34] Note-se que a perspectiva de gradação da felicidade proposta por Veenhoven (1984) distingue-se da perspectiva grega da *aponia*, na qual a felicidade é definida como o estado no qual a vida do indivíduo é ausente de dores (CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006; ALBORNOZ, 2009; WHITE, 2009; GREVE, 2013).

decorre justamente do grau que ele considera sua vida como sendo mais, ou menos, favorável, segundo as múltiplas incidências de suas alegrias e tristezas.

Em segundo lugar, a palavra *individual* (individual). De acordo com o autor, o grau de felicidade aplica-se unicamente ao indivíduo e à sua vida pessoal, e não à vida social/coletiva, a objetos ou a eventos. Isto significa que a unidade de análise da avaliação da felicidade é o indivíduo e sua vida pessoal, pois somente ele pode considerar, subjetivamente, o grau de sua vida como sendo mais, ou menos, favorável. O autor esclarece ainda que nos casos de estudos de felicidade aplicados a um país, por exemplo, a unidade de análise continua sendo o indivíduo, mensurando-se a felicidade dos habitantes desse país e, a partir disto, é que se torna possivel avaliar em que medida os habitantes do referido país se consideram mais, ou menos, felizes[35] (VEENHOVEN, 1984).

Em terceiro, a palavra *judges* (julgamento). Segundo Veenhoven (1984), o julgamento refere-se à capacidade do indivíduo de avaliar a sua própria vida frente às suas experiências, tanto no *tempo*, isto é, o seu grau de felicidade atual em relação ao seu grau de felicidade no passado e suas expectativas de felicidade com o futuro, bem como em relação *aos outros indivíduos*, isto é, em que medida o indivíduo se julga mais, ou menos, feliz em relação às outras pessoas que o cercam. Neste sentido, pode-se afirmar que a concepção de felicidade proposta por Veenhoven (1984) é *relacional*.

Em quarto lugar, a palavra *overall* (geral). De acordo com o autor, o julgamento que é realizado pelo indivíduo refere-se à sua vida como um todo, isto é, significa um balanço relacional de fases positivas (alegrias) e negativas (tristes) bem como aspectos específicos que podem ser considerados como positivos ou negativos. Neste sentido, Veenhoven (1984) busca distinguir os momentos efêmeros que são constantemente vivenciados pelo indivíduo (alegrias e tristezas), da felicidade, que significa o balanço geral de sua vida frente às experiências momentâneas e às diferentes fases de sua vida. Assim, um indivíduo pode considerar-se mais feliz se o resultado do balanço entre suas experiências positivas e negativas apontar para o julgamento favorável de sua vida como um todo.

[35] Debates sobre a avaliação da felicidade entre coletividades podem ser consultados em Veenhoven (2009), Ura (2012), OECD (2012), NEF (2012).

Em quinto, a expressão *life-as-a-whole* (vida como um todo). O sentido atribuído a essa expressão é similar à palavra ‘geral’. Com essa expressão, Veenhoven (1984) busca enfatizar que a sua definição de felicidade origina-se da avaliação que o indivíduo realiza de sua vida como um todo, isto é, o resultado geral do balanço entre experiências negativas e positivas que são vivenciadas pelo indivíduo. Desse modo, ainda que fatores presentes (alegrias e tristezas) possam afetar a avaliação do indivíduo, o autor destaca a necessidade de, em pesquisas de felicidade, o indivíduo desenvolver um exercício *reflexivo*, buscando abordar na totalidade os variados aspectos positivos e negativos de sua vida, sejam eles passados, presentes e as expectativas futuras, para a realização do julgamento de sua vida como um todo.

Em sexto lugar, a expressão *own life* (própria vida). Essa expressão apresenta sentido bastante similar à palavra ‘individual’, na medida em que ambas exprimem que o julgamento realizado pelo indivíduo sobre a felicidade diz respeito única e exclusivamente à sua própria vida. Neste sentido, embora a felicidade possa ser influenciada por diversos fatores externos, isto é, que independem da vontade do indivíduo, a avaliação da felicidade é um exercício fundamentalmente subjetivo, ou seja, significa a satisfação do indivíduo com a sua própria vida (VEENHOVEN, 1984).

Por fim, a sétima palavra, *favorably* (favoravelmente). De acordo com Veenhoven (1984), a palavra exprime a ideia de que o indivíduo é capaz de fazer uma avaliação global de sua vida como um todo, julgando-a tão favorável quanto a quantidade e a força de experiências positivas frente às experiências negativas. Nesse sentido, o indivíduo torna-se capaz de estabelecer o grau em que julga o quanto sua vida é favorável ou desfavorável em relação à sua própria (in)satisfação com a vida.

Dentro do esforço de construir sua própria definição conceitual de felicidade, Veenhoven (1984) busca estabelecer os contrastes existentes entre o conceito de felicidade e outros *oito* termos que ele classifica como “conceitos adjacentes”. São termos que, seja na linguagem comum ou em discussões científicas e filosóficas, apresentam certa proximidade com o conceito de felicidade. São eles: bem-estar, qualidade de vida, moral, saúde mental positiva/atualização do eu, adaptação/ajuste, satisfação, depressão e otimismo/esperança.

O primeiro termo que Veenhoven (1984) busca destacar é ‘bem-estar’. De acordo com o autor, o termo tende a referir-se a qualquer estado que é considerado

como desejável para a vida de um indivíduo, fazendo com que o conceito abrigue diversos significados. Buscando melhor qualificar o termo, o autor destaca a existência de dois grandes grupos distintos dentro do conceito de bem-estar: bem-estar individual e sistema social de bem-estar. O primeiro termo refere-se ao estado da vida de um indivíduo, referindo-se aos múltiplos aspectos (objetivos e subjetivos) de sua vida particular, ao passo que o segundo termo refere-se ao regime sócio-político presente em muitos países do ocidente[36]. Em seu esforço conceitual, Veenhoven (1984) destaca que apenas o termo bem-estar individual pode apresentar relação com o seu conceito de felicidade.

Veenhoven (1984) destaca ainda que o termo bem-estar individual apresenta um duplo-aspecto: bem-estar objetivo e bem-estar subjetivo. O bem-estar objetivo diz respeito aos estados que são considerados desejáveis à vida de todo e qualquer indivíduo, tais como saúde e liberdade. Já o bem-estar subjetivo diz respeito às avaliações que o indivíduo faz a respeito de aspectos específicos de sua própria vida, tais como sua autoestima e aceitação no meio social em que vive.

Segundo o autor, apesar de haver algumas similaridades, o termo bem-estar subjetivo distingue-se de seu conceito de felicidade uma vez que o bem-estar subjetivo corresponde a uma avaliação temporal que o indivíduo faz em relação a aspectos específicos de sua vida, ao passo que a felicidade significa o balanço geral de sua vida como um todo. Deste modo, os aspectos variantes do bem-estar individual (aspectos objetivos e subjetivos) tendem a influenciar o balanço da felicidade do indivíduo, mas não necessariamente correspondem à felicidade (VEENHOVEN, 1984).

O segundo conceito destacado é ‘qualidade de vida’. De acordo com Veenhoven (1984), embora não haja consenso sobre o significado do conceito de qualidade de vida, o termo é frequentemente abordado como sendo equivalente ao conceito de ‘bem-estar individual objetivo’. Ou seja, ambos os termos (qualidade de vida e bem-estar objetivo) referem-se às condições consideradas como desejáveis da vida de qualquer indivíduo, sobretudo no que diz respeito ao acesso aos bens e serviços materiais que são socialmente almejados, a exemplo de renda, saúde e educação. Por esta razão, Veenhoven (1984) distingue teoricamente os termos qualidade de vida e felicidade, uma

[36] As relações entre estado de bem-estar social e qualidade de vida é abordada por Veenhoven no texto *igualdad social y esfuerzo del estado de bienestar* (1992).

vez que uma qualidade de vida considerada satisfatória pode influenciar positivamente a felicidade do indivíduo, mas não significa que necessariamente sejam sinônimos.

O conceito de ‘qualidade de vida’ apresentado por Veenhoven (1984) é diferente, por exemplo, do conceito de qualidade de vida definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para quem a qualidade de vida inclui tanto aspectos objetivos quantos aspectos subjetivos de avaliação de diversas dimensões da vida dos indivíduos (OMS, 2013).

O terceiro termo destacado por Veenhoven (1984) é ‘moral’. Segundo o autor, não há consenso sobre o significado do termo ‘moral’, sendo utilizado tanto para designar pessoas quanto coletividades. No que se refere à moral individual, o termo exprime a confiança que se tem na capacidade de um indivíduo de resolver problemas futuros. Isto significa que o termo moral equivale à auto-confiança. Por isso, segundo o autor, embora a moral seja um importante fator que pode favorecer positivamente à felicidade, os termos apresentam significados absolutamente distintos (VEENHOVEN, 1984).

O quarto conceito adjacente destacado por Veenhoven (1984) é “saúde mental positiva’. Segundo o autor, apesar de haver significados bastante diversos que são atribuídos ao termo, ele pode ser definido como o excelente funcionamento da mente individualizada, correspondendo a elementos como ‘autonomia’, ‘adequada percepção da realidade’, ‘ego robusto’, entre outros. Dentro desta definição de saúde mental, a felicidade tende a aparecer como um dos critérios que podem atestar a saúde mental do indivíduo, de modo que o indivíduo que não se sente feliz ou não busca tornar-se feliz não é considerado como detentor de boa saúde mental.

Os critérios que tendem a ser utilizados para atestar a saúde mental positiva são objetivos e normativos, ou seja, são definidos a partir de critérios externos à subjetividade dos indivíduos. Por essa razão, Veenhoven (1984) recusa a similaridade entre saúde mental positiva e felicidade uma vez que, em seu conceito de felicidade, muitos dos objetos que proporcionam felicidade ao indivíduo podem representar uma inadequada percepção da realidade, já que os elementos que condicionam a felicidade são estritamente subjetivos, isto é, dependem exclusivamente da satisfação que oferecem ao indivíduo. Deste modo, Veenhoven (1984) considera que a definição de

saúde mental positiva é objetiva ao passo que a felicidade é subjetiva, constituindo, portanto, conceitos diferentes.

O quinto termo é ‘adaptação/ajuste’. Segundo o autor, o termo é frequentemente utilizado para designar dois estados de coisas: em primeiro lugar, modelo de comportamento que é considerado como adequados, e, em segundo lugar, experiência de obtenção de sucesso (nesse caso, sucesso compreendido como um estado favorável, agradável). Para Veenhoven (1984), o termo ‘adaptação/ajuste’ apresenta relação estreita com seu conceito de felicidade em sua segunda acepção, isto é, na medida em que expressa que o indivíduo avalia sua vida como sendo satisfatória. Contudo, adaptação/ajuste e felicidade distinguem-se pelo fato de que o primeiro origina-se de uma avaliação objetiva, ou seja, a adaptação é avaliada por meio de determinados critérios os quais indicam em que medida o indivíduo é adaptado/ajustado, ao passo que a felicidade é avaliada subjetivamente, isto é, é o próprio indivíduo quem destaca quais elementos e em que medida eles são considerados favoráveis para si (VEENHOVEN, 1984).

O sexto conceito adjacente destacado por Veenhoven (1984) é ‘satisfação’. Segundo o autor, o termo é amplamente utilizado para designar uma ‘agradável experiência afetiva’, ou seja, refere-se a objetos e a momentos específicos que incidem de forma satisfatória na vida do indivíduo (que o autor classifica como *‘nível de satisfação hedônica’*). Desse modo, os termos ‘satisfação’ e ‘felicidade’ apresentam significados distintos na medida em que a satisfação representa experiências pontuais na vida do indivíduo e a felicidade, ao contrário, significa o balanço geral da vida como um todo, isto é, um julgamento que engloba os elementos de satisfação (alegria) e insatisfação (tristeza). Desse modo, a felicidade resulta do julgamento realizado pelo indivíduo no qual ele considera que sua vida é favorável em função de que os elementos positivos (satisfação) superam os elementos negativos (insatisfação), tanto em quantidade quanto em intensidade (VEENHOVEN, 1984).

O sétimo termo é ‘depressão’. De acordo com Veenhoven (1984), o termo ‘depressão’ é utilizado com vários significados e frequentemente é descrito como o oposto da felicidade. Em grande medida, o termo refere-se a uma síndrome que indica sensação desagradável, apatia e um senso de insignificância (indiferença). Esta síndrome é caracterizada por uma avaliação negativa que o indivíduo faz a respeito de

sua vida como um todo. Deste modo, pessoas depressivas tendem a ser consideradas como infelizes. Todavia, Veenhoven (1984) destaca que o contrário não necessariamente é verdadeiro, isto é, nem todas as pessoas infelizes são depressivas, por isso, os termos depressão e felicidade significam coisas diferentes. Para o autor, a depressão indica um estado temporário (algo semelhante a um baixo nível hedônico, isto é, um estado momentâneo de tristeza, ainda que tenha longa duração ou se repita com frequência). Já a felicidade, ou, neste caso, a infelicidade, representa a insatisfação com a vida como um todo, dentro de uma avaliação geral (VEENHOVEN, 1984).

Por fim, o oitavo conceito adjacente destacado por Veenhoven (1984) é 'otimismo/esperança'. De acordo com o autor, o otimismo/esperança representa importante fator para a avaliação da felicidade, mas o termo distingue-se conceitualmente da felicidade na medida em que significa apenas uma parte da avaliação *temporal* que o indivíduo faz de sua vida com momentos passados e com sua vida presente. Nesse sentido, o conceito de felicidade abrange também o otimismo/esperança, mas não se limita a ela.

Em resumo, verifica-se que, para Veenhoven (1984), a felicidade é o estado no qual o indivíduo considera a sua vida como um todo como favorável, em função de os elementos positivos (satisfação) serem mais intensos que os momentos negativos. De maneira distinta, os conceitos de bem-estar, qualidade de vida e satisfação constituem dimensões (objetivas e subjetivas) específicas e momentâneas da vida do indivíduo e, em grande medida, podem influenciar positiva ou negativamente o sentimento de felicidade do indivíduo.

Layard (2008) também constrói importante definição conceitual de felicidade. De acordo com o autor "(...) quando falo em felicidade, refiro-me a se sentir bem – aproveitar a vida e desejar que essa sensação se mantenha. Quando falo em infelicidade, refiro-me a se sentir mal e desejar que as coisas fossem diferentes (...) a felicidade começa onde a infelicidade termina" (LAYARD, 2008, p.29).

Em um primeiro momento, a definição de felicidade construída por Layard (2008) parece apresentar menor nível de sofisticação conceitual que aquela apresentada por Veenhoven (1984), não se distinguindo, por exemplo, de representações de felicidade que são genericamente construídas na linguagem comum. Todavia, as explicações fornecidas por Layard (2008) acerca de 1) como os indivíduos avaliam suas

próprias vidas e, em função disto, sua felicidade; e 2) as razões pelas quais os indivíduos tendem a considerarem-se mais, ou menos, felizes ou infelizes, são de suma importância para o campo dos estudos da felicidade.

Em primeiro lugar, Layard (2008) destaca que a avaliação da felicidade que é realizada pelo indivíduo refere-se ao que ele chama de *'felicidade média'*. Ou seja, o indivíduo não apenas sente como tem consciência que a sua vida é marcada por momentos alternados de prazeres/alegrias e dores/tristezas. Assim, quando ele é chamado a refletir sobre a sua própria felicidade, o indivíduo é capaz de realizar uma reflexão global de sua vida, fazendo um balanço geral dos momentos de alegrias e de tristezas, oferecendo um panorama geral de sua vida como um todo. Note-se que o elemento de ampla capacidade reflexiva está contido de maneira bastante semelhante nas definições de felicidade tanto de Layard (2008) quanto de Veenhoven (1984).

Em segundo lugar, Layard (2008) apresenta diagnóstico basilar a respeito dos fatores que podem influenciar a felicidade dos indivíduos. Neste ponto, ressalte-se que, para o autor, nem as condições materiais da vida do indivíduo (classificadas por ele como *bem-estar*) nem as (in)satisfações subjetivas com variados aspectos de sua vida pessoal (consideradas pelo autor como *bem-estar subjetivo*) não podem ser consideradas como sinônimos da felicidade. Para Layard (2008), o sentimento de felicidade decorre do balanço entre as condições de bem-estar e de bem-estar subjetivo e as formas como elas ocorrem (predominância) na vida do indivíduo. Desse modo, tanto Layard (2008) quanto Veenhoven (1984) concordam que determinados fatores, sejam eles considerados objetivos ou subjetivos (bem-estar, qualidade de vida e satisfação), **podem** influenciar a felicidade, mas **não** equivalem a ela.

Por fim, de acordo com Bartram (2012), a definição do conceito de felicidade passa necessariamente pela localização e distinção do conceito de felicidade e os conceitos de bem-estar objetivo, bem-estar subjetivo e satisfação. Nas palavras do autor:

> *"To locate happiness as a research topic, we can begin with a distinction between objective and subjective well-being, where the latter is well-being that we experience and are conscious of experiencing. Happiness is the affective component of subjective well-being, while "life satisfaction" is the cognitive component, the evaluation we make about how well our lives are going. Examples of objective forms of well-being include income and other economic "goods", political rights and freedoms, social relationships and health (at least arguably) desirable even if some individuals don't recognize them as such, and perhaps desirable regardless of their subjective consequences. But subjective consequences (e.g. happiness) are important in*

> *their own right, and the reason to insist on this basic distinction between two types of well-being is that (as against the "revealed preferences" axiom of neo-classical economics) there is often not a strong correlation between them: a high level of objective well-being is no guarantee of happiness or satisfaction"* (BARTRAM, 2012, p.02)[37].

A longa citação tem razão de estar presente. É fundamental destacar o esforço em distinguir conceitualmente os termos felicidade, bem-estar objetivo, bem-estar subjetivo e satisfação. Para Bartram (2012), o bem-estar objetivo constitui-se de dimensões materiais (como os rendimentos monetários e todos os acessos que eles possibilitam nas sociedades capitalistas, cujo dinheiro mediatiza os acessos aos bens e serviços materiais e simbólicos) e materializáveis da vida humana (como a saúde e o acesso a direitos políticos e liberdades). Nesse sentido, são considerados como componentes objetivos por existirem e impactarem de forma relativamente independente dos desejos e das percepções individuais[38].

As percepções, isto é, as experiências e as consciências das experiências (ou seja, os julgamentos avaliativos que os indivíduos fazem a respeito dos componentes objetivos e demais aspectos de suas vidas) formam aquilo que Bartram (2012) considera como o bem-estar subjetivo. Nesse sentido, o bem-estar subjetivo refere-se à dimensão cognitiva sobre o conjunto (ou, nas palavras do autor, às consequências) que o indivíduo produz a respeito dos múltiplos aspectos que compõem a sua vida (bem-estar objetivo) e/ou a sua própria vida como um todo. Isto significa que, independentemente de como os componentes objetivos incidem na vida dos indivíduos, eles (os indivíduos) apresentam formas idiossincráticas (subjetivas) de apreciação de suas vidas (ou seja, o

---

[37] Em livre tradução para a língua portuguesa: "Para localizar a felicidade como um tópico de pesquisa, nós podemos começar com uma distinção entre bem-estar objetivo e subjetivo, onde o último é o bem-estar que nós experimentamos e temos consciência de experimenta-lo. Felicidade é o componente afetivo do bem-estar subjetivo, enquanto "satisfação com a vida" é o componente cognitivo, isto é, as avaliações que nós fazemos acerca de quão boas nossas vidas estão. Exemplos de formas objetivas de bem-estar incluem rendimento e outros componentes econômicos, direitos políticos, liberdades, relações sociais e saúde (uma lista longe de estar completa). Estes componentes são objetivos na medida em que são (ao menos discursivamente) desejáveis, ainda que algumas pessoas não os reconheçam enquanto tal, e, talvez, independentemente de suas consequências subjetivas. Mas, as consequências subjetivas (por exemplo, a felicidade) são importantes em seu próprio direito, e a razão para insistir na distinção básica entre os dois tipos de bem-estar é que (contra o axioma das "preferências reveladas" dos economistas neoclássicos) geralmente não há uma forte correlação entre eles: um alto nível de bem-estar objetivo não é garantia de felicidade ou satisfação" (BARTRAM, 2012, p.02).

[38] Note-se que, a despeito das diferenças semânticas, Veenhoven (1984, 2004) nomeia de qualidade de vida e, Layard (2008), de bem-estar, os três autores concordam tratarem-se de componentes objetivos da vida humana.

quão boa suas vidas estão). Por esta razão, embora a dimensão objetiva *possa* influenciar o bem-estar subjetivo, um alto nível de bem-estar não é garantia de alto nível de bem-estar subjetivo ou de felicidade e *vice-versa*[39].

Note-se que existe proximidade significativa entre os conceitos de 'bem-estar subjetivo' e 'satisfação com a vida', de modo que ambos os termos exprimem as formas pelas quais os indivíduos avaliam determinados aspectos de suas vidas, sejam aspectos objetivos (bem-estar subjetivo é a avaliação dos elementos de bem-estar objetivo) ou a avaliação da satisfação da vida como um todo, que significa o balanço geral que o indivíduo faz de sua satisfação da vida como um todo. Neste sentido, note-se que o conceito de 'avaliação da vida como um todo' proposto por Bartram (2012) é bastante semelhante ao próprio conceito de felicidade proposto por Veenhoven (1984).

Tomando como base os três autores supracitados, para os propósitos do presente estudo a felicidade pode ser definida como *um sentimento de ordem subjetiva derivado do nível reflexivo por meio do qual o indivíduo avalia a sua vida como um todo como sendo mais, ou menos, favorável, podendo ser influenciada por fatores objetivos (bem-estar objetivo) e fatores subjetivos (que podem ser chamados de bem-estar subjetivo ou de satisfação).*

Esta definição de felicidade apoia-se, simultaneamente, nas contribuições de Veenhoven (1984), Layard (2008) e Bartram (2012), porém, não as reproduz em totalidade e, em alguns aspectos, inverte alguns dos conceitos construídos nas definições propostas pelos autores citados.

De forma semelhante às definições de felicidade presentemente citadas, aqui ela é considerada 1) como um estado subjetivo que é representado através de uma gradação (mais, ou menos feliz); 2) resulta da auto-avaliação que o indivíduo faz a respeito de sua vida como um todo, ou seja, ela diz respeito à um balanço global da vida, e não a aspectos particulares e momentâneos (felicidade é deferente de alegria, por exemplo); e 3) o próprio indivíduo é o único agente considerado capaz de avaliar a sua própria felicidade, de modo que alguém jamais pode avaliar a felicidade de *outrem*.

Novamente, é importante ressaltar as diferenças existentes entre os conceitos de felicidade, bem-estar objetivo, bem-estar subjetivo e qualidade de vida.

---

[39] Ressalte-se que o significado do conceito de bem-estar subjetivo definido por Bartram (2012) é equivalente ao conceito de bem-estar subjetivo, de Layard (2008), e ao conceito de bem-estar, de Veenhoven (1984).

Com relação ao conceito de ‘bem-estar objetivo’, apesar da existência de algumas diferenças conceituais (Veenhoven o nomina de ‘qualidade de vida’, Layard de ‘bem-estar’ e Bartram de ‘bem-estar objetivo’), todos os autores consideram o bem-estar objetivo como a incidência de fatores externos nas condições de vida e, por extensão, na felicidade dos indivíduos. Este é, portanto, o sentido que se atribui ao conceito de bem-estar objetivo presentemente utilizado.

A respeito do conceito de ‘bem-estar subjetivo’, o termo reserva-se às formas pelas quais os indivíduos avaliam subjetivamente diferentes dimensões de suas vidas, sejam os aspectos objetivos (percepção e satisfação negativa ou positiva com o próprio bem-estar objetivo) sejam as dimensões propriamente subjetivas de suas vidas (satisfação). Este sentido é bastante similar ao termo ‘bem-estar subjetivo’, utilizados pelos autores citados, incluindo o termo ‘satisfação’, utilizado por Veenhoven (1984) e Layard (2008).

O termo ‘qualidade de vida’ é o que apresenta distinção conceitual mais significativa. Embora Veenhoven (1984) o utilize como sinônimo de bem-estar objetivo, presentemente o termo é reservado ao conjunto total da vida do indivíduo, sendo incluídas três dimensões: bem-estar objetivo, bem-estar subjetivo e a própria felicidade. Neste sentido, bem-estar objetivo e bem-estar subjetivo não são sinônimos de felicidade, mas podem contribuir para o alcance de uma vida considerada mais feliz, ao passo que uma boa qualidade de vida é o resultado de uma vida cujo balanço entre bem-estar objetivo, bem-estar subjetivo e felicidade apresenta-se mais favorável dentro da auto-avaliação reflexiva que é realizada pelo indivíduo.

## 2.2 ESTUDOS EMPÍRICOS DA FELICIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE OS CONDICIONANTES E INDICADORES DE FELICIDADE

Para além das particularidades teórico-metodológicas que distinguem os variados conceitos de felicidade existentes, um importante ponto de convergência dos estudos da felicidade é a tese que a felicidade pode ser *influenciada e mensurada* a partir de determinados indicadores. Com isto, o exercício reflexivo a ser realizado pelo indivíduo para fazer um balanço global de vida e, a partir disto, definir o seu próprio nível de felicidade, é feito com base na avaliação de aspectos objetivos e subjetivos que

podem influenciar o seu nível de satisfação com a vida e, logo, sua felicidade (VEENHOVEN, 1984, 2004, 2013; LAYARD, 2008; OECD, 2012; URA, 2012)[40].

A ideia geral a respeito da existência de fatores que podem influenciar a felicidade vem sendo construída desde a Grécia clássica, especialmente a partir das reflexões de Aristóteles a respeito de uma boa vida (VERGNIÉRES, 2006; SCHAEFER, 2009), passando pela sistematização dos elementos que propiciariam a maximização da felicidade (BENTHAM, 1984; CLÉRO, 2006), tendo adquirido dimensão significativa na contemporaneidade, diante da verdadeira explosão de definições, representações e conteúdos que estariam associados à felicidade humana (CAILLÈ, LAZZERI & SENELLART, 2006; VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008).

As estratégias teórico-metodológicas de mensuração de felicidade tiveram início nas reflexões de Bentham, quando ele propôs uma fórmula matemática para o cálculo da felicidade, isto é, um "método para medir a soma de prazer ou de dor" (BENTHAM, 1984, p.16) de um indivíduo, que envolveria a avaliação de elementos como intensidade, duração, certeza ou incerteza e longinquidade dos elementos que provocam as sensações de bem-estar. Apesar do pioneirismo de Bentham, as técnicas teórico-metodológicas mais robustas de mensuração de felicidade tiveram lugar na década de 1970, especialmente a partir da experiência do Butão, quando passaram a ser aplicados *surveys* que buscavam avaliar a felicidade dos cidadãos butaneses. Posteriormente à experiência butanesa, diversos estudos têm sido realizados no sentido de oferecer modelos de mensuração da felicidade de grupos populacionais em diferentes contextos socioculturais (VEENHOVEN, 1984; OECD, 2012; URA, 2012).

A tese de que a felicidade pode ser influenciada e mensurada a partir de indicadores de bem-estar (objetivos e subjetivos) é abordada em quatro estudos basilares sobre a felicidade. São eles: *An extensive analysis of GNH index* (2012), de

[40] Embora não abordem de maneira direta a temática da felicidade, Nussbaum & Sen (2004) oferecem importante compilação e análise de estudos que discutem elementos teóricos, filosóficos, metodológicos e analíticos de mensuração do bem-estar e da qualidade de vida.

Karma Ura; *Conditions of Happiness* (1984)[41], de Ruut Veenhoven; *Felicidade: lições de uma nova ciência* (2008), de Richard Layard; e *Better life index* (2012), da OECD[42].

Nos estudos supracitados, os autores buscam identificar quais fatores, sejam socioeconômicos, demográficos, ambientais ou culturais (majoritariamente considerados como objetivos), sejam eles emocionais e de satisfação (considerados como subjetivos), podem influenciar na felicidade de indivíduos pertencentes a um grupo sociocultural espaço-temporalmente delimitado.

Evidentemente, tais estudos não poderiam, e eles decididamente não buscam isto, abranger *todos* os fenômenos que podem influenciar a felicidade de *todos* os indivíduos em *todo e qualquer* contexto espaço-temporal. A perseguição de um objetivo deste tipo implicaria na aceitação do pressuposto natural-universalista da felicidade, o que é largamente rejeitado pelos estudos da felicidade. De maneira mais simplificada, porém não menos complexa, o exercício que normalmente é realizado é, a partir de estudos anteriores sobre felicidade, buscar identificar e analisar a incidência de determinados fatores na felicidade de indivíduos pertencentes a um grupo social específico. Deste modo, os resultados encontrados nos variados estudos da felicidade tendem a serem utilizados de forma complementar (VEENHOVEN, 1984, 2013; LAYARD, 2008; URA, 2012; OECD, 2012).

Ao afirmar que determinados fatores podem influenciar a felicidade dos indivíduos, deve-se ressaltar que esses fatores dependem sumamente das características e particularidades dos próprios indivíduos e dos grupos socioculturais aos quais eles pertencem. Deste modo, os tipos de fatores bem como a incidência deles variam entre os indivíduos e grupos socioculturais (sejam grupos territoriais, geracionais, religiosos, entre outros).

Simultaneamente à discussão a respeito dos fatores que podem influenciar a felicidade, outro aspecto fundamental que tende a ser amplamente discutido nos estudos da felicidade é a questão *dos pesos atribuídos a cada um dos fatores*. Esta questão,

[41] A estratégia de mensuração de felicidade proposta por Ura (2012) é adotada no modelo de mensuração de felicidade do FIB.

[42] De forma complementar, podem ser citados outros modelos de mensuração da felicidade a partir de indicadores de bem-estar, a exemplo de *World database of happiness* (2015), de Ruut Veenhoven; *The happy planet index*: 2012 report (2012), do NEF; *WHOQOL-100* (2013), da OMS.

necessariamente, conduz à importante discussão metodológica entre à *subjetividade* da felicidade e à *objetividade* dos métodos de abordagem do fenômeno.

Todos os autores concordam que a felicidade é um sentimento, portanto, de ordem subjetiva. Em se tratando de um fenômeno subjetivo, importa questionar: é possível definir e mensurar a felicidade a partir de indicadores?

O exemplo basilar contemporâneo de análise dos fatores que influenciam a felicidade e sua mensuração é a experiência butanesa que resultou na construção do FIB. Desde o ano de 1972, quando foram iniciados os esforços de construção de indicadores de mensuração do desenvolvimento social dos cidadãos butaneses a partir da perspectiva de alternativa ao desenvolvimento econômico (substituição do PIB pelo FIB), diversos aspectos objetivos e subjetivos passaram ser pensados como fatores condicionantes da felicidade e do bem-estar da sociedade butanesa.

A estratégia de construção do FIB leva em consideração a dupla escolha de 1) indicadores objetivos e subjetivos, isto é, o conteúdo da felicidade; e 2) em que medida os indicadores influenciam a felicidade e o bem-estar dos indivíduos, ou seja, os pesos que são atribuídos a cada um dos indicadores. Deste modo, a construção dos indicadores do FIB reflete em grande medida os *valores* que são compartilhados pelos indivíduos na sociedade butanesa. A síntese dos indicadores utilizados no modelo FIB (para o ano de 2012) é apresentada no Quadro 2.1.

**Quadro 2.1.: Síntese de indicadores utilizados no modelo da Felicidade Interna Bruta (FIB)**

| Domínios | Indicadores | Peso correspondente (%) |
|---|---|---|
| Bem-estar psicológico | Satisfação com a vida | 33 |
| | Emoções positivas | 17 |
| | Emoções negativas | 17 |
| | Espiritualização | 33 |
| Saúde | Auto-avaliação da saúde | 10 |
| | Dias saudáveis | 30 |
| | Deficiências | 30 |
| | Saúde mental | 30 |
| Uso do tempo | Trabalhar | 50 |
| | Dormir | 50 |
| Educação | Alfabetização | 30 |
| | Escolarização | 30 |
| | Conhecimento | 20 |
| | Valores | 20 |
| Diversidade cultural e resiliência | Habilidades artísticas | 30 |
| | Participação cultural | 30 |
| | Falar a língua nativa | 20 |
| | Etiqueta | 20 |
| Boa governança | Participação política | 40 |
| | Serviços | 40 |
| | Performance do governo | 10 |
| | Direitos fundamentais | 10 |
| Vitalidade comunitária | Doações (tempo e dinheiro) | 30 |
| | Segurança | 30 |
| | Relações comunitárias | 20 |
| | Família | 20 |
| Diversidade ecológica e resiliência | Danos na vida selvagem | 40 |
| | Questões urbanas | 40 |
| | Responsabilidade com o meio ambiente | 10 |
| | Questões ambientais | 10 |
| Condições de vida | Renda per capita | 33 |
| | Ativos | 33 |
| | Habitação | 33 |

Fonte: URA, Karma *et. al.* (2012). Adaptação.

A experiência do FIB passou a inspirar múltiplas tentativas de construção de medidas de desenvolvimento social baseadas na mensuração da satisfação e da felicidade dos indivíduos com suas próprias vidas e com as sociedades em que vivem. Um dos grandes desafios das novas medidas de desenvolvimento social é buscar adaptar

o modelo de desenvolvimento social butanês aos valores de indivíduos e sociedades ocidentais, que, dentre outras características, são fortemente apoiados em dimensões econômicas, laborais e de consumo, dimensões estas que são sensivelmente diferentes dos valores cultivados na sociedade butanesa, fortemente influenciada pela religião budista (GIANNETTI, 2002; LAYARD, 2008; HIRATA, 2009; ICATU HARTFORD, 2010).

Uma das experiências mais fecundas de construção de uma medida de desenvolvimento social focada na felicidade é apresentada por Veenhoven em seu livro *Conditions of happiness* (1984). Nele, são utilizados indicadores objetivos e subjetivos oriundos de diversas dimensões da vida cotidiana (socioeconômicas, demográficas, políticas, culturais, emocionais, entre outras). Importa ressaltar que no modelo construído por Veenhoven (1984), não são utilizados pesos correspondentes aos indicadores, sob a argumentação de que os próprios indivíduos é quem devem, subjetivamente, refletir e quantificar em que medida os fatores são importantes para suas vidas pessoais e felicidade. A síntese dos indicadores utilizados no modelo proposto por Veenhoven (1984) é apresentada no Quadro 2.2.

**Quadro 2.2.: Síntese de indicadores utilizados no modelo *Conditions of happiness***

| Qualidade de vida | Bem-estar subjetivo |
|---|---|
| Idade | Contentamento |
| Educação e escolaridade | Nação |
| Etnicidade | Personalidade |
| Gênero | Esperanças, aspirações e metas |
| Relações familiares | Política |
| Renda e situação financeira | Popularidade |
| Condições de moradia | Problemas, preocupações e medos |
| Trabalho | Capacidade cognitiva |
| Religião | Aposentadoria |
| Status socioeconômico | Satisfações |
| Vida ambiental | Auto-imagem |
| Características físicas | Sexualidade |
| Saúde | Participação |
| | Liberdade |
| | Uso do tempo |
| | Valores |
| | Medo da guerra |
| Atividade física/mental | História de vida |
| | Estilo de vida |
| | Afeto |
| | Preocupações e interesses |
| | Desvios dos objetivos |

Fonte: VEENHOVEN, Ruut (1984). Adaptação.

De forma semelhante, Layard (2008) também oferece modelo de mensuração da felicidade, tomando como base a influência de múltiplos fatores relativos às condições de vida do indivíduo. No modelo, de forma semelhante ao FIB, Layard (2008) também busca atribuir pesos aos indicadores objetivos e subjetivos. A síntese dos indicadores é apresentada no Quadro 2.3.

**Quadro 2.3.: Síntese de indicadores utilizados no modelo Efeitos na felicidade**

| Fatores | Indicadores | Queda na felicidade (pontos) |
|---|---|---|
| Situação Financeira | Redução de um terço na renda familiar | 2 |
| | Divorciado (em vez de casado) | 5 |
| Relacionamentos familiares | Separado (em vez de casado) | 8 |
| | Viúvo (em vez de casado) | 4 |
| | Nunca se casou (em vez de casado) | 4 |
| | Coabitando (em vez de casado) | 2 |
| Trabalho | Desempregado (em vez de empregado) | 6 |
| | Inseguro no emprego (em vez de seguro) | 3 |
| | Índice de desemprego de até 10 pontos percentuais | 3 |
| Comunidade e amigos | Geralmente pode-se confiar nas pessoas (porcentagem de cidadãos dizendo sim caindo 50 pontos percentuais) | 1,5 |
| Saúde | Saúde subjetiva caindo 1 ponto (em uma escala de 5 pontos) | 6 |
| Liberdade pessoal | Qualidade do governo (Belarus 1995 em vez de Hungria 1995 | 5 |
| Valores pessoais | Deus é importante em minha vida (você diz não para isso em vez de sim) | 3,5 |

Fonte: LAYARD, Richard (2008). Adaptação.

Dos quatro modelos de medidas de desenvolvimento social aqui citados, o *Better life index* (OECD, 2012) é o único que não aborda especificamente a temática da felicidade. De forma alternativa, o modelo busca mensurar a satisfação dos indivíduos com aspectos materiais e não-materiais de suas vidas. De forma bastante semelhante à argumentação de Veenhoven (1984), no modelo proposto pela OECD (2012), são os próprios indivíduos que devem quantificar a importância (pesos correspondentes) a cada um dos indicadores. A síntese de construção dos indicadores é descrita no Quadro 2.4.

**Quadro 2.4.: Síntese de indicadores utilizados no modelo *Better life index***

| Indicadores | Pesos atribuídos (escala) |
|---|---|
| Moradia | 0 a 10 |
| Renda | 0 a 10 |
| Empregos | 0 a 10 |
| Comunidade | 0 a 10 |
| Educação | 0 a 10 |
| Meio ambiente | 0 a 10 |
| Engajamento cívico | 0 a 10 |
| Saúde | 0 a 10 |
| Satisfação pessoal | 0 a 10 |
| Segurança | 0 a 10 |
| Vida/trabalho | 0 a 10 |

Fonte: OECD (2012). Adaptação.

Diante da apresentação de modelos teórico-metodológicos e empíricos de mensuração do bem-estar objetivo, subjetivo e da felicidade, torna-se relevante tentar justificar as razões que conduzem à necessidade de se construir mais um modelo de mensuração do bem-estar e da felicidade, e não simplesmente selecionar um modelo preexistente para aplica-lo em um determinado território.

É preciso ressaltar que os contextos nos quais os modelos de mensuração da felicidade existentes foram desenvolvidos apresentam características socioeconômicas, demográficas, ambientais, culturais e emocionais bastante diferentes de outros contextos onde, porventura, pode-se pretender mensurar o bem-estar e a felicidade. Essas diferenças contextuais necessariamente influenciam todo o processo de construção dos modelos, desde a escolha dos indicadores utilizados na composição dos modelos, na importância relativa (pesos) que é atribuída a cada um dos indicadores utilizados até os pesos atribuídos às categorias de resposta das variáveis utilizadas para a composição dos indicadores.

Tome-se como exemplo a proposta butanesa do FIB (Quadro 2.1.). Nela, recorrentemente, são utilizados determinados indicadores (com seus respectivos pesos atribuídos) que somente fazem sentido no próprio contexto do Butão, no qual, por exemplo, atribui-se grande relevância a questões como ‘falar a língua nativa’, dominar certas regras de ‘etiqueta’, mensurar os ‘danos à vida selvagem’ e partilhar valores religiosos referentes à religião budista (‘valores’ e ‘espiritualização’). Não significa que a reflexão apoiada na mensuração destes indicadores não seja importante em outros contextos. Contudo, constata-se que em outros contextos, diferentes do Butão, existem indicadores que estão mais estreitamente relacionados com os estilos de vida e os valores que são partilhados por indivíduos e grupos populacionais de um dado território, evidenciando a necessidade de se suprimir determinados indicadores, construir outros e requalificar os pesos que são atribuídos a cada um deles. Por estas razões, o exercício de buscar aplicar o modelo FIB à mensuração da felicidade e do desenvolvimento em outros territórios pode revelar-se de difícil aplicação prática e seus resultados podem apresentar distorções significativas com a realidade dos indivíduos que estão sendo investigados.

Distinções semelhantes ocorrem em outros modelos preexistentes de mensuração do bem-estar e da felicidade. No modelo proposto por Veenhoven (1984)

(Quadro 2.2.), por exemplo, a utilização do indicador ‘medo da guerra’ não faz muito sentido no contexto brasileiro. De forma alternativa, seria muito mais profícuo, no contexto brasileiro, tentar construir e utilizar um indicador que permita abordar o medo da violência e da criminalidade, algo que não consta nem no modelo proposto por Veenhoven (1984) nem em nenhum dos demais modelos supracitados. Isto ocorre simplesmente porque a violência/criminalidade não apresenta impactos significativos nas vidas de habitantes de países como Holanda, Butão e Inglaterra, de cujos contextos são extraídos os componentes utilizados para a formulação dos indicadores de mensuração do bem-estar e da felicidade.

Neste sentido, examinando-se as propostas preexistentes de mensuração do bem-estar e da felicidade, constata-se a inexistência de certos indicadores que, do ponto de vista teórico-metodológico, sua utilização pode ser fundamental para a compreensão e mensuração de elementos relativos ao bem-estar e a felicidade no contexto brasileiro. Essas reflexões, portanto, evidenciam a necessidade de construção e utilização de modelos alternativos de mensuração do bem-estar, objetivo e subjetivo, e da felicidade, que sejam mais fidedignos às características de territórios e populações nos quais busca-se construir estratégias de investigação.

Em suma, parte-se do pressuposto teórico de que a felicidade configura-se como fenômeno social, contingencial e subjetivamente partilhado, para buscar formular e adaptar estratégias de mensuração do bem-estar e da felicidade em contextos particulares.

Diante do exposto, a partir do exame dos modelos supracitados buscou-se construir uma medida alternativa de desenvolvimento social, focada na mensuração da felicidade, que leve em consideração a utilização de indicadores objetivos e subjetivos de bem-estar que apresentem relação com o contexto no qual a medida estava sendo construída. Essa medida foi chamada de Índice de Felicidade Local, aplicada aos municípios Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca).

O processo de construção e operacionalização dos indicadores utilizados para a composição do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca foi orientado segundo três critérios: a escolha das variáveis/indicadores que deveriam ser incluídas no modelo; a

atribuição dos pesos às categorias de respostas de cada variável/indicador; a atribuição de pesos a cada indicador.

Para a escolha das variáveis/indicadores, em primeiro lugar, foram incluídas no processo de construção do modelo IFL as variáveis que apresentavam repetição nos modelos de mensuração utilizados como referência. Em segundo lugar, foram excluídas do modelo IFL as variáveis que foram consideradas de menor relevância para o contexto brasileiro. Em terceiro lugar, foram discutidas, no âmbito da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, quais variáveis deveriam ser incluídas no questionário da pesquisa. Como se tratou de uma pesquisa coletiva, com múltiplos focos de interesse, naturalmente houve um espaço reduzido para a inclusão de variáveis no questionário da pesquisa, sendo necessário escolher as variáveis consideradas indispensáveis e excluir outras variáveis, apesar da importância teórico-metodológica por elas apresentadas.

O processo de atribuição dos pesos às categorias de respostas de cada variável foi construído de forma arbitrária, segundo a experiência advinda do exame de estratégias de construção e mensuração de indicadores de bem-estar e felicidade. Em sua maioria, as questões relativas ao bem-estar subjetivo, presente no modelo do IFL, foram construídas com base na *Escala Likert de respostas*, cujos valores variam entre zero e dez, sendo aplicada a um conjunto de variáveis relativas à satisfação dos indivíduos com determinados aspectos (dimensões) de suas vidas.

Por fim, o peso atribuído a cada um dos indicadores, que posteriormente poderiam ser utilizados para compor o modelo de mensuração da felicidade, foi obtido a partir da relevância apresentada por cada um dos indicadores em relação à variável controle ‘Nível de felicidade’. A análise da relevância entre as variáveis foi obtida a partir da construção de um modelo de análise de regressão multivariada. Os indicadores considerados mais relevantes foram aqueles que apresentaram maior poder de correlação, medida a partir do teste de R de Pearson, com a variável ‘Nível de felicidade’. O conjunto final de indicadores utilizados para a composição de um modelo de mensuração de felicidade, aplicado a uma amostra de habitantes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca).

Os detalhes relativos ao processo metodológico de construção do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, incluindo a decisão metodológica de atribuição dos pesos de

um dos indicadores e categorias de respostas, é apresentado no Apêndice A da presente tese. De forma preliminar e bastante sintética, os indicadores utilizados no início do processo de construção do modelo IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca são apresentados no Quadro 2.5.

**Quadro 2.5.: Indicadores preliminares utilizados no processo de construção do modelo Índice de Felicidade Local (IFL), aplicado aos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca**

| Indicadores de bem-estar (objetivos) | Indicadores de bem-estar subjetivo e satisfação (subjetivos) |
|---|---|
| Estado conjugal | Índice de identidade |
| Frequência de participação em atividades religiosas | Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar |
| Condição de migração | Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo |
| Tempo total de residência no município | Satisfação com a saúde física |
| Nível de escolaridade | Satisfação com as relações familiares e de amizade |
| Renda domiciliar *per capita* mensal | Satisfação com o tempo livre para o lazer |
| Índice de consumo | Expectativa com o futuro |
| Índice de qualidade do trabalho | Satisfação com o trabalho atual |
| | Nível de endividamento |
| | Nível do medo da violência/criminalidade |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 2.5., é possível observar que o IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca é formado por *dois* grupos distintos de indicadores: os indicadores de bem-estar objetivo, formado por variáveis consideradas objetivas, isto é, cujas características e valores relacionam-se e incidem de maneira relativamente independente da forma como os indivíduos as avaliam; e os indicadores de bem-estar subjetivo e de satisfação, composto por variáveis que dizem respeito exclusivamente aos modos como os indivíduos as percebem e avaliam os impactos delas em suas próprias vidas. Note-se que, a despeito dos termos utilizados, a distinção entre indicadores objetivos e subjetivos está presente em todos os modelos de mensuração de felicidade e de medidas de desenvolvimento social utilizados como referência para o presente estudo (notadamente em VEENHOVEN, 1984, 2015; LAYARD, 2008; URA, 2012).

O grupo de indicadores de bem-estar objetivo proposto no IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca é formado por *oito* variáveis: estado conjugal, frequência de participação em atividades religiosas, migração, tempo total de residência no município, nível de escolaridade, renda domiciliar *per capita* mensal, índice de consumo e índice de qualidade do trabalho.

O indicador ‘estado conjugal’ é utilizado em praticamente todos os modelos de mensuração da felicidade presentemente consultados (notadamente em VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; URA, 2012). Sua importância deve-se ao fato de as relações familiares, notadamente as mais tradicionais, isto é, aquelas formadas por uniões parentais, serem consideradas como rede fundamental de integração e suporte social, de modo que o indivíduo que está inserido em contexto familiar (geralmente definidos como casados e/ou unidos) tende a apresentar maiores escores (pontuação) em questionários de satisfação com a própria vida e felicidade. Obviamente, há numerosos casos de famílias consideradas em estado de desintegração, cuja manutenção acarreta prejuízos emocionais ao indivíduo que participa de um arranjo familiar deste tipo, mas, no geral, a vivência em família tende a ser considerada como a melhor forma de integração social (LAYARD, 2008). Por este motivo, o indicador ‘estado conjugal’ é utilizado no IFL de modo a mensurar se e em que medida determinados tipos de arranjos familiares impactam no nível de felicidade dos indivíduos.

O indicador ‘frequência de participação em atividades religiosas’ diz respeito à quantificação da participação do indivíduo em atividades religiosas (cultos, missas, reuniões, sessões, encontros com a comunidade religiosa da qual ele faz parte, entre outras). Este indicador configura-se em espécie de *proxy* da religiosidade do indivíduo, considerando que a frequência da participação em atividades religiosas constitui indicador razoável, ainda que bastante incompleto, da religiosidade/fé do indivíduo.

De acordo com Layard (2008), as crenças, sejam elas de tipo religioso ou não, de maneira geral, favorecem ao indivíduo importante suporte emocional na medida em que fornecem bases explicativas para a compreensão e expectativas de superação de problemas que eventualmente ocorrem na vida cotidiana. Além disso, de forma bastante semelhante aos arranjos familiares, a frequência de participação em atividades religiosas configura-se em importante rede de integração e suporte social do indivíduo (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; URA, 2012). Por esta razão, ainda que variadas pesquisas de mensuração da felicidade optem por mensurar o *tipo* de religião que é professada pelo indivíduo (católica, evangélica, de matriz africana, oriental, entre outras), no modelo IFL, opta-se por mensurar a frequência da participação em atividades religiosas, independentemente do tipo de religião professada, considerando

que toda manifestação religiosa, indistintamente, representa a base de fé e de apoio socioemocional do indivíduo.

O indicador ‘condição de migração’ diz respeito à existência de dois diferentes grupos populacionais cujas caraterísticas socioeconômicas e demográficas tendem a ser bastante distintas entre si: os indivíduos que nasceram no município de residência atual (chamados de não migrantes ou naturais) e os migrantes, isto é, os indivíduos que não nasceram no município de residência atual, quando da realização da pesquisa, tendo se deslocado para o município de residência atual por razões diversas, majoritariamente econômicas, laborais e familiares (BECKER, 2006).

Para além de sua justificação teórica, a inclusão do indicador relativo à condição de migração no IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresenta relevante justificação empírica, dado que o recente crescimento socioeconômico e populacional dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca tem acarretado em significativo fluxo populacional de imigrantes nestes municípios[43], tornando-se relevante identificar os diferenciais de bem-estar e felicidade entre os grupos populacionais de migrantes e não migrantes estabelecidos nos territórios analisados.

O indicador ‘tempo total de residência no município’ configura-se no aprofundamento analítico da condição migratória dos indivíduos. De acordo com Fusco (2012, 2015), excetuando-se os casos menos numerosos de indivíduos que imigram com condições já asseguradas de trabalho, no geral, os migrantes tendem a deixar seus locais de residência anterior em busca de melhores oportunidades de trabalho e demais condições de vida. Por isso, geralmente, embora não necessariamente, os imigrantes, notadamente aqueles mais recentes, tendem a apresentar desvantagens socioeconômicas em relação aos residentes mais antigos e/ou aos indivíduos naturais do território em que vivem. Segundo o autor, este fenômeno ocorre em grande medida devido às *redes de suporte*, isto é, as relações de contato exercidas entre o migrante e os residentes mais antigos do território em que vivem. Por meio das redes de suporte o imigrante passa a

[43] O termo imigrante diz respeito ao indivíduo que se estabelece no território que está sendo analisado (chegada de pessoas oriundas de outros territórios). O panorama de crescimento econômico e populacional decorrente de fluxos migratórios nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca é analisado no capítulo III da presente tese. De forma sucinta, pode-se afirmar que entre os anos de 2007 e 2013, o cenário socioeconômico e migratório dos municípios do Cabo de Santo Agostinho configura-se pelo crescimento econômico e forte atração migratória, devido a então crescente oportunidade de postos de trabalho. A partir dos anos de 2014 e 2015, ocorre forte retração econômica nestes municípios, acarretando em drástica redução de indicadores econômicos e fechamento de postos de trabalho.

acessar melhores oportunidades de trabalho e demais condições de vida. Por esta razão, a variável ‘tempo total de residência no município’ adquire relevância na medida em que busca analisar o eventual impacto do tempo de residência do indivíduo no município na sua auto-avaliação da felicidade.

Importa destacar que a inclusão deste indicador representa um diferencial do modelo IFL em relação aos demais modelos de mensuração da felicidade e do desenvolvimento social, visto que, dentre os modelos presentemente consultados, não se constatou a utilização de um indicador deste tipo (VEENHOVEN, 1984, 2015; LAYARD, 2008; URA, 2012; OECD, 2012; NEF, 2012).

Do ponto de vista operacional, importa destacar que a variável ‘tempo total de residência no município’ difere da variável que é tradicionalmente utilizada em investigações sobre migrações, abordando o tempo de chegada do migrante no município de residência atual em sua última etapa migratória. No caso da variável ‘tempo total de residência atual’, calcula-se o número de anos que o migrante já residiu no município, levando-se em consideração o número de vezes que porventura ele já tenha residido no município. Por esta razão, esta variável diz respeito às possibilidades de formação de redes dos migrantes no atual município de residência (FUSCO, 2015).

O indicador ‘nível de escolaridade’ encontra-se presente em praticamente todos os modelos de mensuração da felicidade anteriormente consultados (VEENHOVEN, 1984, 2015; LAYARD, 2008; URA, 2012). A elevação no nível de escolaridade é frequentemente representada como situação que tende a elevar o nível de satisfação e felicidade do indivíduo, especialmente nas sociedades capitalistas cujo acesso aos melhores postos de trabalho e demais condições de vida, em grande medida, dependem do capital educacional adquirido pelo indivíduo (CASTRO, 2008; RIBEIRO, 2009; KAZTMAN, 2011; Santos & Vasconcelos, 2015). Seguindo a orientação teórico-metodológica presente em diferentes modelos de mensuração da felicidade e de construção de medidas de desenvolvimento social, o IFL busca igualmente avaliar a influência do nível de escolaridade na felicidade dos indivíduos no território analisado.

O indicador relativo à renda do indivíduo também é utilizado em praticamente todos os modelos de mensuração da felicidade (notadamente em VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; URA, 2012). No modelo IFL, tomou-se o cuidado de construir o indicador ‘renda domiciliar *per capita* mensal’ para abranger os casos de indivíduos que

não possuem rendimentos próprios (a exemplo de conjugues e filhos que não possuem trabalho remunerado), mas que sobrevivem dos rendimentos adquiridos e compartilhados entre outros membros do mesmo domicílio em que residem (renda domiciliar *per capita*). Com isto, evita-se incorrer no equívoco de atribuir uma condição de desvantagem financeira aos indivíduos que não apresentam rendimentos próprios (ou apresentam rendimentos considerados baixos para o padrão socioeconômico do território em que vivem), quando, na realidade, parte substancial de seus rendimentos advém do compartilhamento dos rendimentos com outros membros do domicílio em que residem.

O indicador 'índice de consumo' representa um aprofundamento analítico das condições de vida dos indivíduos, que geralmente são avaliadas por meio do indicador de renda. Isto porque, especialmente nas sociedades capitalistas, nas quais o dinheiro representa o principal meio de acesso aos recursos materiais desigualmente distribuídos pelo mercado, a utilização de indicadores de renda busca sintetizar em uma única variável as condições materiais de vida do indivíduo (ROCHA, 2006). Contudo, especialmente nas sociedades capitalistas contemporâneas, nas quais o acesso ao crédito financeiro tende a substituir em grande medida a renda real dos indivíduos (vencimentos monetários adquiridos pelo indivíduo por meio de atividades remuneradas ou quaisquer outras fontes de renda)[44], é preciso considerar que, em grande medida, o acesso a bens e serviços de consumo está crescentemente se desconectando da renda real dos indivíduos, de modo que o consumo tende a aumentar mesmo nos casos de indivíduos que apresentam renda real considerada baixa para os padrões do território em que ele vive. Desta maneira, a inclusão do indicador 'índice de consumo', que representa a inclusão de diversas variáveis relativas ao consumo em uma única variável composta, constitui em aprofundamento da análise de possíveis impactos que as condições materiais e simbólicas[45] incidem na felicidade dos indivíduos. A composição do 'índice

[44] Discussões aprofundadas a respeito da nova conformação do capital financeiro e dos impactos que o acesso ao crédito podem apresentar nas vidas dos indivíduos podem ser consultadas em Bauman (2010) e Giannetti (2012).

[45] O consumo não apresenta impacto apenas nas condições materiais de vida do indivíduo. De forma ampla, a motivação pelo consumo e os efeitos que ele pode acarretar nas subjetividades humanas apresentam substantiva dimensão simbólica, que é tão ou mais importante que a simples dimensão material. Ito significa que, em grande medida, o consumo não significa o simples acesso a bens e serviços que proporcionam maior conforto material aos indivíduos, mas sim a idealização e eventual realização de desejos. Discussões aprofundadas a respeito das múltiplas relações entre o consumo e a dimensão

de consumo' é apresentada em detalhes na seção metodológica da presente tese (Apêndice A).

O último indicador objetivo a ser construído no modelo IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca é o 'índice de qualidade de trabalho'. Os modelos de mensuração presentemente consultados apresentam argumentos para a inclusão de variáveis relativas ao trabalho na avaliação da felicidade e do desenvolvimento social dos indivíduos na medida em que o trabalho tende a apresentar significativa influência não apenas nas condições de bem-estar do indivíduo, mas, de forma ampla, em sua percepção de satisfação e felicidade (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; URA, 2012; OECD, 2012).

De forma complementar, ressalte-se que as condições do trabalho e a (in)satisfação que o trabalho pode apresentar na vida do indivíduo apresenta absoluta relevância na medida em que a posição laboral do indivíduo impacta sobremaneira não apenas nas próprias condições de trabalho e de vida material do indivíduo, mas, de forma ampla, nos processos de (re)construção identitária dos indivíduos e de suas relações intersubjetivas (PAUGAM, 2003; DUBAR, 2005; OLIVEIRA, 2015). Por esta razão, de forma semelhante ao 'índice de consumo', o indicador 'índice de qualidade do trabalho' consiste em uma variável composta que agrega diversas variáveis relativas à qualidade do posto de trabalho ocupado pelo indivíduo. Portanto, a diferença do indicador de trabalho do modelo IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e dos indicadores de trabalho construídos em experiências anteriores de mensuração de felicidade é a maior complexidade de variáveis de qualidade do trabalho utilizadas na composição do índice composto 'índice de qualidade do trabalho'. A composição do referido índice é apresentada em detalhes na seção metodológica da presente tese (Apêndice A).

O grupo formado por indicadores subjetivos e de satisfação no IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca é composto por *dez* indicadores: índice de identidade, índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar, satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, satisfação com a saúde física, satisfação com as relações familiares e de amizade, satisfação com o tempo livre para o lazer, expectativa

---

simbólica deste podem ser consultadas em Lipovetsky (1989, 2009); Rocha (2002, 2011); Slater (2003); McCracken (2003); Retondar (2008); Taschner (2009).

com o futuro, satisfação com o trabalho atual, nível de endividamento e nível do medo da violência/criminalidade. Os indicadores utilizados para a composição do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca são apresentados, de forma preliminar, no Quadro 2.5.

Os oito indicadores de satisfação construídos dizem respeito às avaliações subjetivas que os indivíduos fazem a respeito de dimensões específicas de suas próprias vidas. Retomando o argumento teórico-metodológico presente em Veenhoven (1984), Layard (2008) e Bartram (2012), para além das condições objetivas de vida (nominada por eles de qualidade de vida, bem-estar e bem-estar objetivo, respectivamente), existe uma dimensão subjetiva que significa o(s) julgamento(s) que os indivíduos fazem a respeito de suas próprias condições de vida. Ou seja, de forma relativamente independente, porém necessariamente relacionada, os indivíduos podem avaliar suas condições objetivas como sendo mais, ou menos, favorável, segundo as avaliações subjetivas de satisfação que são realizadas por eles mesmos. Desse modo, um nível de bem-estar considerado alto pode ser subjetivamente avaliado como de baixa satisfação para um indivíduo, da mesma forma como um baixo nível de bem-estar pode gerar alta satisfação no indivíduo, a depender da maneira relacional de como ele avalia o quão satisfatória é a sua condição relativa àquele indicador específico num espaço-tempo determinado.

O indicador ‘índice de identidade’ é composto por variáveis que dizem respeito à avaliação subjetiva por meio da qual o indivíduo julga o seu sentimento de pertencimento com o território em que vive (no presente caso, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca). Levando-se em consideração o alto número de migrantes recentes que presentemente residem nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, o ‘índice de identidade’ representa uma *proxy* da integração do indivíduo no território em que vive. Nos modelos de mensuração de felicidade anteriormente consultados, a questão da integração ao território é abordada por meio das dimensões ‘diversidade cultura e resiliência’ e ‘vitalidade comunitária’ (URA, 2012), conforme apresentado no Quadro 2.1., e também na dimensão ‘comunidade e amigos’ (LAYARD, 2008), conforme indicado no Quadro 2.3. Com isto, no modelo IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca busca-se avaliar a influência da identidade dos indivíduos (compreendida na qualidade de sentimento de pertencimento) em sua felicidade. Os

critérios utilizados para a composição do indicador ‘índice de identidade’ são apresentados no Apêndice A.

O indicador ‘índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar’ reúne em um único indicador diversas variáveis cujo sentido geral exprime a satisfação do indivíduo com o desenvolvimento do território em que vivem (no caso em questão, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca). Especialmente a partir do ano de 2007 até meados de 2014, os municípios supracitados têm apresentado forte atração de empresas de grande e médio e, consequentemente, alto dinamismo econômico. Este cenário tem impactado na organização social do território analisado, de um lado contribuindo para a geração de postos de trabalho e aumento na renda geral da população, e, por outro lado, acarretando em prejuízos ambientais e socioeconômicos, especialmente para largos contingentes populacionais que se posicionam à margem do crescimento econômico gerado na região. Os critérios utilizados para a composição deste indicador são descritas no Apêndice A.

Todas essas mudanças tendem a apresentar impactos na percepção e avaliação da satisfação que os indivíduos apresentam a respeito do desenvolvimento do território em que vivem. Partindo desta premissa, o indicador ‘índice de satisfação com o desenvolvimento do território em que vivem’ busca construir uma síntese da (in)satisfação dos indivíduos com o estágio atual de desenvolvimento do lugar. Vale ressaltar que nos modelos de mensuração de felicidade anteriormente consultados, diversas variáveis são utilizadas com o intuito de mensurar a satisfação dos indivíduos com o território em que vivem (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; URA, 2012; OECD, 2012).

O indicador ‘satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo’ configura-se em variável subjetiva que apresenta forte relação com os indicadores objetivos ‘renda domiciliar *per capita* mensal’ e ‘índice de consumo’. Enquanto as duas variáveis objetivas dizem respeito às condições materiais de vida do indivíduo, o indicador ‘satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo’ diz respeito ao nível de (in)satisfação por meio do qual o indivíduo pode julgar suas condições materiais de vida.

A necessidade de avaliar subjetivamente a satisfação com as condições de vida é ressalta por Veenhoven (1984). Desse modo, de maneira relativamente independente às

suas condições objetiva, importa analisar também a influência que o nível de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo influência a felicidade do indivíduo.

De forma semelhante, os indicadores ‘satisfação com a saúde física’, ‘satisfação com as relações familiares e de amizade’, ‘satisfação com o tempo livre para o lazer’ e ‘satisfação com o trabalho atual’ são largamente utilizados em modelos de mensuração da felicidade (notadamente em VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; URA, 2012).

Os indicadores ‘satisfação com as relações familiares e de amizade’ e ‘satisfação com o tempo livre para o lazer’ exprimem a auto-avaliação que os indivíduos fazem de importantes perspectivas não-materiais de suas vidas. Importa ressaltar que a abordagem subjetiva das relações familiares e de amizade configura-se em importante indicador complementar do indicador objetivo ‘estado conjugal’, tornando-se possível avaliar as relações existentes entre o estado conjugal do indivíduo, sua satisfação com suas relações familiares e de amizade e o impacto disto no seu nível de felicidade.

De forma similar, o indicador ‘satisfação com o trabalho atual’ apresenta importante relação de complementariedade com o indicador objetivo ‘índice de qualidade de trabalho’, de modo que é possível analisar as relações existentes entre a qualidade do trabalho, a satisfação do indivíduo com este trabalho e as influências da dimensão laboral no nível de felicidade dos indivíduos.

O indicador ‘expectativa com o futuro’ está igualmente presente nos modelos de referência de pesquisas de mensuração da felicidade (especialmente em VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; URA, 2012). Com a utilização deste indicador, busca-se aferir em que medida o indivíduo avalia as possibilidades de melhorias futuras em sua vida, considerando-se que, quanto maiores forem suas expectativas futuras, mais impactos positivos isto tende a acarretar em seu sentimento de felicidade.

Este indicador provoca interessante controvérsia filosófica. De um lado, pode-se argumentar que a esperança futura pode denotar a negatividade das experiências presentes, isto é, pelo fato de a situação presente ser subjetivamente avaliada pelo indivíduo como predominantemente negativa, somente restaria a ele buscar algumas esperanças com o futuro. Segundo esta concepção, portanto, quanto maiores forem as expectativas futuras, mais negativas seriam as características da vida presente de quem a avalia.

De forma contrária, e este é o argumento que embasa a utilização da ‘expectativa com o futuro’ como um indicador de felicidade, a simples construção de expectativas futuras positivas, além de denotar que a vida do indivíduo está de tal forma estabilizada que ele pode antever melhorias futuras, a simples antecipação da expectativa de melhorias futuras já impactaria na experimentação de felicidade presente. Segundo Veenhoven (1984), como a felicidade trata-se de um sentimento, experimentado a nível mental, a simples mentalização da felicidade futura provoca a materialização mental da felicidade presente, de modo que, quanto maiores forem as expectativas futuras, mais impactos positivos elas causam na felicidade presente. Por esta razão, o indicador ‘expectativa com o futuro’ é agregado ao modelo IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

O indicador ‘nível de endividamento’ não aparece nos modelos presentemente consultados de mensuração da felicidade. A utilização deste indicador busca complementar os indicadores ‘renda domiciliar *per capita* mensal’ e ‘índice de consumo’, exprimindo a necessidade de investigar as situações recorrentes de indivíduos que apresentam padrões de consumo mais elevados que a sua própria renda real.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, em grande medida o acesso a bens e serviços de consumo é efetivado por meio do acesso ao crédito financeiro (BAUMAN, 2010; GIANNETTI, 2012). Um dos impactos mais graves disto é o fenômeno do *endividamento*, isto é, para manter e/ou ampliar o consumo, os indivíduos recorrem ao crédito financeiro, passando a experimentar a desagradável situação de ter ampliado o seu endividamento, chegando muitas vezes ao ponto de não conseguirem pagar suas dívidas correntes (inadimplência)[46]. Com a utilização deste indicador, portanto, busca-se analisar em que medida o endividamento pode influenciar a felicidade dos indivíduos.

Por fim, o indicador ‘medo da violência/criminalidade’ expressando a necessidade de avaliar os possíveis impactos causados pelo medo dos indivíduos diante dos numerosos casos de violência, especialmente a criminalidade, conforme são

[46] Segundo dados do Serviço Social de Proteção ao Crédito (SPC), no mês de Março de 2015, 4 quatro em cada 10 brasileiros encontrava-se em situação de inadimplência, ou seja, aproximadamente 55,3 milhões de brasileiros estavam incluídos no cadastro nacional de negativados (devedores), devido a dívidas não pagas e protestadas pelos credores. Disponível em: < http://www.spcbrasil.org.br/imprensa/indices/122-numerodedividasematrasosobe283etemamaioraltaparaabrildesde2010indicaspcbrasil>.

constatados no Brasil e, especialmente, nos territórios analisados[47]. Este é um indicador subjetivo na medida em que, independentemente do tamanho real da violência, ele exprime em que medida os indivíduos se sentem inseguros e quais os possíveis impactos disto na felicidade deles.

Após a apresentação dos indicadores utilizados no processo de construção do modelo IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca faz-se necessário destacar a **ausência** de determinados indicadores na presente investigação. Os modelos de mensuração de felicidade que são utilizados como referências para o presente estudo indicam a existência de importantes indicadores objetivos e subjetivos que igualmente podem influenciar nos níveis de felicidade de indivíduos, a depender do contexto sociocultural em que estão inseridos (VEENHOVEN, 1984, LAYARD, 2008; OECD, 2012; URA, 2012).

Durante o processo de construção do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca considerou-se a possibilidade de utilizar três indicadores relativos à *satisfação com o governo, às características objetivas do meio-ambiente* e *a satisfação com a qualidade ambiental* (presentes em VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008 E URA, 2012). Contudo, o processo de construção de variáveis ocorreu no âmbito da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, constituindo-se em esforço coletivo multidisciplinar que conjugou os esforços de vários pesquisadores com objetivos temáticos distintos. Deste modo, a aparente prosaica questão relativa ao *espaço destinado às variáveis a serem incluídas no modelo do questionário* impossibilitou a inclusão de variáveis relativas aos indicadores supracitadas.

Ainda com relação às características relativas ao meio ambiente, importa destacar que, dentre os critérios utilizados para a composição da amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, optou-se por investigar somente os domicílios urbanos, sendo excluídos os domicílios localizados nas áreas rurais destes municípios. Esta opção metodológica inviabilizou que fossem investigadas quaisquer mudanças/aspectos relativas à tipologia rural-urbana.

Razões diferentes motivaram a exclusão de outros *dois* relevantes indicadores no processo de construção e utilização do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. O

[47] Diversos dados a respeito da violência e criminalidade no território brasileiro, inclusive no Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, podem ser consultados no portal do DATASUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>.

primeiro indicador diz respeito às *condições de habitabilidade* (características da moradia) das residências incluídas na amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Embora as variáveis relativas à habitabilidade tenham sido incluídas no questionário da pesquisa e devidamente operacionalizadas o processo de construção do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, quando as variáveis foram agrupadas na composição do 'índice de habitabilidade' os resultados do referido índice, obtidos por meio do teste de Alfa de Cronbach revelaram-se muito baixos para os padrões de referência adotados. Por este motivo, optou-se por retirar o índice de habitabilidade do modelo IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

De forma semelhante, no modelo final do questionário da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 foi incluída a variável *'nível do preconceito auto-relatado'*. Como o próprio nome indica, a variável diz respeito à percepção dos indivíduos a respeito do quanto eles próprios se sentem vítimas de preconceito durante a vida cotidiana. A despeito do interesse em buscar analisar as possíveis relações existentes entre a percepção do preconceito sentido e o nível de felicidade, da amostra de 805 indivíduos utilizada na pesquisa, quase 90% dos indivíduos responderam não se sentir vítima de nenhum tipo de preconceito. A elevada constância das respostas tornou a variável difícil de ser operacionalizada no modelo de análise de regressão e na construção do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Por esta razão, a variável foi desconsiderada na presente análise.

Outra variável fundamental que não foi contemplada no processo de investigação do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca foi a variável *'cor/raça'*. Sabidamente, esta variável apresenta relevância primordial em todos os modelos de mensuração de bem-estar, bem-estar subjetivo e qualidade de vida (embora em pesquisas de mensuração de felicidade apenas Veenhoven (1984) a utilize como indicador de felicidade). A inclusão da variável cor/raça não significa a atribuição arbitrária de um peso específico de cada cor/raça para a felicidade. Na realidade, o exercício consiste em analisar as eventuais diferenças existentes nos níveis de felicidade de diferentes grupos de cor/raça e, a partir disto, buscar identificar qual conjunto de variáveis poderiam estar influenciando o nível de felicidade dos grupos estabelecidos segundo o critério de cor/raça. Sem dúvida, esta variável apresenta-se fundamental no contexto socioeconômico, demográfico, político e cultural brasileiro, no qual

especialmente pessoas de cores preta e parda, recorrentemente, tendem a apresentar situações de desvantagem em relação às pessoas de cor branca (SCHWARTZMAN, 2007; PAIXÃO & GOMES, 2008). Neste sentido, torna-se fundamental a inclusão desta variável nas reflexões dos fatores condicionantes da felicidade nos territórios analisados. De fato, a relevância apresentada pela variável 'cor/raça' motivou a inclusão da variável no questionário final desenhado no âmbito da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Contudo, durante o processo de pesquisa de campo, por razões que não são conhecidas pelos pesquisadores, a variável não apareceu no modelo entregue à equipe de pesquisa de campo. Este fato lamentável inviabilizou a utilização da variável no processo de construção do modelo IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

De forma bastante semelhante à variável anteriormente citada, também a variável *'desemprego'* foi incluída no modelo de questionário da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, mas, durante o processo de pesquisa de campo, ela não constou no modelo de questionário utilizado pelos pesquisadores de campo. Por esta razão, tornou-se inviabilizada sua utilização no modelo IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Por todas as razões anteriormente citadas, o processo de escolha de inclusão e exclusão de variáveis e indicadores apresenta limites teórico-metodológicos e empíricos que tornam todo e qualquer modelo de mensuração de bem-estar e felicidade *contingencial* e *incompleto*, denotando a necessidade de múltiplos esforços para a análise e compreensão dos fenômenos presentemente abordados, notadamente a felicidade.

A presente proposta de construção do IFL, portanto, jamais poderia significar um modelo completo e universalista de mensuração do bem-estar e da felicidade. Ela representa tão somente uma proposta empírica de análise do bem-estar e da felicidade de um grupo populacional especifico, evidenciando a necessidade contínua de formulação de modelos alternativos de mensuração.

# CAPÍTULO III
# O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS) E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS NOS MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA

Os estudos da felicidade partem do pressuposto de que múltiplos fatores, de ordem socioeconômica, demográfica, cultural, ambiental e emocional, podem influenciar, simultaneamente, a felicidade dos indivíduos no contexto no qual ele está inserido. Este pressuposto evidencia a necessidade de se conhecer as características do contexto territorial onde se pretende realizar a mensuração do bem-estar objetivo, subjetivo e da felicidade de indivíduos e grupos populacionais, cujas informações podem fornecer importante base para a compreensão analítica dos resultados obtidos a partir da aplicação dos modelos de mensuração.

Como forma de buscar conhecer e apresentar algumas características consideradas relevantes no território a partir do qual se pretende construir e aplicar o Índice de Felicidade Local, no presente capítulo busca-se analisar um conjunto de informações e dados quantitativos, oriundos de bases de dados oficiais, relativo a aspectos sócio-históricos, econômicos e demográficos dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Com isto, buscam-se os subsídios empíricos para orientar a discussão sobre em que medida as desigualdades socioeconômicas e demográficas locais podem influenciar as condições de bem-estar objetivo, subjetivo e a felicidade dos indivíduos. Com base nas análises dos dados, espera-se obter informações que, por um lado, orientem o processo de construção de indicadores de bem-estar objetivo e subjetivo nos territórios investigados e, por outro lado, forneçam subsídios para a compreensão dos resultados a serem encontrados a respeito das desigualdades de bem-estar objetivo, subjetivo e de felicidade entre os habitantes da região.

O capítulo está organizado em três seções. Na primeira, são apresentados aspectos sócio-históricos e econômicos dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e do CIPS. Na segunda seção, são analisados, longitudinalmente, dados relativos ao imbricado processo sócio-histórico de estruturação e reprodução das desigualdades socioeconômicas dos municípios investigados. Na terceira seção, são realizados procedimentos estatísticos variados por meio dos quais são analisadas

determinadas características marcantes das desigualdades locais, bem como são identificados os grupos populacionais que estão mais vulneráveis no contexto de alta desigualdade e precariedade socioeconômica local.

## 3.1 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA

Os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca localizam-se na parte sudeste da Região Metropolitana do Recife (RMR), Estado de Pernambuco, Brasil, distando aproximadamente 35 km e 46 km da capital pernambucana, Recife, respectivamente. São municípios vizinhos que, também em função da proximidade geográfica, apresentam determinadas semelhanças sócio-históricas, econômicas e demográficas que, em grande medida, refletem seu passado colonial, marcado pelo estabelecimento de uma sociedade predominantemente rural, baseada na monocultura da cana-de-açúcar e dividida em grupos sociais absolutamente heterogêneos e hierarquizados, marcadamente os senhores de engenho europeus e os escravos, principalmente negros.

Inicialmente, ambas as regiões faziam parte de um mesmo território[48], uma vasta área de terras denominada *Arraial do Cabo de Santo Agostinho*. Contudo, havia nesta região uma área de terras férteis, localizada nas margens do rio Ipojuca, cujas águas eram utilizadas para o escoamento do açúcar produzido na região e também do Pau-Brasil[49] até o ancoradouro de Suape[50].

---

[48] A noção de território aqui utilizada segue a definição dada ao conceito de Milton Santos de *configuração territorial*, que significa o "conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais" (SANTOS, 2008, p.62). Desse modo, o território deve ser aqui compreendido como um espaço delimitado que é formado pela natureza (ambiente) somado às intervenções humanas nele ocorridas, incluindo as relações de poder que nele se desenvolvem.

[49] De acordo com Prado Júnior (2008) a extração do pau brasil representou a primeira atividade econômica dos colonos portugueses no Brasil, que consistia na extração da tinta de sua madeira, utilizada para tingir tecidos então utilizados na fabricação do vestuário na Europa e demais regiões e, por isso mesmo, bastante rentável à época. Entretanto, como destacam Fausto (2006) e Andrade (2008), antes mesmo do início o processo de colonização, mercadores europeus, principalmente franceses e italianos, já haviam instalado fortificações em terras brasileiras para a extração e a comercialização do pau brasil.

[50] Ancoradouro é uma espécie de porto natural, formado por uma barreira de arrecifes de arenito, que, ao se estenderem pela costa marítima, formam uma espécie de baía que impede a passagem das fortes ondas das águas de mar aberto, tendo sido por isso mesmo largamente utilizado para abrigar os navios no

Nas terras férteis do Arraial do Cabo de Santo Agostinho era plantado um tipo de cana-de-açúcar considerada de excelente qualidade pelos colonos portugueses, o que deu origem ao nome da região do Ipojuca, justamente por localizar-se na várzea do rio Ipojuca. Oficialmente, as duas regiões, que hoje compõem os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, foram separadas em 1608, quando foi fundado o distrito de Nossa Senhora do Ó (IBGE, 2013b) que, após expandir-se, formou a região que atualmente compreende o município Ipojuca.

Ao descrever e analisar os aspectos sócio-históricos, econômicos e demográficos destas regiões é preciso levar em consideração que, desde o período colonial até meados da década de 1970, elas apresentaram características socioeconômicas e culturais bastante homogêneas, vindo a distinguir-se a partir do processo de industrialização ocorrida primeiramente no Cabo de Santo Agostinho, em meados da década de 1990.

Antes habitadas por índios da etnia Caeté, pertencente à tribo Tupi-Guarani[51], as duas regiões tiveram seu processo de colonização iniciado pelos portugueses ainda na primeira metade do século XVI, aproximadamente cinco anos após o início do processo de colonização do Brasil, que é marcado oficialmente pela chegada de Duarte Coelho, em 1536, em sua capitania hereditária, nomeada de Nova Lusitânia, cujo território localizava-se entre o sul da capitania de Itamaracá e o norte da capitania da Bahia de Todos os Santos, o que atualmente compreende a área dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e parte da Bahia. Posteriormente, a capitania perderia territórios devido à levantes revolucionários, permanecendo apenas a área que forma o atual Estado de Pernambuco (MELLO, 1975; FAUSTO, 1996; ANDRADE, 2003; FURTADO, 2007; CAVALCANTI, 2012; IBGE, 2013a, 2013b).

Após iniciar o processo de povoamento com a conquista de terras dos índios Tabajaras nas regiões que atualmente compreendem os municípios de Igarassu e Recife

período da colonização e que, posteriormente, daria origem ao atual porto de Suape. Vainsencher (2013) explica que a origem do nome *Suape* provem da língua Tupi, que significa "caminho incerto", que era como os índios da região do Cabo de Santo Agostinho chamavam o atual rio Massangana, que por suas vias tortuosas, era bastante utilizado, assim como os rios Ipojuca e o Tatuoca, todos passando pela região do Cabo, no transporte da cana de açúcar e do pau brasil até o ancoradouro de Suape.

[51] De acordo com Fausto (1996), a tribo indígena Tupi-Guarani se estendia por quase toda a costa brasileira. Os Tupis dominavam a faixa litorânea, ao passo que os Guaranis localizavam-se mais ao sudoeste do que viria a ser chamado Brasil. Apesar das diferenças quanto à localização geográfica que distinguiram os Tupis dos Guaranis, Fausto (1996) explica que se fala em conjunto Tupi-Guarani devido à semelhança de cultura e de língua entre eles.

(ANDRADE, 2005), tendo estabelecido nesta última a capital da colônia, os colonizadores, a mando de seu donatário e liderados por seu irmão, Jorge de Albuquerque Coelho, avançaram por terras localizadas ao sul da capitania, expandido o processo de colonização e povoamento do território, fixando um pequeno povoado o qual denominaram Arraial do Cabo de Santo Agostinho, no qual logo seriam construídas as instituições católicas da Matriz de Santo Antônio e de Santo Amaro, a igreja da Nossa Senhora do Livramento e a Capela do Rosário dos Pretos (PREFEITURA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2013). Posteriormente, seria construído o Forte de Nossa Senhora dos Milagres, utilizado para proteger o ancoradouro de Suape (GARCIA, 2011; MUSSALEM, 2011).

Segundo Andrade (2003, 2005), a despeito de o donatário Duarte Coelho já ter a intenção de aproveitar o solo massapê e o clima tropical, quente e úmido, para o cultivo da cana-de-açúcar, visto que ele não acreditava na descoberta de minas de ouro e prata nesta região, e que tampouco seria viável a comercialização do pau brasil devido ao fato deste ser monopólio da coroa portuguesa, uma importante motivação para a exploração das terras do Cabo de Santo Agostinho foi a autorização, expedida pela Rainha regente de Portugal, em 1556, para a escravização de todos os índios Caetés[52], que então ocupavam a faixa litorânea daquela região, passando a serem utilizados como escravos e em suas terras cultivadas a cana-de-açúcar. Após intensas lutas e a posterior dominação dos indígenas, que não mais se viam em condições de resistência devido à superioridade bélica dos colonizadores, foram estabelecidos os primeiros engenhos de cana-de-açúcar daquela região, como parte da estratégia de povoar e extrair lucros daquele território até então utilizado por mercenários franceses, espanhóis e italianos quase exclusivamente como área de extração para o tráfico do Pau Brasil (ANDRADE, 2003).

De acordo com Andrade (2003) e também com Cavalcanti (2012), registros históricos sustentam a tese de que, antes mesmo da chegada do navegador português Pedro Álvares Cabral ao Brasil, até então oficialmente reconhecido como o primeiro europeu a chegar em terras brasileiras, o navegador espanhol Vicente Yánez Pinzón já teria aportado, nos primeiros meses do ano de 1500, nas terras que ele chamou de *Santa Maria de la Consolacion*, que compreende o atual município de Cabo de Santo

[52] Andrade (2003, 2005) explica que a autorização da rainha Isabel I para a escravização dos índios caetés foi expedida como punição após estes terem sido condenados por terem devorado, em 1555, o bispo D. Pero Fernandes Sardinha.

Agostinho. Segundo Cavalcanti (2012), oficialmente, Pinzón teria chegado em terras brasileiras acidentalmente, supostamente devido aos ventos que teriam mudado o rumo de sua esquadra. Somente posteriormente, consultando mapas náuticos e arquivos oficiais, ele compreendeu que havia chegado a uma região que, devido ao Tratado de Tordesilhas[53], era declarada possessão portuguesa. Por isso, sua chegada em terras brasileiras não fora registrada, somente sendo oficializada a chegada de Pedro Álvares Cabral, três meses depois, quando foi iniciado o processo de exploração, e posteriormente, de colonização da terra que à época foi nomeada *Ilha de Vera Cruz*, atual Brasil[54]. Curioso notar que, atualmente, no município Cabo de Santo Agostinho é comemorada a chegada de Pinzón no território, sendo promovidos festivais culturais nos monumentos que, supostamente, teriam abrigado o navegador espanhol e sua equipe de navegadores durante os poucos dias que passaram em terras brasileiras.

De todo modo, Andrade (2003) destaca que o primeiro registro do nome Cabo de Santo Agostinho data de 10 de maio de 1501, quando navios de uma esquadra portuguesa, buscando contornar o litoral brasileiro, passaram por um cabo localizado no extremo sul da costa o qual denominaram *Cabo de San Augustín*. Ainda segundo o autor, diversas incursões, principalmente portuguesas, mas também espanholas e francesas, foram feitas nas terras do Cabo de Santo Agostinho no início do século XVI, devido ao fato destas serem abundantes de pau brasil. Nesse período, portanto, fortaleceu-se o contato entre europeus e os índios nativos da região que, apesar de ser oficialmente uma possessão portuguesa, não havia, até meados de 1530, nenhuma fortificação que protegesse os interesses comerciais da metrópole portuguesa, sendo a região alvo de constantes incursões de mercadores e contrabandistas, sobretudo,

[53] De acordo com Fausto (1996), assinado entre Portugal e Espanha no ano 1494, o Tratado de Tordesilhas, nome da cidade espanhola onde fora assinado, dividia o mundo em dois hemisférios, separados por uma linha que imaginariamente passava a 370 léguas a oeste das ilhas de cabo verde. As terras descobertas a oeste da linha pertenceriam à Espanha e as que se situassem à lesta pertenceriam à Portugal. Obviamente, como destaca o autor, à exceção dos Estados Papais, de Portugal e da Espanha, os demais países europeus não reconheciam o Tratado de Tordesilhas, ameaçando permanentemente as possessões ibéricas.

[54] Não há um consenso quanto à origem do nome Brasil. Darcy Ribeiro, por exemplo, afirma que, à despeito da história oficial, existem mapas territoriais datados de mais de mil anos que já registravam a utilização do nome Brasil, mesmo antes da denominação oficial portuguesa. Fausto (1996), por sua vez, destaca que inicialmente o Brasil foi nomeado por mercadores italianos como ilha dos papagaios, pois achava-se que o Brasil seria apenas parte de um conjunto de ilhas, e posteriormente foi chamado de ilhas brasil. Entretanto, ainda de acordo com o autor, o nome ilhas brasil é "uma referência fantasiosa na Europa medieval. Em uma carta geográfica de 1367, aparecem três ilhas com esse nome, espalhadas no grupos dos Açores, na latitude da Bretanha (atual França) e na costa da Irlanda" (Fausto, 1996, p.23).

espanhóis e franceses, que mesmo antes do início do processo de colonização portuguesa, já haviam estabelecido povoações nesta região. Desse modo, para Andrade (2003), é possível afirmar que o processo de colonização do Cabo de Santo Agostinho iniciou-se antes mesmo do sistema de capitanias hereditárias, que oficialmente marca o período da colonização brasileira, e que foi adotado justamente pelos temores da coroa portuguesa de perder sua colônia para outros países europeus (ANDRADE, 2003; PRADO JÚNIOR, 2008).

O processo de colonização dos territórios localizados ao sul da capitania Nova Lusitânia, que inclui os atuais municípios Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Porto Calvo, este último atualmente pertencente ao Estado de Alagoas, iniciado em meados de 1541, redundou no apogeu econômico da capitania, cujo período vai do ano 1580 a 1630 e ficou conhecido como o *período áureo* da capitania, então governada, inicialmente, por Jorge de Albuquerque Coelho, irmão e herdeiro de Duarte Coelho, morto em 1578, e posteriormente por Jerônimo de Albuquerque Coelho, filho de Duarte Coelho, que retornou da Europa para o Brasil juntamente com sua mãe e irmãos após a morte de seu tio, então donatário da capitania.

A riqueza da capitania foi possibilitada, além da proximidade estratégica com a Europa, por sua base econômica predominantemente rural e extrativista, cuja principal atividade era o cultivo da cana-de-açúcar e a exploração do pau brasil, que constituíam itens exclusivos para a exportação, seguidas pelo cultivo de demais produtos agrícolas e pecuários para o consumo interno da colônia, sendo as primeiras atividades fortemente alicerçadas no trabalho escravo, primeiro indígena e, posteriormente, a partir de meados de 1543, de negros trazidos do continente africano, sobretudo de países como Guiné e Congo[55], ao passo que as demais atividades de subsistência eram desenvolvidas por europeus empobrecidos que se dirigiam à colônia ou em busca de melhores condições de sobrevivência ou simplesmente por criminosos deportados da Europa (Andrade, 2003; Prado júnior, 2008).

[55] Com relação à necessidade de importação de escravos negros, Andrade (2003, 2005) e Prado júnior (2008) destacam que o número de indígenas eram insuficientes ao volume de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar e na extração do pau brasil, mesmo porque grande parte destes índios se recusava a trabalhar como escravo, fugindo para o interior ou mesmo morrendo, ao passo que parte dos negros africanos já estavam imersos na estrutura escravagista e já trabalhavam nas lavouras de cana-de-açúcar africana, sendo assim, à despeito do custo elevado de importação e mesmo de frequentes fugas para os quilombos e mortes de escravos africanos na colônia, o trabalho escravo africano tornou-se mais vantajoso que o indígena.

Com relação à crescente riqueza da colônia pernambucana, predominantemente alicerçada no açúcar produzido por seus engenhos de cana-de-açúcar, Andrade (2005) destaca que, no ano 1550, havia na capitania cinco engenhos instalados por Duarte Coelho, ao passo que, no ano da invasão holandesa no Recife, em 1630, já se somavam 144 engenhos de cana-de-açúcar em pleno funcionamento, exportando toneladas de açúcar para Portugal e distribuídos para diversos países europeus.

Importa notar que, devido ao fracasso generalizado do sistema de capitanias hereditárias no Brasil, à exceção das capitanias de Nova Lusitânia e São Vicente, atuais Estados de Pernambuco e São Paulo, a coroa portuguesa resolveu centralizar a administração da colônia, enviando ao Brasil, em 1549, o governador-geral Tomé de Souza. Não obstante a importância de suas atribuições políticas, devido ao sucesso obtido por Duarte Coelho na administração de sua capitania, que era então a única a efetivamente dar algum lucro à metrópole, ficou acordado que a capitania pernambucana não sofreria nenhum tipo de intervenção por parte do governador-geral. Sobre isto, Fausto (1996) explica que o principal objetivo da administração de Tomé de Souza era justamente o de incentivar e concretizar a empresa açucareira no Brasil, sobretudo nas colônias de Salvador e São Vicente. Ora, Pernambuco já se encontrava em um estágio avançado na produção e na exportação do açúcar, não fazendo sentido algum sofrer intervenção, permanecendo, assim, sendo controlada pela família Albuquerque Coelho até a invasão holandesa em Pernambuco, em 1630.

De acordo com Freyre (1989), desde a sua partida da África para sua capitania, Duarte Coelho já tinha a intenção não de explorar pedras preciosas ou o pau brasil, como era típico das colonizações europeias de caráter mercantilista, mas de fundar uma civilização baseada na tríade *monocultura, latifúndio e escravagismo*. Segundo o autor, tendo se baseado neste projeto, a cana-de-açúcar criou as condições de vida, habitação e alimentação do Nordeste brasileiro, e mais importante ainda, foi decisiva para a formação de "dois tipos de homem regional, o aristocrata e o homem do povo" (Freyre, 1989, p.113), formado, de um lado, pelos senhores de engenho e suas famílias brancas, e de outro, pela extensa população mestiça de índios, negros e europeus desvalidos. Eram estes, portanto, os elementos que estavam na base da organização socioeconômica e cultural principalmente do Nordeste brasileiro, e, como não poderia ser diferente, das regiões do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Prado Júnior (2008) destaca que o modelo de colonização do Brasil, baseado predominantemente na monocultura da cana-de-açúcar e na utilização da mão-de-obra escrava, gerou uma estrutura socioeconômica eminentemente baseada no latifúndio, sistema derivado do modelo inglês de *plantation* que consiste na concentração de grandes extensões de terras doadas aos colonos portugueses que migravam para o novo mundo já com a intenção de serem grandes senhores de terras, devendo ocupa-las com plantações de cana-de-açúcar visando à exportação, passando a exercerem, além do poder econômico, o poder militar, jurídico e social daquela região, altamente hierarquizada e desigual.

Andrade (2003, 2005) sublinha que a grande propriedade de terra, a atividade canavieira e o escravagismo constituem os elementos fundamentais da formação da estrutura socioeconômica de Pernambuco, fazendo com que se tornasse a mais rica colônia americana do século XVI e criasse "um tipo de sociedade complexa com diversificação de profissões e hierarquia econômica e social entre várias classes" (Andrade, 2003, p.102), atraindo a cobiça dos demais países europeus e que, por fim, impactaria na atual estrutura socioeconômica dos municípios pernambucanos, sobretudo com o declínio da importância da cana-de-açúcar brasileira no mercado europeu, já no século XVII, o que resultou na estagnação econômica de Pernambuco, em seu empobrecimento e na sedimentação de graves problemas sociais num território profundamente dividido entre uma pequena população branca, detentora das riquezas e do prestígio, e uma vasta população negra, indígena e mestiça, empobrecida, apartada de quaisquer direitos efetivos e absolutamente dependente da elite local. Sem dúvida, a organização socioeconômica colonial iria impactar sobremaneira na estrutura socioeconômica brasileira, marcadamente na nordestina e pernambucana.

Com relação à diversificação da população residente na colônia, e sua posterior influência na formação socioeconômica brasileira, vale ressaltar a análise histórica realizada por Andrade (2005), destacando que, durante o período colonial, estruturou-se no Brasil uma sociedade aristocrática baseada em três classes, a saber, a dos senhores de engenho, detentora de toda a estrutura econômica, do poder e do prestígio; a dos lavradores, geralmente formada por brancos ou mestiços empobrecidos que não dispunham de meios para plantar ou moer a cana-de-açúcar, fazendo isso nas terras e nos engenhos dos senhores, pagando altos tributos para isso; e a dos moradores dos

engenhos, uma população pobre, incluindo os escravos, que compunha um vasto e heterogêneo grupo social que dependia diretamente dos benefícios dos senhores. Dentre os moradores, havia diversos grupos de pessoas que se ocupavam dos mais diferentes trabalhos na complexa indústria canavieira.

Obviamente, o próprio Andrade (2003, 2005), assim também como Fausto (2006), chamam a atenção para o fato de que, apesar de a produção açucareira e, posteriormente, o fumo, o café e a extração de metais preciosos terem sido os pilares econômicos da colônia brasileira, outras atividades econômicas e profissionais eram desempenhadas no Brasil desde o início da colonização, tais como a agricultura de subsistência dos colonos e escravos, o comércio, o funcionalismo público militar e religioso bem como as demais atividades consideradas fundamentais para a manutenção da colônia. Importante ressaltar, também, a contribuição dos Israelitas na estrutura populacional brasileira no período colonial, que, segundo Andrade (2005), migravam para a colônia devido às suas especializações técnicas nos engenhos de açúcar africanos. Mas, sem dúvida alguma, a figura do senhor de engenho dominava o topo da hierarquia socioeconômica do Brasil colonial, bem como a do escravo, cujo legado de injustiças sociais deixaria uma pesada herança difícil de ser superada.

Ainda a respeito da estrutura socioeconômica e profissional do Brasil no período colonial, Silva (2009) afirma que, não obstante ser uma sociedade marcadamente agrícola, desde o século XVI e principalmente a partir do século XVII, o Brasil passou a apresentar não apenas as classes dos senhores de engenho e dos trabalhadores agrícolas, escravos e livres, mas possuiu também uma numerosa classe de comerciantes, militares, clérigos, funcionários subalternos, soldados burocratas, pequenos comerciantes, taberneiros, vendeiros, artesãos e vagabundos livres, classificados como a *plebe do açúcar*, que tornavam a estrutura social brasileira extremamente complexa. Tudo isto revela a complexidade da estrutura socioeconômica do Brasil colonial, que apresentou impactos na formação do Brasil moderno, sendo, sem dúvida alguma, alicerçada predominantemente na agroindústria e, no caso específico do Nordeste, na agroindústria canavieira e no trabalho escravo.

O declínio da importância econômica da capitania Nova Lusitânia, como destacam Mello (1975) e Andrade (2003), embora tenha sido gestado desde o início do século XVI, com a própria oscilação do preço de mercado do açúcar no exterior, o

endividamento dos senhores de engenho para a importação de escravos e a manutenção da complexa produção e exportação do açúcar, ocorre de forma mais acentuada a partir do século XVII, por ocasião da invasão holandesa em Pernambuco.

De acordo com Furtado (2007), embora as terras brasileiras consistissem em possessão portuguesa, à exceção da Espanha e Portugal, os demais países europeus não reconheciam a divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. Por esta razão, o governo português viu-se obrigado a povoar o Brasil como forma de protegê-lo das invasões de países concorrentes de Portugal no comércio europeu. Não obstante a metrópole portuguesa impor um regime de monopólio aos produtos brasileiros, isto é, os produtores de açúcar e comerciantes que operavam no Brasil serem legalmente obrigados a vender os produtos brasileiros exclusivamente a Portugal, devido ao reduzido mercado interno português, às deficiências de técnicas de refinamento do açúcar e aos problemas de logística na distribuição dos produtos dentro da Europa, a Holanda, por meio da Companhia das Índias Ocidentais, empresa mercantilista de capital estrangeiro que comercializava os produtos das colônias europeias, figurava como um parceiro comercial de Portugal, recebendo, com a devida autorização do governo português, produtos brasileiros para serem comercializados tanto em seu mercado interno quanto no abastecimento dos mercados de outros países europeus, especialmente países como Inglaterra, Itália e França.

Apesar da longa parceria entre Portugal e a Companhia das Índias Ocidentais, no ano de 1630, toda a costa litorânea nordestina, à exceção da Bahia, foi invadida pelos holandeses. No caso específico do Cabo de Santo Agostinho, o território foi tomado em 1631, após a destruição do Forte dos Milagres, no episódio que ficaria conhecido como a "traição de Calabar", em referência a um navegador português, de nome Calabar, que, por dinheiro, teria orientado os holandeses sobre as estratégias de defesa dos portugueses na região do Cabo de Santo Agostinho, contribuindo, assim, para o sucesso da invasão holandesa na costa pernambucana (Mello, 1975; Garcia, 2011). Os holandeses controlaram o território pernambucano até aproximadamente o ano de 1654, período em que Pernambuco, pela primeira vez em sua história, foi governado por um não-português, o alemão João Maurício de Nassau-Siegen (1637-1644), o Conde Maurício de Nassau.

De acordo com Mello (1975) e Cavalcanti (2012), a principal motivação da invasão holandesa que fora patrocinada não pelo governo holandês, e sim pela Companhia das Índias Ocidentais, era justamente o controle do sistema econômico e social que fora implantado no Nordeste brasileiro baseado na produção do açúcar para exportação, produto extremamente rentável na época, ainda que o valor do mesmo já se encontrasse em declínio desde o final do século XVI.

Apesar de Andrade (2005) argumentar que, no período da dominação holandesa, o comércio do açúcar estava em ascensão, diferentemente de Mello (1975), que afirmava estar este em declínio, embora ainda rentável, eles convergem ao afirmar que a intenção dos holandeses com a invasão de Pernambuco, que, aliás, já tinham realizado uma tentativa fracassada de invasão à Bahia em 1624, era a de manter e se apropriar da estrutura econômica brasileira, sobretudo Pernambucana, a fim de aferir lucros com a exportação do açúcar brasileiro para o mercado europeu. Isto se comprova, segundo Andrade (2005), com o fato de que, após a conquista de Pernambuco, muitos holandeses terem se tornado senhores de engenho, donos de extensas plantações de cana-de-açúcar, utilizadas exclusivamente para a exportação do açúcar fabricado. Somente posteriormente, com o crescimento exponencial da população branca e mestiça no Nordeste, é que o então governador Maurício de Nassau ordenou que os holandeses, novos proprietários dos latifúndios, diversificassem suas culturas agrícolas e estimulassem a pecuária a fim de abastecerem o crescente mercado interno.

De acordo com Andrade (2005), a região do Cabo de Santo Agostinho apresentou papel estratégico no período da dominação holandesa[56]. Segundo o autor, na época Olinda era o grande centro da colônia, onde funcionava o porto do Recife e, por isso mesmo, para onde convergia todo o comércio do açúcar. Vizinha a ela, havia a região açucareira da Várzea do Capibaribe, que atualmente compreende a parte central da cidade do Recife que, beneficiada por condições naturais, principalmente pelo clima, pelo solo e pela proximidade com o porto do Recife, para o qual o açúcar era escoado por vias fluviais no rio Capibaribe, facilitando o escoamento do açúcar para os navios mercantes portugueses, a região contava com 13 ou 14 engenhos de açúcar. Em

[56] Portugal recuperou os territórios dominados pela Holanda apenas no ano de 1654, com o apoio da maioria da população nordestina e dos donos de engenhos de cana-de-açúcar que, revoltados com os altos impostos cobrados pelo governo holandês, financiaram parte da frota marítima portuguesa utilizada nas guerras contra a Holanda.

comparação, a região do Cabo de Santo Agostinho, por sua vez, apesar da distância relativa com o centro da colônia, devido aos fatores naturais e à navegabilidade do rio Ipojuca, utilizado para escoar o açúcar até o ancoradouro de Suape, contava então com o maior número de engenhos da colônia, contabilizados em 16, torando-se, assim, uma região bastante rica do ponto de vista econômico.

Ainda de acordo com Mello (1975), o período de guerras entre a Holanda e Portugal pelo controle do território nordestino foi fundamental para o declínio da importância econômica do Estado de Pernambuco no século XVII. Para o autor, embora seja preciso considerar que a importância do açúcar brasileiro no comércio internacional já declinava desde alguns anos antes da invasão holandesa, principalmente em função da queda da competitividade deste produto devido ao alto custo da produção do açúcar nos engenhos nordestinos e de uma peste que havia dizimado parte substancial da população escrava em 1614, a guerra com os holandeses empobreceu ainda mais os senhores de engenho nordestinos, particularmente os pernambucanos, então considerados os mais ricos da colônia, que tiveram de arcar praticamente sozinhos com os custos da guerra de defesa do território brasileiro.

Ademais, após a invasão holandesa, além da destruição de muitos canaviais e engenhos de cana-de-açúcar, fato que suspendeu quase completamente a produção do açúcar, houve também um longo período de interrupção do comércio entre Pernambuco e os países europeus, sobretudo Portugal, devido aos bloqueios marítimos impostos pela Holanda. Por isso mesmo, durante muito tempo Pernambuco ficou impossibilitado de exportar o que ainda restava de seu principal produto comercial, o açúcar, assim como o pau brasil, além de deixar de receber, também, produtos importados vindos da Europa que eram considerados fundamentais para a sobrevivência na colônia. Segundo o autor, a navegação entre Pernambuco e a Europa somente seria reestabelecida em 1652, ainda assim, com sérias restrições que somente agravavam a situação da economia pernambucana.

A região do Cabo de Santo Agostinho, que, vale lembrar, era composta pelos atuais municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e porto Calvo, em Alagoas, uma vez mais, apresentou importância estratégica para a Holanda nas tentativas de restauração do controle português do nordeste brasileiro. De acordo com Mello (1975), mesmo com a retomada do Recife pelas tropas portuguesas, na que ficou conhecida

como a Batalha dos Guararapes, ocorrida em 1644, os holandeses permaneceram no Cabo de Santo Agostinho até meados de 1654, onde alguns dos engenhos de açúcar daquela região continuaram a produzir açúcar para ser exportado pelos navios da Companhia das Índias Ocidentais, bem como nesta região foram instaladas fortificações holandesas que tinham a dupla função de proteger o território holandês das tentativas de invasão portuguesa bem como perseguir os navios portugueses que tentavam passar pelo bloqueio holandês com a intenção de comercializar produtos com a Europa. A estratégia holandesa era a de conquistar o território brasileiro por meio da redução dos lucros auferidos pela metrópole com sua colônia, assim como da redução da chegada de bens necessários à manutenção da administração portuguesa na colônia. Posteriormente, essa estratégia viria a fracassar, com a retomada completa do território brasileiro por Portugal.

Segundo Mello (1975), o fato de os holandeses terem mantido o funcionamento de parte dos engenhos localizados no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, em contraste com a suspensão das atividades dos engenhos do Recife e das demais regiões da capitania de Pernambuco, ou mesmo das dificuldades de exportar produtos a partir do porto do Recife devido aos bloqueios holandeses, acarretou em um período de desenvolvimento econômico exclusivo da região do Cabo de Santo Agostinho, muito superior às demais regiões de Pernambuco, gerando riquezas à região do Cabo de Santo Agostinho em contraste com o empobrecimento geral do Recife e das demais áreas da colônia pernambucana.

Não obstante todas as dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pelo nordeste brasileiro em função das guerras holandesas é preciso considerar que as demais capitanias brasileiras, especialmente São Vicente e Salvador, seguiam como importantes polos comerciais da colônia, apesar de também sofrerem com os embargos holandeses à exportação dos produtos brasileiros. Nestas, que começavam a passar pelo processo de interiorização da colônia (Prado Júnior, 2008), isto é, da exploração das regiões localizadas a oeste da faixa litorânea, se desenvolviam as atividades de extração do pau-brasil, de plantio da cana-de-açúcar e demais gêneros agrícolas, da pecuária e do comércio, fazendo crescer a importância econômica das capitanias localizadas no Sudeste brasileiro, muito embora nenhuma outra atividade econômica desenvolvida no Brasil no período colonial tenha superado, em termos de lucro, à cultura da cana-de-

açúcar, que, segundo Andrade (2005), rendeu à metrópole portuguesa mais rendas que a mineração do ouro.

De acordo com Prado júnior (2008) e Andrade (2005), após o conturbado período das guerras holandesas, findado em 1654, a colônia brasileira atinge o que eles chamam de seu período de apogeu, ocorrido entre os anos 1770 e 1808[57]. Este foi um período de mudanças significativas na estrutura socioeconômica e demográfica brasileira, caracterizado pela fase de crescimento e declínio da mineração e exportação de metais preciosos, especialmente na região que atualmente compreende o Estado de Minas Gerais, e pelas suscetíveis fases de declínio e posterior retomada da importância da agricultura para exportação na economia brasileira, alicerçada principalmente em culturas como o café, cujas plantações localizavam-se especialmente nos atuais Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, o algodão, cultivado principalmente nas regiões de Goiás e Maranhão, utilizado principalmente na fabricação de peças de vestuário e, em alguns momentos, novamente, a cana-de-açúcar, que após um período de aproximadamente cem anos de estagnação econômica do nordeste, foi responsável pela retomada da economia da região, ainda que a concentração econômica brasileira, neste período, tenha sofrido uma inversão em seu polo, passando o sudeste a ocupar a posição de maior destaque na economia, deixando o nordeste em um plano subalterno, concentrando importantes fortunas nas mãos de uns poucos senhores de engenho e comerciantes locais em contraste com o empobrecimento geral da região e de sua população.

Apesar da diversificação das atividades econômicas no Brasil colonial, que fizeram com que a colônia atingisse seu apogeu econômico, é importante destacar que a agricultura da cana-de-açúcar, cujo principal polo de desenvolvimento, como já vem sendo destacado, é o Nordeste, e em particular, Pernambuco, não deixa de apresentar papel de destaque.

De acordo com Andrade (2005), o período que se estende desde a expulsão dos holandeses em 1654 até a abertura dos portos brasileiros em 1808, é marcado por fases de expansão e retração da economia canavieira do Brasil, cujo declínio foi motivado

[57] Importante lembrar que o ano de 1808 representa, nas palavras de Prado Júnior, o fim da "Era colonial", isto é, ainda que não oficialmente, o Brasil deixa de ser uma colônia portuguesa para tornar-se a capital do império português, dado que o rei D. João VI, fugindo da invasão francesa das tropas comandadas por Napoleão Bonaparte, transfere a corte real portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro, no Brasil.

pela concorrência do açúcar produzido nas Antilhas, um conjunto de ilhas localizadas na América Central, porém foi compensado pelas guerras europeias ocorridas no século XVIII e nas revoluções ocorridas nas Antilhas. Argumento semelhante é utilizado por Fausto (2006), para quem, não obstante a história econômica brasileira possa ser didaticamente dividida em ciclos – ciclo da cana-de-açúcar, da mineração, do café, da borracha etc. – uma atividade econômica, especialmente a canavieira, jamais deixou de ter sua importância, desde a colonização até os dias atuais. Sobre a importância do papel de Pernambuco na agricultura canavieira, Andrade (2005) revela que, em 1774, a maior concentração de engenhos no Brasil estava no Nordeste, que então contava com 387 engenhos, sendo que destes, 287 localizavam-se em Pernambuco. Isto, sem dúvida alguma, influenciou sobremaneira a atual estrutura socioeconômica brasileira, pernambucana e, particularmente, das regiões do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Todavia, segundo Andrade (2005), principalmente a partir do final do século XVIII, em função da concorrência do açúcar produzido nas Antilhas[58], do crescimento da importância de culturas como o fumo, o café, o arroz e, principalmente, o algodão, os lucros com a lavoura e o comércio açucareiros entram em uma fase de forte declínio, fazendo com que parte substancial dos escravos que trabalhavam nas lavouras de cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro fossem vendidos pelos senhores de engenhos, deslocando-os dos latifúndios nordestinos para grandes propriedades rurais localizadas nas regiões Sudeste e Centro-oeste brasileiras, agravando, assim, a crise econômica da região Nordeste, justamente no momento em que os senhores de engenho estavam empenhando grandes somas para a modernização de seus engenhos, deixando estes de serem movidos a tração animal ou água por máquinas a vapor.

Ainda de acordo com o autor, a crise econômica no Nordeste se agravaria a partir da segunda metade do século XIX, quando um conjunto de leis abolicionistas[59], com o objetivo de inicialmente restringir e posteriormente encerrar a escravidão no Brasil, motivaram o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada, ainda que

[58] Furtado (2007) sublinha que, não por coincidência, as Antilhas, então uma possessão inglesa, fizeram forte concorrência com o açúcar produzido no Brasil. Após terem aprendido toda a técnica de cultivo e fabricação do açúcar durante a invasão do Nordeste brasileiro, os holandeses aplicaram este conhecimento na produção de açúcar nas Antilhas.

[59] De acordo com Andrade (2005), a primeira lei que visava a abolição da escravatura foi assinada em 1871, ganhando o nome de Lei do Ventre Livre, pois previa a libertação automática dos filhos nascidos de escravas cativas. Posteriormente, em 1850, foi assinada a Lei Eusébio de Queirós, proibindo a entrada de navios com escravos africanos no território brasileiro.

geralmente empobrecida, agravando o declínio da produção canavieira nordestina e o empobrecimento de parte substancial da região.

Tão ou até mais importante que a questão da concentração fundiária são as consequências da utilização da mão-de-obra escrava negra na constituição socioeconômica brasileira, nordestina e, no caso em questão, das regiões do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, consequências estas que continuam a impactar na estrutura socioeconômica desses territórios. Não obstante Furtado (2007) destacar que o escravagismo dificultou a formação de um mercado interno no Brasil, tornando-o dependente do mercado externo, por isso mesmo é preciso ponderar o peso que a herança do escravagismo apresenta na população brasileira nos dias atuais, fazendo com que a questão da desigualdade no Brasil seja, principalmente, uma questão de raça, isto é, enraizada justamente na desigualdade de oportunidades e no preconceito racial, acarretando, portanto, na reprodução de injustiças sociais delas decorrentes.

Muito embora Florestan Fernandes (1965) tenha destacado que sua análise a respeito das dificuldades de integração do negro na sociedade de classes focava especificamente o caso de São Paulo, uma cidade que, segundo ele, foi inserida de forma tardia na dinâmica capitalista, resultando na impossibilidade da integração do negro na nova ordem socioeconômica capitalista de trabalho e concorrência livres, revela-se absolutamente profícuo refletir a respeito do modelo teórico de Fernandes (1965) para compreender os impactos da escravidão em outras regiões do Brasil que, como o próprio autor destaca, de maneira geral, sofreram com o doloroso e equivocado processo de abolição da escravatura, que, relegando os escravos à liberdade sem, no entanto, dar-lhes os suportes socioeconômicos e culturais necessários para a sua integração na nova organização capitalista e de classes, fez emergir um grupo social altamente vulnerável, composto por ex-escravos e seus descendentes negros e mestiços, sobretudo mulatos e pardos, que não tinham as menores condições de competir com uma classe branca e liberta, que sempre ocupou as posições privilegiadas no mercado de trabalho.

Para Fernandes (1965), isto não seria uma espécie de consequência não planejada da libertação dos escravos, que, por si só, era uma ação logica e moralmente necessária, que contava, claro, com o clamor dos negros pela liberdade, mas fazia parte dos interesses da classe dominante que, para ele, no caso paulista, formaria uma classe

de negros recém-libertos e seus descendentes que serviria como espécie de exército de reserva, no seu sentido marxista, que exerceria uma pressão tal no mercado de trabalho que faria com que, a partir da perda da exclusividade da mão-de-obra escrava, embora livres, os negros se submetessem às mesmas condições paupérrimas de trabalho e condições de vida, tendo que, por si mesmos, encontrarem formas próprias de sustento material na ordem capitalista. E isto, para o autor, era muito mais evidente no contexto paulista, em seu processo de urbanização acelerada e de imigração europeia, principalmente de alemães e italianos, como forma de tornar mais eficiente o marcado de trabalho cafeeiro e de efetivar a 'política de branqueamento' da população brasileira.

Neste contexto sócio-histórico particular, como destaca o autor, é evidente que o negro, e também, porém em menor intensidade, o mestiço, partindo de uma situação de grande desvantagem socioeconômica e simbólica com relação aos brancos, porque, de um lado, o trabalho escravo não lhes preparou em nada, nem em termos técnicos e muitos menos intelectual, para sua absorção no mercado de trabalho livre, e de outro, com o preconceito racial tão enraizado na sociedade brasileira, mesmo liberto, o negro continuava em grande medida sendo visto como indigno, tratado com a mesma intolerância de quando era escravo, perdendo sua posição segura de agente nas forças de produção, embora como escravo, somente lhe restava uma absorção parcial e absolutamente injusta na ordem social então emergente, de concorrência pelos postos de trabalho mais almejados, que via de regra, eram ocupados por brancos (FERNANDES, 1965).

Embora a situação do negro tenha sido gestada no período da colonização, iniciada a partir de sua chegada ao Brasil na condição de cativo, e por isso mesmo, representado como uma 'posse' dos brancos, e fortalecida devido à maneira como ocorreu o processo de abolição, sem a responsabilização econômica e social dos senhores e sem a oferta de suportes para que pudesse o negro ser integrado na sociedade de classes, fazendo com que estes buscassem sua própria proteção em sua herança cultural, também ela combatida pelas forças hegemônicas da tradição brasileira, por isso mesmo sofrendo tantos preconceitos simbólicos, sua condição econômica e cultural deita raízes nos processos subsequentes de progresso econômico do Brasil, marcado, no caso específico de São Paulo, como destaca Fernandes (1965), mas também de outros centros brasileiros, pela expansão das cidades e da migração dos negros e mestiços das

zonas rurais para estes centros urbanos em busca de trabalho para que obtivessem sua sobrevivência material e moral'. Todavia, apesar da 'liberdade', por todas as razões anteriormente expostas, não eram devidamente integrados no mercado de trabalho, e logo na nova ordem social vigente, sendo reproduzidas as condições materiais e simbólicas de sua exclusão social, vendo-se os, mesmo agora libertos, serem tão hostilizados na cidade quanto o eram no campo quando eram escravos, fazendo com que tal busca, a rigor, redundasse na maioria das vezes em fracasso, reforçando os preconceitos e fazendo com que fossem frequentemente apontados como 'naturalmente inferiores aos brancos'.

Mais uma vez, não obstante o autor ter tido o cuidado metodológico de destacar que sua análise referia-se especificamente ao caso da Cidade de São Paulo, faz todo sentido utilizar sua tese para refletir o caso de outras cidades e regiões do Brasil, sobretudo, como é o caso que aqui interessa mais especificamente, ao Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, regiões estas que, em função de sua própria história ser tradicionalmente ligada à monocultura do açúcar e à escravidão. Se, de forma bastante coerente, Fernandes (1965) apontou que a cidade de São Paulo inseriu-se de maneira tardia no processo capitalista de livre concorrência, assentado no trabalho livre utilizado na produção de itens de exportação, que dizer, então, do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca que, ao estarem vinculadas desde o início do processo de colonização à lógica mercantilista de produção primária-exportadora, somente experimentaram o processo de industrialização e urbanização extensiva a partir da década de 1970, salvo à herança colonial de instalação de um débil parque industrial agrocanavieiro e de algumas poucas indústrias têxteis e, na década de 1950, de uma indústria de borracha[60], que, a rigor, não representaram nem extensiva nem intensivamente a absorção e integração da população local, predominantemente negra e mestiça e localizada na zona rural destes municípios, ainda dependentes da frágil indústria sucro-alcooleira local?

Ainda com relação ao processo de finalização da escravidão no Brasil, mais uma vez a região do Cabo de Santo Agostinho apresenta importância sócio-histórica. A partir

[60] De acordo com Garcia (2011), a Coperbo, fábrica de borracha sintética, foi considerada a primeira grande indústria a instalar-se no Cabo de Santo Agostinho, em meados da década de 1950, resultado da política de incentivo à industrialização no Nordeste e no Estado de Pernambuco, implantadas por meio de agências governamentais como a Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE).

do ano de 1850, quando a Lei Eusébio de Queirós passou a proibir a entrada de escravos no território brasileiro, a região hoje denominada de *praia de Porto de Galinhas*, localizada no atual município Ipojuca, supostamente consistiu em importante área de desembarque de navios que traficavam ilegalmente escravos capturados em regiões africanas para o trabalho forçado em diversas regiões do país. O próprio nome "Porto de Galinhas", segundo ideia bastante difundida no local, teria origem no código utilizado pelos mercadores de escravos da região que, diante da ilegalidade das operações, para avisarem aos comerciantes de escravos e aos possíveis compradores sobre a chegada de algum navio negreiro na praia, diziam que havia "galinha no porto", em referência aos escravos que seriam ilegalmente comercializados.

De acordo com Furtado (2007), as crises econômicas que frequentemente abalavam o Brasil e que, por fim, levaram o país a um quadro de empobrecimento geral após o período da colonização, à exceção de uma pequena elite agrária e de comerciantes locais, detentora de todos os privilégios, foi o resultado do que ele chama de *fluxo de renda e crescimento*. Segundo o autor, a economia colonial brasileira, ao basear-se na grande propriedade e na mão-de-obra escravista, fez com que os senhores de terra, por um lado, contraíssem empréstimos financeiros no exterior para a construção de engenhos, a compra e manutenção de equipamentos bem como para a importação de mão-de-obra escrava africana.

Além deste problema do crédito, o fato de a mão-de-obra ser quase que exclusivamente escrava impossibilitou a formação de um mercado consumidor interno substancial, tornando a economia brasileira dependente do mercado externo, e, claro, vulnerável a todas as oscilações de preços, resultantes de fatores externos à economia local. Diante disto, para o autor, apesar de a economia açucareira nordestina ter resistido aos severos períodos de depressão econômica, sempre apoiada por grandes aportes financeiros do governo, tomados na qualidade de empréstimos, quando surgem as guerras europeias na segunda metade do século XVII e início do século XVIII, a invasão holandesa e a concorrência das Antilhas como produtores mais eficientes de açúcar, o mercado de açúcar brasileiro entra em um sério colapso, fazendo com que o sistema socioeconômico brasileiro entrasse "numa letargia secular" (Furtado, 2007, p.91), embora, para o autor, não obstante as crises subsequentes, sua estrutura socioeconômica tenha se preservado.

Furtado (2007) destaca que o declínio da economia açucareira no século XVIII lançou as bases para que outras culturas passassem a ser desenvolvidas no Brasil, primeiro a pecuária, seguida do fumo, do algodão e, ainda no século XVIII, da mineração, deslocando, assim, principalmente a partir do século XX, o polo de desenvolvimento do Nordeste açucareiro para o Sudeste, especialmente com base na agricultura cafeeira paulista, já em fins do século XIX e início do século XX. Mas, ainda segundo autor, como não poderia ser diferente, a característica geral de dependência do Brasil da economia externa permaneceu vigente, ainda que minimizada pela formação de um mercado interno derivado do cultivo de culturas de subsistência. De todo modo a dependência do Brasil da economia externa traria sérios prejuízos socioeconômicos ao país, desde o fim da colonização, mas, sobretudo, a partir do século XX.

Especialmente a partir do Século XX, marcado pela entrada do Brasil na economia capitalista, com o deslocamento da centralidade econômica do Nordeste para o Sudeste brasileiro, a estrutura socioeconômica nordestina e a Pernambucana em particular, entram em um sério colapso devido às oscilações de demanda, oferta e preço do mercado açucareiro, marcado por um período longo retração da demanda pelo açúcar brasileiro no comércio internacional.

A despeito dos grandes investimentos realizados pelos senhores de engenhos da região Nordeste, modernizando seus engenhos e transformando-os em usinas, tudo isso mediante, claro, a contração de empréstimos vultuosos garantidos pelo governo[61], o elevado preço do açúcar no mercado externo e as dificuldades logísticas para a exportação, enfrentadas pelo país desde o século XIX mas principalmente no século XX, tornavam praticamente inviável a comercialização do açúcar brasileiro nessa época, tornando os produtores de açúcar, embora detivessem prestígio e poder político, cada vez mais dependentes de programas governamentais de incentivos à produção e de

[61] É importante destacar que, nesse longo período histórico que abrange desde a colonização até a modernização brasileira iniciada no século XIX, marcada cronologicamente com o fim do período colonial e que se estende até os dias atuais, o país sofreu mudanças significativas em sua estrutura política, deixando de ser uma possessão portuguesa, passando pela independência política de Portugal, até o atual modelo de democracia republicana. Contudo, a despeito dessas mudanças, os antigos senhores de engenho, desde a colonização, mantiveram grande parte de seu prestígio e poder político, construindo uma aliança indissociável entre a administração pública e os seus interesses corporativos e particulares. Sobre isto, vale consultar, além do próprio Furtado (2007), as obras seminais "Os donos do poder", de Raymundo Faoro, e "Coronelismo, enxada e voto", de Victor Nunes Leal.

ajuda financeira, o que traria sérios prejuízos econômicos e sociais ao país, e em particular, à região, fortalecendo e concretizando uma relação de dependência absolutamente brutal por parte dos industriais e empresários locais com o governo, o que terminava por manter os privilégios econômicos e políticos de uma pequena elite local, ao passo que o resto da população nordestina era relegada ao empobrecimento e ao atraso, fatores estes que representariam passivos difíceis de serem superados, tornando o Nordeste, em oposição ao seu tempo áureo no período colonial, a região do atraso.

Ainda sobre a situação socioeconômica nordestina, especialmente a partir da segunda metade do século XX, Andrade (2005) sublinha que a política estatal brasileira optou pela manutenção do modelo agrícola baseado no grande latifúndio e, ao não fornecer o suporte necessário para o desenvolvimento da agricultura de subsistência, terminou por fortalecer a concentração fundiária, estimulando, assim, a reprodução de desigualdades socioeconômicas intra-territoriais, sobretudo no meio rural. Para ele,

> "esta política estatal, que conserva uma situação de injustiça social, se consubstanciou de várias formas e em várias ocasiões. Assim, nos primeiros anos da década de 1970, foi oficialmente dado apoio à política de reequipamento da indústria açucareira, com a finalidade de torna-la competitiva com a do Sudeste, tendo por base a grande demanda de açúcar no mercado internacional e a necessidade de garantia de empregos à mão-de-obra que nela trabalhava (...) com a queda da demanda do açúcar no mercado internacional, passamos a enfrentar a grande crise que ora atinge a agroindústria açucareira, que se volta para o estímulo à produção do álcool, devido à crise do petróleo. E esta volta é também incerta, em face da possibilidade da ampliação da produção do petróleo com a exploração de jazidas, antes consideradas antieconômicas, e do desenvolvimento da utilização de outras fontes de energia" (ANDRADE, 2005, p.237-238).

Para Andrade (2005), a concentração fundiária no Nordeste impactou na formação de um vasto grupo social residente no campo, composto por negros libertos da escravidão, mestiços e brancos empobrecidos que, sem acesso à terra e, logo, com poucas ou nenhuma oportunidade de desempenho no mercado de trabalho, viam-se sem meios de sobrevivência na sociedade capitalista, devendo, por isso mesmo, aceitar trabalhar em condições de exploração nas plantações de cana-de-açúcar. Devido à precariedade de suas condições, muitas vezes esses trabalhadores optam por migrar para as capitais nordestinas ou mesmo para outros Estados brasileiros, geralmente no Sudeste do país, em busca de melhores condições. Todavia, lá encontrando não mais do que

trabalhos esporádicos, mantêm-se também em condições absolutamente precárias, morando nas hoje tão conhecidas favelas das grandes cidades brasileiras e gerando um imenso grupo de desvalidos que reproduz as injustiças sociais e impede o crescimento socioeconômico do país.

A análise realizada por Araújo, Souza e Lima (1997) a respeito da economia nordestina na década de 1990 revela que o atual desenvolvimento socioeconômico da região, que em grande medida é resultante dos modelos de desenvolvimento econômico adotados na região em sua longa história, iniciada desde a colonização, apresenta duas fases de desenvolvimento recente: uma, de relativo isolamento e letargia, herança do planejamento econômico baseado na exportação de produtos primários; outra, de crescente articulação regional, ligada aos processos de industrialização recente da região nordestina.

Os autores explicam que, no início do século XX, a economia nordestina, então baseada predominantemente na agroindústria, sobretudo canavieira e algodoeira, encontrava-se debilitada devido a um longo período de retração da demanda externa por produtos agrícolas, tendo que voltar-se, então, para o mercado interno, sobretudo para os Estados localizados na região Sudeste, os mais ricos do país. Contudo, a partir da década de 1930, os principais consumidores dos produtos nordestinos, especialmente os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, alcançaram sua autossuficiência na produção de bens primários, especialmente o açúcar e o algodão, fazendo emergir, assim, uma nova fase de crise na já fragilizada economia nordestina.

A partir da década de 1940, e principalmente na década de 1950, os Estados nordestinos, auxiliados por políticas de subsídios governamentais, voltam sua produção para a indústria têxtil, com vistas ao abastecimento do mercado interno, aproveitando assim a larga oferta de matérias-primas disponíveis na região para aumentar o valor agregado de seus produtos através do manufaturamento, o que permitiu uma saída, ainda que temporária, à grave crise econômica por qual passava a região. Todavia, ainda segundo os autores, baseados na lógica da concorrência inter-regional, os Estados do Sudeste, aumentando e dinamizando seu parque têxtil, mais uma vez suplantaram a oferta dos Estados produtores nordestinos, acarretando em mais um período de crise econômica na região nordeste (ARAÚJO, SOUZA E LIMA, 1997).

Não obstante a década de 1950, no Brasil, ter sido marcada pela tônica da exigibilidade da modernização do país, coerente com as ideias desenvolvimentistas[62] da época, neste período, à despeito da criação de órgãos governamentais de planejamento e investimento econômico que reduzissem as desigualdades socioeconômicas regionais, a exemplo da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional (BNDES), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) entre outros, os investimentos públicos e privados do país concentraram-se predominantemente nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país, permanecendo as regiões Norte e Nordeste em situação de grave atraso econômico e com os antigos e persistentes problemas sociais.

No que diz respeito às tentativas de planejamento e execução de políticas públicas voltadas para a reestruturação da economia nordestina e pernambucana, em particular, é fundamental destacar o papel da Comissão para o Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE), que, através da intervenção do Padre Louis Lebret, produziu importante diagnóstico das razões do atraso socioeconômico destes territórios, lançado diretrizes de investimentos que permitiriam atrair indústrias para a região, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico regional e local. Dentre as sugestões da CODEPE, constava a criação de um porto marítimo e um parque industrial que não apenas complementasse o porto do Recife e suas indústrias, mas que o suplantasse, tendo em vista as necessidades de implementação de obras de infraestrutura, logística e setores estratégicos da indústria de base e transformação. Todas essas ideias representam a base daquilo que viria a tornar-se o Complexo Industrial Portuário de Suape (LEBRET, 1955).

[62] A expressão "subdesenvolvimentismo" surgiu na década de 1950, no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e diz respeito à tese de que o subdesenvolvimento era eminentemente o resultado de disputas políticas no âmbito da divisão internacional do trabalho, onde o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos apresenta-se como um subproduto das economias desenvolvidas, haja vista, principalmente, a ideologia da 'vocação agrícola' dos países subdesenvolvidos, que eram 'forçados' pela conjuntura da economia política internacional a fornecer importantes insumos a baixo custo (matérias-primas e recursos naturais) para os países desenvolvidos e em contrapartida, as elites econômicas desses países subdesenvolvidos, ao se converterem em consumidores de produtos tecnológicos de alto valor agregado produzidos pelos países desenvolvidos, gerava desequilíbrios permanentes na balança comercial, retroalimentando, assim, o subdesenvolvimento numa espécie de círculo vicioso (FURTADO, 2009; CARDOSO & FALETTO, 2004).

De acordo com Garcia (2011), do período que vai da instalação do Estado Novo[63], em 1937, até 1959, foi considerado particularmente desastroso para a economia pernambucana. Neste período, o Estado estava mergulhado em uma profunda crise econômica, cujo açúcar, ainda o principal e quase exclusivo produto de exportação do Estado, passava por uma acentuada queda em seu preço no mercado internacional, dentro outros fatores, devido à política de subsídios dos países europeus para a compra do açúcar fabricado a partir da beterraba, o que tornava a compra do açúcar brasileiro inviável no mercado europeu. Esta crise motivou que diversos economistas e planejadores políticos buscassem formular alternativas para o desenvolvimento econômico da região, acreditando-se ser ainda possível salvar a indústria canavieira local por meio de programas governamentais de incentivo à produção. Aliada à desvalorização do açúcar, o Estado experimentava também a inércia e o sucateamento de sua indústria local, então baseada quase exclusivamente nos setores têxtil, alimentício e, mais incipiente ainda, no setor metalomecânico, fortemente ligado ao parque açucareiro. Foi precisamente neste contexto de crise que, pressionados pelos governadores dos Estados nordestinos, tendo à frente o então governador de Pernambuco, Cid Sampaio, o presidente Juscelino Kubistchek incumbiu o economista Celso Furtado, membro da CEPAL, para pensar as soluções para o desenvolvimento do Nordeste, iniciando, assim, a instituição que posteriormente viria a se tornar a SUDENE, sendo exatamente neste contexto que as ideias desenvolvimentistas passaram a orientar a política de desenvolvimento econômico do Nordeste e de Pernambuco em particular (GARCIA, 2011; SUDENE, 2013).

Araújo, Souza e Lima (1997) destacam que, diante do contexto de severa crise econômica e da orientação desenvolvimentista que então guiava o planejamento público, na década de 1960 passam a ser efetivadas políticas de industrialização na região Nordeste que, mais uma vez mediante o apoio governamental, baseado na política de substituição de importações, visava tanto a modernização como a diversificação do restrito parque industrial então existente. Essa mudança de política de desenvolvimento regional, por meio da qual a economia da região deixava de basear-se quase que exclusivamente no setor primário-exportador em favor da industrialização,

[63] De acordo com Garcia (2011), o Estado Novo foi o período em que o presidente Getúlio Vargas, a despeito de ter perdido as eleições presidenciais ocorridas em 1936, interrompeu o processo de sucessão presidencial, estendendo, assim, o período de ditatura instalada por Getúlio Vargas.

permitiu um relativo longo período de crescimento econômico da região, duradouro até a década de 1980, quando a economia brasileira desacelerou fortemente, fazendo com que o mercado interno diminuísse sua demanda por produtos industrializados, ao mesmo tempo em que o Estado perdia a sua capacidade de investimento e condução da política de industrialização.

Segundo os autores, a duradoura crise econômica por qual passava o Brasil, tendo se estendido até a década de 1990, não obstante a implantação de alguns polos esparsos de industrialização no Nordeste, como o complexo petroquímico de Camaçari, na Bahia, e o parque siderúrgico no Maranhão, impactou sobremaneira na economia nordestina, gerando um empobrecimento generalizado, o sucateamento do parque industrial, o aumento do desemprego e à erosão das finanças públicas locais, fazendo aumentar, por isso mesmo, a desigualdade entre as regiões Nordeste e Sudeste (ARAÚJO, SOUZA E LIMA, 1997).

Lima, Sicsú e Padilha (2007), ao fazerem um diagnóstico a respeito da diversificação da economia pernambucana a partir, sobretudo, da década de 1990, destacam que o século XX foi marcado, em Pernambuco, por um período de letargia e estagnação econômica, tendo começado a se recuperar, ainda na década de 1990, beneficiado pelas políticas de industrialização e da implantação de projetos estruturadores. Nesse sentido, além das tradicionais atividades agropecuárias, que se fortalecem devido aos investimentos realizados na infraestrutura e na logística no Estado, crescem também os setores secundários e terciários, com destaque para, dentre outros setores, a consolidação de um polo de desenvolvimento de *softwares*, o chamado Porto Digital, localizado na cidade do Recife; o polo médico, que agrega uma estrutura de hospitais e demais serviços de saúde de média e alta complexidade, também localizado no Recife; a consolidação de um polo farmacêutico, especialmente a fábrica de hemoderivados, a Hemobrás, localizada no município de Goiana, na Zona da Mata Norte do Estado; e, principalmente, o polo industrial de Suape, localizado nos municípios Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, que atualmente agrega o maior conjunto de indústrias e empresas de grande e médio porte da região Nordeste, incluindo uma refinaria de petróleo, o polo de poliéster, estaleiros, dentre outros ramos de indústrias e serviços, muito embora os próprios autores destaquem a permanência de

graves desigualdades sociais persistentes no interior de uma economia que se desenvolve e se diversifica[64].

No bojo das discussões sobre a concepção de projetos desenvolvimentistas no Nordeste e no Estado de Pernambuco em particular, originou-se o Complexo Portuário Industrial de Suape (CIPS), concebido desde então como um dos principais projetos estruturadores da região. Em consonância com as diretrizes teóricas desenvolvimentistas, que previam a implantação de parques industriais regionais que, a um só tempo, favoreceriam a política de substituição das importações, fortaleceriam o mercado de trabalho e o mercado consumidor interno bem como reduziriam as desigualdades regionais (CARDOSO & FALLETO, 2004), o projeto de concepção do CIPS teve como base o estudo coordenado pela CODEPE, tendo à frente o Padre Lebret, publicado no ano de 1955, cujo objetivo era a análise das potencialidades e necessidades do Estado de Pernambuco para a atração de indústrias, de modo a atrair dividendos econômicos e sociais para o estado e sua população, reduzindo, assim, o atraso e as desigualdades regionais.

De acordo com Garcia (2011), outro fator determinante para a implementação do CIPS foi a atuação do empresário Ayres Cardoso e do químico Romeu Botto que, no ano de 1967, após realizarem viagem pela Europa para visitação técnica das instalações de uma fábrica da empresa alemã Bayer, na Antuérpia, cuja característica principal era a de localizar-se junto ao porto marítimo, o que barateava o processo logístico de escoamento e distribuição dos produtos ali fabricados, ao retornarem a Pernambuco, passaram a incentivar a construção de uma indústria na área do ancoradouro de Suape. A ideia de implantação de um parque industrial aos moldes do modelo europeu passou a ser discutida, além de setores empresariais e governamentais em Pernambuco, também no Maranhão e no Ceará, vindo a ser executada em 1974, com a colocação da pedra fundamental da construção do porto de Suape, localizado no Cabo de Santo Agostinho,

[64] Além do intenso processo de industrialização ocorrido na economia pernambucana na década de 1990, é preciso ressaltar, também, o papel desempenhado pelo setor de turismo e hotelaria na economia da região que, aliás, representou uma importante saída para a profunda crise socioeconômica a qual passavam os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Curioso notar que os investimentos em hotelaria nessas regiões, como de resto em outros municípios de Pernambuco, foram realizados, também, por proprietários de importantes usinas de açúcar da região. Obviamente, o desenvolvimento econômico gerado pela indústria do turismo não foi suficiente para estancar a crise econômica do Estado, nem mesmo dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca que, não obstante empregar parte importante da mão-de-obra local, ainda conta com número expressivo de trabalhadores, inclusive temporários, principalmente na área rural, na indústria agrocanavieira.

cujo local foi escolhido principalmente em razão de condições físicas e geográficas do lugar, mais favoráveis que as condições, por exemplo, do porto do Recife (GARCIA, 2011; SUAPE, 2013).

Após aproximadamente treze anos de planejamento e de negociações políticas que permitiriam a conclusão de sua construção, o novo porto passou a ser administrado pela empresa *SUAPE – Complexo Industrial Portuário*, criada em 1978, com a finalidade de administrar a implantação do distrito industrial, o desenvolvimento das obras e a exploração das atividades portuárias. A partir do ano 1983, o porto começa efetivamente a operar, primeiramente por meio da movimentação de álcool, comprado principalmente das usinas da região de Pernambuco e Alagoas, fabricado pela Empresa brasileira de Petróleo (Petrobrás) e estocado nos armazéns da empresa, o que representou o início do funcionamento do empreendimento porto-indústria local. No ano 2012, o CIPS recebeu o nome de Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, em homenagem ao governador de Pernambuco Eraldo Gueiros, que durante o seu governo (1971-1975) foram iniciadas as obras de construção do complexo.

Atualmente, o complexo possui uma área de aproximadamente 13.500 hectares, distribuída nos territórios dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, (61% e 39% de sua área, respectivamente), sendo formado por um porto marítimo que atualmente possui 5 terminais de contêineres (TECON), entre terminais públicos e também aqueles operados por empresas privadas, utilizados para a movimentação de embarque e desembarque de mercadorias. Conta também com três terminais de carga externos e um píer petroleiro com dois terminais de atracação em construção, totalizando uma área de aproximadamente 1 km de cais com capacidade para movimentação de 600 mil contêineres/ano, entre produtos sólidos e líquidos. Além do porto marítimo, o complexo é formado, também, por um grande parque industrial adjacente, formado atualmente por mais de 100 indústrias e empresas de grande e médio porte, incluindo estaleiros para a construção de navios, refinaria petroquímica, indústrias de base, entre outras, além de uma grande malha viária imprescindível às operações de logística do complexo. Atualmente, o complexo emprega aproximadamente 15 mil pessoas, entre efetivos e temporários. Além deste efetivo, a implantação de grandes empreendimentos no local e a expansão imobiliária dela

decorrente emprega atualmente mais de 100 mil trabalhadores diretos apenas no setor da construção civil (SUAPE, 2013; CAVALCANTI, 2012; CONDEPE/FIDEM, 2011).

Desde a implantação do CIPS, mas especialmente a partir do ano 2007, com o processo ainda corrente de expansão das atividades do Complexo, os municípios que compõem o TES, especialmente aqueles diretamente impactados pelos CIPS, como é o caso de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, experimentam grandes transformações em suas estruturas econômicas, demográficas, sociais e culturais, sendo relevante, pois, analisar as múltiplas consequências do desenvolvimento econômico acarretado pelo CIPS que, não necessariamente impacta de forma positiva na região, mas pode promover, de forma diversa, a produção e a reprodução de desigualdades, sendo necessário, portanto, questionar se o volume e os tipos de investimentos aportados na região têm sido suficientes para promover um desenvolvimento equitativo nestes territórios e de seus habitantes.

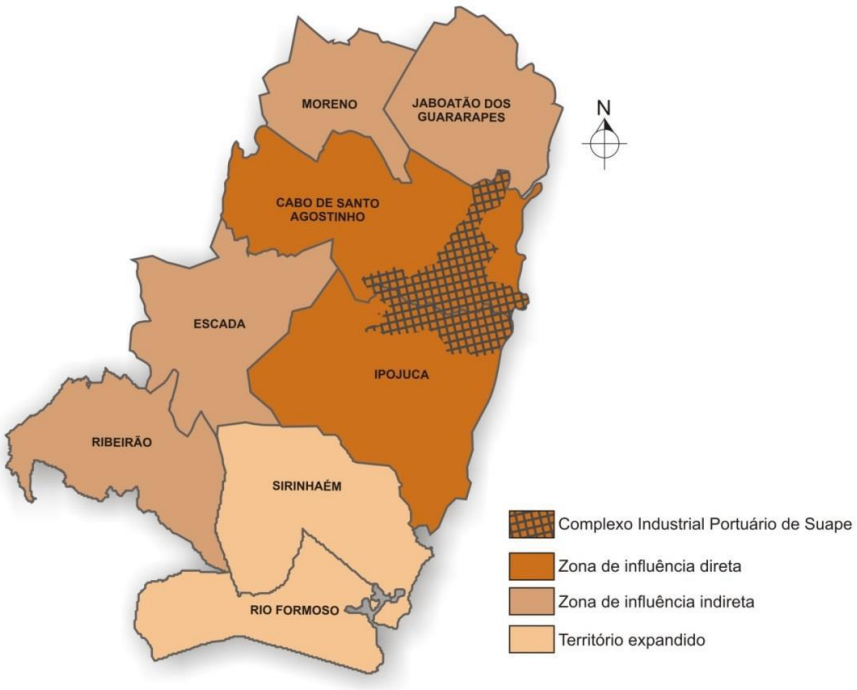
**Figura 3.1.: Localização do Território Estratégico de Suape (TES)**

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM, 2008.

## 3.2 EVOLUÇÃO RECENTE DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS

Os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca possuem extensão territorial de aproximadamente 448 km² e 527 km² e, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, população de 185.085 e 80.637 pessoas, que residem em 53.825 e 22.177 domicílios, fazendo com que a densidade populacional destes territórios seja de 413 hab./km² e 153 hab./km² e densidade habitacional de aproximadamente 3,43 e 3,63 habitantes por domicílio, respectivamente. A densidade populacional destes municípios torna-se alta também devido à presença de áreas de preservação ambiental, de extensas porções de terra destinadas ao plantio de cana-de-açúcar e também a uma extensa área não residencial pertencente ao CIPS, na qual se localizam o porto de Suape, as indústrias, os parques logísticos e todos os setores administrativos do complexo, conforme apresentado na Figura 3.2.

**Figura 3.2.: Mapa da localização do CIPS na Região Metropolitana do Recife**




Fonte: Secretaria Estadual de Planejamento/Agência CONDEPE/FIDEM.

O crescimento dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, tanto do ponto de vista populacional como principalmente econômico, vem ocorrendo de maneira acelerada desde a implantação do CIPS, na década de 1980, mas, sobretudo, a partir do ano 2007, especialmente em razão do processo de expansão do CIPS e de sua capacidade de atrair empresas para a região.

No que diz respeito ao crescimento econômico, dados do IBGE revelam que, no período de doze anos (1999-2011), o PIB do município de Cabo de Santo Agostinho mais que quintuplicou, passando de quase um bilhão de reais para mais de cinco bilhões de reais, ao passo que o PIB de Ipojuca, no mesmo intervalo de tempo, passou de pouco mais de um bilhão de reais para pouco mais de nove bilhões de reais, fazendo com que o crescimento ao ano do PIB destes municípios tenha sido de 4,58% e 8,09%, respectivamente, sendo bastante superior, portanto, ao crescimento registrado, no mesmo período, no Brasil (2,88%), na região Nordeste (3,18%) e no Estado de Pernambuco (3,19%), conforme indicado na Tabela 3.1.

**Tabela 3.1.: Brasil, Nordeste, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Evolução da participação no Produto Interno Produto (PIB) a preços correntes e taxa de crescimento anual – 1999 e 2011**

| UNIDADE TERRITRIAL | 1999 | | 2011 | | Taxa de crescimento acumulada (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Absoluto (R$) | Participação (%) | Absoluto (R$) | Participação (%) | |
| Brasil | 1.064.999.712.000 | 100 | 4.143.013.337.000 | 100 | 2,88 |
| Nordeste | 132.577.118.000 | 12,44 | 555.325.328.000 | 13,4 | 3,18 |
| Pernambuco | 24.878.854.000 | 2,33 | 104.393.980.000 | 2,51 | 3,19 |
| Cabo de Santo Agostinho | 967.619.000 | 0,09 | 5.401.388.000 | 0,13 | 4,58 |
| Ipojuca | 1.051.568.000 | 0,09 | 9.560.448.000 | 0,23 | 8,09 |

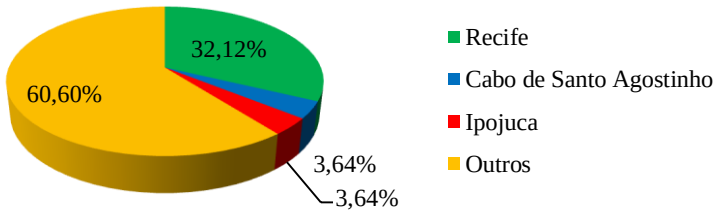
Fonte: Banco Sidra, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Contas públicas dos municípios brasileiros. Tabulação própria.

O aumento expressivo do PIB de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca reflete na participação do PIB destes municípios na composição do PIB do Estado de Pernambuco. Dados do IBGE revelam que, embora ambos tenham aumentado suas participações no PIB estadual, o município de Ipojuca mais que dobrou sua participação na composição do PIB pernambucano, saltando de 3,64% no ano de 1999 (a mesma proporção apresentada pelo Cabo de Santo Agostinho no período) para 9,2% no ano de 2011, ao passo que o Cabo de Santo Agostinho aumentou sua participação no PIB pernambucano para 5,2% no mesmo período. Apesar do acréscimo da participação dos municípios no PIB pernambucano, constata-se que a capital do Estado, Recife, continua

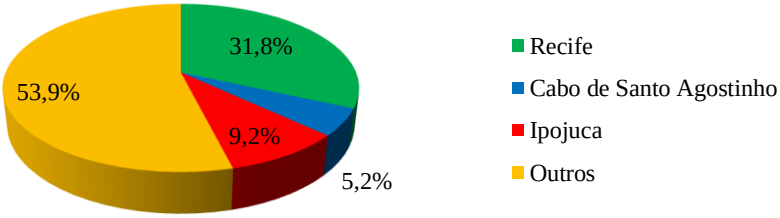
a apresentar maior relevância econômica do Estado, respondendo por 31,8% do PIB estadual, conforme apresentado nos Gráficos 3.1. e 3.2.

**Gráfico 3.1.: Recife, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Participação dos municípios na composição do PIB do Estado de Pernambuco - 1999**




Fonte: Banco Sidra, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Contas públicas dos municípios brasileiros. Tabulação própria.

**Gráfico 3.2.: Recife, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Participação dos municípios na composição do PIB do Estado de Pernambuco - 2011**




Fonte: Banco Sidra, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Contas públicas dos municípios brasileiros. Tabulação própria.

O acentuado crescimento econômico da região gerou a abertura de diversos postos de trabalho locais, ocasionando o crescimento populacional dos municípios que fazem parte do Território Estratégico de Suape (TES). No caso dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, a análise longitudinal dos dados dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010 revela a dinâmica de crescimento populacional destes municípios, que, no intervalo de quase vinte anos, registraram crescimento superior àquele registrado pelo Estado de Pernambuco. Interessante notar que tanto o Estado de Pernambuco quanto os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca registraram crescimento populacional no período que vai desde o ano de 1991 até 2010. Entretanto, enquanto o crescimento populacional de Pernambuco e de Cabo de

Santo Agostinho foi maior entre os anos de 1991 e 2000 (da ordem de 1,18% e 2,09%, respectivamente), o município de Ipojuca apresentou maior taxa de crescimento populacional entre os anos de 2000 e 2010 (3,12%), conforme indicado na Tabela 3.2.

**Tabela 3.2.: Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Taxa de crescimento populacional geométrica – 1991, 2000 e 2010**

| UNIDADE TERRITORIAL | População | | Taxa de crescimento ao ano (%) | População | | Taxa de crescimento ao ano (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1991 | 2000 | | 2000 | 2010 | |
| PERNAMBUCO | 7.127.855 | 7.918.344 | 1,18 | 7.918.344 | 8.796.448 | 1,02 |
| Cabo de Santo Agostinho | 127.036 | 152.977 | 2,09 | 152.977 | 185.025 | 1,92 |
| Ipojuca | 45.424 | 59.281 | 3,00 | 59.281 | 80.637 | 3,12 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra dos Censos Demográficos de 1999, 2000 e 2010. Tabulação própria.

Ainda com relação ao crescimento populacional registrado nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, é importante fazer duas ressalvas de ordem metodológica. Em primeiro lugar, os dados do Censo Demográfico do IBGE, para além da defasagem natural de quatro anos que separa o período da coleta dos dados e os dias atuais, a própria metodologia de contagem populacional do IBGE somente registra a população residente em *domicílios particulares permanentes*, não sendo incluídos na contagem do Censo Demográfico importante segmento populacional *flutuante*, isto é, composto por pessoas que residem temporariamente na região, mas que, para efeitos censitários, respondem na qualidade de residentes de seus municípios de origem, nos quais mantêm residência fixa.

Sendo uma das principais características do TES a sua capacidade de atrair contingentes de trabalhadores temporários, que, em grande parte, tem sido absorvida majoritariamente pelo setor da construção civil, que os emprega nas obras de implantação dos empreendimentos industriais localizados na região, parte substancial das pessoas que atualmente está estabelecida nestes municípios é composta justamente por trabalhadores temporários, popularmente conhecidos como "trecheiros"[65], residindo

[65] Trecheiros é uma expressão utilizada pelos próprios trabalhadores para designar aqueles que são contratados para a execução de atividades relativas a uma etapa específica do projeto em execução. Assim, no jargão popular, diz-se que este trabalhador executa um "trecho", isto é, uma parte da obra, num determinado período de tempo, em acordo pré-estabelecido com seu(s) contratante(s), que são normalmente empresas vinculadas à construção civil. Findo o prazo de suas atividades/contrato, estes trabalhadores mudam-se para outras localidades, sejam municípios e até mesmo Estados, a fim de desempenharem novas atividades, comumente continuando a prestar serviços para a mesma empresa que o contratou anteriormente.

em domicílios alugados, pousadas e/ou alojamentos construídos pelas próprias empresas empregadoras. Isto faz com que, na contagem demográfica do IBGE, a população que reside no município esteja expressivamente subnotificada, sendo necessário, portanto, buscar bases de dados alternativas que indiquem de maneira mais precisa o número de habitantes dos municípios do TES. Sobre isto, o Secretário de Desenvolvimento Econômico do Cabo de Santo Agostinho, José Severino Belo, revela que, apenas neste município, residem cerca de trinta mil migrantes, o que faz com que a população que reside na cidade, busca empregos, utiliza os serviços públicos e movimenta a economia local, na realidade, é muito superior àquela captada pelo Censo Demográfico (JORNAL DO COMMÉRCIO, 2014).

Em segundo lugar, é importante considerar a existência de uma espécie de lógica de estratificação sócio-territorial que organiza a alocação de imóveis residenciais nos municípios do TES. De maneira geral, os migrantes que apresentam posições socioeconômicas relativamente melhores tendem a estabelecer residência em municípios como Recife e Jaboatão dos Guararapes, que apresentam melhores condições de infraestrutura e, por isso mesmo, contam com imóveis com os preços mais caros da região, tendendo a serem ocupados por aqueles trabalhadores que apresentam melhores condições financeiras. Já os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, assim como os municípios de Moreno, Ribeirão e Sirinhaém, embora também apresentem áreas de elevado valor imobiliário, contam com grandes bairros populares, vilas operárias e alojamentos, tendendo a estabelecer trabalhadores, sejam migrantes ou não, em situação econômica relativamente mais frágil. Deste modo, a atração populacional exercida pelo CIPS tende a ser diluída entre os municípios que compõem o TES, fazendo com que o crescimento populacional do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca não seja tão abrupto quanto se poderia supor.

Analisando o grupo populacional formado por pessoas que estabelecem residência fixa em domicílio particular permanente, os dados dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010 revelam a intensificação do fluxo populacional de migrantes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca no ano de 2010. De acordo com dados apresentados na Tabela 3.3., verifica-se que, no ano de 2010, a proporção de migrantes recentes, isto é, formada por pessoas que imigraram nos últimos

três anos é maior que os migrantes antigos, indicando aumento do fluxo populacional que se estabelece nos municípios em função das atividades econômicas locais.

**Tabela 3.3.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Percentual de imigrantes segundo o tempo de residência[66] –1991, 2000 e 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | | | | | | Ipojuca | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ANO | Migrante recente | % | Migrante antigo | % | População estabelecida | % | Migrante recente | % | Migrante antigo | % | População estabelecida | % |
| **1991** | 8.330 | 7 | 9.481 | 8 | 109.226 | 86,6 | 3.194 | 7 | 2.442 | 5 | 39.787 | 87,6 |
| **2000** | 10.637 | 7 | 8.973 | 6 | 133.366 | 87,2 | 4.710 | 7,9 | 3.620 | 6,1 | 50.950 | 85,9 |
| **2010** | 16.159 | 8,7 | 11.542 | 6,2 | 157.324 | 85 | 8.164 | 10,1 | 6.808 | 8,4 | 65.664 | 81,4 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Tabulação própria.

Apesar do cenário recente de quase estagnação da economia brasileira, motivado, entre outros fatores, por severa crise internacional, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca têm revelado grande capacidade de geração de empregos e absorção de parte considerável de mão-de-obra. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE), entre os anos de 2007 e 2013, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca têm registrado saldo positivo de admissões, isto é, foram realizadas mais contratações de trabalhadores que demissões, fazendo com que, no acumulado de sete anos, Cabo de Santo Agostinho tenha apresentado saldo positivo de 9.069 admissões e Ipojuca saldo de 37.485 admissões, conforme apresentado na Tabela 3.4.

[66] No presente estudo, a tipologia dos migrantes, segundo o tempo de residência, foi construída com base nos seguintes critérios: migrante recente – reside no município, de forma ininterrupta, há, no máximo, três anos; migrante antigo – reside no município, de forma ininterrupta, entre mais de três anos e até dez anos; população estabelecida – reside no município, de forma ininterrupta, há mais de dez anos. A argumentação teórica para a adoção das faixas temporais é discutida no apêndice A do presente estudo.

**Tabela 3.4.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Admissões e demissões em números absolutos – 2007 a 2013**

| ANO | Cabo de Santo Agostinho | | | Ipojuca | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Admissões | Demissões | Saldo | Admissões | Demissões | Saldo |
| 2007 | 8.328 | 8.050 | 278 | 9.513 | 7.074 | 2.439 |
| 2008 | 11.697 | 9.104 | 2.593 | 13.068 | 10.206 | 2.862 |
| 2009 | 11.931 | 12.486 | -555 | 18.895 | 14.103 | 4.792 |
| 2010 | 16.250 | 12.982 | 3.268 | 37.453 | 21.611 | 15.842 |
| 2011 | 18.903 | 17.084 | 1.819 | 46.212 | 38.221 | 7.991 |
| 2012 | 19.284 | 17.689 | 1.595 | 46.619 | 42.911 | 3.708 |
| 2013 | 19.661 | 19.590 | 71 | 45.577 | 45.726 | -149 |
| **Total** | **106.054** | **96.985** | **9.069** | **217.337** | **179.852** | **37.485** |

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Base de dados: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

No período que vai do ano de 2007 até o ano de 2013, a maioria expressiva das oportunidades de emprego geradas no município de Cabo de Santo Agostinho ocorreu nos setores de serviços e construção civil, tendo respondido por 24,2% e 24,7% das admissões, respectivamente, enquanto no município de Ipojuca, justamente onde estão localizadas as principais indústrias do CIPS, os setores de construção civil e indústria de transformação foram responsáveis por aproximadamente 47% e 26% das admissões registradas. Por outro lado, no mesmo período, verifica-se, no município de Cabo de Santo Agostinho, a retração do setor Agropecuário, extração vegetal, caça e pesca, com saldo de 298 demissões e, em Ipojuca, a retração expressiva do setor de Comércio, registrando saldo de 3.136 demissões no período (Tabela 3.5.).

**Tabela 3.5.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Admissões e demissões, em números absolutos, por setor de ocupação –2007 a 2013**

| Setor de Ocupação | Cabo de Santo Agostinho | | | Ipojuca | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Admissões | Demissões | Saldo | Admissões | Demissões | Saldo |
| Construção Civil | 27.659 | 26.697 | 2.962 | 107.316 | 86.920 | 20.396 |
| Extrativa Mineral | 29 | 22 | 7 | 95 | 84 | 11 |
| Indústria de Transformação | 39.979 | 38.544 | 1.435 | 56.890 | 49.519 | 7.371 |
| Serviços Industriais de utilidade pública | 224 | 146 | 78 | 43 | 31 | 12 |
| Comércio | 15.773 | 14.436 | 1.337 | 10.276 | 13.412 | -3.136 |
| Serviços | 28.242 | 26.073 | 2.169 | 50.407 | 47.815 | 2.592 |
| Administração Pública | 3 | 4 | -1 | *n.d.* | *n.d.* | *n.d.* |
| Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca | 2.129 | 2.427 | -298 | 3.034 | 3.001 | 33 |
| **Total** | **114.038** | **106.349** | **7.689** | **228.061** | **200.782** | **27.279** |

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Emprego e Desemprego.

Apesar dos resultados positivos de admissões, é preciso considerar que nem todos os postos de trabalho gerados em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca são ocupados por residentes destes domicílios. Na realidade, conforme já foi destacado anteriormente, uma das características do CIPS é justamente atrair grande contingente de trabalhadores trecheiros e pendulares, oriundos de outros municípios de Pernambuco, especialmente daqueles municípios do TES que são melhores estruturados nos quais residem pessoas de maiores qualificações educacionais e profissionais, tais como Recife e Jaboatão dos Guararapes.

De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, apresentados na Tabela 3.6., os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, de fato, apresentaram redução de suas taxas de desocupação, passando de 28,73% e 25,67% para 17,27% e 14,91%, respectivamente. Contudo, estes números são bastante superiores àqueles verificados, por exemplo, no Brasil, que, entre os anos de 2000 e 2010, reduziu sua taxa de desocupação de 15,39% para 7,98%, e, Pernambuco, que apresentou redução de sua taxa de desocupação de 18,43% para 11,43%, no mesmo período. Com isto, constata-se que, apesar do expressivo dinamismo do CIPS e da redução considerável da taxa de desocupação destes municípios, o mercado de trabalho não tem conseguido absorver de forma satisfatória o contingente de trabalhadores dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca[67].

A combinação de altos índices de imigração (Tabela 3.3.), forte geração de postos de trabalho (3.4.) e altas taxas de desocupação (Tabela 3.6.) aponta que os postos de trabalho gerados nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca não têm sido ocupados de maneira satisfatória pela população local, sendo necessária a contratação de mão-de-obra imigrante. Uma hipótese que pode explicar este fato diz respeito ao perfil da população local, que, em grande medida, não apresenta as qualificações profissionais necessárias para o desempenho das atividades profissionais geradas no processo de expansão do CIPS, motivando altas taxas de imigração e pendularidade.

[67] Em razão de os dados do Censo Demográfico de 2010 apresentarem defasagem natural de 4 anos em relação aos dias atuais, é bastante provável que haja alteração nas taxas de ocupação dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

**Tabela 3.6.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Taxas de atividade e desocupação da população de 10 anos e mais – 1991, 2000 e 2010**

| UNIDADE TERRITORIAL | Taxa de Atividade (%) | | Taxa de desocupação (%) | |
|---|---|---|---|---|
| | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 |
| Brasil | 56,57 | 57,93 | 15,39 | 7,98 |
| Pernambuco | 51,22 | 52,12 | 18,43 | 11,43 |
| Cabo de Santo Agostinho | 48,97 | 52,47 | 28,73 | 17,27 |
| Ipojuca | 45,47 | 50,68 | 25,67 | 14,91 |

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Base de dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Para além da expressiva redução da taxa de desocupação e do aumento da formalização do emprego nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, ambos os municípios têm registrado, também, expressiva elevação da renda *per capita* de sua população. Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentaram crescimento acumulado na média de rendimento *per capita* de sua população da ordem de 1,38% e 1,92%, respectivamente, ao passo que o Brasil e o Estado de Pernambuco apresentaram taxa de crescimento de 0,77% e 0,91%, respectivamente, conforme apresentado na Tabela 3.7.

**Tabela 3.7.: Brasil, Pernambuco, Recife, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Média de rendimento *per capita* (valores em Reais) – 1991, 2000 e 2010**

| UNIDADE TERRITORIAL | 1991 | 2000 | 2010 | Crescimento acumulado (%) |
|---|---|---|---|---|
| Brasil | 447,56 | 592,46 | 793,87 | 0,77 |
| Pernambuco | 275,49 | 367,31 | 525,64 | 0,91 |
| Cabo de Santo Agostinho | 196,33 | 210,17 | 467,07 | 1,38 |
| Ipojuca | 123,97 | 206,67 | 362,68 | 1,92 |

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Base de dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Tabulação própria.

De forma adicional, dados dos Censos Demográficos do IBGE revelam que o recente dinamismo econômico na região do TES impactou positivamente, também, no grau de formalização das atividades laborais na região. No município de Cabo de Santo Agostinho, no ano 2000, 62,6% os trabalhadores tinham carteira de trabalho assinada ou eram contratados pelo regime jurídico de funcionários públicos e militares, ao passo que no ano 2010 o contingente de trabalhadores formais foi de 76,7%. De forma semelhante,

no município de Ipojuca, no ano 2000, 64,5% dos trabalhadores eram formalizados, enquanto no ano 2010 esse número passou para 70,3%.

Apesar dos indicadores positivos da economia registrados nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, um importante fator que costuma ser apontado como entrave para a ampliação do contingente de trabalhadores absorvidos no mercado de trabalho e no aumento dos rendimentos desses trabalhadores é a baixa qualificação educacional e profissional, fazendo com que as empresas estabelecidas na região busquem trabalhadores em outros lugares, inclusive fora do Brasil.

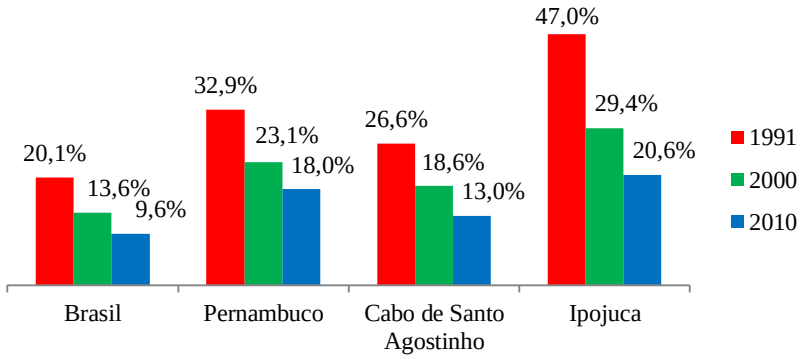
A população dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca é composta majoritariamente por jovens e adultos, ou seja, justamente pelo grupo de pessoas que constituem a População em Idade Ativa (pessoas de 10 anos e mais) e que necessita, por isso mesmo, de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, do total de residentes no Cabo de Santo Agostinho, quase 60% têm entre 15 e 64 anos de idade, 1/4 da população tem até 14 anos de idade e apenas 5% têm mais de 64 anos de idade. De forma semelhante, no município de Ipojuca, pouco mais de 61% da população têm entre 15 e 64 anos de idade, pouco menos de 30% têm até 14 anos de idade e 4% têm mais de 64 anos de idade. Diante de tais características demográficas, é urgente, pois, que haja políticas públicas capazes de qualificar educacional e profissionalmente esta população para que se insiram e se mantenham no mercado de trabalho.

Apesar da necessidade urgente por políticas de qualificação educacional e profissional, dados do IBGE revelam o cenário de fragilidade educacional da região. Esse é o caso, por exemplo, das taxas de analfabetismo dos municípios de Cabo de Santo Agostinho (13%) e Ipojuca (20,6%), que, apesar de apresentarem tendência de queda, ainda são mais elevadas que aquelas registradas no Brasil (9,6%) e em Pernambuco (18%), conforme demonstrado no Gráfico 3.3.[68].

[68] Não obstante as elevadas taxas de analfabetismo registradas, é importante ressaltar que, no Brasil, os casos de pessoas analfabetas concentram-se predominantemente nos grupos populacionais de maior idade, refletindo, portanto, mais o passado de descaso com a educação, especialmente de tipo pública, no país, do que exatamente o quadro atual de qualificação educacional. Tomando como base os dados do Censo Demográfico 2010, decompondo-se o percentual da população analfabeta residente nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca pelas faixas etárias verifica-se que, 47% e 62% e dos idosos com 65 anos de idade e mais declararam não saber ler ou escrever, respectivamente, ao passo que apenas 3,4% e 7,2% dos jovens de 15 a 29 anos declararam não saber ler ou escrever (IBGE, 2010).

**Gráfico 3.3.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Redução da Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais - 1991, 2000 e 2010**




Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
Base de dados: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Tabulação própria.

De forma complementar, de acordo com dados do Censo Demográfico 2010, dentre os habitantes fora da idade escolar (com 18 anos ou mais de idade) dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, 48,4% e 59,3% não tinham instrução ou não haviam completado o ensino fundamental, ao passo que apenas 3,2% e 2,6% da população destes municípios tinham o ensino superior completo. Estes números contrastam com aqueles registrados no Brasil e no Estado de Pernambuco, conforme indicado na Tabela 3.8.

**Tabela 3.8.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Nível de instrução da população residente – 2010**

| UNIDADE TERRITORIAL | Sem instrução/fundamental incompleto | | Fundamental completo/médio incompleto | | Médio completo/superior incompleto | | Superior completo | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Brasil | 60.615.649 | 45,1 | 22.352.064 | 16,6 | 37.492.387 | 27,9 | 13.458.682 | 10 |
| Pernambuco | 3.335.291 | 54 | 877.940 | 14,2 | 1.522.471 | 24,6 | 418.723 | 6,8 |
| Cabo de Santo Agostinho | 62.186 | 48,4 | 19.807 | 15,4 | 41.592 | 32,4 | 4.149 | 3,2 |
| Ipojuca | 30.781 | 59,3 | 8.261 | 15,9 | 11.249 | 21,7 | 1.325 | 2,6 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

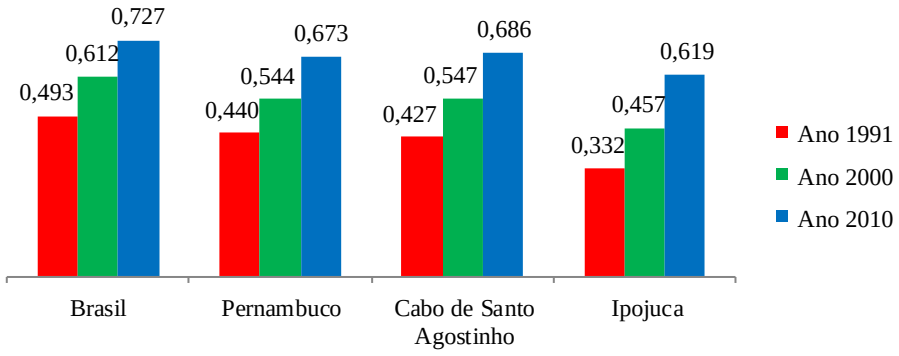
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

De maneira geral, é possível afirmar que os indicadores socioeconômicos da região têm apresentado algumas melhoras significativas e, sem dúvida, isto guarda relação com o dinamismo econômico recente acarretado pelo CIPS, que, dentre outros fatores, aumenta a capacidade de investimentos públicos em níveis estadual e municipal, eleva o número de postos de trabalho gerados, sejam estes formais ou

informais, aumenta os rendimentos da população e incentiva a qualificação educacional e profissional local, embora estes incentivos ainda estejam aquém do necessário. As melhoras em muitos destes aspectos socioeconômicos podem ser analisadas com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e suas dimensões Renda (IDH-R), Educação (IDH-E) e Longevidade (IDH-L)[69].

De acordo com dados do IDH-M, apresentados no Gráfico 3.4., os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca vêm apresentando melhoras consideráveis no período que vai de 1991 até 2010, de modo que o IDH-M/2010 do município de Cabo de Santo Agostinho (0,686) ultrapassou o IDH/2010 de Pernambuco, e o IDH-M/2010 de Ipojuca (0,619), embora continue a ser menor do que os valores registrados no Brasil e em Pernambuco.

**Gráfico 3.4.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - 1991, 2000 e 2010**



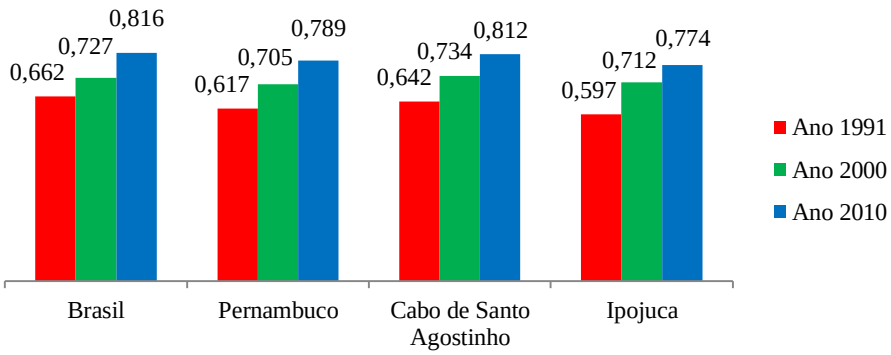

Fonte: Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
Base de dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Tabulação própria.

Analisando-se as dimensões constitutivas do IDH, verifica-se que, no ano de 2010, a dimensão Longevidade (IDH-L) é a que apresenta os maiores escores nos quatro territórios aqui analisados, isto é, Brasil (0,816), Pernambuco (0,789), Cabo de Santo Agostinho (0,812) e Ipojuca (0,774). Com isto, é possível afirmar que a expectativa de

[69] O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é uma medida sintética produzida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), formado pelas dimensões *renda* (IDH-R), *educação* (IDH-E) e *longevidade* (IDH-L). O IDH-M é obtido a partir de uma média geométrica entre as três dimensões, sendo utilizados pesos iguais para eles. O IDH-R é obtido a partir do indicador *renda per capita* da população. O IDH-L é obtido a partir dos indicadores frequência de crianças na escola e escolaridade da população adulta. Por fim, o IDH-L é calculado a partir do indicador *Esperança de vida ao nascer*. Os valores obtidos são distribuídos em escala que vai de 0 (zero) a 1 (um), onde quanto mais próximo de 1 melhor é o desenvolvimento do território analisado.

vida dessas regiões, obtidas por meio de investimentos em saúde, é responsável pela elevação do IDH-M nestes territórios. Os dados podem ser observados no Gráfico 3.5.

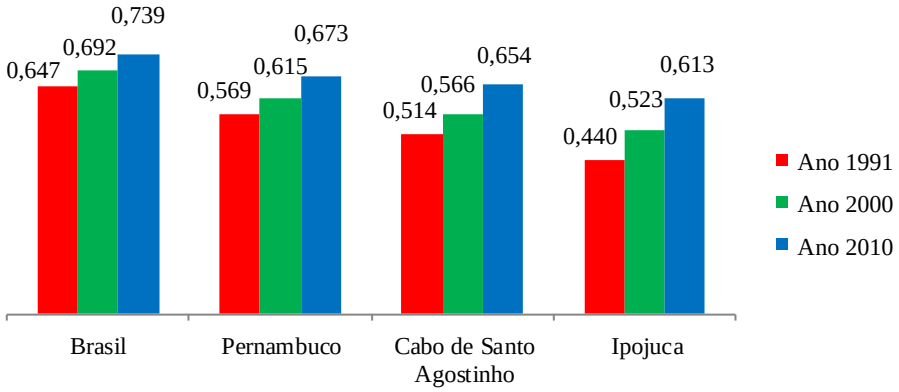
**Gráfico 3.5.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Evolução do Indicador Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-L) - 1991, 2000 e 2010**




Fonte: Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
Base de dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Tabulação própria.

Embora em menor proporção, a dimensão renda (IDH-R) também é responsável pelos resultados relativamente favoráveis apresentados pelo IDH-M nos quatro territórios analisados. Com relação ao IDH-R/2010, o Brasil (0,739) apresenta o melhor resultado, sendo seguido pelo Estado de Pernambuco (0,673) e pelos municípios de Cabo de Santo Agostinho (0,654) e Ipojuca (0,613), respectivamente. Importante notar que, fazendo uma comparação entre o desenvolvimento humano do Estado de Pernambuco e do município de Cabo de Santo Agostinho, dentre as três dimensões constitutivas do IDH-M, a dimensão renda é a única do Cabo de Santo Agostinho cujo valor é menor que aquele apresentado por Pernambuco, indicando que, não obstante o expressivo desenvolvimento econômico da região, os melhores salários não são retidos no município, isto é, não necessariamente fica com a população residente no município. Os dados são apresentados no Gráfico 3.6.

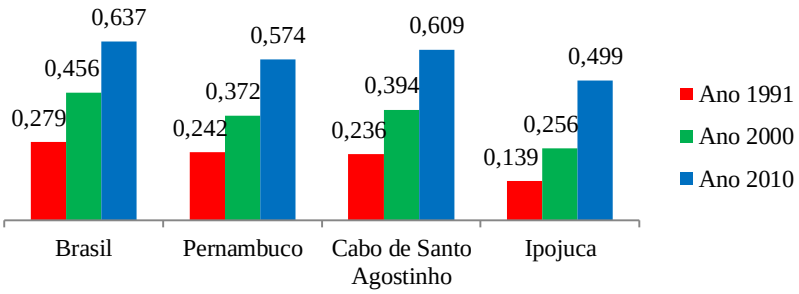
**Gráfico 3.6.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Evolução do Indicador Renda do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-R) - 1991, 2000 e 2010**




Fonte: Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
Base de dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Tabulação própria.

Por fim, dentre as três dimensões constitutivas do IDH-M, a educação é a que apresenta os resultados menos satisfatórios nos quatro territórios analisados, refletindo a insuficiência de investimentos realizados na educação, especialmente nas instituições de tipo público. De forma semelhante às demais dimensões, conforme pode ser verificado no Gráfico 3.7., também no IDH-E o município de Ipojuca apresentou o menor desempenho entre os quatro territórios analisados e, não obstante ter dobrado o seu valor no intervalo de dez anos, passando de 0,256 no ano 2000 para 0,499 no ano 2010, ainda está bastante aquém do IDH-M/2010 registrado pelo Estado de Pernambuco (0,574), que, por si só, já é considerado baixo. Estes indicadores, ao demonstrarem o quadro geral de desenvolvimento humano nos territórios, levam a refletir sobre a destinação dos recursos econômicos que são gerados nestes territórios, haja vista o município de Ipojuca, que, no ano de 2013, apresentou o terceiro maior PIB entre os municípios pernambucanos, e de forma contraditória apresenta baixos níveis de desenvolvimento humano, inclusive educacional.

**Gráfico 3.7.: Brasil, Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Evolução do Indicador Educação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-E) - 1991, 2000 e 2010**




Fonte: Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
Base de dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Tabulação própria.

Para além dos impactos econômicos, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca também experimentam mudanças na oferta de serviços públicos domiciliares, tais como abastecimento de energia elétrica, água encanada, esgotamento sanitário e coleta de lixo. De acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, entre os anos de 1991, 2000 e 2010 os serviços de abastecimento de energia elétrica e coleta de lixo foram praticamente universalizados nestes municípios, e a oferta de água encanada passou a atender a mais de 80% da população de Ipojuca e 95% da população de Cabo de Santo Agostinho, números bastante superiores àqueles encontrados no Estado de Pernambuco, embora seja absolutamente necessário discutir a qualidade desses serviços. Contudo, após pequeno aumento na oferta de serviço de esgotamento sanitário entre os anos de 1991 e 2000, verifica-se redução entre os anos de 2000 e 2010, indicando a incapacidade do serviço público em planejar e executar ações de saneamento no contexto de aumento da demanda por estes serviços, conforme indicado na Tabela 3.9. Todos estes resultados revelam o cenário de intensas transformações socioeconômicas e demográficas na região de Suape, sendo fundamental, pois, analisar de maneira aprofundada os impactos dessas mudanças no território e, sobretudo, em sua população.

**Tabela 3.9.: Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Percentual da população que vive em domicílios urbanos com serviços de energia elétrica, água encanada, esgoto sanitário e coleta de lixo – 1991, 2000 e 2010**

| MUNICÍPIOS | Energia elétrica (%) | | | Água encanada | | | Esgoto sanitário (%) | | | Coleta de lixo (%) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 |
| Pernambuco | 80,2 | 95,4 | 99,5 | 55,9 | 66,7 | 83,7 | 23,2 | 14,8 | 10,8 | 68,3 | 84,7 | 94,7 |
| Cabo de Santo Agostinho | 92,6 | 97,8 | 99,9 | 65,7 | 79 | 94,5 | 9 | 10,2 | 5,6 | 75,5 | 93,4 | 96,8 |
| Ipojuca | 82,9 | 96,3 | 99,4 | 35,7 | 57,5 | 81,2 | 43,3 | 23,3 | 12,2 | 66,3 | 91,9 | 97,9 |

Fonte: Programa Nacional das nações Unidas para o Desenvolvimento.
Base de dados: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.
Tabulação própria.

## 3.3 DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES NO CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS BASEADAS EM DADOS DA AMOSTRA DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010

Não obstante o crescimento econômico e a evolução consistente em determinados indicadores socioeconômicos nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, é preciso considerar que os benefícios advindos destas recentes mudanças não são distribuídos de forma homogênea entre os diversos grupos populacionais que compõem estes territórios. Na realidade, diante do grande número de empresas e demais empreendimentos que agitam o cenário econômico e laboral local, surgem, também, problemas de diversas ordens, a começar pela própria reprodução de antigas desigualdades existentes bem como a produção de outras novas, que, dentre outros efeitos, limitam o acesso de importantes parcelas da população às oportunidades de inserção no mercado de trabalho e na obtenção/elevação de rendimentos advindos do trabalho.

Como forma de analisar a incidência das desigualdades socioeconômicas entre grupos populacionais considerados como relevantes no contexto do Território Estratégico de Suape (TES), o presente estudo partiu de variáveis e dados do Censo Demográfico de 2010 para construir variáveis *proxy* das *vulnerabilidades locais* e, também, *grupos populacionais de interesse analítico*. O objetivo é justamente o de comparar a incidência de vulnerabilidades em diferentes grupos populacionais que compõem o cenário socioeconômico e demográfico dos municípios de Cabo de Santo

Agostinho e Ipojuca, como forma de compreender, ainda que de maneira não conclusiva, a dinâmica de (re)produção das desigualdades locais, mais especificamente àquelas que dizem respeito às oportunidades/dificuldades de inserção laboral e obtenção/elevação de rendimentos advindos do trabalho.

As variáveis que dizem respeito às *vulnerabilidades locais* foram adaptadas a partir de quatro variáveis oriundas do Censo Demográfico de 2010[70]. São elas: 1) *desemprego*, composta pelo grupo de pessoas que, no mês de Julho de 2010, declararam ter efetivamente tomado providências para conseguir trabalho, sem que, no entanto, tenham conseguido obtê-lo; 2) *escolaridade*, formada pelas faixas de nível de instrução (sem instrução e fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, médio completo e superior incompleto, superior completo); 3) *formalização*, composta pelo grupo de pessoas que haviam contribuído com instituto de previdência oficial em algum dos trabalhos remunerados realizados no mês de Julho de 2010; 4) *rendimento*, formada pelas faixas de rendimento, em salários mínimos, obtidos no trabalho principal, no mês de Julho de 2010 (sem rendimento até menos de um salário mínimo, de um até dois salários mínimos, mais de dois até quatro salários mínimos, e mais de quatro salários mínimos). As variáveis de vulnerabilidade são apresentadas no Quadro 3.1.

O desemprego, isto é, a busca frustrada pelo desempenho e execução de atividades laborais, tende a ser considerada como uma das experiências mais dramáticas do indivíduo nas sociedades capitalistas. Do ponto de vista material, a inserção no mercado de trabalho e a execução de atividades laborais é a maneira mais comum de obtenção de rendimentos monetários, sem os quais se torna quase impossível a sobrevivência nas modernas sociedades capitalistas, cujas relações materiais são frequentemente mediadas pelo dinheiro (CASTEL, 1998; ROCHA, 2006). Do ponto de vista simbólico, nas modernas sociedades capitalistas, o trabalho, podendo ser considerado de forma ampla como qualquer atividade laboral, remunerada ou não, tende a ser interpretado como elemento-chave da condição de cidadania e dignidade do indivíduo, sem o qual o indivíduo perde não apenas sua função produtiva, mas, de forma ampliada, perde o elemento prioritário de sua construção identitária e, junto com ele, o seu valor social (PAUGAM, 2003; DUBAR, 2005).

[70] Para todos os dados construídos a partir das variáveis do Censo Demográfico de 2010, foi estabelecido filtro para a obtenção de informações específicas a respeito da população de 18 anos e mais de idade residente nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Diante destes argumentos, torna-se fundamental não apenas conhecer a extensão do fenômeno do desemprego em um dado território, mas, sobretudo, analisar sua dinâmica, isto é, as diferentes formas pelas quais ele incide no território a fim de verificar os fatores que a ele estão relacionados, buscando, assim, minimiza-los. Neste exercício analítico torna-se relevante, portanto, conhecer em que medida diferentes grupos populacionais estão expostos ao desemprego.

A educação, por sua vez, apresenta-se como um dos principais indicadores utilizados nas estratégias de mensuração do desenvolvimento socioeconômico de um território. Do ponto de vista macroeconômico, somente através de investimentos quantitativos e qualitativos em educação é possível que um determinado território, qualificando sua população, instrumentalize os conhecimentos produzidos transformando-os em tecnologias que irão subsidiar a produção nacional, gerando dividendos econômicos diante de sua posição na divisão internacional do trabalho. Do ponto de vista micro, devido às características do sistema de estratificação social típico das sociedades capitalistas, no qual as posições sociais são distribuídas com base no capital socioeconômico e simbólico dos indivíduos, a educação apresenta-se como importante fator de mobilidade social, permitindo aos indivíduos alcançarem melhores posições hierárquicas por meio do desempenho educacional. Por isso mesmo, a educação tende a apresentar-se como importante fator de mobilidade social, havendo correlações significativas entre a escolarização e as remunerações que as pessoas podem alcançar (CASTRO, 2008; KAZTMAN, 2011).

Com base na relevância apresentada pela escolaridade para o acesso às oportunidades no mercado de trabalho e de obtenção/elevação dos rendimentos, ela se torna um elemento crucial para a compreensão do atual contexto socioeconômico dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, sendo fundamental, pois, analisar a escolarização dos diferentes grupos populacionais presentes no território analisado, de modo a verificar a existência de possíveis associações entre a escolaridade e as oportunidades/dificuldades de inserção laboral e obtenção/elevação de rendimentos destes grupos populacionais.

Com relação à variável formalização, é importante considerar que a expressão *trabalho informal*, ou, simplesmente, *informalidade*, tende a ser utilizada com referência a todo e qualquer tipo de atividade laboral realizada pelo indivíduo

exclusivamente como forma de obtenção de recursos materiais/monetários, mas que, dadas as condições socioeconômicas e culturais sob as quais tendem a ser executadas, geralmente, ainda que não exclusivamente, é desempenhada por trabalhadores empobrecidos, cujos produtos e serviços, livre de qualquer institucionalização e padronização, é voltado para o consumo de grupos populacionais igualmente empobrecidos, embora também não exclusivamente a estes (ARAÚJO, 2007; BARBOSA, 2009).

A análise da participação das atividades laborais segundo a formalização/informalização em um dado território torna-se relevante por representar importante indicador da precariedade do mercado de trabalho local e do grau de vulnerabilidade dos trabalhadores no território. Embora exista intenso debate teórico a respeito do que a informalidade pode efetivamente representar em um dado contexto socioeconômico (CACCIAMALLI, 1994; BARBOSA, 2009; ANTUNES, 2007), uma vez que ela contribui com a possibilidade real de formação de um circuito econômico, de absorção de parcelas significativas de populações empobrecidas no mercado de trabalho e de permitir o acesso a produtos e serviços a baixos custos para parcelas significativas das populações empobrecidas, é inegável que a informalidade também apresenta face bastante perversa ao trabalhador, na medida em que o insere de forma absolutamente precária no mercado de trabalho, isto é, sem qualquer segurança de permanência estável em seu posto laboral, com rendimentos advindos do trabalho geralmente bastante baixos e com frágil valor simbólico.

Para fins de operacionalização da variável, o termo informalidade foi construído com base no Censo Demográfico de 2010, o qual utiliza a variável *contribuição com instituto de previdência oficial*, para designar os trabalhadores que não contribuíram com a previdência, sendo considerados, por isso mesmo, trabalhadores que executaram atividades laborais de maneira informal, deixando de recolher impostos, de um lado, e ficando à margem dos benefícios trabalhistas garantidos pela legislação brasileira, como pensões e aposentadorias, férias remuneradas entre outras proteções sociais.

Por fim, a última variável de vulnerabilidade construída no presente estudo é o *rendimento obtido no trabalho principal*. A utilização da mesma justifica-se, em primeiro lugar, por seu poder de indicar a extensão da pobreza nos territórios analisados, uma vez que a população tende a depender quase exclusivamente dos

rendimentos obtidos no trabalho para a obtenção de bens e serviços considerados básicos para a sobrevivência, a exemplo de itens como alimentação, moradia e acesso a demais serviços oferecidos pela esfera do mercado (ROCHA, 2009); e, em segundo lugar, a variável renda pode mensurar as desigualdades na distribuição dos rendimentos existentes entre os diferentes grupos populacionais de um território (SCALON, 2004, 2009). Com isto, a análise dos rendimentos segundo diferentes grupos populacionais pode indicar certas características da população que podem influenciar na reprodução, de determinados aspectos relativos às desigualdades materiais locais.

No presente estudo, as quatro variáveis *proxy* de vulnerabilidade foram analisadas com base em sua incidência/distribuição em diferentes grupos populacionais, construídos com base na adaptação de variáveis oriundas do Censo Demográfico de 2010 e igualmente formados por pessoas de 18 anos e mais de idade, residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. São eles: 1) situação do domicílio (*urbano* e *rural*); 2) sexo (*masculino* e *feminino*); 3) cor/raça (*brancos* e *não brancos* – negros, pardos, amarelos e indígenas); 4) faixas etárias (*jovens* – pessoas de 18 até 29 anos de idade, *adultos* – pessoas de 30 até 64 anos de idade, *idosos* – pessoas de 65 anos e mais de idade); 5) condição de migração (*migrante recente* – pessoas que vivem de forma ininterrupta nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca há, no máximo, três anos, *migrante antigo* – pessoas que vivem ininterruptamente nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca entre quatro e menos de dez anos, e *população estabelecida* – pessoas que residem de forma ininterrupta nos municípios de Cabo de Santo Agostinho há mais de dez anos, sejam elas naturais destes municípios ou não); 6) escolaridade (*sem instrução e fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, médio completo e superior incompleto, superior completo*); e 7) rendimento no trabalho principal (*sem rendimento até menos de 1 salário mínimo, de 1 até 2 salários mínimos, mais de 2 até 4 salários mínimos, mais de 4 salários mínimos*)[71]. Os grupos populacionais estabelecidos são descritos no Quadro 3.1.

As análises da incidência das vulnerabilidades nos grupos populacionais formados a partir das variáveis ‘condição do domicílio’, ‘sexo’, ‘raça/cor’, ‘escolaridade’, ‘migração’ e ‘renda’ representam recortes tradicionais e recorrentes em

[71] Note-se que os grupos populacionais formados com base na *escolaridade* e no *rendimento do trabalho principal* são os mesmos das variáveis *proxy* de vulnerabilidade, que ora são utilizados como variáveis explicativas ora como variáveis dependentes.

estudos relativos à estratificação socioeconômica brasileira (VÉRAS, 2004; SAWAIA, 2007; SCALON, 2004, 2009). Tais análises revelam-se fundamentais na medida em que revelam a existência de determinadas características sócio-históricas, demográficas, econômicas, políticas e culturais que estão na base da reprodução das desigualdades locais.

Tome-se como exemplo as análises relativas à condição de domicílio (urbano e rural), que se revela fundamental diante do intenso processo de urbanização experimentado no país, especialmente a partir da década de 1980. Nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, por exemplo, embora a urbanização tenha sido iniciada de forma incisiva nos anos de 1980, em grande medida devido ao sucateamento da agroindústria canavieira local e a chegada de investimentos no setor de indústria de transformação e do turismo, principalmente a partir da segunda metade da década de 2000, parte substancial de áreas consideradas rurais, destinadas, sobretudo, ao plantio da cana-de-açúcar, à instalação de usinas de cana-de-açúcar e de residência rurais, passaram a ser vendidas às empresas que se instalaram no CIPS e às construtoras e incorporadoras imobiliárias, destinando-se a abrigar indústrias, estabelecimentos comerciais e novos empreendimentos imobiliários com finalidade residencial, transformando rapidamente territórios rurais em novos aglomerados urbanos.

As mudanças relativas à tipologia rural-urbano, obviamente, não se restringem às paisagens, mas, sobretudo, engendram novas necessidades na dinâmica local, por exemplo, no mercado de trabalho, que reduz sua capacidade de absorção de pessoas preparadas para o desempenho de atividades agrárias, passando a exigir trabalhadores qualificados em atividades urbanas, sobretudo, na construção civil, no comércio e na indústria; na habitação, diante o êxodo de pessoas das áreas rurais que passam a disputar moradias nos reduzidos espaços urbanos; nos serviços públicos, que necessitam absorver as novas demandas por educação, saúde, segurança pública, transportes, entre outros.

Analisar as desigualdades socioeconômicas segundo o sexo torna-se fundamental na medida em que as mulheres brasileiras, historicamente, tendem a apresentar piores condições de desenvolvimento socioeconômico e de oportunidades em relação aos homens. Tal panorama é refletido, entre outros cenários, nas desigualdades de acesso ao mercado de trabalho, onde as mulheres respondem em maior proporção ao

grupo de indivíduos que não desempenham função laboral, bem como apresentam maior participação nos trabalhos informais, fatores estes que representam obstáculos à emancipação feminina; no rendimento obtido através de trabalho, dado que as mulheres tendem a receber menores salários que os homens, ainda que elas desempenhem a mesma função laboral e mesmo apresentem maior escolarização/qualificação que os homens; são vítimas preferenciais de diversas formas de violência, materiais e simbólicas; e somente recentemente as mulheres passam a emergir no cenário político brasileiro, ainda assim de forma bastante incipiente, haja vista a sub-representação feminina nos cargos eletivos nas diversas esferas municipais, estaduais e nacional (PAIXÃO & GOMES, 2008; SCALON, 2009).

De forma semelhante, é fundamental discutir, também, a questão racial brasileira e sua contundente relação com as desigualdades, que, diante do passado escravagista brasileiro e as formas contemporâneas de ressignificação do preconceito racial, mantém a reprodução de severas desigualdades baseada em relações raciais, fazendo com que as pessoas que se autodeclarem como de cores negra e parda tendam a obter piores rendimentos monetários em relação às pessoas que se autodeclarem como de cor branca; apresentem maiores dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho, sobretudo nas relações de formalidade; formem a maioria dos moradores das favelas e habitações precárias brasileiras; apresentem menores índices de escolarização; sejam vítimas preferenciais das manifestações de violência, sejam da criminalidade e/ou violência simbólica, dentre outros importantes fatores, todos imbricados com a questão racial (SCHWARTZMAN, 2007; PAIXÃO & GOMES, 2008).

A questão geracional deve ser igualmente examinada no processo de reprodução das desigualdades locais. Os investimentos recentes em politicas educacionais, sem dúvida alguma, têm atingido a meta de universalização do ensino básico para crianças e jovens e, com isso, melhorado os indicadores gerais de educação no país. Contudo, as políticas educacionais têm se revelado ainda ineficientes, por exemplo, na qualificação da educação pública, na ampliação do acesso dos jovens ao ensino superior e na participação mais efetiva dos jovens no mercado de trabalho (CASTRO, 2008). Para além da questão educacional e do mercado de trabalho, os jovens brasileiros padecem também com questões relativas à expectativa de emancipação e saúde reprodutiva; são vítimas preferenciais da violência/criminalidade; (re)produzem valores que muitas vezes

não encontram reverberação/representação nas instituições sociais e políticas tradicionais, entre outros fatores (ABRAMO & BRANCO, 2005).

Por outro lado, as diversas vulnerabilidades sociais também incidem sobre os adultos, sobretudo, diante de um mercado de trabalho cada vez mais restritivo e exigente quanto à qualificação educacional/profissional; às dificuldades, especialmente de ordem socioeconômica, de atender às necessidades de sobrevivência material em uma sociedade capitalista, que leva, muitas vezes, à situação dramática de não conseguir oferecer as condições que permitam a ascensão e proteção social de seus filhos; as incertezas quanto ao futuro, entre outras.

Os idosos, por sua vez, também sofrem com incidências particulares de vulnerabilidades. Afora todos os impactos causados pelas situações de condição de pobreza, é preciso considerar que, nesta fase da vida, os indivíduos carecem de forma mais intensiva de cuidados de saúde e acolhimento, a serem desenvolvidos tanto por seus familiares quanto por meio de políticas públicas; recentemente, o Brasil experimenta um fenômeno que muitas das vezes tem sido analisado de forma dúbia, que é o retorno da pessoa idosa ao mercado de trabalho, ora interpretado como um dado positivo da saúde/produtividade do indivíduo, que faz com que sua idade já não represente empecilho ao desenvolvimento de suas funções produtivas, e ora é interpretado como a manifestação evidente da precariedade geral das condições de vida dos brasileiros, que força contingente de idosos a retornarem ao mercado de trabalho como forma de subsidiar/colaborar com sua própria sobrevivência física e de seus familiares (COUTRIM, 2006; KÜCHEMANN, 2012).

Com relação aos grupos formados a partir da variável condição de migração (migrantes recentes, migrantes antigos e população estabelecida) é importante destacar que, nos territórios cujo fluxo populacional é predominantemente marcado pela imigração, isto é, contingentes populacionais que se chegam ao território distinto daquele de origem, um dos principais motivos para esta mudança se dá por razões de ordem econômica, especialmente pela busca de melhores oportunidades de trabalho/condições de vida.

Tradicionalmente, considera-se que os indivíduos que deixam seus lugares de origem pela falta e/ou precariedade das oportunidades de trabalho/condições de vida (migrantes) tendem a apresentar desvantagens na busca por estas oportunidades em

relação aos não migrantes ou àqueles indivíduos que também emigraram, mas que já se estabeleceram a mais tempo no local para o qual se deslocam. Tais desvantagens tendem a ser apontadas como deficiências na qualificação educacional/profissional adquirida por aquele que emigra, pela falta de uma rede que ofereça suporte ao imigrante, pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, pela própria adaptação aos costumes/valores locais, entre outras. Diante de todas essas dificuldades, considera-se que o migrante, sobretudo recente, tende a compor grupo cujas vulnerabilidades incidem de forma mais aguda. No contexto brasileiro, este é o caso típico, por exemplo, dos migrantes nordestinos que se deslocaram para a região Sudeste, especialmente até meados da década de 1990 (SINGER, 1980; BECKER, 2006).

Obviamente, no que diz respeito à migração por motivos de trabalho, há muitos casos, também, de migrantes que apresentam melhores qualidades técnicas em relação à média da população natural ou aos migrantes mais antigos daquela região, e que se deslocam pelo mesmo motivo, isto é, o de alcançar melhores oportunidades de trabalho/condições de vida. De todo modo, torna-se absolutamente relevante analisar as desigualdades de oportunidades/vulnerabilidades que os indivíduos experimentam em função do tempo de migração e estabelecimento no território, de forma a avaliar que tipo de migrante chega aos territórios analisados e quais dificuldades/oportunidades encontram para sua sobrevivência.

Os procedimentos analíticos adotados são compostos por duas etapas. Em primeiro lugar, faz-se uma análise descritiva da incidência das variáveis de vulnerabilidade nos diferentes grupos populacionais, de modo que as variáveis de vulnerabilidade são consideradas como dependentes, isto é, parte-se do pressuposto que elas podem ser influenciadas por determinadas características dos grupos populacionais, que, por sua vez, são considerados na qualidade de variáveis independentes. Em segundo lugar, foram adotados procedimentos estatísticos (testes de correlação e de significância) para aferir a existência ou não de associação entre as variáveis de vulnerabilidade e os grupos populacionais (Quadro 3.1.).

**Quadro 3.1.: Variáveis de vulnerabilidade, grupos populacionais e procedimentos estatísticos utilizados nas análises de incidência das desigualdades socioeconômicas na população residente nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca no ano de 2010**

| Variáveis de vulnerabilidade | Grupos populacionais | Procedimentos estatísticos |
|---|---|---|
| Desemprego | Situação do domicílio<br>Sexo<br>Cor/raça<br>Faixas Etárias<br>Condição de migração | Fi ou V de Crámer<br>e Qui-quadrado ou<br>Gama e Escore Z |
| | Escolaridade | |
| Escolaridade | Situação do domicílio<br>Sexo<br>Cor/raça<br>Faixas Etárias<br>Condição de migração | Gama ou V de Crámer e Escore Z e<br>Qui-quadrado |
| Formalização | Situação do domicílio<br>Sexo<br>Cor/raça<br>Faixas Etárias<br>Condição de migração | Fi ou V de Crámer<br>e Qui-quadrado |
| | Escolaridade<br>Faixas de rendimento no trabalho principal | |
| Rendimento no trabalho principal | Situação do domicílio<br>Sexo<br>Cor/raça<br>Faixas Etárias<br>Condição de migração<br>Escolaridade | Fi ou V de Crámer e Qui-quadrado<br>ou<br>Gama e Escore Z |

Fonte: Adaptação de variáveis oriundas da base de Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010 (IBGE).

### 3.3.1 DESEMPREGO

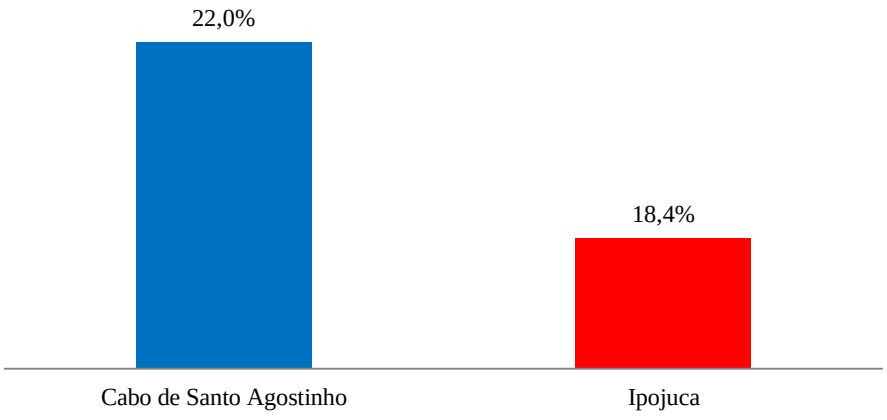
No contexto da expansão das atividades do CIPS, dados do Censo Demográfico de 2010 (Gráfico 3.8.) indicam que, nos mês de Julho de 2010, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentavam contingente de 12.999 e 4.583 pessoas entre 18 e 64 anos de idade que efetivamente procuraram trabalho sem que, no entanto, tenham conseguido obtê-lo. Isto significa que, no período analisado, aproximadamente 22% e 18% da população formada por pessoas com idades entre 18 e 64 anos de idade, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente, encontrava-se desempregada.

Ainda de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, nestes municípios, os casos de desempregados concentram-se principalmente em áreas urbanas. No Cabo de Santo Agostinho, dentre os 57.136 habitantes de 18 a 64 anos de idade residentes na área urbana, pouco mais de 22% afirmaram estar desempregados no mês de Julho de 2010, ao passo que, no mesmo período, dos 5.442 habitantes da mesma faixa etária, residentes na área rural, 16% encontravam-se na condição de desempregados.

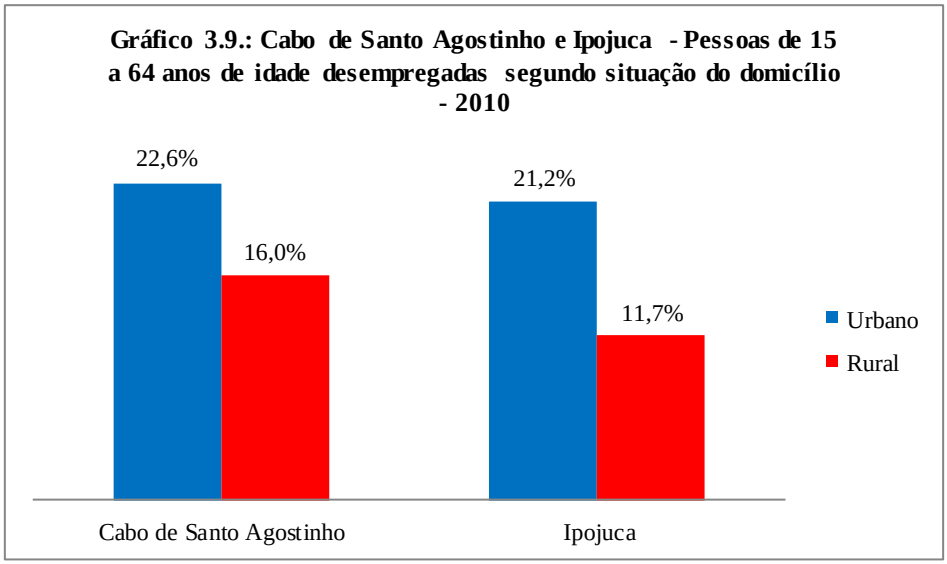
Proporção semelhante é encontrada no município de Ipojuca, onde pouco mais de 21% dos 17.950 residentes de 18 anos e 64 anos de idade na área urbana afirmaram estar desempregados no mês de Julho de 2010 e, no mesmo período, quase 12% dos 6.600 habitantes de 15 e 64 anos de idade residentes na área rural estavam desempregados. Os dados são apresentados no Gráfico 3.9.

Como forma de analisar a possível associação entre o desemprego e a situação do domicílio nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, foram realizados testes estatísticos de associação (Fi) e significância (Qui-quadrado) entre as variáveis desempregados e situação do domicílio. Conforme apresentado na Tabela 3.10., com amostras de 6.250 e 2.553 de casos válidos nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente, e significância de 0,001, os valores obtidos no teste Fi (0,046 e 0,110) revelam existência de associação desprezível entre o desemprego e a situação do domicílio em ambos os municípios, refutando a hipótese de que existe associação estatística entre o desemprego e a situação do domicílio nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

**Gráfico 3.8.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - População de 15 a 64 anos de idade desempregada - 2010**




Fonte: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.10.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'desemprego' e 'situação do domicílio' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 6.250 | 2.553 |
| Teste Fi | 0,046 | 0,110 |
| Significância (Qui-quadrado) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

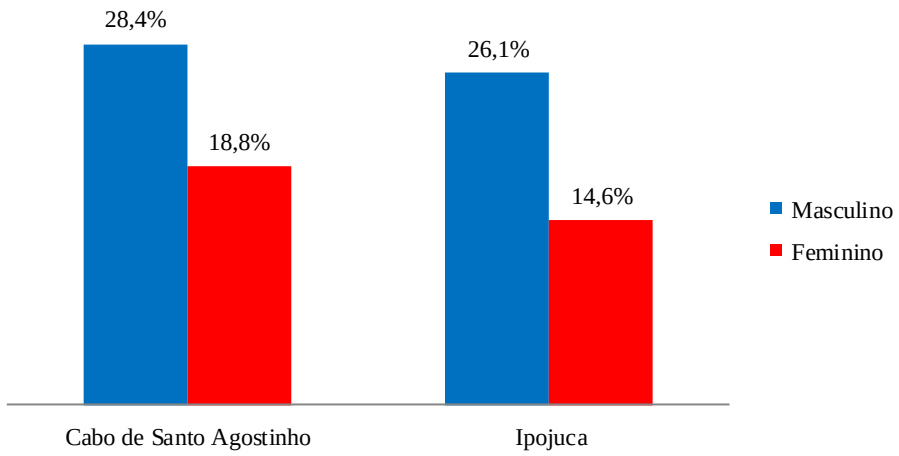
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

Dando sequência ao estudo de fatores que podem estar associados ao desemprego nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, analisou-se também a possível existência de associação entre o desemprego e o sexo dos habitantes. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, apresentados no Gráfico 3.10., em ambos os municípios, a maior incidência de pessoas entre 18 e 64 anos de idade desempregadas no mês de Julho de 2010 ocorreu entre pessoas do sexo masculino, de modo que, pouco mais de 28% e 26% dos homens residentes em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente, afirmaram estar desempregados, enquanto quase 19% e 14,6% das mulheres residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente, afirmaram estar desempregadas neste período.

Os testes de associação realizados entre as variáveis de interesse revelam que, em ambos os municípios, com nível de significância de 99% e teste Fi (0,110 e 0,139), é

possível afirmar a existência de baixa associação entre desemprego e sexo, nos respectivos municípios analisados. Assim, apesar de, a rigor, os testes revelarem a existência de alguma associação entre as variáveis, devido ao baixo valor apresentado na associação, é preciso investigar outros fatores que possam melhor explicar a incidência de desemprego nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Os valores dos testes estatísticos são apresentados na Tabela 3.11.

**Gráfico 3.10.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Pessoas de 15 a 64 anos de idade desempregadas segundo o sexo - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.11.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'desemprego' e 'sexo' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 6.250 | 2.553 |
| Teste Fi | 0,110 | 0,139 |
| Significância (Qui-quadrado) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

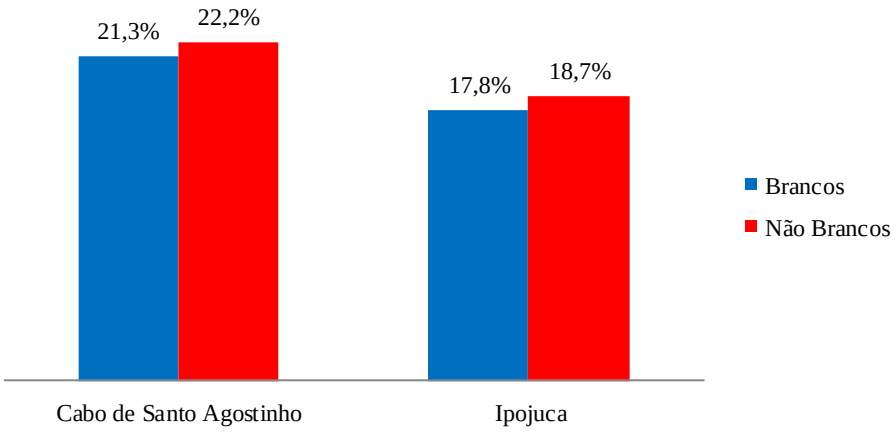
Dados do Censo Demográfico de 2010 demonstram que, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, existe proporção bastante semelhante na incidência de desempregados entre os grupos formados pelas pessoas que se declararam brancas e aquelas que se declararam como negros, pardos ou índios, isto é, os não brancos. No Cabo de Santo Agostinho, dentre os indivíduos brancos, pouco mais de 21% encontravam-se desempregados em Julho de 2010, ao passo que pouco mais de 22% dos não brancos estavam desocupados no mesmo período. Já em Ipojuca,

aproximadamente 18% dos brancos e dos não brancos declararam estar desempregados em Julho de 2010. Os dados são apresentados no Gráfico 3.11.

Os testes de associação e significância realizados demonstram que, com amostras de 6.248 e 2.553 casos válidos para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, não há evidências empíricas suficientes para afirmar que existe associação entre desemprego e cor/raça no território analisado. Os dados são apresentados na Tabela 3.12.

Durante a realização dos testes de associação, como forma de aprofundar os resultados obtidos, também foram retirados os casos de pessoas que se declararam como amarelas e indígenas, permanecendo na análise apenas as pessoas que se declararam de cores branca e preta/parda. Esta mudança não provocou alterações nos testes de associação realizados, confirmando a inexistência de associação entre o desemprego e a cor/raça nos municípios analisados.

**Gráfico 3.11.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Pessoas de 15 a 64 anos de idade desempregadas segundo a 'cor/raça' - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.12.: Testes de associação entre as variáveis 'desemprego' e 'cor/raça' nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca no ano de 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 6.248 | 2.553 |
| Fi | -0,010 | 0,424 |
| Significância (Qui-quadrado) | -0,010 | 0,630 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

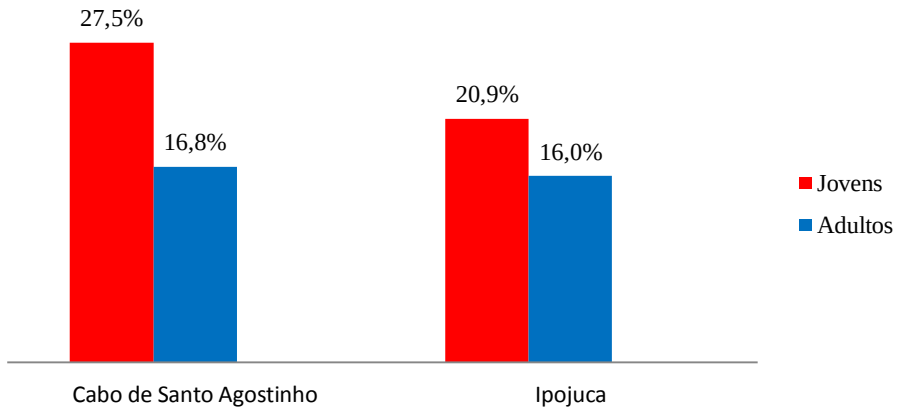
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

No que diz respeito à incidência do desemprego entre os grupos etários (jovens e adultos), dados do Censo Demográfico de 2010, apresentados no Gráfico 3.12., revelam que a maior proporção de desempregados no período de Julho de 2010 nos municípios analisados ocorre entre os jovens (aproximadamente 28% e 21% em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente), ao passo que, em ambos os municípios, aproximadamente 18% dos adultos estavam desocupados no mesmo período.

Os testes de associação (V de Crámer) e significância (Qui-quadrado) aplicados confirmam a hipótese de existência de associação entre o desemprego e as faixas etárias dos residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Com amostras de 6.250 e 2.553 casos válidos e significância de 99%, os testes V de Crámer (0,246 e 0,208) dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente, revelam a existência de baixa associação entre o desemprego e as faixas etárias (Tabela 3.13.).

Os resultados obtidos a partir dos testes de associação já eram esperados, tendo em vista que muitos jovens, especialmente aqueles com menos de 18 anos de idade, ainda estudam e/ou estão no começo de suas carreiras profissionais. Com vistas a tentar contornar essas questões, realizou-se o mesmo cruzamento entre as variáveis ‘desemprego’ e ‘faixas etárias’, adotando-se o intervalo etário de 18 a 64 anos de idade. Os resultados obtidos nos testes de V de Crámer (0,224 e 0,162) para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, com significância de 99%, confirmam a existência de baixa associação entre o desemprego e as faixas etárias nos municípios investigados.

**Gráfico 3.12.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - População de 15 a 64 anos de idade desempregada segundo as 'faixas etárias' - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.13.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'desemprego' e 'faixas etárias' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 6.250 | 2.553 |
| Teste V de Crámer | 0,246 | 0,208 |
| Significância (Qui-quadrado) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

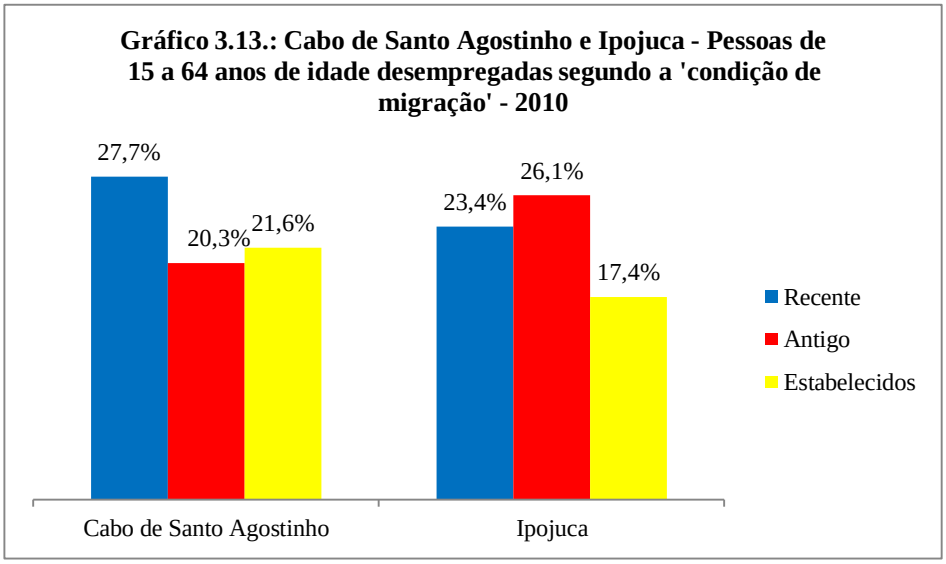
Um elemento recorrente das recentes análises socioeconômicas e demográficas realizadas no contexto do TES diz respeito ao fluxo populacional de indivíduos que têm migrado para os municípios que são impactados direta e indiretamente pelo CIPS, motivados, em grande medida, pela expectativa de alcançarem melhores oportunidades de trabalho e renda. Diante disto, torna-se relevante analisar em que medida o fenômeno do desemprego incide sobre estes grupos de migrantes.

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelam a incidência do desemprego segundo o tempo de moradia dos residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (variável condição de migração). Segundo dados apresentados no Gráfico 3.13., os migrantes recentes, isto é, as pessoas que residem nos municípios analisados há, no máximo, três anos, apresentam maior proporção de desempregados, sendo 27,7% no Cabo de Santo Agostinho e 23,4% em Ipojuca, seguidos pelos migrantes antigos, isto é, pessoas que residem há mais de três e menos de 10 anos em ambos os municípios, respondendo por quase 20% e 26% nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente. A menor proporção de desempregados ocorre em menor proporção na população estabelecida, isto é, aqueles que residem há 10 anos e mais nestes municípios, respondendo por pouco mais de 21% e 17% dos desempregados nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente.

Apesar das diferenças da incidência da desocupação entre os grupos de migrantes, os testes estatísticos realizados (Tabela 3.14.) demonstram que, no município de Cabo de Santo Agostinho, não houve nível de significância estatístico para afirmar a existência de associação entre as variáveis testadas e, no caso do município de Ipojuca, com nível de significância de 95%, o teste de V de Crámer (0,068) indica existir correlação desprezível entre o desemprego e a condição migratória, devendo ser

rejeitada a hipótese de que existe associação entre o desemprego e a condição migratória nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

**Gráfico 3.13.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Pessoas de 15 a 64 anos de idade desempregadas segundo a 'condição de migração' - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.14.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'desemprego' e 'condição de migração' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 6.250 | 2.553 |
| Teste V de Crámer | 0,040 | 0,068 |
| Significância (Qui-quadrado) | 0,007 | 0,003 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

Por fim, buscou-se analisar a incidência do desemprego nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca segundo a escolaridade dos residentes. Dados do Censo Demográfico de 2010, apresentados no Gráfico 3.14., revelam dinâmicas semelhantes do desemprego em ambos os municípios.

No Cabo de Santo Agostinho, observa-se que, quanto menor o nível de instrução, menor é a proporção de desempregados, de modo que, entre os que possuem nível superior completo, pouco mais de 46% afirmaram estarem desempregados no mês de Julho de 2010, seguido por quase 36% de desempregados que possuem o ensino médio completo e o superior incompleto, ao passo que entre os que não têm instrução e tem até o ensino fundamental incompleto, pouco mais de 15% estavam desempregados no período e quase 22% dos que têm o ensino fundamental completo e médio

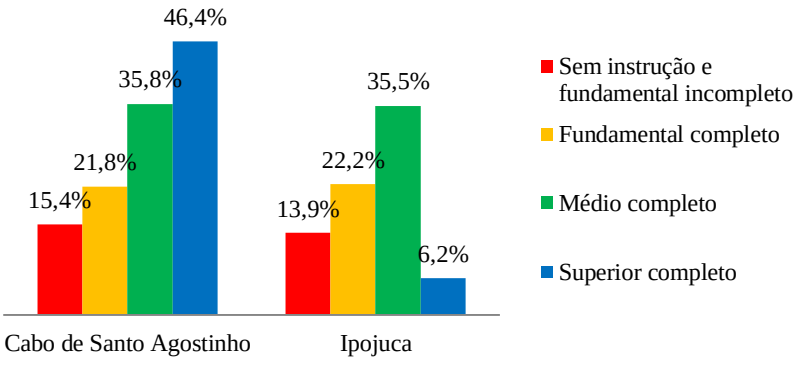
incompleto estavam desempregados. Este panorama inverte a lógica de que, quanto maior o nível de instrução, maiores são as chances de entrada e estabilização no mercado de trabalho, revelando que a maior parte dos postos de trabalho gerados no Cabo de Santo Agostinho requer baixa escolarização.

No município de Ipojuca, a maior incidência de desempregados está entre os que possuem o ensino médio completo e superior incompleto (35,5%). Em contrapartida, as pessoas que não têm instrução ou têm o ensino fundamental incompleto apresentam baixa proporção de desempregados (13,9%). Dentre os que possuem o ensino superior completo, apenas 6% estavam desempregados, indicando que o mercado de trabalho local apresenta maior demanda por pessoas mais escolarizadas.

Comparando-se os resultados obtidos nos municípios investigados, verifica-se que eles apresentam dinâmicas semelhantes, com baixa incidência de desemprego nas faixas mais baixas de escolaridade e incidência maior de desemprego nas faixas mais elevadas de escolaridade. A divergência mais significativa ocorre entre as pessoas que apresentam nível superior completo, que apresentam maior incidência de desemprego no Cabo de Santo Agostinho e menor incidência em Ipojuca.

Os testes estatísticos aplicados confirmam que, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, com nível de significância de 99%, existe associação negativa moderada entre o desemprego e a escolaridade, de modo que, quanto maior o nível de instrução, menor tende ser a proporção de pessoas empregadas (Tabela 3.15.).

**Gráfico 3.14.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Pessoas de 15 a 64 anos de idade desempregadas segundo a 'escolaridade' - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.15.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'desemprego' e 'escolaridade' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 6.170 | 2.514 |
| Teste Gama | -0,383 | -0,382 |
| Significância (Escore Z) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

### 3.3.2 ESCOLARIDADE

Dados do Censo Demográfico de 2010, apresentados no Gráfico 3.15., revelam que mais da metade da população com 18 anos e mais de idade dos municípios de Cabo de Santo Agostinho (64%) e Ipojuca (75%) somente possuíam até o ensino fundamental completo, número considerado altíssimo mesmo para os padrões nacional e estadual, enquanto apenas 36% e 24% têm o ensino médio ou superior completo nestes municípios, respectivamente. Este quadro alarmante torna relevante conhecer quais fatores podem influenciar a escolarização dos indivíduos nestes territórios.

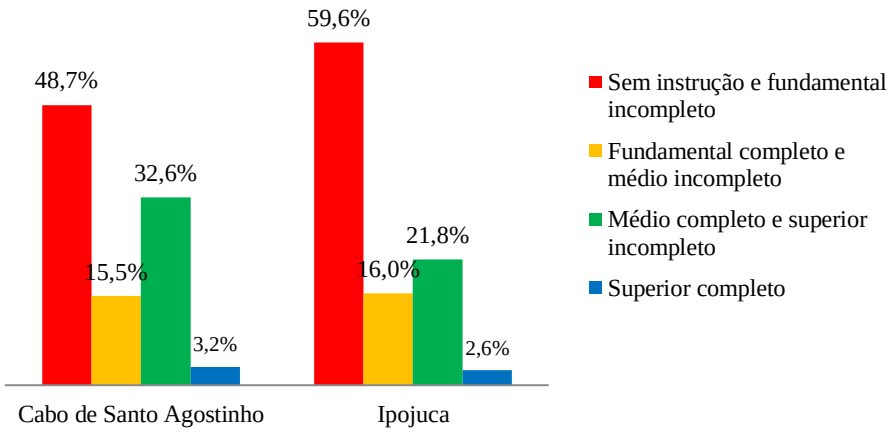
Ainda segundo dados do Censo Demográfico de 2010, apresentados no Gráfico 3.16., os residentes das áreas urbanas dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentam maior escolarização que os residentes das áreas rurais. No Cabo de Santo Agostinho, dentre as 54.683 pessoas com 18 anos e mais de idade que residem na área urbana, quase metade não possui instrução ou têm até o ensino fundamental incompleto, 16% possui até o ensino médio incompleto, pouco mais de 33% possui ensino médio e superior incompleto e apenas 3,5% possui ensino superior. Na área rural, dos 10.857 residentes com 18 anos e mais de idade, quase 70% não possui instrução ou têm até o ensino fundamental incompleto, 12% possui até o ensino médio incompleto, 18% possui ensino médio e superior incompleto e somente 0,5% tem ensino superior.

Proporção semelhante é encontrada no município de Ipojuca, onde, dos 39.068 habitantes da área urbana, 54% não possui instrução ou têm até o ensino fundamental incompleto, 17,5% possui até o ensino médio incompleto, 25,4% possui ensino médio e superior incompleto e apenas 3,2% possui ensino superior. Na área rural, mais uma vez, a escolarização tende a ser mais baixa, onde, dos 12.548 habitantes de 18 anos e mais de idade, 77,5% não possui instrução ou têm até o ensino fundamental incompleto, 11,3%

possui até o ensino médio incompleto, 10,5% possui ensino médio e superior incompleto e somente 0,7% tem o ensino superior completo.

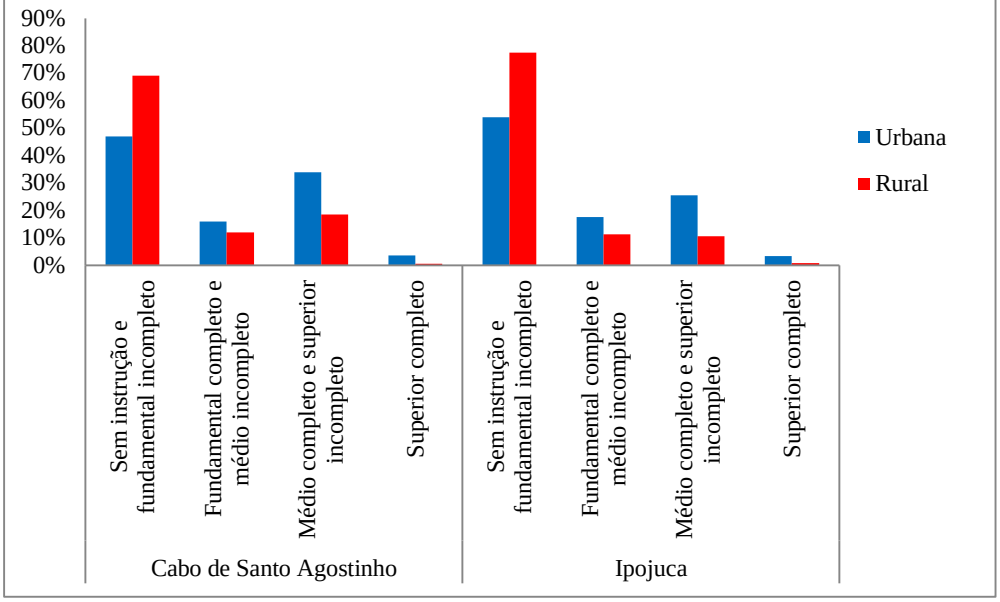
Com relação à possível associação entre as variáveis ‘situação do domicílio’ e ‘escolaridade da população de 18 anos e mais’ nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, os testes Gama, com valores de -0,389 e -0,487 para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente, com significância de 99%, demonstram existir associação negativa moderada entre a escolaridade e a situação do domicílio. Este resultado aponta que, nos municípios analisados, a população residente nas áreas rurais tende a apresentar menor escolaridade que a população residente nas áreas urbanas. Os dados são apresentados na Tabela 3.16.

**Gráfico 3.15.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Escolaridade da população de 18 anos e mais - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Gráfico 3.16.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Escolaridade da população de 18 anos e mais segundo a situação do domicílio - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.16.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'escolaridade' e 'situação do domicílio' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 12.630 | 5.014 |
| Gama | -0,389 | -0,487 |
| Significância (Escore Z) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

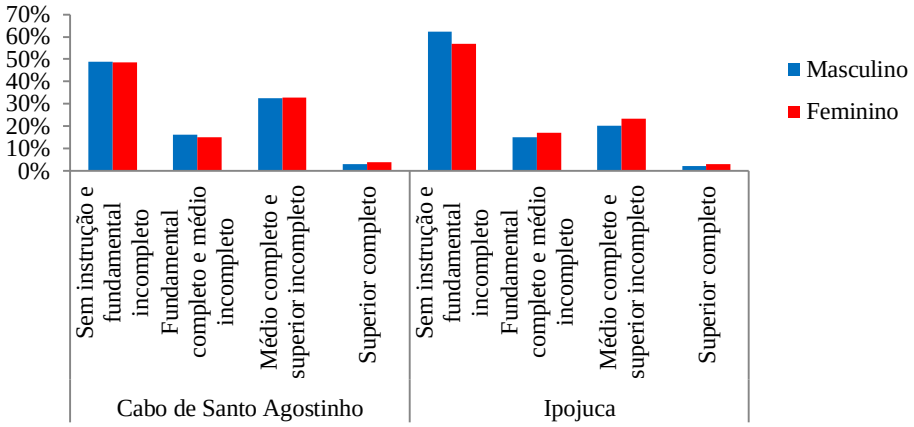
Com relação à escolaridade segundo o sexo da população de 18 anos e mais residente no município de Cabo de Santo Agostinho, dados do Censo Demográfico de 2010 revelam existir números bastante semelhantes a respeito da escolarização de homens e mulheres. Em ambos os grupos, quase 50% dos indivíduos não tinham instrução ou tinham até o ensino fundamental incompleto, aproximadamente 15% tinham até o ensino médio incompleto, 32% tinham até o ensino superior incompleto e em média apenas 3% da população tinham o ensino superior completo.

Já no município de Ipojuca, ainda segundo dados do Censo Demográfico de 2010, os homens apresentam menor escolarização que as mulheres, onde pouco mais de 62% da população do sexo masculino não tinha instrução ou tinha até o fundamental incompleto, 15% tinham até o ensino médio incompleto, 20% tinham até o ensino

superior incompleto e apenas 2% tinham o ensino superior completo. No caso das mulheres, pouco menos de 60% não tinha instrução ou tinha até o fundamental incompleto, 17% tinham até o ensino médio incompleto, 23% tinham até o ensino superior incompleto e 3% tinham o superior completo. Os dados são apresentados no Gráfico 3.17.

O teste estatístico de associação Gama, com valores de 0,018 e 0,091, e significância (Escore Z), com valores de 0,233 e 0,001 para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente, indicam não existir associação entre as variáveis ‘escolaridade’ e ‘sexo’ nos municípios analisados. Os dados são apresentados na Tabela 3.17.

**Gráfico 3.17.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Escolaridade da população de 18 anos e mais segundo o 'sexo' - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.17.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis ‘escolaridade’ e ‘sexo’ – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 12.630 | 5.014 |
| Gama | 0,018 | 0,091 |
| Significância (Escore Z) | 0,233 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

No que diz respeito à escolaridade segundo cor/raça, dados do Censo Demográfico de 2010 indicam que, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e

Ipojuca, o grupo populacional formado por indivíduos que se autodeclararam como brancos apresenta maior escolarização que aquele formado pelos não brancos, isto é, pessoas de cores parda e amarela e de raça indígena. Os dados são apresentados no Gráfico 3.18.

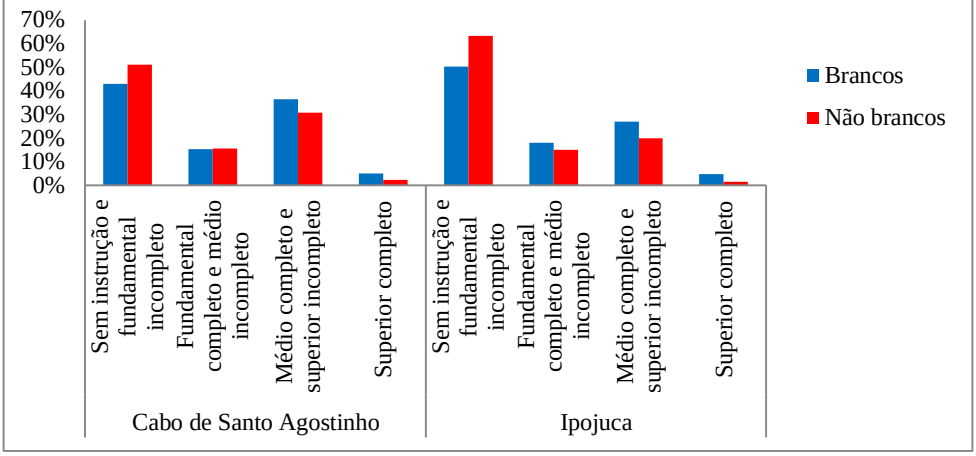
No Cabo de Santo Agostinho, mais de 40% da população branca não tinha instrução ou não havia completado o ensino fundamental, ao passo que, no grupo de pessoas não brancas, este número pula para mais da metade da população; 15% das pessoas de ambos os grupos tinha até o ensino fundamental incompleto, 36% das pessoas de cor branca tinha até o ensino superior incompleto, ao passo que, no grupo de não brancos, este percentual cai para 30% e, finalmente, pouco mais de 5% da população de pessoas brancas tinha o ensino superior completo, enquanto menos de 3% da população de pessoas não brancas havia completado o ensino superior.

No município de Ipojuca, no grupo populacional formado por pessoas de cor branca, 50% não tinha instrução ou não havia completado o ensino fundamental, ao passo que, entre as pessoas de cor não branca, esse percentual pula para mais de 60%, 18% das pessoas de cor branca tinha até o ensino fundamental incompleto e 15% das pessoas de cor não branca tinha até o ensino fundamental incompleto, 27% das pessoas brancas não havia completado o ensino superior e menos de 20% dos não brancos tinha o ensino superior incompleto e, finalmente, pouco menos de 5% da população branca tinha o ensino superior completo, enquanto este percentual cai para menos de 2% na população não branca.

Os testes estatísticos aplicados revelam que, com o teste Gama apresentando valores de -0,159 e -0,241, para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, e com significância de 99%, existe associação negativa baixa entre escolaridade e cor/raça nos municípios analisados, de modo que as pessoas de cor/raça não branca tendem a apresentar menor escolaridade que as pessoas de cor branca (Tabela 3.18.).

De forma adicional, importa destacar que a retirada dos casos de pessoas que se declararam como amarelas ou indígenas não provocou alterações significativas nos testes de associação realizados, confirmando que as pessoas de cor branca tendem a apresentar maior escolaridade que as pessoas de cores preta e parda, com associação negativa baixa.

**Gráfico 3.18.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Escolaridade da população de 18 anos e mais segundo a 'raça/cor' (brancos e não brancos) - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.18.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'escolaridade' e 'cor/raça' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 12.630 | 5.014 |
| Gama | -0,159 | -0,241 |
| Significância (Escore Z) | 0,001 | 0,001 |

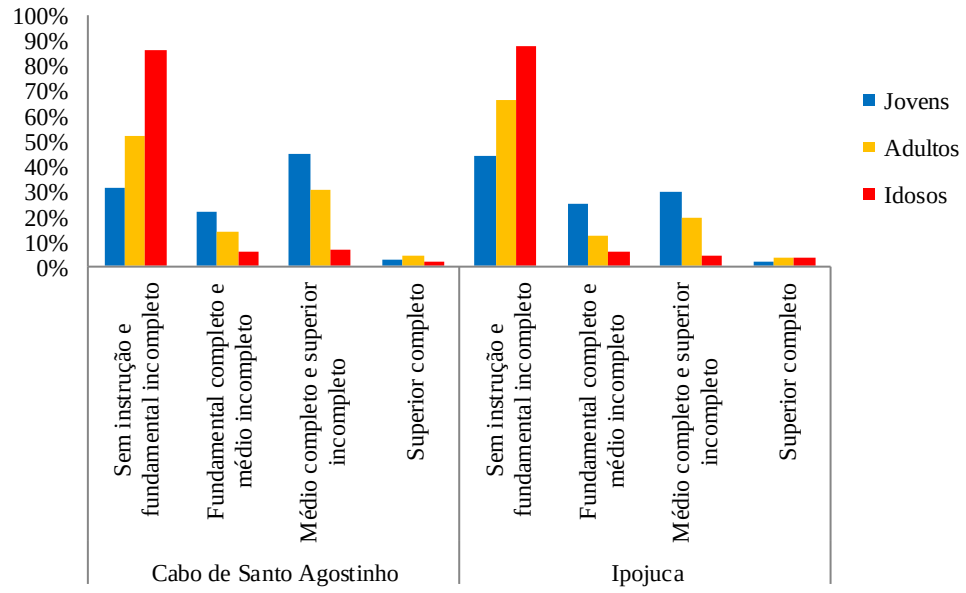
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 que dizem respeito à escolarização segundo faixas etárias revelam que o grupo formado por jovens, composto por pessoas de 18 a 29 anos de idade, apresentam maior escolaridade que os grupos de adultos (pessoas de 30 a 64 anos de idade) e de idosos (65 anos de idade e mais). Nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, proporcionalmente, os jovens apresentam os menores casos de pessoas sem instrução e com até o ensino fundamental incompleto (31% e 43,8%, respectivamente), menor, portanto, que os adultos (52% e 61%) e aos idosos, que apresenta maior número de pessoas sem instrução e com até o fundamental incompleto (85,6% e 88%), Contudo, os jovens apresentam menor proporção de pessoas com ensino fundamental completo (2,5% e 1,6%) em relação aos adultos (4% e 3,2%) e também aos idosos (2% e 3%). Os dados são apresentados no Gráfico 3.19.

Com relação à possível associação entre as variáveis faixas etárias e escolaridade nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, os testes de significância (Escore Z) e de associação (Gama) demonstram que, com nível de significância estatística de 99%, no município de Cabo de Santo Agostinho existe associação negativa moderada (-0,428) entre as faixas etárias e a escolaridade, de modo que os mais jovens tendem a apresentar escolaridade mais elevada que os adultos e os idosos, e no município de Ipojuca existe correlação negativa baixa (-0,244) entre faixas etárias e escolaridade (Tabela 3.19.).

**Gráfico 3.19.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Escolaridade da população de 18 anos e mais segundo as 'faixas etárias' - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.19.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'escolaridade' e 'faixas etárias' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 12.630 | 5.014 |
| Gama | -0,428 | -0,244 |
| Significância (Escore Z) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

O presente estudo buscou analisar, também, a escolarização dos migrantes que se estabeleceram nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Isto porque, sendo o CIPS um importante elemento da atração populacional local, justamente em

função das expectativas de geração de trabalho e renda, torna-se relevante analisar a escolaridade destes indivíduos que migram para a região principalmente em busca de oportunidades de trabalho e renda. Para isso, comparou-se a escolaridade de pessoas de 18 anos e mais de idade segundo três grupos: *os migrantes recentes*, composto por pessoas que passaram a residir de forma ininterrupta nos municípios há não mais de três anos; *os migrantes antigos*, que residem de forma continuada entre quatro e dez anos nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca; e, por fim, *a população estabelecida*, formada por pessoas que residem nestes municípios há mais de nove anos ininterruptamente, não se fazendo distinção entre pessoas que nasceram nos municípios ou migrantes.

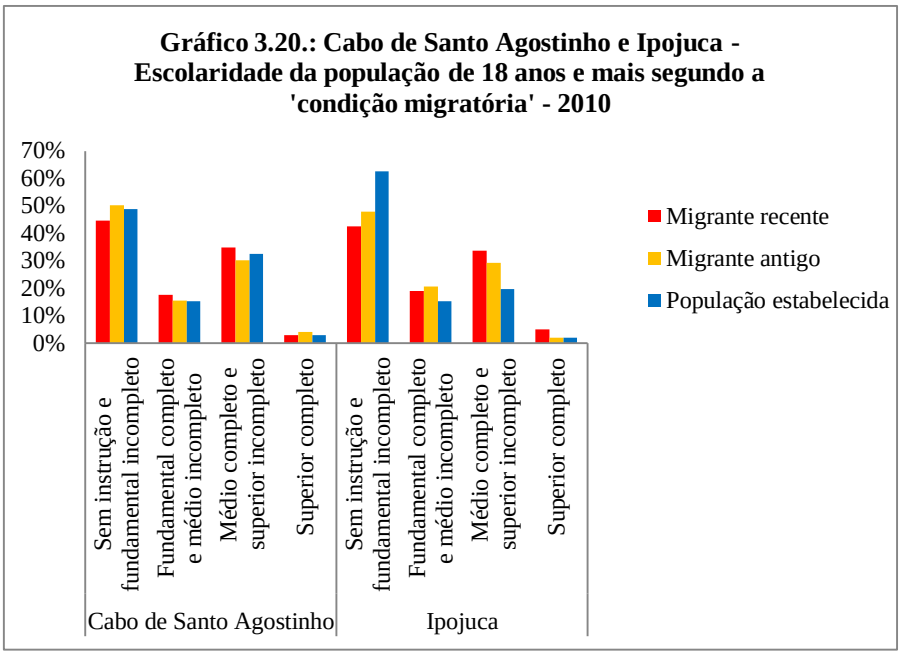
De acordo com dados da amostra do Censo Demográfico de 2010 referentes ao município de Cabo de Santo Agostinho, dos 980 migrantes recentes que residem na região, mais de 40% não tinha instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto, menos de 20% tinha até o ensino médio incompleto, 35% tinha o ensino médio completo e o superior incompleto e apenas 3% apresentavam ensino superior completo. Dentre os 766 migrantes antigos, quase 50% não tinha instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto, pouco mais de 15% possuía até o ensino médio incompleto, mais de 30% tinha o ensino médio completo e o superior incompleto e 3,5% apresentavam ensino superior completo. Já entre os 10.884 estabelecidos, pouco menos de 50% não tinha instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto, 15% possuía até o ensino médio incompleto, pouco mais de 30% tinha o ensino médio completo e o superior incompleto e apenas 3% apresentava ensino superior completo. Estes dados, além de revelarem a baixa escolaridade geral dos habitantes do município de Cabo de Santo Agostinho, a se concentrarem majoritariamente nas duas faixas mais baixas de escolaridade adotada neste estudo, indicam também certa semelhança na escolaridade entre os três grupos de referência. Os dados são apresentados no Gráfico 3.20.

A situação da escolaridade segundo a condição migratória revela-se diferente no município de Ipojuca. Segundo dados amostrais do Censo Demográfico de 2010, dos 461 migrantes recentes, pouco mais de 40% não tinha instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto, pouco menos de 20% possuía o ensino médio incompleto e superior incompleto, pouco mais de 30% tinha o ensino médio completo e 5% tinha até o ensino superior completo. Proporção semelhante é encontrada entre os migrantes

antigos, dos quais, menos de 50% não tinha instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto, 20% possuía o ensino médio incompleto e superior incompleto, 30% tinha o ensino médio completo e apenas 2% apresentava o ensino superior completo. A situação de maior vulnerabilidade de escolarização é encontrada na população estabelecida que, dentre os 4.150 indivíduos, mais de 60% não tinha instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto, 15% possuía até o ensino médio incompleto, 20% tinha o ensino médio completo e superior incompleto e apenas 2% tinha o ensino superior completo. Os dados são apresentados no Gráfico 3.20.

De acordo com dados apresentados na Tabela 3.20., os testes estatísticos aplicados revelam que, no município de Cabo de Santo Agostinho, na amostra de 12.630 casos, não houve nível de significância confiável para fazer qualquer afirmação a respeito da associação entre condição migratória e escolaridade. No entanto, no município de Ipojuca, com nível de significância estatística de 99%, é possível afirmar que existe correlação negativa moderada (-0,297) entre as variáveis de interesse, confirmando a hipótese que a escolaridade varia segundo a condição de migração, de modo que os migrantes recentes tendem a apresentar maior escolaridade que a população estabelecida e que os migrantes antigos.

**Gráfico 3.20.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Escolaridade da população de 18 anos e mais segundo a 'condição migratória' - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.20.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'escolaridade' e 'condição de migração' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 12.630 | 5.014 |
| Gama | -0,035 | -0,297 |
| Significância (Escore Z) | 0,092 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

### 3.3.3 FORMALIZAÇÃO NO EMPREGO

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, relativos à população de 18 anos e mais residente nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, pouco mais de 80% da população ocupada destes municípios desenvolvia atividades que podem ser consideradas informais, devido ao fato dos trabalhadores não contribuírem com instituto de previdência (Gráfico 3.21.). Devido ao elevado percentual de informalidade nos territórios analisados, torna-se relevante buscar quais fatores podem contribuir para a incidência deste fenômeno na região.

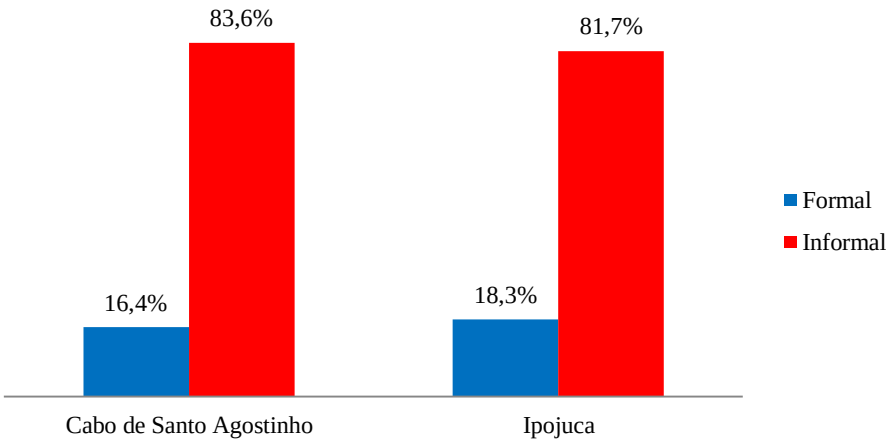
Importante ressaltar que, no presente estudo, a análise de formalidade/informalidade foi realizada com base na variável *proxy* 'contribuição com o instituto de previdência social', de modo que aqueles trabalhadores que desempenharam atividade remunerada mas que não contribuíram com instituto de previdência são considerados *informais* e aqueles trabalhadores que desempenharam atividades remuneradas e contribuíram com instituto de previdência social são considerados *formais*.

Dados do Censo Demográfico de 2010 relativos à população de 18 anos e mais segundo situação do domicílio, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, revelam a maior incidência de formalização do trabalho nas áreas urbanas destes municípios, onde 17% e 20% da população ocupada nas áreas urbanas revelou contribuir com instituto de previdência oficial em algum dos trabalhos realizados no mês de referência (Julho de 2010), enquanto aproximadamente apenas 10% dos trabalhadores residentes nas áreas rurais de ambos os municípios apresentaram formalização no trabalho (Gráfico 3.22.). Note-se que, no referido gráfico, são descritas apenas as proporções de trabalhadores formais segundo a situação do domicílio, isto é,

aqueles trabalhadores que residem nas áreas urbana e rural que efetivamente contribuíram com instituto de previdência social.

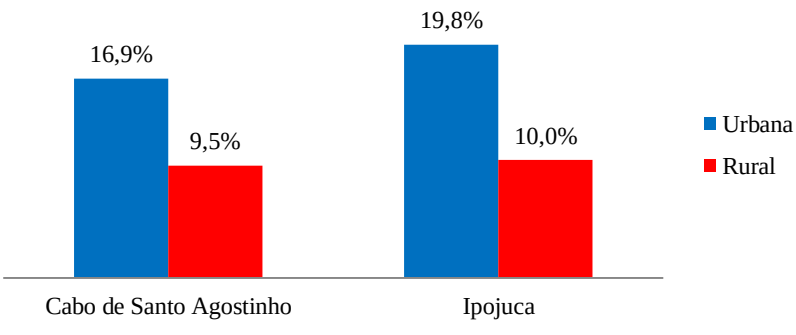
Embora os dados do Censo Demográfico de 2010 revelem maior proporção de trabalhadores formais nas áreas urbanas destes municípios, os testes de associação aplicados entre as variáveis formalização e situação do domicílio, conforme demonstrado na Tabela 3.21., com nível de significância de 95%, indicam haver associação desprezível entre as variáveis analisadas, sendo necessário, portanto, analisar outros fatores que expliquem a incidência da informalidade nestas regiões.

**Gráfico 3.21.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - População de 18 anos e mais segundo a formalização no trabalho - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Gráfico 3.22.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Pessoas de 18 anos e mais que apresentam formalização no trabalho segundo a situação do domicílio - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.21.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'formalização' e 'situação do domicílio' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 2.177 | 1.010 |
| Teste Fi | 0,054 | 0,089 |
| Significância (Qui-quadrado) | 0,012 | 0,005 |

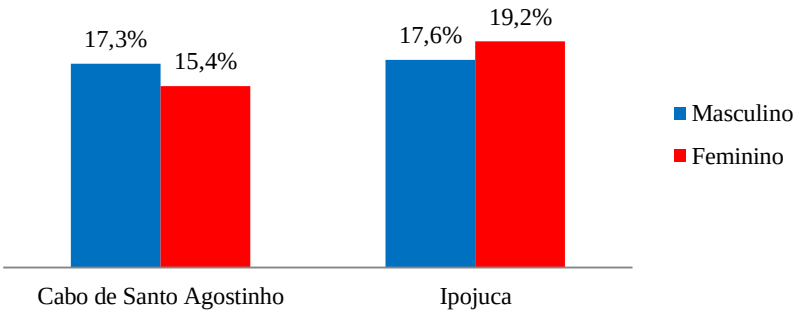
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2010. Tabulação própria.

Com relação à incidência da formalidade segundo o sexo da população de 18 anos e mais de idade nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, dados do Censo Demográfico de 2010, apresentados no Gráfico 3.23., demonstram não haver diferenças significativas de formalização entre homens e mulheres. No Cabo de Santo Agostinho, apenas 17% dos homens e 15% das mulheres afirmaram apresentar formalização em algum dos trabalhos realizados no mês de Julho de 2010. Já no município de Ipojuca, embora seja possível verificar aumento da participação das mulheres em atividades formais (19%), o percentual é bastante semelhante àquele apresentado pelos trabalhadores do sexo masculino (17%), evidenciando não existir diferenças significativas da formalização entre os sexos. No referido gráfico, aparecem apenas as proporções de trabalhadores formais, isto é, os trabalhadores dos sexos masculino e feminino que efetivamente contribuíram com instituto de previdência social.

Os testes aplicados a respeito da associação entre as variáveis 'formalização' e 'sexo' não apresentaram nível de significância estatística para afirmar a existência de associação entre as variáveis, de modo que a hipótese de que existe associação entre ambas as variáveis não pode ser confirmada (Tabela 3.22.).

**Gráfico 3.23.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Pessoas de 18 anos e mais que apresentam formalização no trabalho segundo o sexo - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.22.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'formalização' e 'sexo' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 2.177 | 1.010 |
| Teste Fi | 0,028 | 0,026 |
| Significância (Qui-quadrado) | 0,192 | 0,403 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

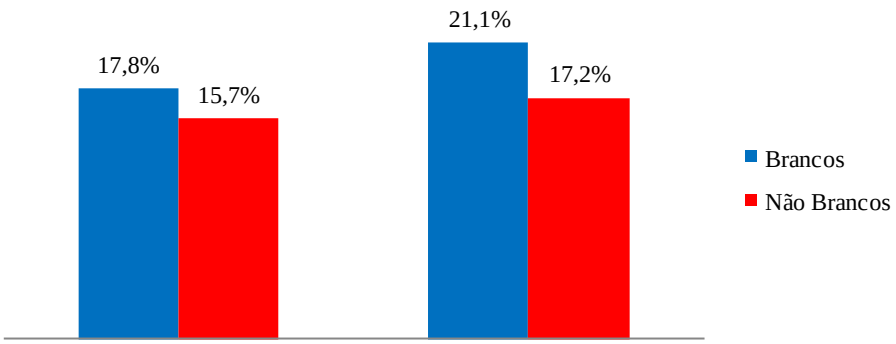
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

A incidência da formalização/informalização foi relacionada, também, com a cor/raça dos trabalhadores de 18 anos e mais residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Dados do Censo Demográfico de 2010, apresentados no Gráfico 3.24. revelam a existência de semelhanças quanto ao percentual de formalização entre os grupos populacionais de brancos (18% no município de Cabo de Santo Agostinho e 21% no município de Ipojuca) e não brancos (pouco menos de 16% no Cabo de Santo Agostinho e 17% no município de Ipojuca).

Os testes de associação aplicados entre as variáveis de interesse (Tabela 3.23.) demonstram que não há nível de significância confiável nas amostras obtidas para confirmar a existência de associação entre as variáveis, devendo a suposta relação entre ambas ser, portanto, rejeitada[72].

[72] A exclusão dos casos de pessoas que se declaram amarelas e indígenas não provoca alteração significativa nos testes de associação realizados, confirmando a inexistência de associação entre as variáveis 'formalização' e 'cor/raça'.

**Gráfico 3.24.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Pessoas de 18 anos e mais que apresentam formalização no trabalho segundo a cor/raça - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.23.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'formalização' e 'cor/raça' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 2.177 | 1.010 |
| Teste Fi | 0,025 | 0,054 |
| Significância (Qui-quadrado) | 0,241 | 0,089 |

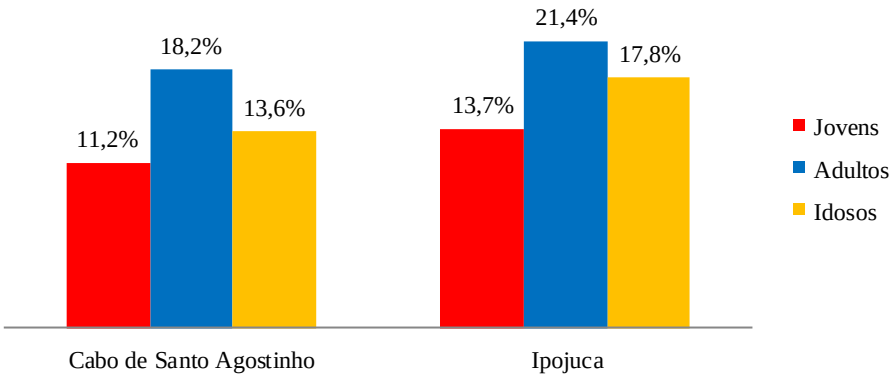
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

No que diz respeito à incidência da formalização segundo as faixas etárias, dados do Censo Demográfico de 2010 indicam que, em ambos os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, os adultos apresentam maior formalização no trabalho (18% e 20%, respectivamente), seguidos pelos idosos (14% e quase 18%), ao passo que os jovens apresentam os menores percentuais de formalização, da ordem de 12% e 14% nos dois municípios analisados. Os dados são apresentados no Gráfico 3.25. Note-se que, no referido gráfico, são descritas apenas as proporções de trabalhadores formais segundo as faixas etárias, isto é, os jovens, adultos e idosos aqueles que contribuíram com instituto de previdência social.

Com relação à possibilidade de existência de associação entre as variáveis de interesse, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, o teste Gama, com 99% de significância estatística, indica a existência de associação negativa baixa entre a formalização e as faixas etárias. Os valores são apresentados na Tabela 3.24.

**Gráfico 3.25.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Pessoas de 18 anos e mais que apresentam formalização no trabalho segundo as faixas etárias - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.24.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'formalização' e 'faixas etárias' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 2.177 | 1.010 |
| Gama | -0,201 | -0,212 |
| Significância (Escore Z) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

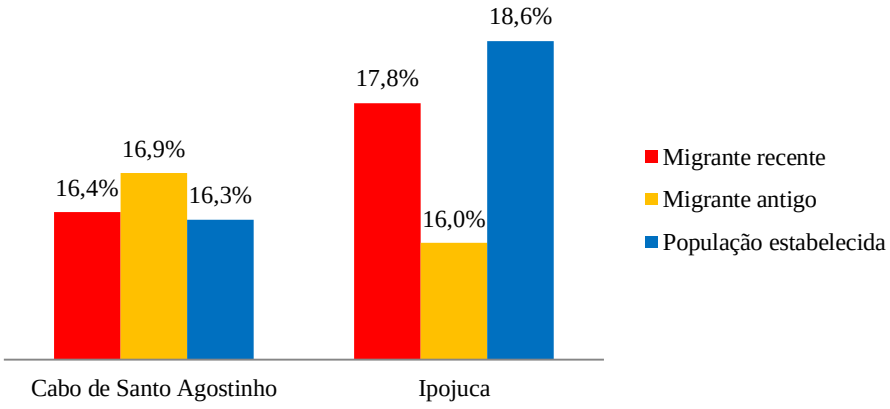
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelam, também, a incidência da formalização segundo a condição migratória da população de 18 anos e mais residente nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Com base nos dados apresentados no Gráfico 3.26., verifica-se que, dentre os grupos populacionais segundo a condição migratória, residentes no Cabo de Santo Agostinho, existe grande semelhança no percentual de formalização apresentado pelos grupos de migrantes, da ordem de 16%. Já no município de Ipojuca, apesar de os percentuais também serem bastante aproximados, o grupo formado pela população estabelecida apresenta maior grau de formalização (18,6%), seguido pelos migrantes recentes (17,8%) e migrantes antigos (16%).

Os testes estatísticos aplicados entre as variáveis formalização e condição migratória revelam a inexistência de segurança estatística para confirmar a existência de

associação entre ambas as variáveis, de modo que, a hipótese de haver associação entre elas não pode ser confirmada (Tabela 3.25.).

**Gráfico 3.26.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Pessoas de 18 anos e mais que apresentam formalização no trabalho segundo a condição migratória - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.25.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'formalização' e 'condição de migração' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 2.177 | 1.010 |
| Teste V de Crámer | 0,005 | 0,018 |
| Significância (Qui-quadrado) | 0,970 | 0,846 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

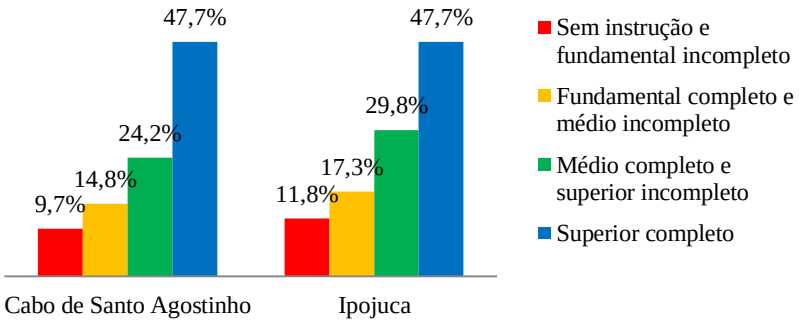
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

Por fim, buscou-se analisar a incidência da formalização nas faixas de escolaridade da população de 18 anos e mais residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, apresentados no Gráfico 3.27., em ambos os municípios, há relação, diretamente proporcional entre formalização e escolaridade, de modo que, quanto maior a escolaridade, maior o percentual de formalização. Quase metade dos trabalhadores com ensino superior completo apresentaram formalização e, na outra ponta, menos de 10% e 12% dos trabalhadores residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente, apresentaram formalização no trabalho.

Com base nos testes de associação (Gama) e Significância (Escore Z) realizados, verifica-se que, em ambos os municípios, com nível de significância estatística de 99%,

é possível afirmar que existe correlação negativa moderada entre escolaridade e formalização, de modo que, quanto maior a escolaridade, mais reduzidos são os casos de informalidade no trabalho, conforme indicado na Tabela 3.26.

**Gráfico 3.27.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Pessoas de 18 anos e mais que apresentam formalização no trabalho segundo a escolaridade - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.26.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'formalização' e 'escolaridade' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 2.165 | 1.008 |
| Teste Gama | -0,446 | -0,418 |
| Significância (Escore Z) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

## 3.3.4 RENDIMENTO NO TRABALHO PRINCIPAL[73]

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, referentes à população de 18 anos e mais de idade ocupada, em Julho de 2010, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, pouco mais de 70% declarou ter recebido de 1 (um) até 2 salários

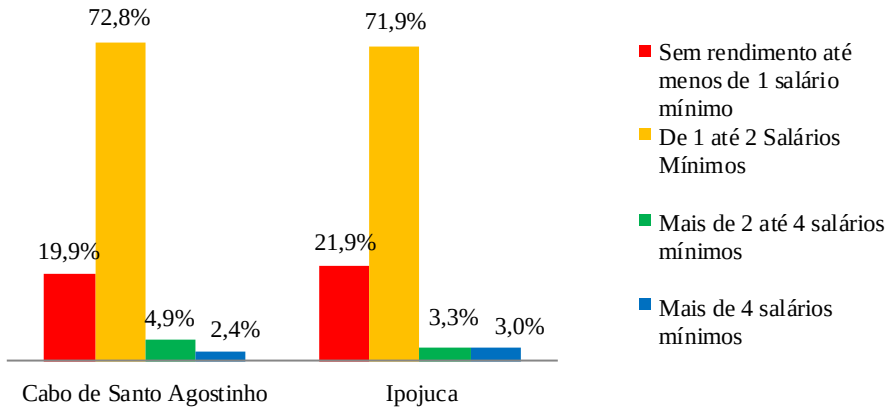
[73] Para a análise do rendimento no trabalho principal, no presente estudo utilizou-se a variável 'rendimento no trabalho principal realizado no mês de Julho de 2010', oriunda do Censo Demográfico 2010, reduzindo seu nível de mensuração para o nível ordinal, agrupando os rendimentos declarados pelos trabalhadores em faixas de salários mínimos. Em Julho de 2010, o valor de 1 (um) salário mínimo era de 510 Reais mensais. Deste modo, apesar de a variável ser analisada em faixas de salários mínimos, isto não significa que ela captou apenas rendimentos dos trabalhadores que recebiam salários, mas, de forma abrangente, refere-se a todo e qualquer tipo de rendimento obtido em atividades remuneradas.

mínimos no trabalho principal, aproximadamente 20% não tinha rendimento algum ou recebia menos de 1 (um) salário mínimo no trabalho principal ao passo que pouco mais de 6% da população recebia mais de 2 salários mínimos no trabalho principal, o que demonstra o baixo nível de rendimentos da população local (Gráfico 3.28.).

Ainda de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, o rendimento no trabalho principal da população de 18 anos e mais ocupada tende a ser ainda pior nas áreas rurais dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, onde pouco mais de 90% da população declarou ter recebido até 2 salários mínimos no trabalho principal, ao passo que este percentual cai para pouco mais de 80% da população nas áreas urbanas, conforme indicado no Gráfico 3.29. Note-se ainda que nenhum habitante das áreas rurais de ambos os municípios declarou ter recebido rendimento no trabalho principal superior a quatro salários mínimos.

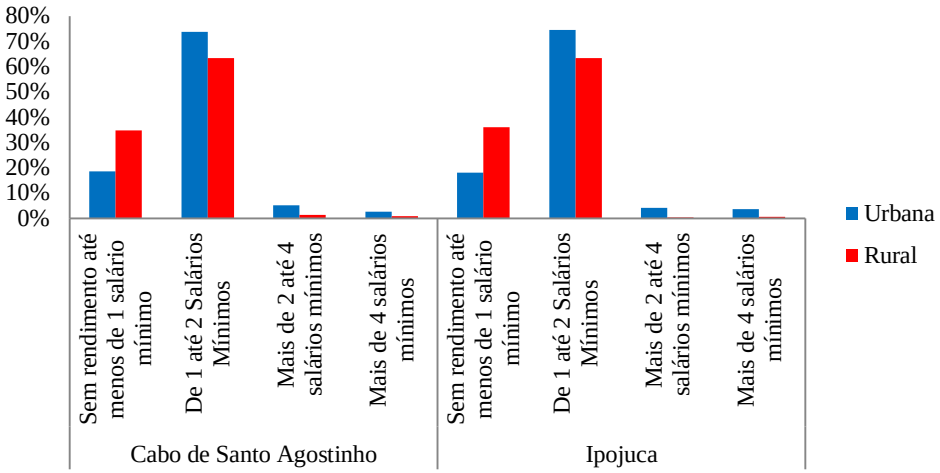
Como forma de verificar a possível associação existente entre as faixas de rendimento obtido no trabalho principal e a situação no domicílio, foram realizados testes estatísticos que, com nível de significância de 99%, indicam haver associação negativa moderada (-0,389 e -0,478) entre as variáveis, em ambos os municípios, confirmando a hipótese de que existe correlação entre as variáveis analisadas, de modo que os trabalhadores de 18 anos e mais residente nas áreas urbanas tendem a receber maiores rendimentos no trabalho principal do que os trabalhadores residentes nas áreas rurais dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (Tabela 3.27.).

**Gráfico 3.28.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Faixas de rendimento no trabalho principal da população de 18 anos e mais - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Gráfico 3.29.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Faixas de rendimento no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo situação do domicílio - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.27.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'faixas de rendimento no trabalho principal' e 'situação do domicílio' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 6.475 | 2.669 |
| Gama | -0,389 | -0,478 |
| Significância (Escore Z) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

No que diz respeito ao rendimento obtido no trabalho principal segundo o sexo, dados do Censo Demográfico de 2010 revelam que, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, os trabalhadores do sexo masculino de 18 anos e mais tendem a apresentar maiores rendimentos no trabalho principal do que as mulheres. No Cabo de Santo Agostinho, quase 80% da população masculina encontra-se na faixa de rendimento de 1 (um) a dois salários mínimos, seguido da população que não apresenta rendimento e menos de 1 (um) salário mínimo. Entre as mulheres, a maior concentração de trabalhadoras ocorre na faixa dos que recebem de 1 (um) a dois salários mínimos, porém, existe grande participação de trabalhadoras (32%) sem rendimentos ou com menos de 1 (um) salário mínimo (Gráfico 3.30.).

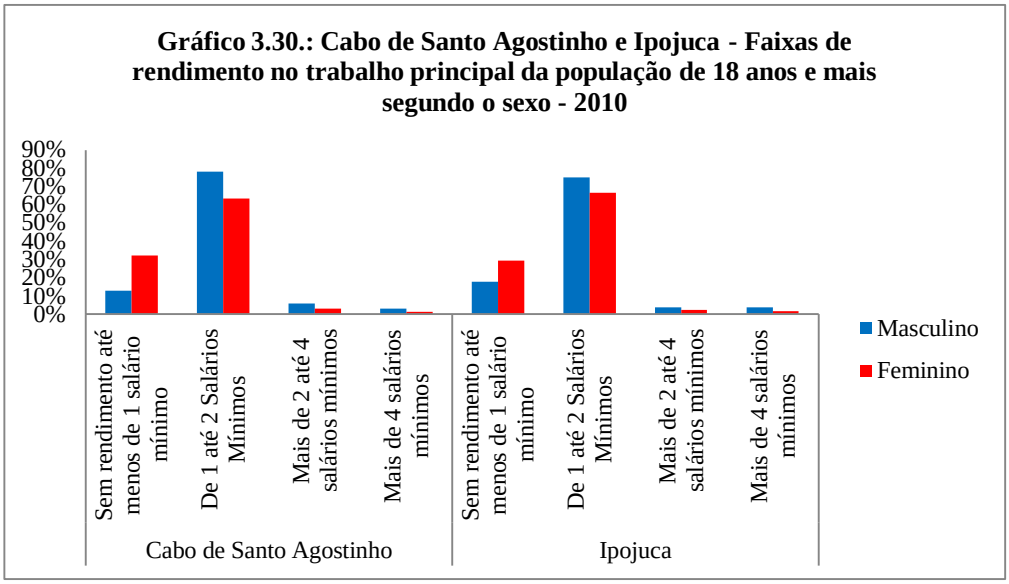
No município de Ipojuca, a distribuição de rendimentos no trabalho principal entre homens e mulheres é relativamente semelhante àquela encontrada no Cabo de Santo Agostinho, com os homens apresentando maior concentração na faixa dos que recebem de 1 (um) a dois salários mínimos e as mulheres apresentando a maior participação proporcional na faixa dos que não recebem rendimentos até menos de 1 (um) salário mínimo (Gráfico 3.30.).

Por fim, verifica-se que, em ambos os municípios, a menor proporção de trabalhadores de ambos os sexos concentra-se na faixa dos que recebem mais de quatro salários mínimos (menos de 5%), com as mulheres apresentando menor participação que os homens, indicando a extensão geral da vulnerabilidade econômica desta população, especialmente as mulheres (Gráfico 3.30.).

Os testes estatísticos de significância (Escore Z) e associação (Gama), apresentados na Tabela 3.28., revelam que, no município de Cabo de Santo Agostinho, com nível de significância de 99%, existe associação negativa moderada (-0,476) entre as variáveis sexo e rendimento obtido no trabalho principal, indicando que as mulheres tendem a apresentar piores rendimentos no trabalho principal que os homens.

Já no município de Ipojuca, a associação entre as duas variáveis apesentou valor de Gama de -0,296, indicando que a associação é negativa moderada. Estes resultados indicam que, entre os dois municípios analisados, as trabalhadoras do sexo feminino tendem a obter menores rendimentos no trabalho principal do que os trabalhadores do sexo masculino.

**Gráfico 3.30.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Faixas de rendimento no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo o sexo - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.28.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'faixas de rendimento no trabalho principal' e 'sexo' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 6.475 | 2.669 |
| Gama | -0,476 | -0,296 |
| Significância (Escore Z) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

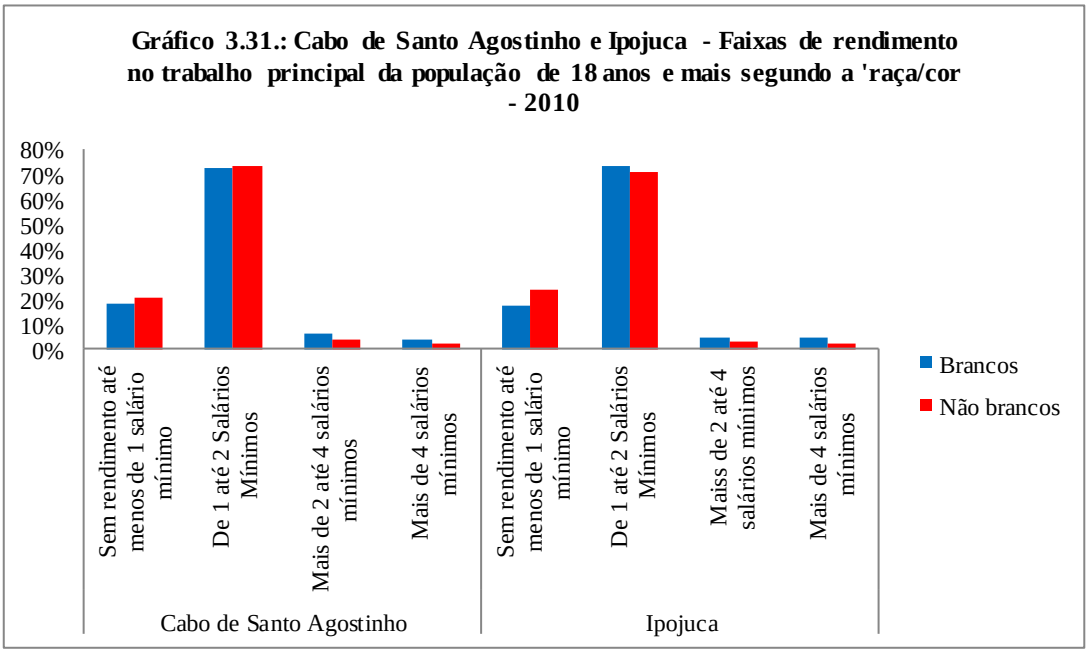
Os dados do Censo Demográfico de 2010 indicam que, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, aproximadamente 70% trabalhadores brancos e não brancos de 18 anos e mais de idade declararam ter obtido, no mês de Julho de 2010, entre 1 e 2 salários mínimos no trabalho principal, 20% não obtiveram rendimento algum ou menos de 1 salário mínimo e menos de 10% receberam mais de 2 salários mínimos (Gráfico 3.31.).

A despeito desta relativa homogeneidade, os dados indicam que os trabalhadores de cor branca tendem a receber maiores rendimentos no trabalho principal que os trabalhadores de cor não branca, de modo que os trabalhadores de cor branca apresentam maior participação nas duas maiores faixas de rendimentos (mais de 2 salários mínimos e mais de 4 salários mínimos), ao passo que os trabalhadores não brancos apresentam participação ligeiramente maior que os trabalhadores brancos na

menor faixa de rendimentos (sem rendimento até menos de 1 salário mínimo). Estes dados apontam para maior vulnerabilidade dos trabalhadores não brancos.

Os testes estatísticos aplicados com o objetivo de conhecer a possível associação existente entre as variáveis cor/raça e faixas de rendimento obtido no trabalho principal da população de 18 anos e mais revelam que, em ambos os municípios, com nível de significância de 99%, existe correlação negativa baixa entre as variáveis analisadas, indicando existir pequena associação entre a cor/raça e os rendimentos dos trabalhadores dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (Tabela 3.29.)[74].

**Gráfico 3.31.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Faixas de rendimento no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo a 'raça/cor - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.29.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'faixas de rendimento no trabalho principal' e 'cor/raça' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 6.475 | 2.669 |
| Gama | -0,120 | -0,229 |
| Significância (Escore Z) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

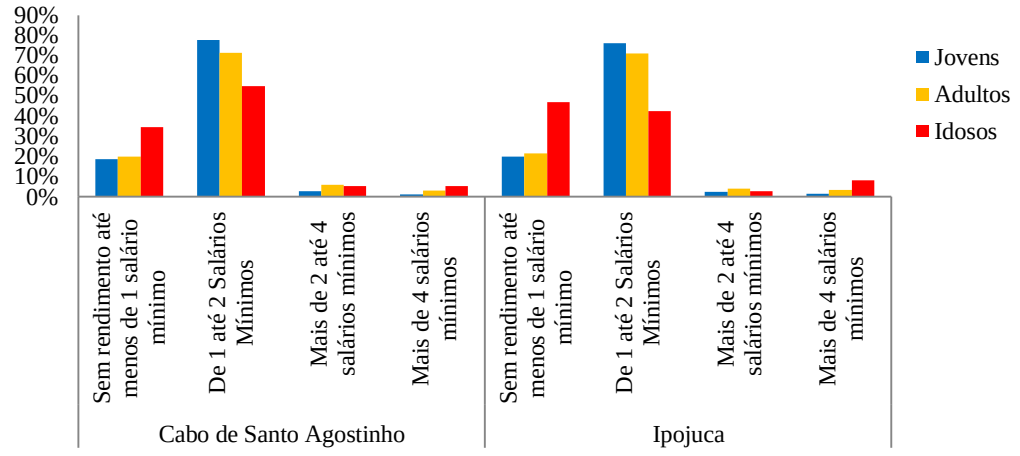
[74] A exclusão dos casos de pessoas que se declaram amarelas e indígenas não provocou nenhuma alteração nos testes de associação realizados, confirmando a inexistência de associação negativa baixa entre as variáveis 'rendimento no trabalho principal' e 'cor/raça', de modo que as pessoas de cor branca tendem a obterem maiores rendimentos que as pessoas de cores preta/parda.

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelam a precariedade geral dos rendimentos em todas as faixas etárias entre os habitantes de 18 anos e mais nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Segundo os dados apresentados no Gráfico 3.32., os adultos apresentam maior vulnerabilidade de renda, visto que aproximadamente 90% destes declararam não terem recebido mais que dois salários mínimos no trabalho principal no mês de referência da pesquisa (Julho de 2010), sendo que, destes, 20% receberam menos de um salário mínimo no trabalho principal.

A situação dos jovens não é significativamente melhor, pois 95% declararam ter recebido até dois salários mínimos no trabalho principal em Julho de 2010, porém, 18% declararam ter recebido menos de um salário mínimo. A melhor situação relativa, ainda assim, bastante precária, é apresentada pelos idosos, dos quais pouco menos de 90% recebeu até dois salários mínimos no mês de referência da pesquisa e 5% declarou ter recebido mais de quatro salários mínimos, estrato bastante superior daqueles apresentados pelos jovens e pelos adultos.

Os dados apresentados na Tabela 3.30., relativos à possível associação entre faixas etárias e rendimento no trabalho principal revelam que, em ambos os municípios, não existe associação entre as variáveis ‘faixas etárias’ e ‘rendimento no trabalho principal’ nos território analisados.

**Gráfico 3.32.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Faixas de rendimentos da população de 18 anos e mais segundo as faixas etárias - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.30.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'faixas de rendimento no trabalho principal' e 'faixas etárias' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 6.475 | 2.669 |
| Gama | 0,023 | -0,030 |
| Significância (Escore Z) | 0,384 | 0,450 |

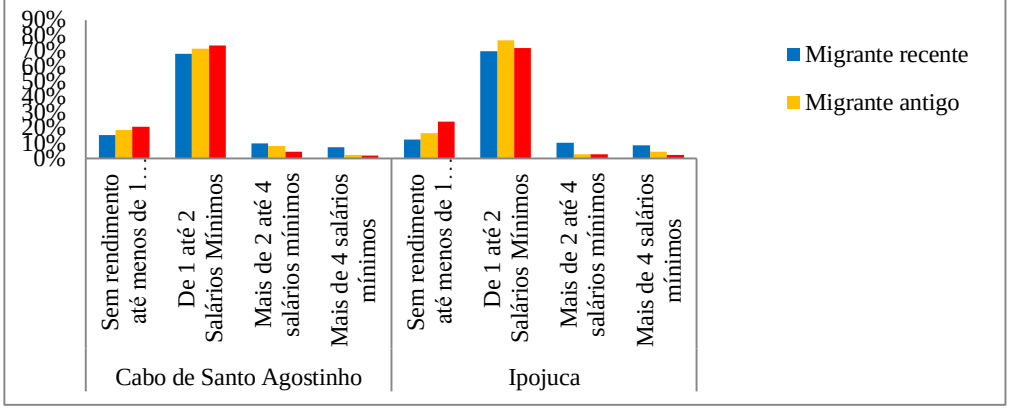
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

Dados do Censo Demográfico de 2010, apresentados no Gráfico 3.33., demonstram a distribuição das faixas de rendimentos da população de 18 anos e mais segundo a condição migratória nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Segundo os dados, todos os grupos populacionais (migrantes recentes, migrantes antigos e população estabelecidas) concentram-se predominantemente na faixa de um até dois salários mínimos, seguida pela faixa composta pelos sem rendimento até menos de um salário mínimo. Isto revela o quadro de altíssima precariedade da população, onde quase 90% da população de ambos os municípios recebe, no máximo, até dois salários mínimos. Já nas duas maiores faixas de rendimento (mais de dois salários mínimos até quatro salários mínimos e mais de quatro salários mínimos), a maior proporção é de migrantes recentes, indicando que este grupo apresenta maiores rendimentos no trabalho principal que os migrantes antigos e a população estabelecida, em ambos os municípios.

Como forma de analisar a associação entre a condição de migração e as faixas de rendimento no trabalho principal, foram aplicados testes de significância e associação que demonstram que, com nível de significância de 99%, no município de Cabo de Santo Agostinho existe associação negativa baixa entre as duas variáveis, e no município de Ipojuca, existe associação negativa moderada entre condição de migração e faixas de rendimento no trabalho principal. Estes resultados evidenciam que os migrantes recentes tendem a apresentar maiores rendimentos que os migrantes antigos e a população estabelecida nos territórios investigados (Tabela 3.31.).

**Gráfico 3.33.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Faixas de rendimentos no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo a 'condição migratória' - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.31.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'faixas de rendimento no trabalho principal' e 'condição de migração' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 6.475 | 2.669 |
| Gama | -0,212 | -0,360 |
| Significância (Escore Z) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

Ainda com base em dados do Censo Demográfico de 2010, buscou-se analisar os diferenciais de rendimentos segundo a formalização no trabalho da população de 18 anos e mais de idade nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Não obstante a importância deste tipo de análise, é preciso sublinhar que, geralmente, pode existir o problema da subnotificação dos casos de informalidade, isto é, pessoas que, ao responderem a respeito de sua condição de formalidade/informalidade no trabalho, por vezes afirmam serem trabalhadores formais, quando, na realidade, encontram-se na situação de informalidade. Isto ocorre em certa medida devido a receios quanto às fiscalizações relativas ao trabalho. Este adendo, contudo, não deve inviabilizar as análises a respeito da formalidade/informalidade em um dado território.

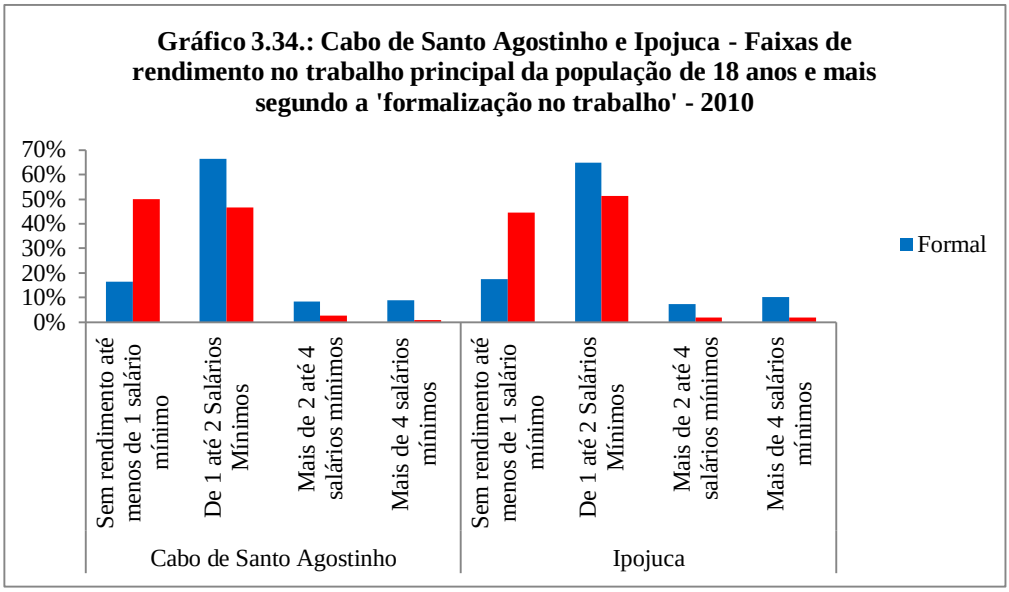
Segundo os dados, em ambos os municípios, os trabalhadores que apresentam formalização no trabalho tendem a concentrar-se nas faixas mais elevadas de

rendimento em relação àqueles que executam atividades informais. No município de Cabo de Santo Agostinho, dentre os indivíduos que desempenham atividades laborais formais, 16% se localizam na faixa de pior rendimento (sem rendimento até menos de um salário mínimo), pouco mais de 65% recebe de um até dois salários mínimos, 8% recebe mais de dois salários mínimos até quatro salários mínimos e 9% recebe mais de quatro salários mínimos (Gráfico 3.34.).

Por sua vez, o município de Ipojuca apresenta distribuição semelhante, onde 17% não apresenta rendimento ou recebe menos de um salário mínimo, 65% recebe até dois salários mínimos, 7% recebe mais de dois até quatro salários mínimos e 10% recebe mais de quatro salários mínimos.

Os testes de significância e associação aplicados entre as variáveis formalização e rendimento no trabalho principal revelam que, na população de 18 anos e mais, com nível de significância de 99%, é possível afirmar que existe correlação negativa substancial entre as duas variáveis, em ambos os municípios. Este resultado indica que a formalização está altamente associada ao rendimento dos trabalhadores na população analisada, de modo que a formalização tende a aumentar expressivamente os rendimentos obtidos no trabalho principal. Os dados são apresentados na Tabela 3.32.

**Gráfico 3.34.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Faixas de rendimento no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo a 'formalização no trabalho' - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.32.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'faixas de rendimento no trabalho principal' e 'formalização' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 2.177 | 1.010 |
| Gama | -0,637 | -0,553 |
| Significância (Escore Z) | 0,001 | 0,001 |

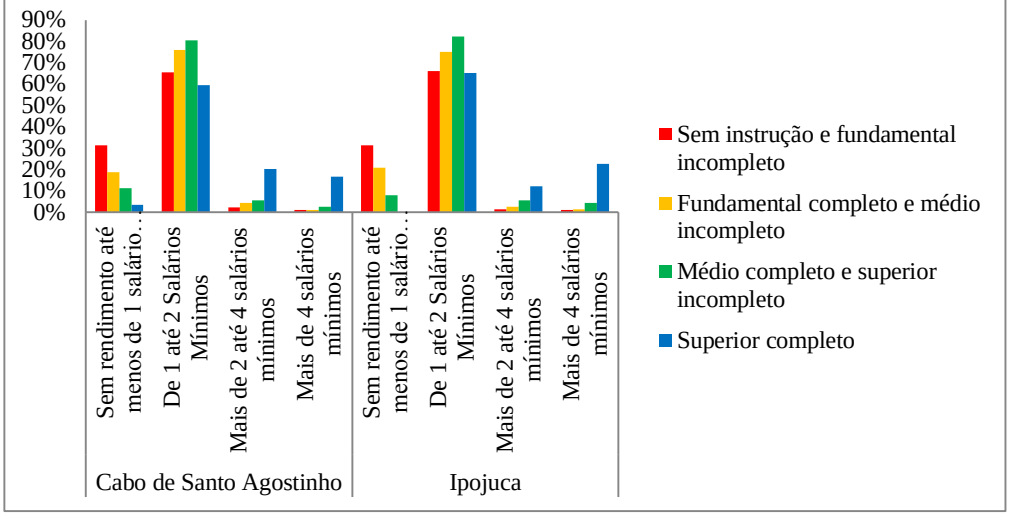
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

Por fim, analisou-se também a distribuição da população de 18 anos e mais de idade em faixas de rendimento obtido no trabalho principal segundo as faixas de escolaridade. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, a população de 18 anos e mais de idade, de todas as faixas de escolaridade, tende a concentrar-se na faixa dos que recebem de um até dois salários mínimos, sendo ocupada em maior proporção pelos trabalhadores que apresentam ensino médio completo ou superior incompleto. Entretanto, as duas maiores faixas de rendimento são compostas predominantemente por trabalhadores que apresentam o ensino superior completo e, na outra ponta, a faixa que representa o pior rendimento é ocupada majoritariamente pelos indivíduos sem instrução e até fundamental incompleto, numa clara demonstração que os maiores rendimentos tendem a ser obtidos pelos trabalhadores de maior escolarização. Os resultados são apresentados no Gráfico 3.35.

Como forma de conhecer a possível associação entre a escolaridade e o rendimento da população de 18 anos e mais de idade nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, os testes de significância (Escore Z) e correlação (Gama) indicam que, com 99% de significância estatística, existe correlação positiva moderada, no Cabo de Santo Agostinho, e positiva substancial, em Ipojuca, entre escolaridade e rendimento obtido no trabalho principal, de modo que, quanto maior a escolaridade apresentada pelo trabalhador, maiores são as chances de aumentar o rendimento obtido no trabalho. Os dados são demonstrados na Tabela 3.33.

**Gráfico 3.35.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Faixas de rendimento no trabalho principal da população de 18 anos e mais segundo a 'escolaridade' - 2010**




Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

**Tabela 3.33.: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Testes de associação entre as variáveis 'faixas de rendimento no trabalho principal' e 'escolaridade' – 2010**

| | Cabo de Santo Agostinho | Ipojuca |
|---|---|---|
| Casos válidos (N) | 6.441 | 2.660 |
| Teste Gama | 0,480 | 0,560 |
| Significância (Escore Z) | 0,001 | 0,001 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Base de dados: Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010. Tabulação própria.

A análise dos dados oficiais revela que os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, a despeito da evolução consistente de determinados indicadores socioeconômicos, ainda padecem de expressivas condições de pobreza e alta desigualdade socioeconômica entre os diferentes grupos populacionais que compõem estes territórios.

Neste contexto, constata-se que as condições de vulnerabilidade atingem mais fortemente as pessoas que apresentam *escolaridade mais baixa*, de modo que elas tendem a apresentar *piores oportunidades de colocação no mercado de trabalho, evidenciada pela alta informalização dos trabalhadores, e menores rendimentos advindos do trabalho*. Tal constatação ganha contornos dramáticos quando se verifica que a maior parte da população dos municípios analisados insere-se na faixa mais baixa

de escolarização (sem instrução e até o fundamental incompleto). Este quadro, além de evidenciar a contradição existente entre o crescimento econômico local e a persistência das condições de pobreza e desigualdades de parcelas expressivas da população, sinaliza para a urgência de políticas públicas focadas nas temáticas da educação e do emprego.

Por fim, urge considerar em que medida os fatores associados à pobreza e às desigualdades podem impactar no bem-estar subjetivo e na felicidade dos habitantes destes territórios. Esta reflexão é fundamental para o exercício de construção e análise de indicadores que tratem do bem-estar, objetivo e subjetivo, e da felicidade de habitantes de territórios marcados por tais características.

# CAPÍTULO IV
# DESIGUALDADES DE BEM-ESTAR SUBJETIVO NOS MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA: UMA ANÁLISE DA PESQUISA FUNDAJ/OBSERVATÓRIO-PE/LAEPT, 2015

Os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca caracterizam-se por expressivas condições de pobreza e alta desigualdade socioeconômica entre seus habitantes. Os resultados obtidos em diversos indicadores produzidos em pesquisas oficiais, especialmente no Censo Demográfico de 2010, são corroborados pelos resultados encontrados na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Diante do cenário de elevada desigualdade socioeconômica, questiona-se **se** e **em que medida** os indicadores socioeconômicos, demográficos e de bem-estar subjetivo podem influenciar o nível de felicidade dos habitantes no território investigado. Para isso, são utilizados dados construídos na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015[75].

A partir da constatação de eventuais correlações entre os indicadores supracitados, busca-se construir uma medida de desenvolvimento social baseada na felicidade, intitulada Índice de Felicidade Local (IFL), composta por indicadores socioeconômicos, demográficos e de bem-estar subjetivo que apresentem efetiva correlação com a felicidade dos habitantes de um território/grupo populacional determinado.

Por fim, busca-se aplicar o IFL à amostra populacional construída na Fundaj/CIPS, 2014, para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca).

A proposta de construção do IFL significa a composição de uma equação composta por indicadores socioeconômicos, demográficos e de bem-estar subjetivo que apresentam correlação com o nível de felicidade dos indivíduos. Seu objetivo é mensurar o desenvolvimento social de um território/grupo populacional a partir da mensuração da felicidade de seus habitantes.

[75] Detalhes técnicos da composição da amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 e a elaboração das variáveis utilizadas na pesquisa podem ser consultados no Apêndice A.

A estratégia utilizada para a análise a respeito de quais indicadores e em que medida eles são capazes de influenciar a felicidade dos indivíduos é a construção de um *Modelo de Análise de Regressão Multivariada*, por meio do qual se torna possível estabelecer a influência de determinadas variáveis independentes sobre uma variável dependente. De forma adicional, a utilização do Modelo de Análise de Regressão Multivariada permite, através do conhecimento da relevância das correlações entre os indicadores, atribuir os pesos aos indicadores no processo de construção do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

No presente capítulo, são apresentados e discutidos os principais resultados encontrados no processo de construção e análise do Modelo de Análise de Regressão Multivariada aplicado na amostra populacional da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados relativos à análise da desigualdade de bem-estar subjetivo nos territórios investigados, sendo utilizados os indicadores de bem-estar subjetivo que apresentaram relevância no modelo de análise de regressão multivariada.

## 4.1 ANÁLISE DE REGRESSÃO MULTIVARIADA: A RELEVÂNCIA DO BEM-ESTAR SUBJETIVO

Um importante desafio a ser enfrentado nos modelos de mensuração de felicidade diz respeito à correta atribuição de pesos dos indicadores e das categorias de respostas de cada indicador utilizado. O obstáculo a ser superado é justamente identificar em que medida os indicadores incluídos em determinado modelo revelam-se capazes de influenciar o nível de felicidade e, a partir disto, atribuir coerentemente o peso específico que cada variável deve receber.

A proposta de construção do IFL parte do pressuposto teórico-metodológico de que, em razão das inúmeras diferenças contextuais[76] que existem entre territórios e grupos populacionais nos quais se busca aplicar estratégias de mensuração da felicidade, é indispensável analisar as correlações (força e sentido) que eventualmente podem

[76] As diferenças contextuais dizem respeito às características socioeconômicas, demográficas e culturais que são particulares a cada território e/ou grupos sociais investigados.

existir entre o nível de felicidade auto-relatado pelos indivíduos e os indicadores de bem-estar e de bem-estar subjetivo.

Por esta razão, na proposta de construção do IFL, está contido o pressuposto de que somente devem ser incluídos no cálculo da mensuração da felicidade os indicadores que, de fato, apresentam influência com o nível de felicidade dos indivíduos, no contexto específico onde o estudo está sendo realizado. Para isto, recomenda-se que sejam realizados testes estatísticos por meio dos quais seja possível conhecer as correlações entre os possíveis indicadores a serem incluídos na composição do IFL.

No presente estudo, com o objetivo de construir o modelo IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, utilizou-se a técnica de Análise de Regressão Multivariada para verificar a influência que os indicadores de bem-estar objetivo (compostos por variáveis socioeconômicas e demográficas) e de bem-estar subjetivo (compostos por variáveis de identidade e de satisfação) apresentam sobre o nível de felicidade auto-relatado pelos indivíduos.

Tradicionalmente, para a construção de índices estatísticos (variáveis compostas), utiliza-se o teste de Alfa de Cronbach, por meio do qual é possível conhecer quais variáveis podem oferecer maior robustez na composição de um índice estatístico. No presente trabalho, também foram utilizados testes de Alfa de Cronbach para verificar quais variáveis deveriam ser incluídas na composição de um índice de felicidade[77]. Contudo, optou-se por utilizar a técnica de análise de regressão multivariada para estabelecer quais variáveis deveriam ser incluídas no índice de felicidade e quais pesos deveriam ser atribuídos a cada variável.

Importa ressaltar que os testes de Alfa de Cronbach e de análise de regressão multivariada apresentaram conclusões bastante semelhantes a respeito das variáveis que deveriam ser utilizadas para a composição do índice de felicidade. No presente estudo, porém, optou-se por basear o processo de construção do IFL nos resultados obtidos no modelo de análise de regressão multivariada, por considerar que as informações oferecidas pelo referido modelo, especialmente no que tange à influência das variáveis independentes sobre a variável depende, são mais úteis para o processo de composição do índice de felicidade.

[77] Consultar as Tabelas XV a XXIII, no Apêndice A.

Com base nos resultados obtidos a partir da construção do modelo de análise de regressão multivariada, tornou-se possível verificar quais variáveis e em que medida elas influenciam a felicidade dos indivíduos, oferecendo os subsídios para a seleção das variáveis que seriam incluídas na composição do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, bem como os pesos atribuídos a cada uma dessas variáveis na composição do referido índice.

De acordo com Gujarati (2000), Figueiredo Filho (2011) e também com Wooldridge (2013), a construção de um modelo de análise de regressão multivariada tem por objetivo medir o *efeito conjunto*, isto é, a influência de determinadas variáveis independentes (chamadas também de variáveis explicativas ou previsoras, e que geralmente são descritas pela letra X) sobre a variável considerada dependente (chamada também de predito, e representada pela letra Y). Segundo os autores, uma equação de análise de regressão linear pode ser descrita por meio da seguinte notação:

$$\mathbf{Y = \alpha + \beta 1X1 + \beta 2X2... + u}$$

Aplicando-se a equação supracitada no presente modelo de mensuração da felicidade, a letra ‘Y’ representa o nível de felicidade auto-relatado pelos indivíduos, e que supostamente está sendo influenciado pelas variáveis representadas pelas letras ‘X’, a exemplo dos indicadores de bem-estar e de bem-estar subjetivo, construídos no presente estudo. Na equação há ainda o chamado termo de perturbação ou erro, representado pela letra ‘u’, que representa a existência de outros indicadores que podem também influenciar o nível de felicidade dos indivíduos, mas que não estão especificados (incluídos) no modelo. Assim, a utilização da técnica de análise de regressão multivariada torna-se útil na medida em que permite estimar empiricamente a influência que determinadas variáveis apresentam na felicidade dos indivíduos do grupo pesquisado.

Com a construção do modelo, não se espera que os resultados obtidos a partir da técnica de análise de regressão multivariada tenham qualquer pretensão universalista, dado que a felicidade apresenta grandes variações contingenciais, isto é, em função de a felicidade ser uma categoria de valor, ela é variante no tempo e no espaço. O que se espera do modelo de análise de regressão é que ele forneça um panorama geral de

determinados *valores* que podem influenciar a felicidade do grupo que está sendo analisado, servindo para indicar aspectos (variáveis) que devem ser aprofundados analiticamente por meio de pesquisas quantitativas e qualitativas.

Esta é a diferença crucial entre os estudos teórico-filosóficos de felicidade e os estudos metodológico-empíricos. Ao passo em que nos estudos teórico-filosóficos reflete-se acerca das concepções em torno do fenômeno da felicidade e de possíveis elementos que podem estar a ela associados, nos estudos metodológico-empíricos buscam-se testar os conhecimentos (na forma de hipóteses) oferecidos pelos estudos teórico-filosóficos de felicidade, indicando quais elementos (na forma de variáveis e indicadores), de fato, estão a influenciar a felicidade dos indivíduos de um grupo populacional particular, em um dado momento e, por conseguinte, oferecer novos contributos teóricos aos estudos da felicidade.

Obviamente, os modelos empíricos de mensuração da felicidade, por mais sofisticados que sejam, jamais possibilitarão a inclusão de *todos* os elementos condicionantes da felicidade e tampouco captarão a importância real que cada componente da felicidade apresenta para cada indivíduo em particular. Os modelos de mensuração da felicidade permitem a análise de um conjunto pré-determinado de elementos que pode estar associado ao nível de felicidade de uma amostra bastante reduzida de indivíduos, extraída de um contexto particular. Com isto, espera-se que os modelos de mensuração da felicidade permitam tão somente uma estimação de quais valores estão associados à felicidade deste grupo populacional particular e em que medida esses valores podem influenciar o nível de felicidade dos integrantes deste grupo.

Baseado nesta premissa, para o presente estudo foi construído um conjunto de 24 indicadores[78], sendo 1 (um) indicador de tipo *dependente* (o indicador sintético de felicidade, isto é, o nível de felicidade auto-relatado pelo indivíduo) e 23 indicadores de tipo *independente* (indicadores de bem-estar objetivo e de bem-estar subjetivo).

Para a seleção dos indicadores dependentes, foi necessário identificar e analisar a relevância teórica e empírica das possíveis correlações existentes entre esses indicadores com o indicador sintético de felicidade. A ideia foi testar em que medida os

[78] Os detalhes técnicos relativos à construção dos indicadores são apresentados no Apêndice A da presente Tese.

indicadores independentes podem influenciar o indicador de tipo dependente. Tal procedimento, além de oferecer um panorama analítico entre as variáveis construídas para o estudo, constitui um importante filtro, permitindo que sejam incluídas em um modelo estatístico de análise de regressão apenas aquelas variáveis que sejam, de fato, significativas ao estudo (GUJARATI, 2000; FIGUEIREDO FILHO *ET. AL*., 2011; WOOLDRIDGE, 2013).

Deste modo, a primeira decisão metodológica adequada para a análise das variáveis que devem ser incluídas em um modelo de análise de regressão multivariada é a realização de testes preliminares de correlação entre as variáveis. As variáveis independentes construídas no presente estudo foram correlacionadas com a variável dependente, sendo utilizados os testes estatísticos não-paramétricos de Spearman e Eta, a depender do nível de mensuração das variáveis correlacionadas (DANCEY & REIDY, 2006). Estes testes de correlação buscam identificar em que medida duas variáveis estão associadas entre si, fazendo-se estimações entre os escores obtidos em ambas as variáveis. Grosso modo, identifica-se se e em que medida acréscimos ou decrescimentos registrados nos escores de uma variável independente são acompanhados por acréscimos ou decréscimos na variável dependente.

Como ponto de corte, ficou estabelecido que somente devem ser incluídas no modelo de análise de regressão as variáveis independentes que apresentam, no mínimo, *valor moderado de correlação* (valor da correlação a partir de 0,300, independentemente do sentido da correlação ser positiva ou negativa) entre as variáveis dependente e independente[79] e com nível de significância de 95%.

Com base nos testes de correlação realizados, constata-se a existência de efetiva correlação entre o indicador 'nível de felicidade' e *sete* variáveis independentes. São elas: 'Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo' (0,477), 'Satisfação com as relações familiares e de amizade' (0,442), 'Satisfação com o tempo livre para o lazer' (0,357), 'Expectativa com o futuro' (0,348), 'Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar' (0,329), 'Índice de identidade' (0,254)[80] e 'Satisfação com a

[79] No Anexo B é apresentada uma tabela de valores de correlação entre variáveis. Esta tabela foi utilizada como guia das interpretações dos testes de correlações realizados na presente investigação.

[80] A rigor, a variável 'Índice de identidade' não apresentou valor de correlação suficiente dentro do parâmetro estimado para os testes de correlação (0,254). Contudo, como o resultado da correlação desta variável aproximou-se do ponto de corte estabelecido (0,300), optou-se pela inclusão desta variável no modelo de análise de regressão multivariada a ser construído.

saúde física' (0,248). Estas foram as *sete* variáveis incluídas na elaboração do primeiro modelo de análise de regressão multivariada. Os resultados dos testes estatísticos de correlação são apresentados no Quadro 4.1.

Importa esclarecer que o indicador 'Satisfação com o trabalho atual' (0,098), embora não tenha apresentado resultado satisfatório de correlação com o indicador 'nível de felicidade', foi incluído no modelo de análise de regressão multivariada. Isto porque, além de sua relevância teórica, ele foi o indicador que apresentou os resultados mais baixos de satisfação entre as variáveis de bem-estar subjetivo, tornando-se necessário investigar se e em que medida a insatisfação com o trabalho pode influenciar o nível de felicidade dos indivíduos.

É fundamental destacar que os resultados preliminares dos testes de correlação atestam que o grupo formado pelos indicadores de bem-estar social objetivo **não** apresentam correlação estatisticamente significativa com o nível de felicidade. Com isto, diferentemente do argumento contido na primeira hipótese deste trabalho, os resultados preliminares indicam que, na amostra analisada, as condições socioeconômicas e demográficas não influenciam nos níveis de felicidade dos habitantes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Importa ressaltar que este resultado *refuta* a primeira hipótese de trabalho construída no presente estudo, ou seja, as condições materiais de vida tendem a apresentar correlações muito baixas com o nível de felicidade dos indivíduos. Este resultado é condizente com as conclusões obtidas nos principais estudos de mensuração de felicidade, de que existem correlações muito fracas entre os indicadores objetivos de condições de vida e os níveis de felicidade dos indivíduos, ficando a cargo dos indicadores de bem-estar subjetivo a compreensão das variações dos níveis de felicidade (VEENHOVEN, 1984, 2015; LAYARD, 2008; URA, 2012).

**Quadro 4.1.: Resumo dos testes de associação aplicados à variável 'Nível de felicidade'**

| Variável Dependente | Variável Independente | Valor da correlação | Nível de significância |
|---|---|---|---|
| Nível de Felicidade | Estado conjugal | 0,098 | 0,025 |
| | Religião/culto | 0,077 | 0,008 |
| | Frequência das atividades religiosas | 0,060 | 0,260 |
| | Migração | -0,033 | 0,351 |
| | Tempo de residência total no município | 0,081 | 0,003 |
| | Nível de escolaridade | 0,087 | 0,034 |
| | Exerceu ocupação remunerada | 0,075 | 0,034 |
| | Renda total individual mensal | -0,090 | 0,011 |
| | Renda total *per capita* mensal | 0,023 | 0,523 |
| | Índice de Habitabilidade | 0,011 | 0,745 |
| | Índice de Consumo | 0,015 | 0,662 |
| | Índice de Qualidade do Trabalho | -0,120 | 0,033 |
| | Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar | 0,329 | 0,001 |
| | Índice de Identidade | 0,254 | 0,001 |
| | Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | 0,477 | 0,001 |
| | Satisfação com a saúde física | 0,248 | 0,001 |
| | Satisfação com as relações familiares e de amizade | 0,442 | 0,001 |
| | Satisfação com o tempo livre para o lazer | 0,357 | 0,001 |
| | Expectativa com o futuro | 0,348 | 0,001 |
| | Satisfação com o trabalho atual | 0,098 | 0,006 |
| | Nível de endividamento | 0,105 | 0,032 |
| | Nível do medo da violência/criminalidade | 0,110 | 0,540 |
| | Nível de vitimização do preconceito/discriminação | 0,137 | 0,001 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Apesar dos baixos resultados apresentados nos testes de correlação preliminares realizados entre indicadores de bem-estar objetivo e o nível de felicidade, decidiu-se construir um modelo de análise de regressão composto exclusivamente por variáveis de bem-estar objetivo, conforme apresentado no Quadro 2.5. (página 124). As variáveis de bem-estar objetivo incluídas no referido modelo foram: 'Estado conjugal', 'Frequência de participação em atividades religiosas', 'Migração', 'Tempo total de residência no município', 'Nível de escolaridade', 'Renda domiciliar *per capita* mensal', 'Índice de consumo' e 'Índice de qualidade do trabalho'.

Os resultados obtidos a partir do modelo corroboraram com os resultados dos testes preliminares de correlação, demonstrando que as referidas variáveis **não** apresentam correlações significativas com a variável 'nível de felicidade'. Por esta razão, os indicadores de bem-estar objetivo foram excluídos do processo de construção do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

A constatação empírica de que os indicadores de bem-estar objetivo não apresentam correlações significativas com o nível de felicidade dos indivíduos **não significa** que as condições materiais de vida não influenciam nos níveis de felicidade dos indivíduos. Na realidade, a função dos testes de correlação é estimar a direção e a força dos escores obtidos nas frequências entre duas variáveis. Com isto, embora os testes de correlação realizados na presente investigação não tenham captado correlações significativas entre as variáveis objetivas e o nível de felicidade, é preciso ressaltar a importância das condições materiais de vida na felicidade humana.

Este é o caso dos indicadores de bem-estar objetivo 'renda domiciliar *per capita* mensal' e 'índice de consumo'. Os testes de correlação realizados não captaram correlações significativas entre esses dois indicadores independentes e a variável dependente 'nível de felicidade', não sendo possível associar as alterações nos rendimentos e no volume de consumo com os níveis de felicidade dos indivíduos. Todavia, os testes realizados indicaram correlação substancial positiva (valor do teste R de Pearson de 0,506) entre as variáveis 'satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo' e 'nível de felicidade'. Isto demonstra que as condições materiais de vida, que neste caso está representada pelo indicador subjetivo 'satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo', apresenta importância fundamental para a compreensão do nível de felicidade dos participantes da amostra utilizada na investigação empírica.

Uma hipótese para que parece válida para explicar a relevância das variáveis de bem-estar subjetivo na captação da importância das condições materiais de vida é o argumento defendido por Veenhoven (1984) e Layard (2008) de que a satisfação advinda das condições materiais de vida é *relacional*. Isto significa que este tipo de satisfação está relacionado com as comparações que o indivíduo faz de suas próprias condições materiais de vida atuais e em épocas passadas, bem como da avaliação comparativa das condições materiais de vida das pessoas com as quais o individuo

mantém relações. Neste sentido, é muito mais evidente que a auto-avaliação da satisfação com suas condições materiais de vida apresente correlações com o nível de felicidade do que a tentativa de estimar um parâmetro quantitativo que estabeleça as condições ótimas para a felicidade do indivíduo.

O argumento de Veenhoven (1984) e Layard (2008) é relevante para compreender os resultados obtidos na análise relativa às condições materiais de vida do grupo populacional investigado nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Os dados que tratam das condições materiais de vida desses indivíduos, discutidos nos capítulos III, IV e no Apêndice da presente tese, revelam que parte expressiva desta população padece de expressiva condição de pobreza e alta desigualdade social. Estes fatores impactam na 'satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo', de modo que, no estudo, constata-se que este indicador influencia negativamente o nível de felicidade dos indivíduos, fazendo com que a alta insatisfação registrada pelos indivíduos decline o nível de felicidade destes.

Ressalva semelhante deve ser feita com relação às variáveis de bem-estar objetivo 'estado conjugal', 'religião/culto' e 'tempo de residência total no município'. Além de outras características que lhes são pertinentes, estas variáveis podem indicar as redes de sociabilidade que os indivíduos tendem a desenvolver no território em que residem. Hipoteticamente, as redes de sociabilidade são fundamentais para a felicidade dos indivíduos (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008). Apesar disto, os testes realizados indicam não haver correlações significativas entre as variáveis supracitadas e o nível de felicidade dos indivíduos. Todavia, o indicador subjetivo 'Satisfação com as relações familiares e de amizade' captam a importância das redes de sociabilidade com a felicidade. Os testes realizados indicam que a variável de bem-estar subjetivo 'satisfação com as relações familiares e de amizade' apresenta correlação positiva moderada (0,442) com a variável 'nível de felicidade', corroborando a hipótese de que as redes de sociabilidade são indispensáveis à felicidade dos indivíduos.

O fato de as variáveis 'estado conjugal', 'religião/culto' e 'tempo de residência no município' não apresentarem correlações significativas com a variável 'nível de felicidade' pode ser explicado porque, por meio dos testes de correlação utilizados, não foi possível captar quais tipo de arranjos familiares, religiosos e de sociabilidade em geral estão mais fortemente associados ao nível de felicidade. Com isto, a partir dos

resultados dos testes de correlação realizados, é indiscutível que a satisfação com as relações familiares e de amizade são importantes para o nível de felicidade. Mas, não é possível identificar quais e em que medida os tipos de arranjos são mais relevantes à felicidade.

O fato de os indicadores de bem-estar objetivo não apresentarem correlações significativas com o nível de felicidade dos indivíduos atestam a necessidade de se formular e adotar indicadores alternativos nas estratégias de mensuração da felicidade e do desenvolvimento social, conforme defendido por Veenhoven (1984), Nussbaum e Sen (2004), Layard (2008) e Ura (2012). Estes 'novos' indicadores devem estar baseados em auto-avaliações realizadas pelos próprios indivíduos do que nas tradicionais categorias pré-estabelecidas de posições objetivas de classe e poder.

Tomando-se como base os resultados dos testes de correlação preliminares, a decisão foi incluir no modelo final de análise de regressão multivariada apenas ***oito*** indicadores de tipo independente, todos exclusivamente relativos ao grupo de bem-estar subjetivo, que apresentaram correlações significativas com o nível de felicidade auto-relatado pelos indivíduos. Estes resultados formam o indício de que estes indicadores de bem-estar subjetivo influenciam a felicidade dos indivíduos no contexto estudado.

Os resultados descritos na Tabela 4.1. demonstram que, nos indicadores incluídos no modelo de análise de regressão multivariada, foram analisados 709 casos. A média mais elevada entre os indicadores independentes foi obtida no indicador 'Satisfação com as relações familiares e de amizade' (8,60), indicando elevada tendência de satisfação com as relações familiares e de amizade entre os elementos da amostra. Em contrapartida, a menor média obtida foi apresentada pelo indicador 'Satisfação com o trabalho atual' (5,52), denotando alta insatisfação entre os elementos da amostra com o trabalho. O menor Desvio padrão foi apresentado pelo indicador 'Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar' (1,652), indicando reduzida variação entre as médias de satisfação. Finalmente, o maior Desvio padrão apresentado foi obtido pelo indicador 'Satisfação com o trabalho atual' (3,870), denotando alta variação entre as médias obtidas neste indicador.

**Tabela 4.1.: Descrição estatística das variáveis incluídas no modelo de análise de regressão**

| Indicadores | N Casos válidos | Média | Desvio Padrão |
|---|---|---|---|
| Nível de felicidade (Dependente) | 709 | 8,26 | 1,973 |
| Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | 709 | 6,72 | 2,187 |
| Satisfação com a saúde física | 709 | 7,25 | 2,287 |
| Satisfação com as relações familiares e de amizade | 709 | 8,60 | 1,748 |
| Satisfação com o tempo livre para o lazer | 709 | 6,48 | 2,602 |
| Expectativa com o futuro | 709 | 8,56 | 1,989 |
| Satisfação com o trabalho atual | 709 | 5,52 | 3,870 |
| Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar | 709 | 5,82 | 1,652 |
| Índice de Identidade | 709 | 7,26 | 3,402 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria

Dando sequência ao processo de composição do modelo de regressão multivariada, os resultados apresentados na Tabela 4.2. dizem respeito aos valores dos testes de correlação (R de Pearson) obtidos entre os indicadores incluídos no modelo bem como aos valores dos testes de significância.

Importa ressaltar que, embora a análise de significância constitua requisito fundamental para a composição e utilização de modelos de análise de regressão multivariada, a estratégia de composição da amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 violou importantes pressupostos para a composição de amostragem probabilística. Com isto, ainda que os resultados obtidos nos testes de significância demonstrem que os valores de correlação obtidos na amostra sejam representativos do universo populacional dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, tal constatação é **falsa**, devido à violação dos pressupostos de probabilidade, na composição da amostra. Deste modo, os resultados obtidos na amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 dizem respeito unicamente aos próprios participantes da amostra, e não à população dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca[81].

Com vistas a facilitar a interpretação dos resultados apresentados nas Tabelas 4.2. e 4.3., é apresentado um resumo dos valores das correlações obtidos entre os indicadores independentes e o indicador dependente. De acordo com os resultados apresentados, verifica-se que as correlações dos indicadores independentes com o

[81] As discussões a respeito da composição da amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 são apresentadas no Apêndice do presente estudo.

indicador dependente são positivas, de modo que, quando aumentam os valores dos primeiros, também aumentam os valores do indicador dependente (Nível de felicidade).

De forma complementar, observe-se que, dos oito indicadores independentes incluídos no modelo, o que possui o maior grau de correlação com o nível de felicidade foi o indicador 'Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo' (0,506), seguido do indicador 'Satisfação com as relações familiares e de amizade' (0,429). Em contrapartida, o indicador independente que apresenta menor correlação com o nível de felicidade é o indicador 'Satisfação com o trabalho atual' (0,132), seguido do indicador 'Índice de identidade' (0,197).

Este resultado indica, de forma preliminar, que os oito indicadores analisados tendem a apresentar, por ordem hierárquica, maior influência na felicidade dos indivíduos. Com isto, é possível afirmar que, no contexto analisado, o consumo, as relações familiares e de amizade, a saúde física, o tempo livre para o lazer, a expectativa com o futuro, o trabalho, a identidade de pertencimento com o lugar e o desenvolvimento do lugar constituem os valores que tendem a ser considerados como importantes para os indivíduos do grupo populacional analisado. Com isto, tais valores podem ser interpretados como fontes de felicidade do grupo analisado. Esta conclusão, ainda que parcial, é compatível com as conclusões obtidas em importantes estudos da felicidade, tais como Veenhoven, (1984), Layard (2008) e Ura (2012).

Importa destacar que o fato de o indicador relativo à satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo ter apresentado a maior correlação com o nível de felicidade auto-relatado pelos indivíduos apresenta correspondência com as conclusões obtidas em importantes estudos no campo da sociologia do consumo, ou seja, de que, na contemporaneidade, o consumo configura-se como dimensão dominante das vidas dos indivíduos, apresentando enorme capacidade de influenciar a satisfação dos indivíduos com suas próprias vidas e, consequentemente, da felicidade e da qualidade de vida (SLATER, 2001; MCCRAKEN, 2003; LIPOVETSKY, 2008; RETONDAR, 2008; BAUMAN, 2009; ROCHA, 2002, 2011).

**Tabela 4.2.: Descrição das análises de correlação (Pearson) entre os indicadores do modelo de análise de regressão do grupo de indicadores de bem-estar subjetivo**

| | | Nível de felicidade | Satisfação poder de compra | Satisfação saúde física | Satisfação relações familiares | Satisfação tempo livre lazer | Expectativa futuro | Satisfação trabalho atual | Satisfação desenvolvimento Do lugar | Índice identidade |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Correlação (Pearson) | Nível de felicidade | 1,000 | 0,506 | 0,289 | 0,429 | 0,349 | 0,372 | 0,132 | 0,389 | 0,197 |
| | Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | 0,506 | 1,000 | 0,297 | 0,314 | 0,389 | 0,323 | 0,162 | 0,361 | 0,083 |
| | Satisfação com a saúde física | 0,289 | 0,297 | 1,000 | 0,248 | 0,339 | 0,332 | 0,262 | 0,199 | -0,107 |
| | Satisfação com as relações familiares e de amizade | 0,429 | 0,314 | 0,248 | 1,000 | 0,430 | 0,330 | 0,087 | 0,295 | 0,166 |
| | Satisfação com o tempo livre para o lazer | 0,349 | 0,389 | 0,339 | 0,430 | 1,000 | 0,357 | 0,130 | 0,290 | 0,056 |
| | Expectativa com o futuro | 0,372 | 0,323 | 0,332 | 0,330 | 0,357 | 1,000 | 0,246 | 0,365 | -0,019 |
| | Satisfação com o trabalho atual | 0,132 | 0,162 | 0,262 | 0,087 | 0,130 | 0,246 | 1,000 | 0,153 | -0,076 |
| | Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar | 0,389 | 0,361 | 0,199 | 0,295 | 0,290 | 0,365 | 0,153 | 1,000 | 0,076 |
| | Índice de Identidade | 0,197 | 0,083 | -0,107 | 0,166 | 0,056 | -0,019 | -0,076 | 0,076 | 1,000 |
| Significância (1 extremidade) | Nível de felicidade | . | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 |
| | Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | 0,000 | . | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,014 |
| | Satisfação com a saúde física | 0,000 | 0,000 | . | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,002 |
| | Satisfação com as relações familiares e de amizade | 0,000 | 0,000 | 0,000 | . | 0,000 | 0,000 | 0,010 | 0,000 | 0,000 |
| | Satisfação com o tempo livre para o lazer | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | . | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,068 |
| | Expectativa com o futuro | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | . | 0,000 | 0,000 | 0,311 |
| | Satisfação com o trabalho atual | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,010 | 0,000 | 0,000 | . | 0,000 | 0,022 |
| | Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,000 | . | 0,022 |
| | Índice de Identidade | 0,000 | 0,014 | 0,002 | 0,000 | 0,068 | 0,311 | 0,022 | 0,022 | . |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela 4.3.: *Ranking* de variáveis independentes segundo correlação de Pearson com a variável 'Nível de felicidade', por ordem decrescente**

| Ordem de relevância | Variável independente | Correlação Pearson |
|---|---|---|
| 1 | Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | 0,506 |
| 2 | Satisfação com as relações familiares e de amizade | 0,429 |
| 3 | Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar | 0,389 |
| 4 | Expectativa com o futuro | 0,372 |
| 5 | Satisfação com o tempo livre para o lazer | 0,349 |
| 6 | Satisfação com a saúde física | 0,289 |
| 7 | Índice de Identidade | 0,197 |
| 8 | Satisfação com o trabalho atual | 0,132 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Tomando-se como base os resultados obtidos nos testes de correlação, para a composição do modelo de análise de regressão multivariada foram inseridas *oito* variáveis independentes no modelo e apenas duas foram removidas através do *Método Backward* de seleção de variáveis. As duas variáveis removidas foram 'Satisfação com o trabalho atual' e 'satisfação com o tempo livre para lazer'. A justificativa para a remoção das duas variáveis citadas é que elas pioravam o desempenho explicativo do modelo. A variável dependente inserida foi 'Nível de Felicidade'. Os resultados são apresentados no Quadro 4.2.

Com isto, é preciso destacar que, embora as variáveis 'satisfação com o trabalho atual' e 'satisfação com o tempo livre para o lazer' constituam valores associados à felicidade do grupo populacional analisado, os resultados obtidos a partir da técnica de análise de regressão sugerem a retirada dessas variáveis como forma de melhorar o desempenho do modelo. Com isto, na elaboração do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, as duas variáveis citadas não serão incorporadas.

**Quadro 4.2.: Descrição dos métodos para seleção de variáveis para compor o modelo de análise de regressão**

| Modelo | Variáveis inseridas | Variáveis removidas | Método |
|---|---|---|---|
| 1 | Índice de identidade<br>Expectativa com o futuro<br>Satisfação com o trabalho atual<br>Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo<br>Satisfação com as relações familiares e de amizade<br>Satisfação com a saúde física<br>Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar<br>Satisfação com o tempo livre para o lazer | | |
| 2 | | Satisfação com o trabalho atual | Retroceder (critério: Probabilidade de F a ser removido >=0,100 |
| 3 | | Satisfação com o tempo livre para o lazer | Retroceder (critério: Probabilidade de F a ser removido >=0,100 |

a. Variável dependente: Nível de felicidade

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Com base nos critérios estabelecidos para a composição do modelo de análise de regressão, foi gerado o modelo constituído pelos seis indicadores de bem-estar subjetivo. Ressalte-se que, para modelos de regressão múltipla, a letra 'R' significa a correlação de Pearson entre os valores observados e os previstos da variável dependente (para este exemplo, a correlação entre Nível de Felicidade e os valores previstos de Nível de Felicidade para o modelo). Já '$R^2$' significa o quadrado desta correlação de Pearson.

Para o presente modelo, construído com *seis* variáveis independentes ('Satisfação com as relações familiares e de amizade', 'Índice de Identidade', 'Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo', 'Satisfação com a saúde física', 'Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar' e 'Expectativa de futuro'), o quadrado da correlação de Pearson apresenta valor de 0,395. Isto significa que o modelo de seis variáveis explica em 39,5% a variância de 'Nível de Felicidade'. Os resultados são apresentados na Tabela 4.4.

O valor da correlação de Pearson estimado da amostra ($R^2 = 0,400$) tende a ser uma superestimação do parâmetro da população. O $R^2$ ajustado é desenhado para compensar pelo viés otimista do $R^2$. O $R^2$ ajustado é em função dos números de variáveis no modelo e tamanho da amostra. Neste caso, o resultado foi de $R^2$ ajustado= 0,395. Desta forma, pode-se informar que não houve grande diferença entre os dois

resultados, visto que este último explica 39,5% da variância da variável dependente. Os resultados são apresentados na Tabela 4.4.

Após a remoção dos *outliers*, ou seja, os resultados extremos que mais se afastam dos valores médios[82], o novo resultado do Resumo do Modelo mostrou um aumento no valor da explicação da variância da variável dependente (Nível de Felicidade), $R^2$ ajustado de 0,444, conforme apresentado na Tabela 4.5. Assim, o modelo final composto das seis variáveis supracitadas explica 44,4% da variância da variável dependente 'Nível de Felicidade'.

[82] Geralmente, os valores extremos são retirados como forma de evitar distorções nos resultados obtidos a partir do modelo de análise de regressão.

**Tabela 4.4.: Resumo do modelo (d) de análise de regressão**

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão Estimativa | Estatísticas de mudança | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Alteração de R quadrado | Alteração F | df1 | df2 | Sig. Alteração F |
| 1 | 0,633 (a) | 0,401 | 0,394 | 1,537 | 0,401 | 58,455 | 8 | 700 | 0,000 |
| 2 | 0,633 (b) | 0,400 | 0,395 | 1,535 | 0,000 | 0,006 | 1 | 700 | 0,938 |
| 3 | 0,633 (c) | 0,400 | 0,395 | 1,535 | 0,000 | 0,441 | 1 | 701 | 0,507 |

(a). Preditores (constante), Índice de identidade, Expectativa com o futuro, Satisfação com o trabalho atual, Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, Satisfação com as relações familiares e de amizade, Satisfação com a saúde física, Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar, Satisfação com o tempo livre para o lazer.
(b). Preditores (constante), Índice de identidade, Expectativa com o futuro, Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, Satisfação com as relações familiares e de amizade, Satisfação com a saúde física, Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar, Satisfação com o tempo livre para o lazer.
(c). Preditores (constante), Índice de identidade, Expectativa com o futuro, Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, Satisfação com as relações familiares e de amizade, Satisfação com a saúde física, Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar.
(d). Variável dependente: Nível de felicidade. Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela 4.5.: Resumo do modelo (d) de análise de regressão**

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão Estimativa | Estatísticas de mudança | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Alteração de R quadrado | Alteração F | df1 | df2 | Sig. Alteração F |
| 1 | 0,671 (a) | 0,450 | 0,443 | 1,383 | 0,450 | 70,815 | 8 | 693 | 0,000 |
| 2 | 0,671 (b) | 0,450 | 0,444 | 1,383 | 0,000 | 0,054 | 1 | 693 | 0,817 |
| 3 | 0,670 (c) | 0,448 | 0,444 | 1,383 | -0,001 | 1,765 | 1 | 694 | 0,184 |

(a). Preditores: (Constante), Índice de Identidade, Expectativa com o futuro, Satisfação com o trabalho atual , Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo , Satisfação com as relações familiares e de amizade , Satisfação com a saúde física , Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar, Satisfação com o tempo livre para lazer
(b). Preditores: (Constante), Índice de Identidade, Expectativa com o futuro, Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, Satisfação com as relações familiares e de amizade, Satisfação com a saúde física, Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar, Satisfação com o tempo livre para lazer
(c). Preditores: (Constante), Índice de Identidade, Expectativa de futuro, Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, Satisfação com as relações familiares e de amizade, Satisfação com a saúde física, Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar

d. Variável dependente: Nível de felicidade. Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Após a escolha do modelo mais adequado à análise, passa-se à análise de variância. Os dados apresentados na Tabela 4.6. demonstram que o valor da *estatística F* é altamente significante, indicando que o teste simultâneo de que cada coeficiente é 0 (zero) é rejeitado. O fato de que a probabilidade associada (Sig.) é tão pequena (0,001) não implica que cada uma das variáveis independentes apresente contribuição significativa para o ajuste do modelo.

**Tabela 4.6.: Teste Anova (a) do modelo de análise de regressão**

| Modelo | | Soma dos Quadrados | Df | Quadrado Médio | F | Significância |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Regressão | 1104,071 | 8 | 138,009 | 58,455 | 0,0000 (b) |
| | Resíduos | 1652,657 | 700 | 2,361 | . | . |
| | Total | 2756,728 | 708 | . | . | . |
| 2 | Regressão | 1104,056 | 7 | 157,722 | 66,9 | 0,000 © |
| | Resíduos | 1652,671 | 701 | 2,358 | . | . |
| | Total | 2756,728 | 708 | . | . | . |
| 3 | Regressão | 1103,016 | 6 | 183,836 | 78,038 | 0,000 (d) |
| | Resíduos | 1653,712 | 702 | 2,356 | . | . |
| | Total | 2756,728 | 708 | . | . | . |

a. Variável dependente: Nível de felicidade

b. Preditores: (Constante), Índice de Identidade, Expectativa com o futuro, Satisfação com o trabalho atual, Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, Satisfação com as relações familiares e de amizade, Satisfação com a saúde física, Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar, Satisfação com o tempo livre para lazer

c. Preditores: (Constante), Índice de Identidade, Expectativa com o futuro, Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, Satisfação com as relações familiares e de amizade, Satisfação com a saúde física, Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar, Satisfação com o tempo livre para lazer

d. Preditores: (Constante), Índice de Identidade, Expectativa com o futuro, Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, Satisfação com as relações familiares e de amizade, Satisfação com a saúde física, Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar.

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Os resultados da correlação parcial, descritos na Tabela 4.7., demonstram a importância de cada variável independente sobre a variável dependente 'nível de felicidade'. A variável com a maior influência foi 'Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo' (0,371), em segundo lugar, 'Índice de Identidade' (0,217), em terceiro lugar, 'Expectativa com o futuro' (0,201), em quarto lugar, 'Satisfação com as relações familiares e de amizade' (0,199), em quinto lugar, 'Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar' (0,162), e, por último, 'Satisfação com a saúde física' (0,118).

Os valores dos Coeficientes no modelo estimado são: 'Nível de Felicidade' = 1,238 + 0,286 (Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo) + 0,879

(Satisfação com a saúde física) + 0,185 (Satisfação com as relações familiares e de amizade) + 0,165 (Expectativa com o futuro) + 0,155 (Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar) + 0,093 (Índice de identidade).

O exame das estatísticas referentes à Colinearidade revela que nenhum valor da Tolerância se aproxima de zero, o que indica que a estimativa do coeficiente da variável de regressão é estável e as computações possuem precisões numéricas. Quando existe colinearidade as correlações entre as variáveis independentes são fortes causando problemas na análise dos dados. O oposto da Tolerância é o VIF (Fator de Inflação da Variância), cujos valores são baixos quando os valores da Tolerância são próximos de 1, e altos quando os valores da Tolerância são baixos, conforme pode ser observado na Tabela 4.7.

**Tabela 4.7.: Coeficientes dos indicadores incluídos no modelo de análise de regressão multivariada**

| Modelo | | Coeficientes Não-padronizados | | Coeficientes Padronizados | T | Sig. | Correlações | | | Estatísticas de Colinearidade | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | B | Erro padrão | Beta | | | Ordem zero | Parcial | Parte | Tolerância | VIF |
| 1 | (Constante) | 1,299 | 0,336 | . | 3,869 | 0,000 | . | . | . | . | . |
| | Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | 0,279 | 0,028 | 0,327 | 10,024 | 0,000 | 0,535 | 0,356 | 0,282 | 0,745 | 1,343 |
| | Satisfação com a saúde física | 0,075 | 0,026 | 0,092 | 2,872 | 0,004 | 0,307 | 0,108 | 0,081 | 0,769 | 1,300 |
| | Satisfação com as relações familiares e de amizade | 0,171 | 0,036 | 0,158 | 4,767 | 0,000 | 0,427 | 0,178 | 0,134 | 0,726 | 1,377 |
| | Satisfação com o tempo livre para o lazer | 0,032 | 0,024 | 0,045 | 1,326 | 0,185 | 0,378 | 0,050 | 0,037 | 0,693 | 1,444 |
| | Expectativa com o futuro | 0,161 | 0,031 | 0,171 | 5,156 | 0,000 | 0,414 | 0,192 | 0,145 | 0,724 | 1,381 |
| | Satisfação com o trabalho atual | -0,003 | 0,014 | -0,007 | -0,232 | 0,817 | 0,143 | -0,009 | -0,007 | 0,887 | 1,128 |
| | Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar | 0,152 | 0,036 | 0,134 | 4,232 | 0,000 | 0,398 | 0,159 | 0,119 | 0,788 | 1,270 |
| | Índice de Identidade | 0,092 | 0,016 | 0,170 | 5,817 | 0,000 | 0,230 | 0,216 | 0,164 | 0,929 | 1,077 |
| 2 | (Constante) | 1,299 | 0,336 | . | 3,871 | 0,000 | . | . | . | . | . |
| | Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | 0,279 | 0,028 | 0,327 | 10,032 | 0,000 | 0,535 | 0,356 | 0,282 | 0,746 | 1,340 |
| | Satisfação com a saúde física | 0,074 | 0,026 | 0,091 | 2,878 | 0,004 | 0,307 | 0,109 | 0,081 | 0,794 | 1,259 |
| | Satisfação com as relações familiares e de amizade | 0,171 | 0,036 | 0,158 | 4,778 | 0,000 | 0,427 | 0,178 | 0,135 | 0,727 | 1,376 |
| | Satisfação com o tempo livre para o lazer | 0,032 | 0,024 | 0,045 | 1,329 | 0,184 | 0,378 | 0,050 | 0,037 | 0,693 | 1,444 |
| | Expectativa com o futuro | 0,160 | 0,031 | 0,170 | 5,186 | 0,000 | 0,414 | 0,193 | 0,146 | 0,742 | 1,348 |
| | Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar | 0,151 | 0,036 | 0,134 | 4,229 | 0,000 | 0,398 | 0,158 | 0,119 | 0,790 | 1,266 |
| | Índice de Identidade | 0,093 | 0,016 | 0,171 | 5,847 | 0,000 | 0,230 | 0,217 | 0,165 | 0,932 | 1,073 |
| 3 | (Constante) | 1,238 | 0,333 | . | 3,721 | 0,000 | . | . | . | . | . |
| | Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | 0,286 | 0,027 | 0,336 | 10,521 | 0,000 | 0,535 | 0,371 | 0,296 | 0,779 | 1,284 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Satisfação com a saúde física | 0,079 | 0,025 | 0,098 | 3,145 | 0,002 | 0,307 | 0,118 | 0,089 | 0,817 | 1,223 |
| Satisfação com as relações familiares e de amizade | 0,185 | 0,034 | 0,170 | 5,351 | 0,000 | 0,427 | 0,199 | 0,151 | 0,787 | 1,271 |
| Expectativa com o futuro | 0,165 | 0,031 | 0,175 | 5,399 | 0,000 | 0,414 | 0,201 | 0,152 | 0,754 | 1,326 |
| Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar | 0,155 | 0,036 | 0,137 | 4,325 | 0,000 | 0,398 | 0,162 | 0,122 | 0,794 | 1,260 |
| Índice de Identidade | 0,093 | 0,016 | 0,171 | 5,850 | 0,000 | 0,230 | 0,217 | 0,165 | 0,932 | 1,073 |

a. Variável dependente: Nível de felicidade

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 4.8., a variável ‘Satisfação com o trabalho atual’ é excluída do modelo por apresentar valor do Teste t de -0,077, que é considerado baixo. Isto significa que não há confiança estatística para afirmar que os resultados obtidos a partir desta variável não decorram do erro amostral. Pelas mesmas razões, também foi excluída do modelo a variável ‘Satisfação com o tempo livre para lazer’, que apresentou valor de t=0,664. O critério *default* para remoção de uma variável é t=1,96, com nível de Significância de 95%).

A correlação parcial de cada variável candidata à remoção com a variável dependente após remover o efeito linear das variáveis já presentes no modelo é também mostrada na Tabela 4.8. Ressalte-se que a variável candidata à remoção com o maior t também tem a maior correlação parcial entre as variáveis independentes.

De forma complementar, no Apêndice C são apresentados os gráficos relativos à distribuição dos resíduos das variáveis. Note-se que, em todos os gráficos abaixo apresentados, existe distribuição normal dos resíduos, satisfazendo requisito indispensável à inclusão de variáveis no modelo de análise de regressão multivariada.

**Tabela 4.8.: Variáveis excluídas (a) do modelo de análise de regressão multivariada**

| Modelo | | Beta In | T | Sig. | Correlação Parcial | Estatísticas de Colinearidade Tolerância |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | Satisfação com o trabalho atual | -,002b | -0,077 | 0,938 | -0,003 | 0,894 |
| 3 | Satisfação com o trabalho atual | -,003c | -0,083 | 0,934 | -0,003 | 0,894 |
| | Satisfação com o tempo livre para o lazer | ,023c | 0,664 | 0,507 | 0,025 | 0,691 |

a. Variável dependente: Nível de felicidade

b. Preditores no modelo: (Constante), Índice de Identidade, Expectativa com o futuro, Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, Satisfação com as relações familiares e de amizade, Satisfação com a saúde física, Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar, Satisfação com o tempo livre para lazer

c. Preditores no modelo: (Constante), Índice de Identidade, Expectativa com o futuro, Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, Satisfação com as relações familiares e de amizade, Satisfação com a saúde física, Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar

**Tabela 4.9.: Diagnóstico entre os casos**

| Número de Caso | Resíduo padrão | Nível de felicidade | Valor previsto | Resíduos |
|---|---|---|---|---|
| 275 | -3,080 | 0 | 4,73 | -4,728 |
| 691 | -5,718 | 0 | 8,78 | -8,776 |
| 967 | -3,212 | 1 | 5,93 | -4,929 |
| 1078 | -3,544 | 1 | 6,44 | -5,44 |
| 1109 | 3,013 | 10 | 5,38 | 4,624 |
| 1201 | -5,701 | 0 | 8,75 | -8,75 |
| 1236 | 4,130 | 10 | 3,66 | 6,339 |
| 2052 | -4,472 | 0 | 6,86 | -6,863 |
| 2297 | -3,118 | 0 | 4,79 | -4,786 |
| 2491 | -4,075 | 0 | 6,25 | -6,255 |
| 2707 | -3,744 | 0 | 5,75 | -5,746 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Os resultados obtidos a partir da construção modelo de análise de regressão multivariada demonstram que, para o grupo populacional investigado, os indicadores *'satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo', 'satisfação com a saúde fisica', 'satisfação com as relações familiares e de amizade', 'expectativa com o futuro', 'índice de identidade' e 'satisfação com o desenvolvimento do lugar'* apresentaram, por ordem decrescente, as maiores correlações com o nível de felicidade auto-relatado pelos participantes da amostra. Isto significa que, no contexto analisado, estes indicadores representam os condicionantes da felicidade dos indivíduos que formam este grupo populacional, isto é, são os fatores que apresentam capacidade de influenciação da felicidade dos indivíduos (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008).

Com isto, é possível afirmar que, dentre o amplo conjunto de variáveis analisadas, estas seis variáveis exprimem as categorias de *valor* que são mais fortemente partilhadas e buscadas pelos indivíduos deste grupo populacional. Neste sentido, compreende-se que estes valores formam os *suportes* por meio dos quais os indivíduos buscam ampliar e manter sua felicidade (HELLER, 2004; EHRENBERG, 2004, 2005; DANTAS, 2008).

Note-se que esses valores correspondem tanto a elementos materiais (representado pelos indicadores relativos ao consumo e desenvolvimento do lugar) quanto por elementos não-materiais (representados por indicadores relativos à saúde física, relações familiares, tempo livre para o lazer, expectativa com o futuro e

identidade com o lugar), sendo compatível com as conclusões obtidas em importantes estudos de que a felicidade depende de um imbricado conjunto de fatores materiais e não materiais, relativo às características contextuais de territórios e indivíduos que estão sendo investigados (VEENHOVEN, 1984; NUSSBAUM & SEN, 2004; HO, 2005; LAYARD, 2008; BARTRAM, 2012; OECD, 2012; OMS, 2013). São precisamente estas variáveis que devem ser mais detidamente investigadas para se conhecer os fatores que podem influenciar a felicidade e mensura-la (VEENHOVEN, 1984 LAYARD, 2008).

Por fim, importa destacar que o principal fator associado à felicidade é a satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, corroborando com os argumentos teóricos de que, na contemporaneidade, o consumo configura-se no principal elemento condicionante da felicidade (CAMPBELL, 2001; SLATER, 2002; LIPOVETSKY, 2008).

## 4.2 DESIGUALDADES DE BEM-ESTAR SUBJETIVO NOS MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA

Os resultados obtidos por meio da construção do modelo final de análise de regressão multivariada indicam que, na amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, apenas *seis* indicadores de bem-estar subjetivo apresentaram correlação significativa com o nível de felicidade dos habitantes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. São eles: ‘Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo’, ‘Satisfação com a saúde física’, ‘Satisfação com as relações familiares e de amizade’, ‘Expectativa com o futuro’, ‘Índice de identidade’ e ‘Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar’.

Diante desta conclusão, torna-se relevante analisar as desigualdades de bem-estar subjetivo nos municípios investigados, como forma de refletir a respeito das possíveis razões que fazem com que haja desigualdades de bem-estar subjetivo entre os participantes da amostra.

Hipoteticamente, acredita-se que as características de bem-estar subjetivo entre os residentes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca tendem a ser equivalentes. Isto porque, ambos os municípios apresentam dinâmicas socioeconômicas, históricas,

demográficas e culturais semelhantes. Contudo, em havendo eventuais diferenças nos níveis de bem-estar subjetivo entre os residentes destes municípios, torna-se relevante investigar as possíveis razões que possam explicar estas diferenças.

Com o intuito de analisar as desigualdades de bem-estar subjetivo nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, são analisadas as características das *seis* variáveis de bem-estar subjetivo que apresentaram relevância no modelo de análise de regressão multivariada construído para a pesquisa. Para isso, são realizados testes de comparações de médias (Teste T e Anova) entre as variáveis de bem-estar subjetivo e os municípios de residência[83].

Os testes de comparações de médias são úteis na medida em que permitem identificar eventuais diferenças de médias entre dois ou mais grupos e analisar se as eventuais diferenças correspondem a efetivas desigualdades nas médias ou, ao contrário, se as diferenças registradas decorrem do erro amostral (LEVIN, 1987; DANCEY & REIDY, 2006).

Ao utilizar testes de diferenças de médias no presente estudo, busca-se conhecer e analisar se existem desigualdades de bem-estar subjetivo entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, e, em caso afirmativo, refletir a respeito das possíveis razões que expliquem as eventuais desigualdades.

O primeiro indicador de bem-estar subjetivo analisado é a 'Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo', que, segundo os resultados do modelo de análise de regressão multivariada, configura-se no indicador que apresentou maior correlação com a variável 'Nível de felicidade'.

---

[83] Nota metodológica: importa sublinhar que os resultados relativos ao tamanho das amostras nas análises dos indicadores de bem-estar subjetivos são distintos daqueles resultados apresentados nas Tabelas referentes ao modelo de análise de regressão multivariada (Tabela 4.1.). Isto se deve ao fato de que, na análise de regressão multivariada, foram excluídos os casos extremos (*outliers*), como forma de buscar reduzir a interferência nos resultados do modelo. Com isto, a exclusão dos casos extremos reduz o tamanho da amostra. Para a realização dos testes de médias das variáveis de bem-estar subjetivo, foram recuperados todos os casos válidos da amostra, aumentando o tamanho da mesma. Importa ressaltar, também, que a amostra construída para a Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 não se configura em amostra probabilística aleatória, de modo que, independentemente dos resultados apresentados pelos testes de probabilidade (significância), os resultados obtidos na amostra **não** podem ser considerados representativos do universo populacional dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Por esta razão, os resultados dos testes de significância das amostras não serão analisados. Por fim, importa sublinhar que uma das condições exigidas para a utilização dos testes de comparações de médias (teste T e Anova) é que os dados apresentem *distribuição normal*. Esta condição foi violada nos dados utilizados na presente investigação. Ainda assim, optou-se por utilizar os testes de comparações de médias.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 4.10., as amostras de residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentam médias cujos valores podem ser considerados relativamente baixos para os parâmetros utilizados no estudo (6,70 e 6,80, respectivamente) e Desvio padrão com valores também considerados relativamente baixos (2,253 e 2,162, respectivamente).

Estes resultados apontam para a baixa satisfação dos indivíduos com o seu poder de compra/capacidade de consumo, nos dois municípios investigados. Os dados relativos a esta variável indicam que os participantes da amostra estão relativamente insatisfeitos com seu poder de compra/capacidade de consumo, denotando que eles *gostariam* de elevar seu nível de consumo.

Nas sociedades capitalistas, as relações de consumo são predominantemente mediadas pelo dinheiro, e a maneira mais eficiente para a efetivação e/ou elevação do consumo é a disponibilidade de mais recursos financeiros para o consumo. Segundo Layard (2008) e Lipovetsky (2008), a realização de atos de consumo tende a acarretar na elevação, ainda que temporária, dos níveis de satisfação de bem-estar subjetivo e felicidade. Todavia, as preocupações geradas pela necessidade constante de novos atos de consumo e na impossibilidade material de realização destes atos podem interferir negativamente no bem-estar subjetivo e na felicidade dos indivíduos (RETONDAR, 2008; EHRENBERG, 2005; DANTAS, 2008).

Acredita-se que seja exatamente esta tensão que é captada entre os participantes da amostra do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. A satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo constitui o fator que apresenta mais forte influência nos níveis de felicidade dos indivíduos incluídos na pesquisa. Com isto, a insatisfação generalizada com o poder de compra/capacidade de consumo tende a reduzir a felicidade destes indivíduos nos territórios analisados.

Como forma de constatar a possível existência de diferença entre as médias de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo entre os participantes das amostras dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, procedeu-se à análise do Teste T, aplicados em dois grupos distintos, os residentes no município de Cabo de Santo Agostinho e os residentes no município de Ipojuca.

Os resultados apresentados na Tabela 4.11. indicam que o Teste de Levene (valores do Teste F de 0,520 e teste de significância de 0,471)[84] não rejeita a hipótese nula de que existe igualdade de variância entre as duas amostras. A partir da análise do Teste t (-0,626), cujo valor é considerado baixo para o parâmetro estimado de 1,96, e da significância (0,532), conclui-se que não existe segurança estatística para refutar a hipótese nula de que não existe diferença entre as médias de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo entre os participantes da amostra que residem em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Com isto, é possível afirmar que, em ambos os municípios, não há desigualdade significativa nas médias de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, sendo relativamente baixa para os participantes da amostra de ambos os municípios.

**Tabela 4.10.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo' e 'Município de residência'**

| | Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **N Casos válidos** | **Média** | **Desvio padrão** | **Erro padrão da média** |
| Cabo de Santo Agostinho | 388 | 6,70 | 2,253 | 0,114 |
| Ipojuca | 417 | 6,80 | 2,162 | 0,106 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela 4.11.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo' e 'Município de residência'**

| | | Teste de Levene de Igualdade de variâncias | | Teste T de igualdade de médias | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Confiança do intervalo de 95% | |
| | | **F** | **Sig.** | **t** | **Df** | **Sig. (2 caudas)** | **Diferença de médias** | **Erro do desvio da diferença** | **Mais baixo** | **Mais elevado** |
| Satisfação com o poder de compra/ capacidade de consumo | Igualdade de variâncias assumida | 0,520 | 0,471 | -0,626 | 803 | 0,532 | -0,097 | 0,156 | -0,403 | 0,208 |
| | Igualdade de variâncias não assumida | | | -0,625 | 792,799 | 0,532 | -0,097 | 0,156 | -0,403 | 0,209 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

[84] Os testes F e de significância são componentes do *Teste de Levene de igualdade de variâncias*. Este teste busca verificar se as duas amostras apresentam variâncias iguais (homogeneidade de variâncias). Para a correta leitura da tabela do Teste T, quando a significância do Teste de Levene é menor ou igual ao valor de referência de probabilidade de 0,005, deve-se fazer a leitura da tabela pela linha inferior. Quando o valor do teste de significância de Levene é superior ao valor da probabilidade de 0,005, deve-se fazer a leitura pela linha superior. Já o Teste t indica a probabilidade de que a diferença obtida entre as amostras não seja decorrente do erro amostral. Assim, quanto maior o valor do teste t, maior é a probabilidade de que, de fato, exista diferença estatisticamente significativa entre as médias registradas nas duas amostras analisadas. Importa sublinhar que não existe consenso sobre os valores de referência do Teste t. Nas análises em questão, utiliza-se como referência do Teste t o valor de 1,96 (DANCEY & REIDY, 2006).

O segundo indicador analisado diz respeito à ‘Satisfação com a saúde física’. De acordo com os dados apresentados na Tabela 4.12., verifica-se que as amostras de residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentam médias da satisfação com a saúde física cujo valor pode ser considerado como de moderada satisfação (7,06 e 7,52, respectivamente). Ressalte-se ainda que a amostra de residentes do Cabo de Santo Agostinho apresenta média de satisfação com a saúde física sensivelmente menor que aquela registrada pela amostra de residentes de Ipojuca.

Como forma de analisar a possível diferença entre as médias de satisfação com a saúde física entre os residentes de ambos os municípios, a análise do Teste Levene indica que, com valor do teste F de 12,548 e teste de significância de 0,001, rejeita-se a hipótese nula que existe igualdade de variâncias entre as amostras. Por sua vez, o Teste t com valor de -2,836 e significância com valor de 0,005, refuta-se a hipótese nula que não existe diferença entre as médias analisadas. Com isto, pode-se afirmar que há diferença estatisticamente significativa entre as médias de satisfação com a saúde física dos participantes da amostra que residem em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, de modo que os residentes de Ipojuca tendem a apresentar maior satisfação com a saúde física que os residentes do Cabo de Santo Agostinho (Tabela 4.13.).

Diante da constatação da existência de desigualdades com a satisfação com a saúde física entre os residentes dos municípios investigados, faz-se necessário refletir a respeito das possíveis razões que expliquem tal desigualdade. Analisando-se dados da amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, verifica-se que os resultados obtidos na variável ‘Satisfação com a saúde física’ demonstram que ela apresenta correlação negativa moderada (-0,322) com a variável ‘Faixas etárias’, de modo que as pessoas mais jovens tendem a considerarem-se mais satisfeitas com sua saúde física do que as pessoas agrupadas nas faixas etárias relativas aos adultos e aos idosos. Como o município de Ipojuca apresenta maior proporção do número de pessoas que integram a faixa etária considerada como de jovens, este fato pode explicar as diferenças de médias de satisfação com a saúde física, apresentadas pelos municípios investigados. Com isto, conclui-se que a relação captada entre as variáveis ‘satisfação com a saúde física’ e ‘município’ configura-se em relação espúria, sendo a variável ‘faixa etária’ a que apresenta verdadeira correlação com a satisfação com a saúde física.

**Tabela 4.12.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Satisfação com a saúde física' e 'Município de residência'**

| | Satisfação com a saúde física | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **N Casos válidos** | **Média** | **Desvio padrão** | **Erro padrão da média** |
| Cabo de Santo Agostinho | 388 | 7,06 | 2,472 | 0,126 |
| Ipojuca | 417 | 7,52 | 2,079 | 0,102 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela 4.13.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Satisfação com a saúde física' e 'Município de residência'**

| | | Teste de Levene de Igualdade de variâncias | | Teste T de igualdade de médias | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Confiança do intervalo de 95% | |
| | | **F** | **Sig.** | **t** | **Df** | **Sig. (2 caudas)** | **Diferença de médias** | **Erro do desvio da diferença** | **Mais baixo** | **Mais elevado** |
| Satisfação com a saúde física | Igualdade de variâncias assumida | 12,548 | 0,001 | -2,854 | 803 | 0,004 | -0,458 | 0,161 | -0,774 | -0,143 |
| | Igualdade de variâncias não assumida | | | -2,836 | 758,379 | 0,005 | -0,458 | 0,162 | -0,776 | -0,141 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Com relação ao indicador 'Satisfação com as relações familiares e de amizade', os resultados apresentados na Tabela 4.14. indicam que as amostras de residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentam médias cujos valores podem ser considerados bastante elevados (8,79 e 8,53, respectivamente), com os residentes do primeiro município apresentando média ligeiramente maior que os do segundo município. Além disso, observa-se que os valores do Desvio padrão das médias das duas amostras são relativamente baixos (1,711 e 1,747), indicando baixa dispersão dos escores registrados pelos participantes das amostras em ambos os municípios. Isto indica que, em ambos os municípios, os participantes da amostra consideram-se bastante satisfeitos com suas relações familiares e de amizade.

O teste de diferença de médias (Teste T), cujos dados são apresentados na Tabela 4.15., com valores de Teste F de 0,890 e significância de 0,346, indica que o Teste Levene não rejeita a hipótese nula de igualdade de variâncias entre as amostras. Por meio da análise dos valores do Teste t (2,201) e da significância (0,028), é possível afirmar que há segurança estatística para refutar a hipótese nula de que não há diferença entre as médias das duas amostras investigadas. Com isto, conclui-se que há diferença

estatisticamente significativa entre as médias de satisfação com as relações familiares e de amizade dos dois municípios investigados. Assim, embora ambos os municípios tenham registrado médias elevadas, os participantes da amostra que residem no Cabo de Santo Agostinho tendem a apresentar maior satisfação com as relações familiares e de amizade do que os residentes de Ipojuca.

Como forma de buscar identificar as possíveis razões que estão na base das desigualdades de satisfação com as relações familiares e de amizade, registradas nas amostras dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, buscou-se analisar se as causas das diferenças poderiam ser consequência dos arranjos familiares existentes entre os participantes da amostra.

Dados quantitativos e qualitativos, construídos na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 indicam que a maior parte dos participantes da amostra do estudo reside com suas famílias, inclusive os imigrantes, fazendo com que os moradores destes municípios permaneçam com a rede de suporte emocional que é constituída pela família. Este fato pode explicar que, independentemente do município de residência, a satisfação com as relações familiares e de amizade advém do fato que os participantes da amostra do estudo vivem com suas famílias.

A despeito desta hipótese, os resultados obtidos em sucessivos testes de correlação não identificaram, de forma conclusiva, nenhuma variável socioeconômica ou demográfica que apresentasse correlação significativa com a variável ‘Satisfação com as relações familiares e de amizade’. Deste modo, com os dados utilizados na presente investigação, não é possível identificar possíveis razões que expliquem as desigualdades de satisfação com as relações familiares e de amizade entre os residentes de ambos os municípios, evidenciando a necessidade de aprofundar investigações qualitativas a respeito deste fenômeno.

A despeito das conclusões obtidas por meio dos dados quantitativos, importa destacar que os dados qualitativos analisados na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 captou que os migrantes temporários que residem nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, recorrentemente, queixam-se da solidão em que vivem nestes municípios, em razão de estarem temporariamente afastados de seus familiares. Este dado reforça o argumento de que as relações familiares e de amizade constituem elementos indispensáveis à felicidade dos indivíduos no contexto analisado.

**Tabela 4.14.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Satisfação com as relações familiares e de amizade' e 'Município de residência'**

| | Satisfação com as relações familiares e de amizade | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **N Casos válidos** | **Média** | **Desvio padrão** | **Erro padrão da média** |
| Cabo de Santo Agostinho | 388 | 8,79 | 1,711 | 0,087 |
| Ipojuca | 417 | 8,53 | 1,747 | 0,086 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela 4.15.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Satisfação com as relações familiares e de amizade' e 'Município de residência'**

| | | Teste de Levene de Igualdade de variâncias | | Teste T de igualdade de médias | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Confiança do intervalo de 95% | |
| | | **F** | **Sig.** | **t** | **Df** | **Sig. (2 caudas)** | **Diferença de médias** | **Erro do desvio da diferença** | **Mais baixo** | **Mais elevado** |
| Satisfação com as relações familiares e de amizade | Igualdade de variâncias assumida | 0,890 | 0,346 | 2,201 | 803 | 0,028 | 0,269 | 0,122 | 0,029 | 0,508 |
| | Igualdade de variâncias não assumida | | | 2,203 | 800,878 | 0,028 | 0,269 | 0,122 | 0,029 | 0,508 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

O quarto indicador analisado refere-se à 'Expectativa com o futuro'. Os dados apresentados na Tabela 4.16. indicam que as amostras de residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentam médias cujos valores da expectativa com o futuro podem ser considerados bastante elevados (8,23 e 8,88, respectivamente), sendo que os participantes da amostra que residem em Ipojuca apresentam média mais elevada que aquela registrada pelos residentes do Cabo de Santo Agostinho.

Os resultados apresentados na Tabela 4.17. tratam da suposta existência de diferença entre as médias da variável 'expectativa com o futuro' nas amostras de residentes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Com valores de teste F de 42,556 e teste de significância de 0,001, o Teste de Levene aponta para a rejeição da hipótese nula que existe igualdade de variâncias entre as amostras. Por sua vez, os valores do Teste t de -4,583 e de significância de 0,001 indicam haver segurança estatística para refutar a hipótese nula de que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias. Com isto, conclui-se que, embora as médias de expectativa com o futuro sejam elevadas em ambos os municípios, os participantes da amostra de residentes em Ipojuca tendem a apresentar maior expectativa com o futuro que os residentes de Cabo de Santo Agostinho.

A despeito da recente crise econômica que interfere negativamente nas atividades econômicas e no mercado de trabalho local, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, especialmente a partir do ano de 2007, em razão do processo de expansão das atividades do CIPS, tem-se caracterizado pelo alto dinamismo econômico e forte geração de postos de trabalho, fazendo com que a população local, independente de serem naturais destes municípios ou migrantes, crie fortes expectativas com o futuro. Este fato pode explicar a alta expectativa apresentada pelos participantes da amostra com suas expectativas com o futuro.

Hipoteticamente, pode-se considerar que os residentes do município de Ipojuca tendem a apresentar maiores expectativa com o futuro devido às características sócio-históricas do desenvolvimento socioeconômico deste município, que recentemente deixou de basear-se predominantemente na indústria agro-canavieira, para serem criadas melhores oportunidades de trabalho e renda, tanto em termos do número de postos de trabalho (que é proporcionalmente maior do que o número de postos de trabalho existentes no Cabo de Santo Agostinho) quanto da qualidade destes postos (proporcionalmente, os postos de trabalho abertos em Ipojuca caracterizam-se por maior qualificação e maiores rendimentos monetários em relação àqueles oferecidos no Cabo de Santo Agostinho). Este fato pode explicar as desigualdades nas médias de expectativa com o futuro, apresentadas pelas amostras de residentes em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

**Tabela 4.16.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Expectativa com o futuro' e 'Município de residência'**

| | Expectativa com o futuro | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **N Casos válidos** | **Média** | **Desvio padrão** | **Erro padrão da média** |
| Cabo de Santo Agostinho | 388 | 8,23 | 2,364 | 0,120 |
| Ipojuca | 417 | 8,88 | 1,610 | 0,079 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela 4.17.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Expectativa com o futuro' e 'Município de residência'**

| | | Teste de Levene de Igualdade de variâncias | | Teste T de igualdade de médias | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Confiança do intervalo de 95% | |
| | | **F** | **Sig.** | **t** | **Df** | **Sig. (2 caudas)** | **Diferença de médias** | **Erro do desvio da diferença** | **Mais baixo** | **Mais elevado** |
| Expectativa com o futuro | Igualdade de variâncias assumida | 42,556 | 0,001 | -4,644 | 803 | 0,001 | -0,658 | 0,142 | -0,936 | -0,380 |
| | Igualdade de variância não assumida | | | -4,583 | 676,087 | 0,001 | -0,658 | 0,144 | -0,940 | -0,376 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

A análise do indicador de bem-estar subjetivo 'Índice de identidade' demonstra que as amostras dos residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentam médias sensivelmente diferentes, tendo a amostra de residentes do Cabo de Santo Agostinho apresentado média de 6,98 ao passo que a amostra de residentes de Ipojuca apresentou média ligeiramente maior, de 7,49. Em ambas as amostras, registrou-se Desvio padrão relativamente elevado, denotando alta dispersão dos valores do Índice de identidade dos participantes da amostra. Estes resultados apontam para uma identificação mediana dos residentes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca com os territórios em que vivem.

Com vistas a testar a hipótese de haver diferença entre as médias de índice de identidade entre as amostras de residentes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, a Tabela 4.19 apresenta os resultados do Teste T. De acordo com os dados presentes na referida Tabela, o Teste de Levene (valores do teste F de 2,740 e significância de 0,098) indica a não rejeição da hipótese nula que existe igualdade de variâncias entre as duas amostras. Por sua vez, o teste t (-2,018) e significância de 0,044 indica haver segurança estatística para refutar a hipótese nula de que não há diferença de média entre as duas amostras. Desta forma, conclui-se que os participantes da amostra que residem em Cabo de Santo Agostinho tendem a apresentar menor identificação com o município em que vivem, em relação aos residentes de Ipojuca.

Com vistas a buscar as possíveis razões que expliquem os diferenciais das médias do Índice de identidade apresentados pelas amostras de residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, dados da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 indicam a existência de correlação positiva substancial (0,547) entre as variáveis 'Índice de identidade' e 'Tempo total de

residência no município', de modo que, quanto maior é o tempo de residência do migrante no município, maior tende a ser a identificação (índice de identidade) com o município onde vive. Com isto, o fato de os migrantes que residem no município de Ipojuca apresentarem maior tempo de moradia que os migrantes do Cabo de Santo Agostinho pode explicar os diferenciais de médias do Índice de identidade entre os participantes da amostra de ambos os municípios.

Sobre isto, é importante destacar que os migrantes residentes no município de Ipojuca apresentam maior tempo de residência no município do que os migrantes residentes no Cabo de Santo Agostinho. Este fato é explicado porque, até meados da década de 1990, o município de Ipojuca não contava com nenhuma maternidade, fazendo com que as gestantes que residiam neste município fossem ter seus filhos nas maternidades localizadas no Cabo de Santo Agostinho. Com isto, embora na pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 tenham sido registrados como migrantes todos aqueles indivíduos que não haviam nascido no município de residência atual, parte expressiva de participantes da amostra que foram considerados como migrantes apenas haviam nascido no município vizinho (Cabo de Santo Agostinho), tendo se mudado para o município de residência atual na mais tenra idade.

Pode-se considerar que, muito provavelmente, as correlações e os diferenciais de médias apresentados pelas variáveis 'Índice de identidade' e 'município de residência' são efeitos de uma relação espúria, cuja correlação, na realidade, existe entre as variáveis 'Índice de identidade' e 'Tempo de moradia no município', de modo que, quanto maior o tempo de residência no município, maior tende a ser a relação de identificação com este município.

**Tabela 4.18.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Índice de identidade' e 'Município de residência'**

| | Índice de Identidade | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **N Casos válidos** | **Média** | **Desvio padrão** | **Erro padrão da média** |
| Cabo de Santo Agostinho | 328 | 6,98 | 3,308 | 0,182 |
| Ipojuca | 381 | 7,49 | 3,467 | 0,177 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela 4.19.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Índice de identidade' e 'Município de Residência'**

| | Teste de Levene de Igualdade de variâncias | Teste T de igualdade de médias |
|---|---|---|

| | | | | | | | | | Confiança do intervalo de 95% | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **F** | **Sig.** | **t** | **Df** | **Sig. (2 caudas)** | **Diferença de médias** | **Erro do desvio da diferença** | **Mais baixo** | **Mais elevado** |
| Índice de Identidade | Igualdade de variâncias assumida | 2,740 | 0,098 | -2,018 | 707 | 0,044 | -0,516 | 0,255 | -1,018 | -0,014 |
| | Igualdade de variâncias não assumida | | | -2,025 | 699,585 | 0,043 | -0,516 | 0,254 | -1,016 | -0,015 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

A última variável a ser analisada diz respeito ao 'Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar'. Os dados apresentados na Tabela 4.20. demonstram que as médias do Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar dos residentes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca podem ser consideradas baixas (5,96 e 5,81, respectivamente), com os residentes de Ipojuca apresentando menor média de satisfação com desenvolvimento do lugar. Além disso, ambas as amostras revelam baixa dispersão dos escores em torno da média (Desvio padrão de 1,695 e 1,613), o que reforça a evidência de baixa satisfação com o desenvolvimento do lugar.

Os resultados da Tabela 4.20. apresentam os resultados do teste de comparação entre as médias. O Teste de Levene (com valores de F de 0,340 e Significância de 0,361) aponta para a não rejeição da hipótese nula que existe igualdade de variância entre as duas amostras. Já o Teste t (1,302) e significância (0,193) indica não haver segurança estatística para refutar a hipótese nula de que não existe diferença entre as médias. Com isto, é possível afirmar que não há diferença significativa entre as médias do índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar entre as amostras de residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Conclui-se, portanto, que os participantes da amostra de ambos os municípios apresentam médias baixas do Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar, sem diferenças estatisticamente significativas.

Este resultado conduz a uma reflexão crítica a respeito dos maciços investimentos, especialmente públicos, que têm sido realizados na região com vistas a atrair empreendimentos para o CIPS. Se tais investimentos, por um lado, proporcionam a abertura de postos de trabalho e elevam os rendimentos de parte considerável desta população, por outro lado, claramente estes investimentos não têm sido suficientes para acrescer a satisfação dos residentes com o desenvolvimento do lugar em que vivem. Esta expressiva insatisfação, por si só, merece uma investigação de corte qualitativo,

por meio da qual seja possível conhecer as razões de tamanha insatisfação com o desenvolvimento do lugar que, frequentemente, é apontado como sendo o 'motor do desenvolvimento' do Estado de Pernambuco e da região nordeste do Brasil. Sem dúvida, um fator relevante para tamanha insatisfação é a contínua reprodução das desigualdades locais, visto que os investimentos econômicos realizados na região, não têm sido suficientes para gerar crescimento socioeconômico equitativo entre os grupos populacionais que residem nestes territórios.

**Tabela 4.20.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar' e 'Município de residência'**

| | Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **N Casos válidos** | **Média** | **Desvio padrão** | **Erro padrão da média** |
| Cabo de Santo Agostinho | 388 | 5,96 | 1,695 | 0,086 |
| Ipojuca | 417 | 5,81 | 1,613 | 0,079 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela 4.21.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar' e 'Município de residência'**

| | | Teste de Levene de Igualdade de variâncias | | Teste T de igualdade de médias | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Confiança do intervalo de 95% | |
| | | **F** | **Sig.** | **t** | **Df** | **Sig. (2 caudas)** | **Diferença de médias** | **Erro do desvio da diferença** | **Mais baixo** | **Mais elevado** |
| Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar | Igualdade de variâncias assumida | 0,834 | 0,361 | 1,302 | 803 | 0,193 | 0,151 | 0,116 | -0,077 | 0,380 |
| | Igualdade de variâncias não assumida | | | 1,300 | 791,308 | 0,194 | 0,151 | 0,116 | -0,077 | 0,381 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

A construção do modelo de análise de regressão multivariada apresenta contribuições para a compreensão dos fatores que influenciam a felicidade dos habitantes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

A análise dos indicadores de bem-estar subjetivo revela que, entre os residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, **não** há diferenças significativas nos níveis de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo e satisfação com o desenvolvimento do lugar entre os habitantes dos dois municípios investigados. Em ambos os grupos, existe alta insatisfação com a capacidade de consumo e com o desenvolvimento do lugar, de modo que, estes dois fatores, interferem negativamente na felicidade dos habitantes dos territórios analisados.

Acredita-se que a alta insatisfação com o poder de compra/capacidade de consumo e com o desenvolvimento do lugar seja resultante das significativas desigualdades socioeconômicas locais, que fazem com que pequena parcela de residentes destes territórios beneficie-se do crescimento econômico local ao passo que a massa da população permaneça à margem dos benefícios econômicos gerados com o processo de expansão do CIPS, tais como as oportunidades no mercado de trabalho local, a elevação dos rendimentos e as modificações na estrutura social local. Estes resultados apontam para a necessidade da revisão do modelo de crescimento econômico e distribuição de oportunidades locais, de modo a incluir de forma equitativa os habitantes desta região.

Em contrapartida, a pesquisa captou diferenças significativas entre os residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca com relação à satisfação com a saúde física, de modo que os jovens (que se concentram mais fortemente no município de Ipojuca) tendem a apresentar maior satisfação do que os idosos e os adultos. Por esta razão, os habitantes de Ipojuca tendem a apresentar maior satisfação com a saúde física que os residentes do Cabo de Santo Agostinho.

Os dados apontam para a existência de diferenças significativas do nível de satisfação com as relações familiares e de amizade entre os residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, de modo que os residentes no Cabo de Santo Agostinho tendem a serem mais satisfeitos que os residentes em Ipojuca.

A pesquisa indica que existem diferenças significativas em relação à expectativa com o futuro entre os residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, de modo que os residentes em Ipojuca tendem a ser mais felizes que os residentes no Cabo de Santo Agostinho.

Por fim, Os dados indicam que os residentes do Cabo de Santo Agostinho tendem a se identificarem mais com o lugar em que vivem que os residentes de Ipojuca.

Com isto, a pesquisa revela que a felicidade destes indivíduos tende a ser mais fortemente influenciada por fatores relacionados ao consumo, saúde física, relações familiares e de amizade, expectativa com o futuro, identidade com o lugar e satisfação com o desenvolvimento do lugar em que vivem.

Estes indicadores, portanto, indicam os valores que são partilhados (felicidade como categoria de valor) e buscados, ainda que inconscientemente, por parte

substantiva dos participantes da amostra (felicidade como categoria ordenadora de outros valores). Dessa forma, é possível supor que quaisquer tentativas de acréscimo de felicidade (politicas de felicidade) do grupo populacional necessariamente passa por melhorias quantitativas e qualitativas nas dimensões de bem-estar subjetivo avaliadas.

# CAPÍTULO V
# ÍNDICE DE FELICIDADE LOCAL – CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA

## 5.1 CONSTRUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO ÍNDICE DE FELICIDADE LOCAL – CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA

O objetivo de se construir o modelo de análise de regressão multivariada, apresentado no capítulo anterior, foi mensurar em que medida determinados fatores socioeconômicos, demográficos e de bem-estar subjetivo podem influenciar o nível de felicidade de indivíduos e, a partir dos resultados das correlações, indicar quais fatores (variáveis) devem ser selecionados para a composição do Índice de Felicidade Local aplicado ao Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca). Além disso, os resultados do modelo de análise de correlação também fornecem subsídios para a atribuição dos pesos ponderados que cada indicador deve receber ao ser incluído no cálculo IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

No Quadro 5.1., são apresentadas as seis variáveis que compõem o IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, o valor da correlação apresentado por cada variável no modelo de análise de regressão multivariada e, finalmente, o cálculo do peso ponderado atribuído a cada variável a ser incluída no índice.

Nas duas primeiras colunas, são apresentadas, em ordem decrescente, as posições apresentadas por cada indicador no *ranking* de correlação de Pearson, obtido por meio do modelo de análise de regressão multivariada, e o nome do indicador (Quadro 5.1.).

Na terceira coluna, são apresentados os valores proporcionais calculados para cada indicador. O nível máximo de correlação corresponde a 50,63% do máximo possível de 100 pontos (obtido pelo indicador ‘Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo). Os valores proporcionais foram calculados dividindo-se o valor do percentual total de indicadores (100) pelo número de indicadores (6), obtendo-se o valor de 16,66, que representa o poder mínimo de explicação de cada indicador. Com isto, em ordem crescente, o indicador que apresentou menor poder de correlação (‘Índice de Identidade’) recebeu valor proporcional de 16,66, o indicador

‘Satisfação com a saúde física’ recebeu valor proporcional de 33,3 (16,66 x 2), e assim sucessivamente, até chegar ao indicador ‘Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo’, que, por ter apresentado força máxima de correlação de Pearson, recebeu valor proporcional de 100 (Quadro 5.1.).

Na quarta coluna, são apresentados os valores do Coeficiente de ponderação, que são os mesmos valores de correlação de Pearson apresentados por cada indicador (Quadro 5.1.). Ressalte-se que, em modelos de índices compostos, os coeficientes de ponderação geralmente são *arbitrários*, isto é, calculados em função do conhecimento dos pesquisadores acerca do fenômeno e a contribuição específica de cada indicador na formação da variável composta (índice estatístico). No caso do IFL, os coeficientes de ponderação configuram-se em valores objetivos, obtidos com base nos valores das correlações de Pearson, utilizadas no cálculo dos pesos ponderados.

Na quinta coluna, são apresentados os valores dos pesos atribuídos a cada indicador (peso ponderado). Os valores dos pesos ponderados são obtidos por meio da multiplicação do valor proporcional (1) pelo coeficiente de ponderação (2). Note-se que, por meio dos cálculos do peso ponderado, os pesos atribuídos a cada indicador respeitam a relevância do poder de correlação apresentado por cada indicador, obtida no modelo de análise de regressão multivariada (Quadro 5.1.).

**Quadro 5.1.: Composição dos indicadores do Índice de Felicidade Local - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca**

| Posição no *ranking* de Correlação | Indicador | Valor proporcional (1) | Coeficiente de ponderação (2) | Peso ponderado (1 x 2) |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | 100,0 | 0,506 | (100 x 0,506) = 50,6 |
| 2 | Satisfação com as relações familiares e de amizade | 83,0 | 0,429 | (83,0 x 0,429) = 35,7 |
| 3 | Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar | 66,5 | 0,389 | (66,5 x 0,389) = 25,9 |
| 4 | Expectativa com o futuro | 49,9 | 0,372 | (49,9 x 0,372) = 18,6 |
| 5 | Satisfação com a saúde física | 33,3 | 0,289 | (33,3 x 0,289) = 9,6 |
| 6 | Índice de Identidade | 16,6 | 0,197 | (16,6 x 0,197) = 3,3 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Tomando como base os pesos atribuídos a cada um dos indicadores, o cálculo do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca é feito a partir da multiplicação de cada indicador com o seu respectivo peso e a posterior soma dos valores obtidos nos indicadores. Com o intuito de reaproximar os valores calculados no IFL – Cabo de

Santo Agostinho e Ipojuca para a escala original dos indicadores de bem-estar subjetivo, cujos valores vão de zero a dez, dividiu-se o resultado obtido no cálculo do índice por *sessenta*, que significa o número de indicadores utilizados na composição da equação (seis), multiplicado por *dez*, fazendo com que a escala de valores obtidos a partir da equação diminua em 1 (uma) dezena, retornando aos valores próximos à escala original dos indicadores de bem-estar subjetivo, facilitando a interpretação dos resultados obtidos no IFL.

Em termos de notação, o cálculo do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca pode ser apresentado na seguinte equação:

$$\mathbf{IFL = (A \,.\, 50{,}6) + (B \,.\, 35{,}7) + (C \,.\, 25{,}9) + (D \,.\, 18{,}6) + (E \,.\, 9{,}6) + (F \,.\, 3{,}3) \,/\, 60}$$

donde A representa o indicador ‘Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, B representa o indicador ‘Satisfação com as relações familiares e de amizade’, C o indicador ‘Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar, D o indicador ‘Expectativa com o futuro’, E o indicador ‘Satisfação com a saúde física’ e F o indicador ‘Índice de identidade’, todos multiplicados por seus pesos atribuídos correspondentes e divididos por sessenta.

A partir do cálculo do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, a escala do índice de felicidade apresenta valores relativos que variam entre 3,22 (menor índice de felicidade registrado) e 23,95 (maior índice de felicidade registrado), com valor médio de 17,55 e Desvio padrão de 3,21. Os resultados indicam que, na amostra calculada para o estudo, os participantes da amostra apresentam média de felicidade elevada e desvio padrão relativamente baixo, denotando que, no geral, os participantes da amostra apresentam altos escores de felicidade e há poucos casos de indivíduos que apresentam baixos índices de felicidade (Tabela 5.1.).

**Tabela 5.1.: Descrição estatística do Índice de Felicidade Local - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca**

| | |
|---|---|
| N Casos válidos | 702 |
| Média | 17,55 |
| Mediana | 17,92 |
| Desvio Padrão | 3,21 |
| Mínimo | 3,22 |
| Máximo | 23,95 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Com o intuito de facilitar a análise do Índice de Felicidade Local, foram estabelecidas *três* faixas do IFL, calculadas a partir da divisão do valor máximo do IFL registrado (23,95) por três, que é o número de faixas que se deseja obter. Com isso, a faixa mais *baixa* do IFL vai de 3,22 (valor mais baixo registrado) até 7,98; a faixa *média* vai de 7,99 a 15,99; e a faixa mais *alta* do IFL vai de 16 a 23,95. Os valores são apresentados na Tabela 5.2.

De acordo com os valores das faixas do IFL, observa-se que quase 3/4 da população de residentes do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca que foram incluídos na amostra da pesquisa situa-se na faixa mais alta do IFL (73,1%), seguidos pelas pessoas que estão localizadas na faixa média do IFL (26,1%). Por fim, uma proporção ínfima de pessoas se situa na faixa mais baixa do IFL (0,9%). Estes resultados indicam que, a despeito das severas condições de pobreza e desigualdades socioeconômicas locais, a população analisada apresenta elevados escores de felicidade.

**Tabela 5.2.: Faixas do Índice de Felicidade Local nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca**

| | N | % |
|---|---|---|
| **Baixo** | 6 | 0,9 |
| **Médio** | 183 | 26,1 |
| **Alto** | 513 | 73,1 |
| **Total** | 702 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Baseando-se no cálculo do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, passa-se à análise do índice de felicidade segundo as *onze* variáveis socioeconômicas e demográficas consideradas mais relevantes para o presente estudo. São elas: *município de residência*; *sexo*; *estado conjugal*; *religião/culto*; *frequência de participação religiosa*; *faixas etárias*; *nível de escolaridade*; *ocupação*; *estrato de renda mensal domiciliar per capita*; *condição de migração* e *tempo total de residência* no município. Para isto, os resultados do IFL foram analisados tanto em faixas (baixo, médio e alto) quanto em números naturais (média).

## 5.2 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Com o intuito de mensurar a felicidade dos habitantes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca que foram incluídos na amostra utilizada no estudo, torna-se relevante analisar as faixas estabelecidas do IFL segundo o município de residência. Os dados apresentados na Tabela 5.3. demonstram que, de forma bastante homogênea, a maioria dos residentes de ambos os municípios situa-se na faixa mais elevada do IFL (alto), seguida pela faixa intermediária (médio). Apenas uma proporção bastante ínfima de residentes em ambos os municípios (menos de 1%) situa-se na faixa mais baixa do IFL. Estes dados indicam que, nos dois municípios investigados, a grande maioria dos residentes apresentam níveis elevados de felicidade e não existem diferenças substantivas do nível de felicidade da população de ambos os municípios.

**Tabela 5.3.: Faixas do Índice de Felicidade Local (IFL) segundo o município de residência**

| Município | Faixas do IFL | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Cabo de Santo Agostinho | 3 | 0,9 | 86 | 26,5 | 236 | 72,6 | 325 | 100 |
| Ipojuca | 3 | 0,8 | 97 | 25,7 | 277 | 73,5 | 377 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

A despeito da evidente similaridade dos níveis de felicidade da população dos municípios analisados, tomando-se como referência a variação da escala do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, cujos valores situam-se no intervalo de 3,22 a 23,95, os dados indicam que, na amostra calculada para o estudo, os residentes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentam médias de felicidade cujos valores podem ser considerados bastante elevados (17,3 e 17,6, respectivamente), e Desvios padrões relativamente baixos, sinalizando que não há grande dispersão entre as médias do índice de felicidade entre os participantes da amostra. Estes resultados apontam para tendência de alta felicidade entre os participantes da amostra, com exceção de poucos casos que registram escores baixos de felicidade (Tabela 5.4.).

Não obstante a elevada média do índice de felicidade dos residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, verifica-se que os residentes do município de Ipojuca apresentam média do IFL maior do que aquela registrada pelos residentes do Cabo de Santo Agostinho (Tabela 5.5.). Sobre isso, os resultados

apresentados na Tabela 5.3. apontam que, com teste de Levene (valores do teste F de 2,060 e significância de 0,152) não rejeita a hipótese nula de igualdade de variâncias, o teste t com valor de -1,134 e significância de 0,257 confirma a hipótese nula de que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias dos residentes nos municípios investigados. Com isto, conclui-se que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias do índice de felicidade registradas na população de ambos os municípios.

De alguma forma, este resultado já era esperado, tendo em vista que as condições de bem-estar subjetivo, registradas por meio dos indicadores que foram utilizados para a composição do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca são bastante semelhantes em ambos os municípios. Por esta razão, a população residente em ambos os municípios apresentam níveis bastante semelhantes do Índice de Felicidade Local, sendo bastante elevada, a despeito das agudas desigualdades socioeconômicas registradas nestes territórios.

**Tabela 5.4.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Município de residência'**

| | N Casos válidos | Média | Desvio padrão | Erro padrão da média |
|---|---|---|---|---|
| Cabo de Santo Agostinho | 325 | 17,39 | 3,409 | 0,189 |
| Ipojuca | 377 | 17,67 | 3,022 | 0,155 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela 5.5.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Município de residência'**

| | | Teste de Levene de Igualdade de variâncias | | Teste T de igualdade de médias | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Confiança do intervalo de 95% | |
| | | F | Sig. | T | df | Sig. (2 caudas) | Diferença de médias | Erro padrão da diferença | Mais baixo | Mais elevado |
| Índice de Felicidade Local | Igualdade de variâncias assumida | 2,060 | 0,152 | -1,134 | 700 | 0,257 | -0,275 | 0,242 | -0,751 | 0,201 |
| | Igualdade de variâncias não assumida | | | -1,124 | 653,384 | 0,262 | -0,275 | 0,244 | -0,756 | 0,205 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

## 5.3 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO SEXO

A análise das faixas do IFL segundo o sexo revela que, dentre os participantes da amostra utilizada no estudo, a maioria dos homens e das mulheres situa-se nas faixas

alta e média do IFL e uma menor proporção situa-se na faixa mais baixa do IFL. Todavia, verifica-se que a proporção de mulheres situadas na faixa mais elevada de felicidade (73,9%) é maior do que a proporção de homens (68,5%) nesta mesma faixa do IFL. Em contrapartida, a proporção de mulheres (1,4%) na faixa mais baixa do IFL também é mais alta que os homens (0,4%). Estes dados indicam que as mulheres tendem a apresentar maiores níveis de felicidade que os homens, embora uma parte mais expressiva de mulheres apresente escores de felicidade mais baixos que os homens. Os dados são apresentados na Tabela 5.6.

**Tabela 5.6.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo o sexo**

| Sexo | Faixas do IFL | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Masculino | 1 | 0,4 | 83 | 31,1 | 183 | 68,5 | 267 | 100 |
| Feminino | 6 | 1,4 | 109 | 24,7 | 326 | 73,9 | 441 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

A análise do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca aponta para a existência de ligeira diferença das médias de felicidade registradas entre homens (17,2) e mulheres (17,6) que participaram da amostra do estudo, com as mulheres tendendo a apresentar maiores escores de felicidade que os homens (Tabela 5.7.). Como forma de verificar a existência de diferença significativa entre médias dos dois grupos de análise, procedeu-se à análise do teste de diferença de médias (Teste T).

Os dados apresentados na Tabela 5.8. indicam que, com Teste de Levene (valores do teste F de 7,151 e significância de 0,008) rejeita a hipótese nula que existe igualdade de variâncias, o teste t com valor de -1,803 e significância de 0,072 indica que não há elementos suficientes para refutar a hipótese nula de que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias. Com isto, não é possível afirmar que há diferença estatisticamente significativa entre as diferenças de médias do índice de felicidade entre homens e mulheres.

Importa ressaltar que a conclusão relativa à inexistência de desigualdades do nível de felicidade entre homens e mulheres é semelhante às conclusões dos estudos de felicidade que compõem a referência teórico-metodológica da presente tese (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; URA, 2012). Neles, homens e mulheres tendem a apresentar os mesmos níveis de felicidade.

**Tabela 5.7.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Sexo'**

| | Índice de Felicidade Local | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **N Casos válidos** | **Média** | **Desvio padrão** | **Erro padrão da média** |
| Masculino | 267 | 17,24 | 2,857 | 0,174 |
| Feminino | 442 | 17,67 | 3,461 | 0,164 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela 5.8.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Sexo'**

| | | Teste de Levene de Igualdade de variâncias | | Teste T de igualdade de médias | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Confiança do intervalo de 95% | |
| | | **F** | **Sig.** | **T** | **df** | **Sig. (2 caudas)** | **Diferença de médias** | **Erro padrão da diferença** | **Mais baixo** | **Mais elevado** |
| Índice de Felicidade Local | Igualdade de variâncias assumida | 7,151 | 0,008 | -1,721 | 707 | 0,086 | -0,433 | 0,251 | -0,927 | 0,061 |
| | Igualdade de variâncias não assumida | | | -1,803 | 642,266 | 0,072 | -0,433 | 0,240 | -0,904 | 0,038 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

## 5.4 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL

Os dados relativos ao IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca segundo o estado conjugal demonstram que, em todas as categorias de estado conjugal construídas neste estudo, a maioria dos indivíduos situa-se na faixa mais elevada do IFL, seguido pela proporção de indivíduos situada na faixa intermediária do IFL. A faixa mais baixa do IFL é ocupada, proporcionalmente, por uma parcela menor de indivíduos.

Não obstante este padrão de distribuição, os dados indicam que a proporção de pessoas mais felizes é maior entre os casados/unidos (76%), seguida pelos solteiros (71,4%). Na outra extremidade, a maior proporção de pessoas menos felizes é registrada entre os viúvos (2,9%), seguida pelos solteiros (0,8%). Por fim, importa destacar que, proporcionalmente, os divorciados/separados apresentam menor participação na faixa mais elevada do IFL (61,1%) e maior participação na faixa intermediária (38,9%). De forma preliminar, esses dados indicam que os viúvos e os divorciados/separados tendem a ser menos felizes que os casados/unidos e os solteiros (Tabela 5.9.).

**Tabela 5.9.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo o estado conjugal**

| Estado conjugal | Faixas do IFL | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Solteiro | 1 | 0,8 | 37 | 27,8 | 95 | 71,4 | 133 | 100 |
| Casado/unido | 3 | 0,7 | 104 | 23,3 | 339 | 76,0 | 446 | 100 |
| Divorciado/separado | 0 | 0,0 | 21 | 38,9 | 33 | 61,1 | 54 | 100 |
| Viúvo | 2 | 2,9 | 21 | 30,4 | 46 | 66,7 | 69 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados da pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 registram haver diferenças numéricas entre as médias do índice de felicidade entre as categorias 'solteiros' (17,3), 'casados/unidos' (17,7), 'separados/divorciados' (16,7) e 'viúvos' (17,1), de modo que o grupo formado pelos casados apresenta a maior média do índice de felicidade, seguido do grupo composto pelos solteiros. Em contrapartida, os separados/divorciados apresentam a menor média relativa do índice de felicidade, seguidos pelos viúvos.

Como forma de analisar se as diferenças de médias captadas entre as categorias analisadas são estatisticamente significativas, procedeu-se a realização do teste de diferença de médias (Anova). Os dados relativos aos testes de significância obtidos entre os grupos analisados indicam não existir diferenças significativas entre os grupos analisados. Com isto, confirma-se a hipótese nula que não há diferenças estatisticamente significativas entre as categorias analisadas (Tabela 5.10.).

Embora os dados da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 não sejam representativos do universo populacional dos territórios investigados, é relevante sublinhar que as conclusões relativas a não existência de diferenças de médias segundo o estado conjugal não correspondem a certas conclusões encontradas em importantes estudos de felicidade. Por exemplo, estudos realizados por Veenhoven (1984) e Layard (2008) destacam que o grupo formado por pessoas casadas/unidas tende a apresentar a maior média de felicidade em relação aos demais grupos e o grupo composto por pessoas divorciadas tende a apresentar a menor média relativa de felicidade. De acordo com Layard (2008), uma hipótese que pode explicar os diferenciais de médias de felicidade registrados entre os grupos 'casado/unido' e 'separado/divorciado' é de que as pessoas casadas/unidas tendem a contar com uma rede familiar que lhe dá importante suporte emocional.

A existência de diferenças nas médias de felicidade segundo o estado conjugal não foi estatisticamente captada no estudo realizado entre habitantes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Uma hipótese que pode explicar a inexistência de diferenças de médias segundo o estado conjugal é que a rede de suporte emocional formada pela família, conforme argumentado por Layard (2008), não depende apenas do estado conjugal do indivíduo, visto que outros fatores podem influenciar a composição desta rede de suporte emocional, como, por exemplo, a própria qualidade das relações familiares e de amizade. Com isto, importa menos se o indivíduo é casado/unido ou divorciado/separado, mas a satisfação do indivíduo com suas relações familiares e de amizade. Por esta razão, é possível que, no presente estudo, não tenham sido captadas relações entre a felicidade e o estado conjugal, mas, foram captadas relações bastante significativas entre a felicidade e a satisfação com as relações familiares e de amizade.

**Tabela 5.10.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Estado conjugal'**

| | Soma dos quadrados | Df | Média dos quadrados | F | Sig | Levene | Sig |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Entre grupos** | 63,707 | 3 | 21,236 | 2,073 | 0,102 | 1,693 | 0,167 |
| **Com os grupos** | 7150,543 | 698 | 10,244 | | | | |
| **Total** | 7214,249 | 701 | | | | | |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

## 5.5 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO A RELIGIÃO/CULTO

A análise das faixas do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca segundo a religião/culto revela que, proporcionalmente, os evangélicos apresentam maior concentração na faixa mais elevada do IFL (76,2%), seguidos pelos católicos (73,5%). Já os ateus e pessoas sem religião/culto apresentam menor concentração na faixa mais elevada do IFL (60,3%). Em contrapartida, os evangélicos também apresentam maior concentração na faixa mais baixa do IFL (1,4%), seguidos pelos católicos (0,6%), ao passo que nenhum dos participantes de outras religiões/cultos ou ateus e sem religião estão localizados na faixa mais baixa do IFL. Na faixa intermediária, os ateus e sem religião apresentam-se em maior proporção (Tabela 5.11.).

Estes dados apontam que os evangélicos, os católicos e as pessoas de outras religiões/cultos tendem a ser numericamente mais felizes que os ateus, embora uma reduzida parcela de evangélicos e católicos situe-se na faixa mais baixa do IFL.

**Tabela 5.11.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo a religião/culto**

| Religião/culto | Faixas do IFL | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Católico | 2 | 0,6 | 88 | 26,0 | 249 | 73,5 | 339 | 100 |
| Evangélico | 4 | 1,4 | 62 | 22,4 | 211 | 76,2 | 277 | 100 |
| Outras religiões/cultos | 0 | 0,0 | 3 | 30,0 | 7 | 70,0 | 10 | 100 |
| Ateu e sem religião | 0 | 0,0 | 29 | 39,7 | 44 | 60,3 | 73 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

A análise do Índice de Felicidade Local nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca segundo a religião/culto demonstra variações substantivas nas médias do índice de felicidade entre os diferentes grupos de religião/culto. Os dois maiores grupos, formados por ‘católicos’ e por ‘evangélicos’, apresentam médias semelhantes, de aproximadamente 17,6, e os dois menores grupos, formados por participantes de ‘outras religiões/cultos’ e por ‘ateus e sem religião’ apresentaram médias também semelhantes, de 16,7.

Com o intuito de analisar a possível diferença estatisticamente significativa de médias entre os grupos de religião/culto aplicou-se o teste Anova. Os resultados apresentados na Tabela 5.12. demonstram que, com teste de Levene com valor de 2,057 e significância de 0,105 apontando para a não rejeição da hipótese nula que existe igualdade de variâncias, a estatística F (1,837), com significância de 0,139, indica que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos analisados.

A despeito desta conclusão estatística, é preciso novamente fazer a ressalva de que a amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 205 não é representativa do universo populacional dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Por esta razão, é preciso ter cuidado para não fazer generalizações com base nos achados desta pesquisa, já que se refere a um grupo reduzido de pessoas. Este cuidado se torna ainda mais evidente, por exemplo, quando se analisa o tamanho da amostra calculada neste estudo segundo a ‘religião/culto’ e verifica-se que os participantes de outras religiões/cultos estão bastante sub-representados na amostra (1,6%).

Feita esta ressalva de ordem metodológica, é preciso considerar que a inexistência de diferenciais de médias do índice de felicidade segundo a religião/culto registrados neste estudo não correspondem às conclusões encontradas em estudos de felicidade realizados, por exemplo, por Layard (2008), que conclui que as pessoas que professam algum tipo de religião, ou que pelo menos apresenta algum tipo de crença, ainda esta crença que não seja de ordem religiosa, tendem a apresentar maiores escores de felicidade do que aquelas pessoas que não apresentam nenhum tipo de crença. Isto porque, segundo o autor, além de as crenças fornecerem modelos explicativos para determinados acontecimentos que poderiam afligir os indivíduos, elas permitem aos indivíduos desenvolver maiores expectativas com o futuro (esperança). Portanto, não se questiona a veracidade ou correção das religiões e crenças, mas constata-se que as crenças, religiosas ou não, na medida em que oferecem importante suporte emocional aos indivíduos, favorecem a elevação dos níveis de felicidade dos indivíduos.

A despeito da explicação de Layard (2008) a respeito da importância da religião/crença para a felicidade dos indivíduos, no estudo realizado entre habitantes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, não foi captada nenhuma relação significativa entre os tipos de religião/crença professados e a média de felicidade.

**Tabela 5.12.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Religião/culto'**

| | Soma dos quadrados | Df | Média dos quadrados | F | Sig | Levene | Sig |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Entre grupos** | 56,576 | 3 | 18,859 | 1,837 | 0,139 | 2,057 | 0,105 |
| **Com os grupos** | 7133,952 | 695 | 10,265 | | | | |
| **Total** | 7190,528 | 698 | | | | | |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

## 5.6 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO A FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO RELIGIOSA

Com o objetivo de aprofundar a análise a respeito dos diferenciais de felicidade segundo a religião/culto, procedeu-se à análise do IFL segundo a frequência da participação na religião/culto. A ideia é verificar se, independentemente do tipo de religião/culto professada, as pessoas que participam com mais frequência de eventos religiosos (cultos, missas, orações, reuniões etc.) tendem a ser mais felizes que aquelas

que participam menos. Vale ressaltar que, para a operacionalização desta variável, foram incluídos os indivíduos que afirmaram não participar de nenhuma religião/culto.

A análise das faixas do IFL segundo a frequência da participação religiosa revela que, quanto maior é a frequência religiosa maior tende ser a concentração na faixa mais elevada do IFL, embora os que participam de 1 (uma) a quatro vez ao mês apresentam maior concentração (77,6%) que os que participam mais de 1 (uma) vez por semana (76%). Na outra extremidade, os indivíduos que apresentam maior frequência da participação religiosa, proporcionalmente, concentram-se mais fortemente na faixa mais baixa do IFL (1,6%), seguidos pelos que participam de 1 (uma) a quatro vezes ao mês (1,3%). Em contrapartida, não há nenhuma registro na faixa mais baixa do IFL entre os que nunca participam de atividades religiosas (Tabela 5.13.).

**Tabela 5.13.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo a frequência da participação religiosa**

| Frequência da participação religiosa | Faixas do IFL | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Nunca | 0 | 0,0 | 45 | 28,7 | 112 | 71,3 | 157 | 100 |
| Menos de 1 vez ao mês | 1 | 0,8 | 32 | 26,0 | 90 | 73,2 | 123 | 100 |
| De 1 a 4 vezes ao mês | 3 | 1,3 | 50 | 21,1 | 184 | 77,6 | 237 | 100 |
| Mais de 1 vez por semana | 2 | 1,6 | 29 | 22,5 | 98 | 76,0 | 129 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 indicam que, dentre os quatro grupos de frequência religiosa analisados, as médias do índice de felicidade apresentaram a seguinte ordem decrescente: 'participa de atividades religiosas de 1 a 4 vezes ao mês' (média de 17,8); 'participa de atividades religiosas mais de 1 vez por semana' (17,7); 'participa de atividades religiosas menos de 1 vez por mês' (17,4); e 'nunca participa de atividades religiosas' (17,3). De acordo com os dados apresentados, verifica-se uma relação diretamente proporcional entre frequência da participação religiosa e índice de felicidade, de modo que a maior participação religiosa tende a ser acompanhada pelo acréscimo no índice de felicidade. Todavia, sublinhe-se que os diferenciais de médias são bastante reduzidos, representando um indício de que as diferenças numéricas não são estatisticamente significativas.

Como forma de analisar as possíveis diferenças estatisticamente significativas entre as médias do índice de felicidade segundo a frequência de participação religiosa, procedeu-se ao teste Anova. De acordo com os dados apresentados na Tabela 5.14.,

verifica-se que, com teste de Levene com valor de 0,124 e significância de 0,946, não se rejeita a hipótese nula que existe igualdade de variâncias. Ainda de acordo com os dados, observa-se que a estatística F (0,975) e significância de 0,404 apontam para a confirmação da hipótese nula de que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos grupos estabelecidos segundo a frequência da participação religiosa.

**Tabela 5.14.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Frequência de participação religiosa'**

| | Soma dos quadrados | Df | Média dos quadrados | F | Sig | Levene | Sig |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Entre grupos** | 30,719 | 3 | 10,240 | 0,975 | 0,404 | 0,124 | 0,946 |
| **Com os grupos** | 6741,852 | 642 | 10,501 | | | | |
| **Total** | 6772,571 | 645 | | | | | |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

## 5.7 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS

A análise do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca segundo as faixas etárias revela que o grupo formado por jovens apresentam maior concentração na faixa mais elevada do IFL (73,9%), seguido pelos adultos (73,4%) e, por último, os idosos (70,6%). Na outra extremidade, os idosos apresentam maior concentração na faixa mais baixa do IFL (2,8%), seguidos pelos adultos (0,6%) e nenhuma criança/jovem situa-se na faixa mais baixa do IFL.

Esses resultados apontam para uma suposta existência de relação direta entre faixas etárias e o nível de felicidade, de modo que, quanto mais jovem é o grupo etário, maiores tendem a serem os escores de felicidade registrados.

**Tabela 5.15.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo as faixas etárias**

| Faixas etárias | Faixas do IFL | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Jovens | 0 | 0,0 | 29 | 26,1 | 82 | 73,9 | 111 | 100 |
| Adultos | 3 | 0,6 | 125 | 25,9 | 354 | 73,4 | 482 | 100 |
| Idosos | 3 | 2,8 | 29 | 26,6 | 77 | 70,6 | 109 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

A análise das médias do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca segundo a faixa etária confirma a existência de uma relação proporcional entre as faixas etárias e o índice de felicidade, de modo que o grupo composto por jovens apresenta a maior média do IFL (17,9), seguidos pelos adultos (17,5) e, por último, os idosos, com a menor média do índice de felicidade (17,1). Este dado ressalta a importância de investigar se, de fato, existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos etários.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 5.16., verifica-se que o teste de Levene indica a não rejeição da hipótese nula que existe igualdade de variâncias. Por sua vez, os testes F e de significância (com valores de 1,479 e 0,229, respectivamente), apontam para a confirmação da hipótese nula de que não existe diferença estatisticamente significativa entre os grupos.

**Tabela 5.16.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Faixas etárias'**

| | Soma dos quadrados | Df | Média dos quadrados | F | Sig | Levene | Sig |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Entre grupos** | 30,395 | 2 | 15,197 | 1,479 | 0,229 | 2,372 | 0,094 |
| **Com os grupos** | 7183,854 | 699 | 10,277 | | | | |
| **Total** | 7214,249 | 701 | | | | | |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

## 5.8 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO A ESCOLARIDADE

A análise das faixas do IFL segundo a escolaridade indica que, na amostra populacional dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, a maioria das pessoas concentra-se na faixa mais alta do IFL. A despeito desta relativa homogeneidade, verifica-se que as pessoas com ensino superior apresentam maiores escores de felicidade que as pessoas localizadas em outras faixas de escolaridade, sobretudo, as pessoas sem instrução e até o ensino fundamental incompleto.

Os dados revelam que pessoas que apresentam ensino superior concentram-se mais fortemente na faixa mais alta do IFL (90%), seguidas pelas pessoas que se situam na faixa intermediária (10%) e nenhuma pessoa na faixa mais baixa do IFL. Situação semelhante é registrada entre as pessoas que apresentam ensino fundamental completo, concentrando-se majoritariamente na faixa mais alta do IFL (81,6%) e na faixa intermediária (17,1%). Destes, apenas 1,3% concentra-se na faixa mais baixa do IFL.

Na outra extremidade, pessoas sem instrução e com até o ensino fundamental incompleto também se concentram mais fortemente na faixa mais elevada do IFL (70,7%), contudo, este grupo apresenta a maior participação na faixa mais baixa do IFL (1,5%) e a maior participação na faixa intermediária (27,8%) (Tabela 5.17.).

**Tabela 5.17.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo a escolaridade**

| Escolaridade | Faixas do IFL | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Sem instrução e fundamental incompleto | 4 | 1,5 | 76 | 27,8 | 193 | 70,7 | 273 | 100 |
| Fundamental completo | 1 | 1,3 | 13 | 17,1 | 62 | 81,6 | 76 | 100 |
| Médio completo | 1 | 0,4 | 66 | 25,6 | 191 | 74,0 | 258 | 100 |
| Superior completo | 0 | 0,0 | 1 | 10,0 | 9 | 90,0 | 10 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os resultados da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 registram diferenças numéricas relativas às médias do índice de felicidade segundo o nível de escolaridade. Dentre os participantes da amostra calculada para o estudo, observa-se que o grupo composto por pessoas que possuem ‘nível superior’ apresenta a maior média do IFL (18,2), seguido pelo grupo formado por pessoas do nível ‘fundamental completo’ (17,8). As menores médias do IFL são registradas pelos grupos formados por pessoas ‘sem instrução ou que possuem o fundamental incompleto’ (17,2) e pessoas que possuem o ‘ensino médio completo’ (17,4).

A despeito das diferenças numéricas, os dados apresentados nas Tabelas 5.18. e 5.23. apontam para a confirmação da hipótese nula de que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias. Com isto, conclui-se que não é possível afirmar que existem diferenças das médias do IFL em função do nível de escolaridade dos residentes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

**Tabela 5.18.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Nível de escolaridade'**

| | Soma dos quadrados | Df | Média dos quadrados | F | Sig | Levene | Sig |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Entre grupos** | 35,040 | 3 | 11,680 | 1,146 | 0,330 | 2,374 | 0,069 |
| **Com os grupos** | 6250,023 | 613 | 10,196 | | | | |
| **Total** | 6285,063 | 616 | | | | | |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

## 5.9 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO A CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO

A análise das faixas do IFL segundo a condição de ocupação revela que as categorias formadas por ocupados e desocupados[85] apresentam distribuição semelhante dos escores de felicidade, de modo que a maioria das pessoas concentra-se na faixa mais elevada do IFL e uma proporção ínfima de pessoa concentra-se na faixa mais baixa do IFL. Este resultado aponta para a inexistência de diferenças do Índice de Felicidade Local segundo a ocupação.

**Tabela 5.19.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo a condição de ocupação**

| Condição de ocupação | Faixas do IFL | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Ocupado | 2 | 0,7 | 80 | 27,1 | 213 | 72,2 | 295 | 100 |
| Desocupado | 4 | 1,0 | 103 | 25,3 | 300 | 73,7 | 407 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Como forma de aprofundar a análise do índice de felicidade segundo a condição de ocupação (ocupados e desocupados), os dados indicam que o grupo formado pelos ocupados apresenta média de felicidade ligeiramente menor (17,4) que a média apresentada pelos desocupados (17,6). Os dados são apresentados na Tabela 5.20.

Como forma de analisar a suposta existência de diferença entre as médias do índice de felicidade entre os dois grupos (ocupados e desocupados), realizou-se teste de diferença de médias (teste t). Os dados apresentados na Tabela 5.26. indicam que, com teste de Levene (valor de F de 2,801 e significância de 0,095) não rejeita a hipótese nula que existe igualdade de variância entre as amostras, o teste t com valor de -0,586 e significância de 0,558, não há elementos suficientes para refutar a hipótese nula de que não existe diferença estatisticamente significativa entre as médias. Com isto, conclui-se que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias do índice de

[85] Importa sublinhar que a categoria ‘desocupado’ é conceitualmente diferente da variável ‘desempregado’. O termo desocupado designa aquele indivíduo que não trabalhava no período em que a pesquisa foi realizada, mas que também não procurou emprego nos últimos meses que antecederam a realização da pesquisa. Já o termo desempregado é reservado àqueles indivíduos que não exerciam trabalho remunerado no período de realização da pesquisa e que efetivamente procurou trabalho no período da realização da pesquisa.

felicidade de ocupados e desocupados na amostra de residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

A conclusão de que a condição de ocupação não apresenta relação com a felicidade reitera o argumento já explicitado anteriormente quando foram analisadas as correlações entre os indicadores de bem-estar objetivo e o nível de felicidade auto-relatado pelos indivíduos, de que os indicadores objetivos não apresentam correlações significativas com a felicidade dos indivíduos.

**Tabela 5.20.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Ocupação'**

| | N Casos válidos | Média | Desvio padrão | Erro padrão da média |
|---|---|---|---|---|
| Ocupados | 295 | 17,46 | 3,008 | 0,175 |
| Desocupados | 407 | 17,60 | 3,347 | 0,165 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela 5.21.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Condição de ocupação'**

| | | Teste de Levene de Igualdade de variâncias | | Teste T de igualdade de médias | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Confiança do intervalo de 95% | |
| | | F | Sig. | t | df | Sig. (2 caudas) | Diferença de médias | Erro padrão da diferença | Mais baixo | Mais elevado |
| Índice de Felicidade Local | Igualdade de variâncias assumida | 2,801 | 0,095 | -0,586 | 700 | 0,558 | -0,143 | 0,245 | -0,625 | 0,338 |
| | Igualdade de variância não assumida | | | -0,596 | 668,527 | 0,551 | -0,143 | 0,241 | -0,617 | 0,329 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

## 5.10 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO O ESTRATO DE RENDA

A análise do IFL segundo o estrato de renda aponta para a existência de relação diretamente proporcional do índice de felicidade segundo o estrato de renda, de modo que, quanto maior o estrato de renda, maior é a concentração de pessoas nas faixas mais elevadas de felicidade.

Os dados apresentados na Tabela 5.22. demonstram que independentemente do estrato de renda, as pessoas concentram-se mais fortemente na faixa mais alta do IFL. Contudo, analisando-se a faixa mais elevada do IFL, verifica-se que as pessoas do estrato de renda mais alta (mais de dois salários mínimos – 2 S.M.) concentram-se mais fortemente nesta faixa (77,4%), seguidas pelas pessoas do estrato de renda médio (de 1

a 2 S.M.) e, por último, as pessoas localizadas no estrato de renda mais baixo (menos de 1 S.M.) (72,2%). Na outra extremidade, os dados indicam que as pessoas do estrato de renda médio apresentam maior participação na faixa mais baixa do IFL (1,3%), seguidas pelas pessoas do estrato baixo de renda (0,8%), ao passo que nenhuma pessoa do estrato mais elevado de renda localização na faixa mais baixa do IFL.

**Tabela 5.22.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo o estrato de renda**

| Estrato de renda | Faixas do IFL | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Baixo (menos de 1 S.M.) | 4 | 0,8 | 133 | 27,0 | 355 | 72,2 | 492 | 100 |
| Médio (de 1 S.M. a 2 S.M.) | 2 | 1,3 | 38 | 24,4 | 116 | 74,4 | 156 | 100 |
| Alto (Mais de 2 S.M.) | 0 | 0,0 | 12 | 22,6 | 41 | 77,4 | 53 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

A análise do Índice de Felicidade Local aplicado aos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca revela a existência de ínfima diferença entre as médias do IFL segundo os estratos de renda, de modo que o grupo formado por pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* mensal de menos de 1 (um) salário mínimo (considerado como localizadas no 'estrato baixo') apresenta a menor média do IFL de 17,4; pessoas localizadas no 'estrato médio', cuja renda domiciliar *per capita* mensal é de 1 (um) a dois salários mínimos apresenta média do IFL de 17,5; e pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* mensal de mais de dois salários mínimos ('estrato alto') apresentam a maior média do IFL (18,0).

A despeito da relação diretamente proporcional entre estrato de renda e média do índice de felicidade, a reduzida diferença numérica registrada entre as médias aponta para a inexistência de diferenças significativas entre as médias.

O teste de Levene (2,121 e significância de 0,121) aponta para a não rejeição da hipótese nula de que existe igualdade de variâncias entre os grupos, e a estatística F (0,640) e significância de 0,528, por sua vez, aponta para a confirmação da hipótese nula de que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos grupos. Conclui-se que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias do índice de felicidade segundo os estratos de renda (Tabela 5.23.).

A conclusão de que não existem diferenciações dos níveis de felicidade segundo os estratos de renda é compatível com os achados dos estudos de felicidade conduzidos

por Veenhoven (1984) e Layard (2008). Entretanto, esta conclusão difere daquela a que chegam Corbi e Menezes-Filho (2006), para quem, analisando o contexto brasileiro, concluem a renda influencia significativamente os níveis de felicidade.

**Tabela 5.23.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Estrato de renda'**

| | Soma dos quadrados | Df | Média dos quadrados | F | Sig | Levene | Sig |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Entre grupos** | 13,200 | 2 | 6,600 | 0,640 | 0,528 | 2,121 | 0,121 |
| **Com os grupos** | 7201,049 | 698 | 10,317 | | | | |
| **Total** | 7214,249 | 700 | | | | | |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

## 5.11 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO A CONDIÇÃO DE MIGRAÇÃO

A análise das faixas do IFL segundo a condição de migração revela que os não migrantes, isto é, pessoas que nasceram nos municípios de residência atual (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) concentram-se mais fortemente na faixa mais alta do IFL (78,6%) e apenas uma pequena proporção concentra-se na faixa mais baixa do IFL (0,7%). Entre os imigrantes, verifica-se que eles também estão situados na faixa mais elevada do IFL (71,6%), embora em menor proporção que os não migrantes. Ademais, poucos migrantes concentram-se na faixa mais baixa do IFL (0,9%). Os dados indicam que os não migrantes tendem a apresentar maiores escores de felicidade que os migrantes.

**Tabela 5.24.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo a condição de migração**

| Condição de migração | Faixas do IFL | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Não migrante | 1 | 0,7 | 30 | 20,7 | 114 | 78,6 | 145 | 100 |
| Migrante | 5 | 0,9 | 153 | 27,5 | 399 | 71,6 | 557 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Com relação à possível diferença de médias do índice de felicidade entre os grupos formados por ‘não migrantes’ e ‘migrantes’, os dados apresentados na Tabela 5.31. revelam que os ‘não migrantes’ apresentam maior média do índice de felicidade (18,2) do que a média apresentada pelos migrantes (17,3).

Com o intuito de comprovar a diferença estatisticamente significativa das médias obtidas nos dois grupos em questão foi aplicado o teste T. Como resultados, observa-se que o teste de Levene (valores dos testes F e significância de 0,438 e 0,508) não rejeita a hipótese nula que existe igualdade de variâncias, e o teste t com valor de 3,033 e significância de 0,003 indica a rejeição da hipótese nula de que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias dos grupos analisados. Com isto, é possível afirmar que, na amostra de residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, os 'não migrantes' apresentam média do índice de felicidade significativamente maior do que a média apresentada pelos 'migrantes'. Os dados são apresentados na Tabela 5.25.

A constatação de que existem diferenciais de médias do índice de felicidade entre migrantes e não migrantes representa um importante achado desta investigação, visto que esta variável não é comumente utilizada em estudos de felicidade. Diante disto, devem ser buscar hipóteses que possibilitem a compreensão das razões para a diferenciação encontrada.

Recuperando as informações relativas aos indicadores que são utilizados para a composição do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, verifica-se que dos seis indicadores utilizados ('Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo', 'Satisfação com as relações familiares e de amizade', 'Satisfação com a saúde física', 'Expectativa com o futuro', 'Índice de identidade' e 'Índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar'), o indicador relativo à satisfação com o desenvolvimento do lugar foi o *único* no qual os migrantes apresentaram média superior aos não migrantes. Em todos os demais indicadores, os não migrantes apresentaram as maiores médias de bem-estar subjetivo. A situação de maior bem-estar subjetivo, portanto, explica a elevação do índice de felicidade dos não migrantes em relação aos migrantes.

**Tabela 5.25.: Resumo estatístico do Teste T entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Condição de migração'**

| | N Casos válidos | Média | Desvio padrão | Erro padrão da média |
|---|---|---|---|---|
| Não migrante | 145 | 18,26 | 3,023 | 0,251 |
| Migrante | 557 | 17,36 | 3,231 | 0,136 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela 5.26.: Resultados do Teste T entre duas amostras independentes, realizado entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Condição de migração'**

| | | Teste de Levene de Igualdade de variâncias | | Teste T de igualdade de médias | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Confiança do intervalo de 95% | |
| | | **F** | **Sig.** | **t** | **Df** | **Sig. (2 caudas)** | **Diferença de médias** | **Erro padrão da diferença** | **Mais baixo** | **Mais elevado** |
| Índice de Felicidade Local | Igualdade de variâncias assumida | 0,438 | 0,508 | 3,033 | 700 | 0,003 | 0,901 | 0,297 | 0,318 | 1,485 |
| | Igualdade de variância não assumida | | | 3,154 | 236,955 | 0,002 | 0,901 | 0,285 | 0,338 | 1,465 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

## 5.12 DESIGUALDADE DE FELICIDADE SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO

Com o intuito de aprofundar a investigação sobre as desigualdades de felicidade entre os migrantes, buscou-se analisar as possíveis diferenças das médias do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca entre os migrantes que residem nestes municípios segundo as faixas do tempo de residência. Para a correta interpretação desta variável, fazem-se necessárias duas ressalvas de ordem metodológica. Em primeiro lugar, para a operacionalização desta variável, foram excluídos os casos de não migrantes, de modo que a variável é composta apenas por pessoas que nasceram em municípios diferentes daqueles onde elas residiam no período da realização da pesquisa. Em segundo lugar, esta variável significa o tempo total que o migrante já residiu no município de residência atual, não importando o momento em que ele residiu no município. Com isto, esta variável capta não apenas o período da última etapa migratória, mas, de forma abrangente, ela soma todos os períodos nos quais eventualmente o migrante já tenha residido no município de residência atual.

A análise das faixas do IFL segundo o tempo total de residência no município indica que, no contexto analisado, em todas as categorias de tempo de residência, as pessoas concentram-se mais fortemente na faixa mais alta do IFL. Todavia, a proporção de pessoas na faixa mais elevada do IFL é maior entre os migrantes estabelecidos (que residem há oito anos e mais no município). Em contrapartida, a análise da faixa mais baixa do IFL indica que os migrantes estabelecidos são os que apresentam maior concentração nesta faixa (1,2%), ao passo que nenhuma pessoa das outras categorias do tempo de residência localiza-se na faixa mais baixa do IFL.

**Tabela 5.27.: Faixas do Índice de Felicidade (IFL) segundo o tempo de residência no município**

| Tempo de residência | Faixas do IFL | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Recente (1 a 3 anos) | 0 | 0,0 | 20 | 32,3 | 42 | 67,7 | 62 | 100 |
| Antigo (4 a 7 anos) | 0 | 0,0 | 26 | 32,9 | 53 | 67,1 | 79 | 100 |
| Estabelecido (8 anos e mais) | 5 | 1,2 | 107 | 25,7 | 304 | 73,1 | 416 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Os dados da pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 indicam que existe diferença bastante reduzida entre as médias do índice de felicidade e as categorias construídas a partir do tempo de residência no município. Os ‘migrantes recentes’ (que somando o tempo total de moradia residiam de 1 a 3 anos) apresentam média de 17,4, os migrantes antigos (de 4 a 7 anos) apresentam média de 17,1 e os estabelecidos (8 anos e mais) apresentam média de 17,3.

Os dados apresentados na Tabela 5.28. demonstram que, com teste de Levene não rejeitando a hipótese nula que existe igualdade das variâncias, a estatística F (0,267) e significância de 0,766 apontam para a inexistência de diferença estatisticamente significativa entre as médias dos grupos analisados.

A conclusão de que não existem diferenciais significativos entre as médias do índice de felicidade de não migrantes e migrantes *refuta* uma importante hipótese que orientou a presente investigação, isto é, a de que o tempo de residência no município apresenta correlação com a felicidade dos imigrantes, de modo que, quanto maior o tempo de residência no município, maior seriam os níveis de felicidade dos imigrantes. Isto porque, na medida em que o aumento do tempo de residência no município favoreceria ao imigrante o acesso a melhores oportunidades de colocação no mercado de trabalho, de renda, de melhores condições de moradia e de formação de uma rede familiar e de amizade, isto impactaria no aumento de seu bem-estar objetivo e subjetivo e, consequentemente, na sua felicidade. A despeito desta hipótese, os dados da presente investigação apontam para a inexistência de diferenciais de felicidade segundo o tempo de residência no município.

**Tabela 5.28.: Teste de diferença de médias (Anova) entre as variáveis 'Índice de Felicidade Local' e 'Tempo de residência no município'**

| | Soma dos quadrados | Df | Média dos quadrados | F | Sig | Levene | Sig |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Entre grupos** | 5,591 | 2 | 2,796 | 0,267 | 0,766 | 2,645 | 0,072 |
| **Com os grupos** | 5799,061 | 554 | 10,468 | | | | |
| **Total** | 5804,653 | 556 | | | | | |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

A análise do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca indica que, na amostra utilizada no estudo, os níveis de felicidade da população de ambos os municípios é, de forma homogênea, bastante elevada.

Com relação aos diferenciais dos níveis de felicidade entre os grupos populacionais analisados, os resultados obtidos a partir do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca revela que **não** existem variações significativas nos níveis de felicidade segundo o município de residência, sexo, estado conjugal, religião/culto, frequência da participação religiosa, faixas etárias, nível de escolaridade, ocupação, estrato de renda e tempo de residência no município. Em contrapartida, o estudo indica ainda que existem diferenças significativas dos níveis de felicidade segundo a condição de migração, de modo que os não migrantes tendem a ser mais felizes que os migrantes.

A realização do estudo empírico de felicidade nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca favorece a relevantes reflexões dentro da temática do bem-estar, bem-estar subjetivo, felicidade e qualidade de vida. De partida, é importante destacar a necessária reflexão entre os nível *macro* e *micro* das investigações realizadas no campo de estudos da felicidade. Os estudos vinculados a este campo de investigação se baseiam em reflexões teórico-filosóficas, produzidas em diferentes contextos sócio-históricos e culturais, para construir indicadores empíricos por meio dos quais se busca avaliar se e em que medida os fatores analisados apresentam capacidade de influenciar a felicidade dos indivíduos no contexto específico que está sendo analisado. Obviamente, muitos dos fatores que, em diferentes perspectivas teóricas, são apontados como relevantes para a felicidade, no desenrolar de pesquisas empíricas, podem não apresentar relevância para a felicidade dos indivíduos no contexto em que está sendo pesquisado. Esta consideração remete à importância de se produzir mais pesquisas, e em diferentes contextos, como forma de ampliar o conhecimento dos valores que são associados à felicidade e dos fatores que podem subsidiar o acréscimo da felicidade no

contexto que está sendo analisado (BENTHAM, 1984; VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; URA, 2012).

Por sua vez, a necessária interlocução entre os níveis macro e micro conduz à reflexão a respeito dos níveis *universal* e *particular* nos estudos da felicidade, favorecendo a compreensão de que, especialmente na contemporaneidade, existem múltiplos fatores que, em diferentes contextos, podem influenciar a felicidade de indivíduos, grupos sociais e territórios, sendo impossível determinar um conjunto específico e imutável de elementos que favorecem a felicidade dos indivíduos em todo e qualquer contexto. Esta ideia reforça o argumento de que a felicidade é contingencial e intersubjetivamente partilhada (ALLARDT, 2004; HELLER, 2004; SILVA, 2011).

Analisando-se o contexto micro e particular dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, a presente pesquisa identificou tratar-se de territórios marcados pela alta desigualdade socioeconômica entre seus habitantes. Por esta razão, de forma hipotética, considerou-se que os fatores materiais, especialmente aqueles que podem fornecer subsídios à sobrevivência material e simbólica em sociedades capitalistas, tais como rendimentos monetários, escolaridade e trabalho, influenciariam a felicidade dos indivíduos no contexto estudado. Ao longo da pesquisa, contudo, esta hipótese foi refutada, indicando que, independentemente de características socioeconômicas e demográficas, os fatores relacionados ao bem-estar subjetivo, isto é, a satisfação dos indivíduos com dimensões específicas de suas próprias vidas, são balizadoras e determinantes da felicidade dos indivíduos. Esta conclusão alinha a pesquisa de felicidade realizada nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca com as demais pesquisas de felicidade, cujos resultados indicam haver correlações bastante fracas entre os indicadores objetivos e a felicidade dos indivíduos (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2008; BARTRAM, 2011).

A análise dos indicadores de bem-estar subjetivo que apresentam correlações significativas com a felicidade dos indivíduos no Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca favorece a importantes reflexões sobre a felicidade. Não deixa de ser surpreendente, por exemplo, que o indicador que tenha apresentado maior influência na felicidade dos indivíduos tenha sido aquele relativo à satisfação com a capacidade de consumo, demonstrando que, assim como tem sido argumentado nos estudos a respeito do consumo e da felicidade, nos territórios investigados, o consumo constitui a dimensão

de maior relevância para a felicidade e a qualidade de vida dos indivíduos. Devido ao fato de tratar-se de territórios generalizadamente pobres e socioeconomicamente desiguais, a insatisfação com a capacidade de consumo influencia negativamente a felicidade, reduzindo os níveis de felicidade da população investigada (SLATER, 2001, LIPOVETSKY, 2008; RETONDAR, 2008; BAUMAN, 2009).

A despeito das condições de pobreza, desigualdade e insatisfações com o consumo, no contexto estudado, os indicadores vinculados aos aspectos não materiais, tais como a satisfação com as relações familiares e de amizade e a identidade com o lugar em que vivem apresentam importantes dimensões da felicidade dos indivíduos.

Por fim, importa destacar que, não obstante o desenvolvimento do polo de Suape, claramente, não implicar em melhorias efetivas nas condições socioeconômicas de parte expressiva da população dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, os residentes destes territórios continuam a apresentar alta expectativa com o futuro, fator que contribui significativamente com as altas médias de felicidade registradas nestes municípios.

# CONCLUSÕES

Os indicadores de bem-estar subjetivo e de felicidade configuram-se instrumentos indispensáveis à mensuração da qualidade de vida e do desenvolvimento de indivíduos, populações e territórios.

Indiscutivelmente, a avaliação das condições materiais de vida, geralmente realizada por meio da construção e análise de indicadores objetivos, é relevante para a identificação e o aperfeiçoamento dos elementos materiais e simbólicos que influenciam as condições materiais de vida, permitindo aos indivíduos acessarem bens materiais e simbólicos socialmente almejados, mas desigualmente distribuídos pelas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil.

Todavia, é preciso considerar que, para além das desigualdades socioeconômicas, existem também as desigualdades relacionadas ao bem-estar subjetivo, que podem igualmente interferir na qualidade de vida e no desenvolvimento social dos indivíduos, grupos populacionais e territórios. Neste sentido, a construção e utilização de indicadores de mensuração do bem-estar subjetivo e da felicidade configuram-se em atividades fundamentais para a ampla compreensão de fatores que estão relacionados à qualidade de vida e ao desenvolvimento social em um determinado contexto espaço-temporal. Estes indicadores são classificados como indicadores pós-materiais de estratificação social e permitem analisar, simultaneamente, condições materiais e não materiais de vidas de indivíduos, grupos populacionais e territórios.

A análise dos dados socioeconômicos e demográficos demonstra que os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, não obstante a elevação quantitativa e qualitativa de importantes indicadores socioeconômicos, ainda padecem de expressivas condições de pobreza e desigualdade socioeconômica entre seus habitantes. Comparando-se os dados relativos a diferentes dimensões socioeconômicas, tais como nível de instrução, formalização dos postos de trabalho e rendimentos, verifica-se que estes municípios apresentam condições socioeconômicas muito piores que aquelas registradas no Estado de Pernambuco e no Brasil.

Sobre isto, importa ressaltar que os maciços investimentos econômicos, destinados, sobretudo, às empresas que se instalam no CIPS, na forma de pacotes de isenção fiscal, não têm conseguido sequer minimizar satisfatoriamente a reprodução da

pobreza e das desigualdades socioeconômicas locais. Por exemplo, não obstante o município de Ipojuca ter, recentemente, batido recordes de geração de empregos e de elevação do PIB, parte expressiva de sua população permanece à margem dos benefícios econômicos gerados na região.

Dentre as diversas variáveis socioeconômicas e demográficas analisadas, o nível de instrução da população desperta maior atenção, visto que a maioria absoluta da população de 18 anos e mais que reside nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca encontra-se sem instrução ou com apenas o ensino fundamental incompleto. Ademais, os dados revelam que os indivíduos que apresentam menor escolarização tendem a apresentar maiores dificuldades de acesso aos postos de trabalho e, quando os acessam, tendem a ocupar aqueles postos de trabalho de menor estabilidade (trabalhos informais) e a apresentar os menores rendimentos. Constata-se, portanto, que a maioria da população destes municípios encontra-se em situação de alta vulnerabilidade.

A despeito deste alarmante cenário, a análise dos indicadores de bem-estar subjetivo, construídos na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, demonstra que, no geral, as dimensões constitutivas do bem-estar subjetivo são avaliadas favoravelmente pelos participantes da amostra calculada para o estudo. As únicas exceções são as dimensões relativas à satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo e à satisfação com o trabalho atual, que são avaliadas negativamente pelos participantes da amostra. Este é o reflexo direto da precariedade socioeconômica local.

Analisando-se o processo de composição do Índice de Felicidade Local aplicado aos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, verifica-se que os indicadores de bem-estar objetivos não apresentam correlações significativas com o nível de felicidade auto-relatado pelos indivíduos. De maneira oposta, os indicadores de bem-estar subjetivos apresentam grande relevância para a composição do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Os indicadores de bem-estar subjetivo que apresentaram maior relevância com a felicidade foram: satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo, satisfação com a saúde física, satisfação com as relações familiares e de amizade, expectativa com o futuro, índice de identidade e índice de satisfação com o desenvolvimento do lugar. Com isto, pode-se afirmar que esses seis indicadores, de forma hierárquica, exprimem os valores que são intersubjetivamente associados pelos participantes da amostra com a

felicidade. Deste modo, o aumento ou a redução na satisfação com esses indicadores impacta na felicidade dos indivíduos investigados na pesquisa.

A análise do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca demonstra que, dentre os participantes da amostra de habitantes dos municípios investigados, a média geral de felicidade é bastante elevada entre todos os grupos populacionais analisados. A relativa homogeneidade das médias do índice de felicidade somente é quebrada quando se analisa o índice de felicidade segundo a condição migratória, de modo que os imigrantes apresentam a menor média do índice de felicidade. Ao serem buscadas as possíveis razões que expliquem a redução das médias de felicidade dos imigrantes, verifica-se que eles apresentam menores condições de bem-estar subjetivo em cinco dos seis indicadores de bem-estar subjetivos utilizados na composição do IFL – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

A presente pesquisa indica que a questão do desenvolvimento nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca requer melhorias quantitativas e qualitativas em dimensões materiais e não materiais da vida humana, como forma de acrescer a felicidade dos habitantes destes territórios.

Por fim, importa sublinhar a ausência de pesquisas focadas na construção e utilização de indicadores de bem-estar subjetivo e felicidade. O aumento da produção de estudos desta natureza favoreceria o diálogo entre as condições objetivas e subjetivas de vida, permitiria a ampliação dos conhecimentos relativos aos fatores condicionantes da felicidade e a possibilitaria a elaboração de estudos de avaliação de políticas públicas, focados na análise longitudinal de impactos nas dimensões de bem-estar subjetivo e de felicidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE PERNAMBUCO (CONDEPE/FIDEM). *Estudos dos impactos dos investimentos na economia pernambucana: unidades da BR Foods, Hemobrás, Estaleiro Atlântico Sul e Refinaria Abreu e Lima.* Recife. PDF. 2011.

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO (CONDEPE/FIDEM). *Caracterização do território.* Disponível em: http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/caracterizacao-do-territorio. Acesso em: 13 de Março de 2014.

AGOSTINHO, [SANTO]. *A cidade de Deus*. Volume I. 3ª Ed. Tradução de J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

ALLARDT, Erik. Tener, amar, ser: una alternativa al modelo sueco de investigación sobre el bienestar. In: NUSSBAUM, Martha & SEN, Amartya (*Comps.*). *La calidad de vida.* Tradução de Roberto Ramón Reyes Mazzoni. Cidade do México: FCE, 2004.

ALBORNOZ, Suzana Guerra (Org.). *A filosofia e a felicidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *O desenvolvimento social do Brasil: balanço dos anos 1900-2010 e agenda para o futuro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

ALMEIDA, João Ferreira de. Temas e conceitos nas teorias de estratificação social. *Análise social*, Vol. 20, N. 81-82, p.167-190, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.* 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Economia pernambucana no século XVI.* Recife: Ed. Universitária, 2003.

ANDREWS, Susan. PIB ou FIB: as lições do Butão – conheça o reino do Butão, onde a Felicidade Interna Bruta é o fator mais importante. *Revista Época*, Editora Globo, Nº 501, dez. 2007.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho.* São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2006.

ARAÚJO, Tarcísio Patrício de *et. al*. *Trabalho precário no meio urbano: semáforos do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007.

ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; SOUZA, Aldemir do Vale & LIMA, Roberto Alves. Nordeste: economia e mercado de trabalho. *Estudos avançados*, v.11, n.29, p.55-77, 1997.

ARENDT, Hannah. *O conceito de amor em Santo Agostinho*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisa de survey*. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO; DAVID ROCKEFELLER FOR LATIN AMERICAN STUDIES & HARVARD UNIVERSITY. *A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina, relatório 2006.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BARBOSA, Regina da Cal Seixas. Complexidade social e subjetividade: considerações acerca da depressão. *Teoria & pesquisa*, nº48, jan.-jun., 2006.

BARTRAM, David. *Elements of a sociological contribution to happiness studies: social context, unintended consequences, and discourses*. PDF. 2011.

BAUER, Martin; GASKELL, George & ALLUM, Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W. & Gaskell, George (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida a crédito: conversas com Citlali Rovirosa-Madrazo*. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BECKER, Olga. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto L. *Explorações geográficas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BENTHAM, Jeremy. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. In: CIVITA, Victor (Ed.). *Os pensadores: Stuart Mill e Bentham*. Tradução de Luiz João Baraúna, João Marcos Coelho e Pablo Rubén Miraconda. 3ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO *et. al. Atlas do desenvolvimento humano do Recife*. 2005. PDF. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/downloads.html>.

BOULNOIS, Olivier. Os escolásticos, Boaventura (cerca de 1220-1274), Tomás de Aquino (1225-1274), Duns Scotus (1265-1308): beatitude, lei natural e pobreza. In: CAILLÈ, Alain, LAZZERI, Christian & SENELLART, Michel (Orgs.). História argumentada da filosofia moral e política: a felicidade e o útil. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

BOURDIEU, Pierre. El campo científico. *Actes de la recherche em sciences sociales*, n. 1-2. Tradução de Alfonso Buch. 1976. PDF.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus S. Soares Azevedo *et. al.*. 5ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRYMAN, Alan. The nature of qualitative research. In: BRYMAN, Alan. Social *Research Methods*. New York: Oxford University Press, 2008.

CAILLÈ, Alain, LAZZERI, Christian & SENELLART, Michel (Orgs.). *História argumentada da filosofia moral e política: a felicidade e o útil*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CAMPETTI, Pedro Henrique de Morais & ALVES, Tiago Wickstrom. Felicidade e economia: uma retrospectiva histórica. *Cadernos IHU ideias*, n. 195, 2013.

CAMPOS, André et. al. (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial***.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CARDOSO, Henrique Cardoso & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina.* São Paulo: José Olympio, 2004.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. Tendências e Condições da Educação pública no Brasil: a crise na universidade e as cotas. In: BOSCHETTI, I., BEHRING, E. R., SANTOS, S. M. de Morais dos, MIOTO, R. C. T (Orgs.). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.* São Paulo: Cortez, 2008.

CATTANI, Antônio David & DÍAZ, Laura Mota (Orgs.). *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. *Pioneirismos de Pernambuco: a capitania que deu certo.* 3ª Ed. Camaragibe, PE: CCS Gráfica, 2012.

CAVALCANTI, Helenilda. Comentários sobre a construção da variável 'índice de identidade', feitos durante as reuniões de discussão da *Pesquisa Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, condições de moradia, identidade e novas territorialidades*. 2015.

CAVALCANTI, Helenilda & AVELINO, Maria Emília. Dimensão teórica da exclusão/inclusão e diferentes padrões de medidas intra-urbanas. Recife e seus recortes: os naturais e os inventados. In: CAVALCANTI, Helenilda; LYRA, Maria Rejane de Britto & AVELINO, Maria Emília (Orgs.). *Mosaico urbano do Recife: inclusão/exclusão socioambiental*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.

CAVALCANTI, Helenilda & SOUZA, Maria Ângela de Almeida e (Coord.). Impactos do *Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, condições de moradia, identidade e novas territorialidades.* Projeto de pesquisa. Fundação Joaquim Nabuco, Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais/Universidade Federal de Pernambuco. 2012.

CLÉRO, Jean-Pierre. Jeremy Bentham (1748-1832) e o princípio da utilidade. In: CAILLÈ, Alain, LAZZERI, Christian & SENELLART, Michel (Orgs.). *História argumentada da filosofia moral e política: a felicidade e o útil*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

COHEN, Gabriel. Igualdad de qué? Sobre el bienestar, los bienes y las capacidades. In: NUSSBAUM, Martha & SEN, Amartya (*Comps.*). *La calidad de vida.* Tradução de Roberto Ramón Reyes Mazzoni. Cidade do México: FCE, 2004.

COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CORBI, Raphael Bottura & MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. *Revista de economia política*, vol. 26, n.04 (104), pp.518-536, out./dez., 2006.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. *Soc. Estado*, vol. 21, n. 02, Brasília, maio/ago., 2006.

DANCEY, Christine & REIDY, John. *Estatística sem matemática para psicologia: usando o SPSS para Windows*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DANTAS, Ana Roque. Que vida viver? Uma análise sociológica da felicidade. Comunicação apresentada no grupo temático "Identidade, valores e modos de vida", do *VI Congresso Português de Sociologia – mundos sociais: saberes e práticas*, Universidade Nova de Lisboa em 2008.

DANTAS, Marília Antunes. O sofrimento psíquico e as tensões da autonomia na sociedade dos indivíduos. *Psicologia.com.pt - O portal dos psicólogos*. PDF. 2008.

DEMO, Pedro. *Dialética da felicidade: olhar sociológico pós-moderno.* Vol. I. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001a.

DEMO, Pedro. *Dialética da felicidade: insolúvel busca de solução.* Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2001b.

DONNELLY, Suellen. *How Buthan can measure and develop GNH*. 2004. Disponível em: <http://www.bhutanstudies.org.bt/pubFiles/Gnh&dev-16.pdf>. Acesso em: 10 de Outubro de 2010.

DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.* São Paulo: Boitempo, 2007.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. PDF. 1995.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EHRENBERG, Alain. Remarques pour éclaircir le concept de santé mentale. *RFAS*, nº1, 2004.

EHRENBERG, Alain. La plainte sans fins. Réflexions sur le couple souffrance psychique/santé mentale. *Cahiers de recherche sociologique*, nº41-42, p.17-41, 2005.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Vol. 2. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ERIKSON, Robert. *Descripciones de la desigualdad: el enfoque sueco de la investigación sobre el bienestar*. In: NUSSBAUM, Martha & SEN, Amartya (Comps.). La calidad de vida. Tradução de Roberto Ramón Reyes Mazzoni. Cidade do México: FCE, 2004.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 1996.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca.* Volume I. São Paulo: Dominus Editora e Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

FERRAZ, Renata Barboza; TAVARES, Hermano & ZILBERMAN, Mônica. Felicidade: uma revisão. *Rev. Psiq. Clín*, n.34, vol. 5, pp.234-242, 2007.

FOISNEAU, Luc. Hobbes (1588-1679): os fundamentos da teoria da felicidade. In: CAILLÈ, Alain, LAZZERI, Christian & SENELLART, Michel (Orgs.). *História argumentada da filosofia moral e política: a felicidade e o útil*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

FONTE, Eliane Maria Monteiro da. Considerações sobre a importância do conceito de 'qualidade de vida' para a construção e uso de indicadores sociais de desenvolvimento na formulação e análise de políticas públicas. Texto apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, ocorrido em Setembro de 2008, na cidade de Coimbra, Portugal. PDF.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson *et. al.* O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de mínimos quadrados ordinário (MQO). *Revista Política Hoje*, vol. 20, n. 1, 2011.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936).* Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste.* 6ª ed. Rio De Janeiro: Record, 1989.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FUSCO, Wilson. Regiões metropolitanas do nordeste: origens, destinos e retornos dos migrantes. *Rev. Inter. Mob. Hum.*, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 101-116, jul./dez. 2012.

FUSCO, Wilson. Comentários sobre a construção da variável 'tempo total de residência no município', feitos durante as reuniões de discussão da *Pesquisa Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, condições de moradia, identidade e novas territorialidades*. 2015.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II: complementos e índice*. 6ª Ed. Tradução de Ênio Paulo Giachini. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Bragança Paulista, São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2011.

GARCIA, Carlos & MUSSALEM, Josué. *Suape: muito mais que um porto, uma visão econômica.* Recife: Comunigraf Editora, 2011.

GARCIA, Carlos. Muito mais que um porto. In: GARCIA, Carlos & MUSSALEM, Josué. *Suape: muito mais que um porto, uma visão econômica.* Recife: Comunigraf Editora, 2011.

GIANNETTI, Eduardo. *Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIANNETTI, Eduardo. *O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva das sociologias compreensivas*. Tradução de Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. 3ª Ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRAZIANO, Lilian. *A felicidade revisitada: um estudo sobre bem-estar subjetivo na visão da psicologia positiva*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

GREVE, Brent. *Felicidade*. 1ª Ed. Tradução de Pedro Barros. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

GUIMÓN, Pablo. Butão: o reino que quis medir a felicidade. Disponível em: <http://eticaglobal.blogspot.com/2010/02/butao-o-reino-que-quis-medir-felicidade.html?zx=3340f2e41a0231b3>. Acesso em: 15 de Outubro de 2010.

HABERMAS, Jürgen. *A lógica das ciências sociais*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

HIRATA, Johannes. *Gross National Happiness: some basic information about gross national happiness (GNH)*. 2009. Disponível em: <http:// http://johannes-hirata.de/gnh.htm>. Acesso em: 13 de Setembro de 2010.

HO, Lok Sang. Happiness and public policy. *Economics department & centre for public policy studies*, Lingnan University. PDF. 2005.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. & PERL, Anthony. *Política pública: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral.* 3ª Ed. Tradução de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ICATU HARTFORD. *O que é FIB? Projeto FIB*. Disponível em: <http://www.felicidadeinternabruta.com.br/oque.php>. Acesso em: 03 de Outubro de 2010.

INADA, Jaqueline Feltrin. Felicidade e Mal-estar na civilização. *Revista Digital AdVerbum*, 6 (1): Jan.-Jul. 2011, pp. 74-88.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Microdados do Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Notas metodológicas do Censo Demográfico 2010*. PDF. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010: Uniões consensuais já representam mais de 1/3 dos casamentos e são mais frequentes nas classes de menor rendimento. Notícias, 2012. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2240&busca=1&t=censo-2010-unioes-

consensuais-ja-representam-mais-13-casamentos-sao-frequentes-classes. Acesso em: 23 de Janeiro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. *Cabo de Santo Agostinho.* Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pe. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2013a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. Cidades. *Ipojuca.* Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pe. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2013b.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 4ª Ed. Campinas: Editora Alínea, 2009.

KAZTMAN, Ruben. *Infancia en América Latina: privaciones habitacionales y desarollo de capital humano.* Santiago de Chile: CEPAL, 2011.

KERSTENETSZKY, Celia Lessa. Desigualdades justas e igualdade complexa. *Lua Nova*, n. 47, vol. 99, São Paulo, 1998. PDF.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. Envelhecimento populacional, cuidados e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. *Soc. Estado*, vol. 27, n. 01, Brasília, jan./abr., 2012.

LAYARD, Richard. Happiness and public policy**.** *LSE Health and social care discussion*. London, n.14, 2004.

LAYARD, Richard. *Felicidade: lições de uma nova ciência*. Tradução de Maria Clara De Biase. Rio de Janeiro: BestSeller, 2008.

LAZZERI, Christian. Locke (1632-1704): felicidade e obrigação moral. In: CAILLÈ, Alain, LAZZERI, Christian & SENELLART, Michel (Orgs.). *História argumentada da filosofia moral e política: a felicidade e o útil*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

LEBRET, Louis Joseph. *Estudo sobre o desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste.* Recife: CODEPE, 1955.

LEVIN, Jack. *Estatística aplicada a ciências humanas*. São Paulo: Harbra, 1987.

LIMA, João Policarpo Rodrigues; SICSÚ, Abraham Benzaquem & PADILHA, Maria Fernanda F. G. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. *Revista econômica do Nordeste*, v. 38, p. 525-541, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império de efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade.* 3ªEd. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Sobre a confiabilidade e validade. *RBGN*, vol. 8, n. 20, pp. 1-12, já./abr., São Paulo, 2006.

MCCRACKEN, Grant. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Tradução de Fernanda Eugenio. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MCMAHON, Darrin M. *Felicidade: uma história***.** São Paulo: Globo, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630/1654*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Ed. Da Universidade De São Paulo, 1975.

MOLINA, Jorge Alberto. Epícuro: o filósofo da alegria. In: ALBORNOZ, Suzana Guerra (Org.). *A filosofia e a felicidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

MUSSALEM, Josué. Uma visão econômica. In: GARCIA, Carlos & MUSSALEM, Josué. *Suape: muito mais que um porto, uma visão econômica.* Recife: Comunigraf Editora, 2011.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. *Metodologia de construção de índices e indicadores sociais, como instrumentos balizadores da gestão municipal da qualidade de vida urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte*. Trabalho apresentado no seminário sobre indicadores de sustentabilidade, realizado no âmbito do projeto "Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste", PRONEX-NEPO/UNICAMP, nos dias 10 e 11 de Abril de 2000. PDF.

NEF. THE NEW ECONOMICS FOUNDATION. *The happy planet index: 2012 report. A global index of sustainable well-being*. NEF, 2012. PDF.

NOVAES, Regina & VITAL, Christina. *A Juventude de hoje: (re) invenções da Participação Social.* 2006. (No prelo).

NUNES, Renato. Filosofia e felicidade: um estudo do Protágoras e da República. In: ALBORNOZ, Suzana Guerra (Org.). *A filosofia e a felicidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

NUSSBAUM, Martha & SEN, Amartya (*Comps.*). *La calidad de vida.* Tradução de Roberto Ramón Reyes Mazzoni. Cidade do México: FCE, 2004.

OECD. ORGANIZATION TO ECONOMIC AND COOPERATION DEVELOPMENT. *OECD better life index.* Disponível em: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

O'BRIEN, Martin & PENNA, Sue. *Theorising welfare: enlightment and modern society*. London: Sage Publications, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Veras de. Comentários sobre a construção da variável 'índice de qualidade do trabalho', feitos durante as reuniões de discussão da Pesquisa *Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, condições de moradia, identidade e novas territorialidades*. 2015.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *WHOQOL-100: avaliação da qualidade de vida*. Modelo de questionário. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psiquiatria/psiq/whoqold.pdf>. Acesso em: 14 de Junho de 2013.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Estudos feministas*, 16(3), p.949-964, set.-dez., 2008.

PAUGAM, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza.* São Paulo: EDUC, Cortez, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 2008.

PREFEITURA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO. *História do Cabo de Santo Agostinho.* Disponível em: <http://www.cabo.pe.gov.br/historia.asp>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2013.

PUTNAM, Hilary. La objetividade y la distinción ciencia-ética. In: NUSSBAUM, Martha & SEN, Amartya (Comps.). La calidad de vida. Tradução de Roberto Ramón Reyes Mazzoni. Cidade do México: FCE, 2004.

RAIBLEY, Jason. Happiness is not well-being. *J happiness stud*, Springer Science and Business Media, 2011. PDF.

RETONDAR, Anderson Moebus. A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como "contexto social" de produção de subjetividades. *Soc. estado.* [online]. 2008, vol.23, n.1, pp. 137-160.

RIBEIRO, Renato Janine. Uma ética do sentido. In: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Vol. 2. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, KOSLINSKI, Mariane C. A Cidade Contra a Escola: o caso do município do Rio de Janeiro. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 351-378, 2009. PDF.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & RIBEIRO, Marcelo Gomes (Orgs.). IBEU: Índice de bem-estar urbano. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. *Pobreza e cultura de consumo em São Miguel dos milagres*. Maceió: EDUFAL, 2002.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Consumo traz felicidade? A publicidade no centro da cultura. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, ano 8, vol. 8, nº 23, p. 161-179, Nov. 2011.

RODRIGUES, Sérgio Augusto; BATISTELA, Gislaine Cristina & BARRETO, Maria Cecília Mendes. *Percepção de felicidade da população do Estado de São Paulo: fatores determinantes.* PDF. 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço.* São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Breno Bittencourt & VASCONCELOS, Valtemira Mendes. Organização social do território e oportunidades educacionais na Região Metropolitana do Recife. In: SOUZA, Maria Ângela de Almeida & BITOUN, Jan (Coord.). *Recife: transformações na ordem urbana*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SCALON, Celi (Org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004.

SCALON, Celi. *Ensaios de estratificação.* Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

SCANLON, Thomas. El valor, el deseo y la calidad de vida. In: NUSSBAUM, Martha & SEN, Amartya (Comps.). La calidad de vida. Tradução de Roberto Ramón Reyes Mazzoni. Cidade do México: FCE, 2004.

SCHAEFER, Sérgio. A concepção da felicidade em Aristóteles. In: ALBORNOZ, Suzana Guerra (Org.). *A filosofia e a felicidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

SCHÜTZ, Alfred. SCHÜTZ, Alfred. Fenomenologia e Relações Sociais. In: WAGNER, Helmut R. (Org.) *Textos Escolhidos de Alfred Schütz*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SCHWANDT, Thomas. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Bookman, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SEN, Amartya. Vidas y capacidades. In: NUSSBAUM, Martha & SEN, Amartya (*Comps.*). *La calidad de vida.* Tradução de Roberto Ramón Reyes Mazzoni. Cidade do México: FCE, 2004.

SILVA, Nelson Henrique Prado. Indicador global de felicidade. *ResPvublica*, ano 3, n. 4, pp.183-210, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei. A plebe do açúcar: a população livre na retomada da jurisdição portuguesa na capitania de Pernambuco (séc. XVII-XVIII). *História*, v.28, n.1, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742009000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 de Março de 2013.

SILVA, Rui Brites Correia da. *Valores e felicidade no século XXI: um retrato sociológico dos portugueses em comparação europeia*. Tese de doutorado defendida no Departamento de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa. 2011.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio de. *Migração interna: textos selecionados.* Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

SLATER, Don. *Cultura do consumo e modernidade*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.

SOMBART, Nicolaus. Origens da sociologia: Saint-Simon e Comte. In: WEBER, Alfred (Org.). *Einführung in die soziologie*. Tradução de Roberto Motta. Munique, R. Piper & Co Verlag, p.81-102, 1955.

SPOSATI, Marília. Pesquisar a exclusão sem apartação. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (Org.). *Hexápolis: desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas – São Paulo, Paris, Nova Iorque, Varsóvia, Abidjan e Antananarivo.* São Paulo: EDUC, 2004.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Governo do Estado de Pernambuco. *O que é Suape e Histórico.* Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/home/index.php>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2013.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. *Contribuição da Sudene ao desenvolvimento do Brasil.* Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/sudene>. Acesso em: 12 de Abril de 2013.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social.* Tradução de Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TASCHNER, Gisela. *Cultura, consumo e cidadania*. Bauru, SP: EDUSC, 2009.

URA, Karma. *An extensive analysis of GNH index*. Thimphu: The Centre for Buthan Studies, 2012.

URA, Karma. *Dasho Karma Ura explica o FIB Felicidade Interna Bruta.* PDF. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 21 de Abril de 2014.

VAINSENCHER, Semira Adler**.** *Suape: porto e complexo industrial.* Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=396&Itemid=1>. Acesso em: 12 de Abril de 2013.

VEENHOVEN, Ruut. *Conditions of happiness*. PDF. 1984.

VEENHOVEN, Ruut. Igualdad social y esfuerzo del estado de bienestar social. PDF. 1992.

VEENHOVEN, Ruut. El estudio de la satisfacción com la vida. *Intervención psicossocial*, vol. 3, p. 87-116, 1994.

VEENHOVEN, Ruut. Why social policy needs subjective indicators. *Social indicators research*, vol. 58, p. 33-45, 2002.

VEENHOVEN, Ruut. Hedonism and happiness. *Journal of Happiness studies*, v.4, special issue on 'Art of living', p.437-457, 2003.

VEENHOVEN, Ruut. Sociology's blind eye for happiness. *16th World Congresso f Sociology*, Durban, 2006.

VEENHOVEN, Ruut. Medidas de la felicidad national bruta. *Intervención psicossocial*, revista sobre igualdad y calidad de vida, v.18, n.3, p.279-299, 2009.

VEENHOVEN, Ruut. *World database of happiness*. Disponível em: <http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/>. Acesso em: 11 de Setembro de 2013.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (Ed. e Org.). *Hexápolis – desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas: São Paulo, Paris, Nova Iorque, Varsóvia, Abidjan, Antananarivo.* São Paulo: EDUC, 2004.

VERGNIÉRES, Solange. Sócrates (469-399 a.C.) e Platão (427-347 a.C.): a justa medida da boa vida. In: CAILLÈ, Alain, LAZZERI, Christian & SENELLART, Michel (Orgs.). *História argumentada da filosofia moral e política: a felicidade e o útil*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.* 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WEBER, Max. In: GERTH, H. H. & MILLS, Wright (Orgs.) *Ensaios de sociologia*. 5ª Ed. 6ª Reimpressão. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

WHITE, Adrian. *Happiness is ...being healthy, wealthy and wise*. 2006. Disponível em: < http://www2.le.ac.uk/ebulletin/news/press-releases/2000-2009/2006/07/nparticle.2006-07-28.2448323827>. Acesso em: 30 de Setembro de 2010.

WHITE, Nicholas. *Breve história da felicidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

# APÊNDICE

## APÊNDICE A: ABORDAGENS METODOLÓGICAS REALIZADAS NA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Desde a sua concepção inicial, a ideia básica contida no presente estudo era a de realizar uma pesquisa sobre a construção de um índice de desenvolvimento social focado na felicidade que fosse abrangente a uma *população*. Ou seja, havia a intenção explícita de construir e analisar informações a respeito de elementos condicionantes da felicidade que não fossem restritas a um pequeno grupo de indivíduos, colhidas de forma pouco sistemática. Esta decisão inicial se deve, em grande medida, à forte influência provocada pelos estudos de tipo quantitativo de mensuração da felicidade que orientaram a concepção da presente pesquisa (VEENHOVEN, 1984, 2015; LAYARD, 2008; NEF, 2012; OECD, 2012; URA, 2012, 2015).

A despeito do desejo de estudar os condicionantes da felicidade, sabia-se que a construção de um modelo de mensuração da felicidade estava condicionada à adaptação de variáveis em função das características socioeconômicas, demográficas e culturais do território a ser escolhido para a realização do estudo, características estas que de todo modo seriam bastante diferentes daquelas encontradas nos contextos onde tradicionalmente são produzidos os modelos de mensuração de felicidade, notadamente o Butão (URA, 2012, 2015), cuja cultura é fortemente influenciada pela religião budista, e países do oeste europeu e Estados Unidos (VEENHOVEN, 1984, 2015; LAYARD, 2008), marcados pelo largo desenvolvimento socioeconômico de parcela expressiva de suas populações.

Pelo motivo supracitado, pareceu ser uma excelente oportunidade aproveitar a realização da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 para investigar o fenômeno da felicidade tomando como base a amostra populacional calculada para a referida pesquisa, que seria realizada nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Com o intuito de apresentar os aspectos metodológicos construídos na presente Tese, serão explicitados os procedimentos metodológicos realizados no âmbito da Pesquisa Fundaj/CIPS 2014 bem como na construção e análise dos dados utilizados no recorte temático da felicidade. Na primeira parte, são descritas as decisões

metodológicas tomadas no processo de construção de dados primários quantitativos, realizadas no âmbito da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 e que são comuns a todos os eixos temáticos que integram a referida pesquisa. Nela, são explanados os critérios de construção da amostra e os resultados relativos à confiabilidade da amostra construída.

Na seção seguinte são apresentadas e discutidas as decisões metodológicas de análise de dados que se referem exclusivamente ao eixo temático de felicidade. Nela, são explanados os critérios de construção das variáveis, os testes estatísticos de associação e correlação, a construção do modelo de análise de regressão multivariada e, finalmente, o Índice de Felicidade Local.

## PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS DA PESQUISA FUNDAJ/OBSERVATÓRIO-PE/LAEPT, 2015

O conjunto de abordagens metodológicas construído na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 é de natureza *quali-quantitativa* e produziu três bases de dados distintas. A primeira base de dados é composta por dados quantitativos secundários provenientes de bancos de estatísticas oficiais, especialmente os Microdados da amostra do Censo Demográfico brasileiro dos anos de 1991, 2000 e 2010[86]; dados socioeconômicos e demográficos disponibilizados no Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal no Brasil de 2010[87]; e dados relativos ao mercado de trabalho disponibilizados principalmente no Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED)[88].

A segunda base de dados é constituída por dados qualitativos primários, construídos por meio da realização de entrevistas com três grupos de análise

[86] O Censo Demográfico brasileiro é realizado pelo IBGE a cada dez anos. Seus dados são construídos a partir de duas bases distintas: uma censitária, com fins de recenseamento, referente ao universo de domicílios particulares permanentes existentes no Brasil; a outra base de dados é de tipo amostral, construída a partir de uma amostra probabilística aleatória, representativa do universo de pessoas e domicílios particulares permanentes brasileiros. Os dados utilizados no presente estudo são provenientes da amostra, e, quando necessário, utilizou-se o fator de expansão da amostra, com o objetivo de retratar determinados aspectos socioeconômicos e demográficos do universo dos habitantes dos municípios analisados (IBGE, 2010a, 2010b).

[87] O Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal de 2014 é produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013).

[88] Os dados do CAGED são elaborados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

diretamente ligados ao desenvolvimento do CIPS e aos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca: os gestores públicos, os empreendedores locais e a população residente nos municípios[89].

A terceira e última base de dados é constituída por dados quantitativos primários, construídos por meio de pesquisa de tipo *survey*, realizada em amostras domiciliares de migrantes residentes em áreas urbanas dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca[90].

Nas linhas que seguem, são explanados os procedimentos de construção e análise dos dados referentes à terceira base de dados.

## PESQUISA FUNDAJ/OBSERVATÓRIO-PE/LAEPT, 2015: CÁLCULO DA AMOSTRA E CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DOS ELEMENTOS DA AMOSTRA

Originalmente, previu-se que a estratégia de construção dos dados empíricos da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 seria construída a partir de uma *amostra probabilística proporcional* (n), denominada *sondagem*, cujo objetivo é o de estimar a população ou universo da pesquisa (N), garantindo-se que os domicílios das diferentes áreas de ponderação[91] que compõem os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca figurassem no sorteio aleatório da amostra. Para isto, definiu-se que o universo ou população da pesquisa (N) seria formado por domicílios particulares permanentes urbanos ocupados, admitindo-se que qualquer unidade da população esteja incluída em uma das duas categorias (C e C'), onde P é a proporção de domicílios particulares permanentes urbanos ocupados que possuem pelo menos um migrante de

[89] As *entrevistas em profundidade* foram realizadas com gestores públicos, representantes das empresas com unidades no CIPS e moradores dos municípios impactados pelas atividades do CIPS. Os participantes desta pesquisa qualitativa foram selecionados com base nos critérios de construção de *corpus* de pesquisa, conforme destacados por Schwandt, 2006; Bauer & Aarts, 2007; Hubes & Milles, 2011. Já a aplicação do questionário foi realizada com participantes de amostra estatisticamente calculada para a pesquisa, seguindo determinados critérios pertinentes à pesquisa quantitativa, conforme destacado em Lyra *et. al*. (2015).

[90] Com relação à construção dos dados quantitativos primários da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, eles abrangem seis eixos temáticos: trabalho e renda; migração; educação; habitação; consumo; e identidade, confiança e felicidade. Os eixos temáticos são investigados a partir de duas unidades de análise: os domicílios e os residentes.

[91] Área de ponderação significa a menor unidade territorial cujas informações são disponibilizadas pelo IBGE. Uma área de ponderação é composta por um agregado relativamente homogêneo de Setores Censitários, que é a menor unidade territorial investigada pelo IBGE. Por questões de anonimato e segurança, o IBGE deixou de divulgar seus dados tomando por base os Setores Censitários, passando a disponibiliza-los apenas segundo Áreas de Ponderação (IBGE, 2010b).

última etapa[92], ocorrida entre os anos de 2005 e 2010 (P=C/N); e Q é a proporção de domicílios particulares permanentes urbanos ocupados que não possuem migrantes (Q=C'/N) (LYRA *et. al.*, 2015).

A realização da referida sondagem ocorreu durante os meses de Abril e Maio do ano 2014. Para a sua realização, uma equipe de pesquisadores, munida de imagens de satélite das áreas urbanas de maior densidade domiciliar dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, percorreu ruas de áreas previamente selecionadas com a intenção de localizar e selecionar nos mapas os domicílios nos quais havia migrantes.

O critério utilizado para a seleção do domicílio a ser incluído na amostra é que, no referido domicílio, deveria residir pelo menos 1 (um) migrante, sendo compreendido como migrante o indivíduo que não tenha nascido no município de residência atual, independentemente do tempo de residência neste município. Para isto, foi utilizada pequena *enquete* contendo três perguntas: se havia algum residente no domicílio que não havia nascido naquele município; quantas pessoas residiam naquele domicílio; e dos residentes daquele domicílio, quantos eram migrantes e quantos eram naturais do município. Após a realização da enquete, solicitava-se ao respondente permissão para a inclusão daquele domicílio na amostra da pesquisa e, mediante concessão da permissão, o residente entrevistado era avisado sobre a possível data da visita da equipe de pesquisa.

Os objetivos desta enquete foram 1) identificar se o domicílio visitado deveria ou não ser selecionado para a composição da amostra; 2) indicar o número de pessoas que estariam sendo incluídas na amostra; e 3) identificar a proporção entre migrantes e não migrantes presentes na amostra.

Na formulação da sondagem, previu-se que seriam identificados e mapeados aproximadamente 5.000 domicílios, sendo 2.962 domicílios no Cabo de Santo Agostinho e 2.038 domicílios em Ipojuca, obedecendo-se o critério do tamanho da população residente nos municípios, conforme apresentado nos Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010.

Para a etapa posterior, isto é, a efetiva aplicação dos questionários da pesquisa, previu-se adotar, de forma análoga, um processo de amostragem probabilístico proporcional (n), denominado de *amostra da pesquisa – objeto de estudo*, para definir

[92] De acordo com o IBGE, o termo migrante de última etapa refere-se à última mudança realizada pelo indivíduo nos dez anos anteriores à pesquisa censitária (IBGE, 2012).

as unidades de observação e/ou análise, garantindo que os domicílios particulares permanentes urbanos ocupados que possuíssem pelo menos um migrante recente (que imigrou para Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca a partir do ano de 2010), resultantes do sorteio aleatório da sondagem, figurassem na composição das unidades amostrais dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Portanto, "p" é a estimativa amostral de P (p=c/n); "q" é a estimativa amostral de Q (q=c'/n); e "Np" é a estimativa amostral da característica C, ou seja, o número total estimado dessa característica C (LYRA *et. al.*, 2015).

Originalmente, o universo para o cálculo do tamanho da amostra da sondagem foi constituído por domicílios urbanos ocupados nos municípios inseridos na área de influência direta de Suape, cujo número, revelado pelos dados da Amostra do Censo Demográfico de 2010, foi de 48.171 domicílios para o município do Cabo de Santo Agostinho e 16.884 para o município de Ipojuca, perfazendo um total de 65.055 domicílios urbanos.

Para os objetivos em pauta, foram retirados do universo da pesquisa os domicílios urbanos localizados no bairro do *Paiva*, devido ao fato de abrigarem uma população de renda bastante elevada, que destoa do perfil de domicílios de interesse da pesquisa. Procedimento similar foi realizado para os domicílios do distrito de *Jussaral*, que, apesar de serem urbanos, estão cercados por grande área rural, localizado a uma distância considerável do Complexo Industrial Portuário de Suape. As áreas do Paiva e de Jussaral situam-se no município de Cabo de Santo Agostinho (LYRA *et. al.*, 2015).

A determinação do tamanho "n" da amostra, tanto para a etapa da sondagem quanto para a constituição da amostra da pesquisa seguiu *quatro* critérios: o objetivo visado; ao tipo de parâmetro, no caso, proporção; à precisão da estimativa, isto é, ao erro máximo que se admite para a estimação do parâmetro (5%); e à confiabilidade da estimativa de 95%. A fórmula para o cálculo do tamanho da amostra se expressa a seguir:

$$n = \frac{\square 2 \ . \ N \ . \ PQ}{\square 2 \ . \ PQ \ + \ N \square 2} \quad ; \text{ onde}$$

N = número dos domicílios urbanos da área de influência direta de Suape

n = tamanho da amostra

□ = valor do afastamento normal, correspondente à confiança de 95% (□ = 1,96)

□ = erro da estimativa de, no máximo, 0,05.

Com a finalidade de preservar a precisão dos resultados amostrais, calculou-se, para a etapa da sondagem, uma amostra probabilística proporcional de n1 = 2.962 domicílios urbanos no Cabo de Santo Agostinho e uma amostra de n2 = 2.038 domicílios urbanos no município de Ipojuca, totalizando-se 5.000 domicílios urbanos representativos do já referido universo de 65.055 domicílios urbanos dos municípios citados, apresentando uma fração de amostragem de 6,1%, 12,1% e 7,7%, respectivamente (LYRA *et. al.*, 2015).

No município do Cabo de Santo Agostinho, dentre as áreas de ponderação existentes, as maiores percentagens de domicílios com pelo menos um migrante de última etapa migratória (entre os anos de 2005 e 2010) estão concentradas no distrito de *Santo Agostinho*, com 46,8%. Em seguida, vem uma parte do distrito de *Cabo de Santo Agostinho/Ponte dos Carvalhos* com 28,2% e, na sequência, aparece parte do distrito do *Cabo de Santo Agostinho*, com 23,5%.

A concentração de migrantes nas Áreas de Ponderação do município de Ipojuca, sobressaindo parte do distrito de *Camela* e *Nossa Senhora do Ó*, com a percentagem de 40,4%, seguindo do restante do distrito de Camela com 34,6% e o distrito de Ipojuca com 21,7% (LYRA *et. al.*, 2015).

Por fim, o universo da pesquisa, segundo as Áreas de Ponderação nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, apresenta a sua distribuição concentrada nos migrantes mais recentes e reunida em poucas Áreas de Ponderação, isto é, os domicílios dos migrantes mais recentes possuem a particularidade de estarem localizados próximos às áreas de maior dinamismo do Complexo Industrial Portuário de Suape (LYRA *et. al.*, 2015).

**Tabela I: Área de Influência Direta de Suape - Sondagem. Distribuição do Universo de Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Ocupados, segundo Área de Ponderação, Proporção de Domicílios com pelo menos 1 migrante de última etapa e Tamanho da Amostra de Domicílios Urbanos Ocupados nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca em 2010**

| Código da área de Ponderação - AP ou AED | Municípios / Distritos | Domicílios nas áreas urbanas | | | p (proporção de domicílios com pelo menos 1 migrante de última etapa) | q = 1 - p (domicílios com não migrantes) | Universo N | Amostra n | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Pelo menos 1 migrante de última etapa | Não migrantes | Total | | | Domicílios Urbanos ocupados Ajustados (1) | Domicílios urbanos ocupados da amostra | % | Domicílios urbanos ocupados da amostra arredondados |
| **MUNICÍPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO** | | | | | | | | | | |
| 2602902003001 | Cabo de Santo Agostinho | 681 | 3518 | 4199 | 0,1622 | 0,8378 | 4199 | 289 | 5,75 | **287** |
| 2602902003002 | Santo Agostinho | 2097 | 2381 | 4478 | 0,4683 | 0,5317 | 4347 | 503 | 9,99 | **501** |
| 2602902003003 | Cabo de Santo Agostinho | 923 | 3805 | 4728 | 0,1952 | 0,8048 | 4728 | 334 | 6,64 | **332** |
| 2602902003004 | Ponte dos Carvalhos | 2346 | 11281 | 13627 | 0,1722 | 0,8278 | 13627 | 318 | 6,33 | **316** |
| 2602902003005 | Cabo de Santo Agostinho/Ponte dos Carvalhos / Sto Agostinho | 953 | 3280 | 4233 | 0,2251 | 0,7749 | 4233 | 364 | 7,25 | **362** |
| 2602902003006 | Cabo de Santo Agostinho | 1258 | 4096 | 5354 | 0,2350 | 0,7650 | 5354 | 382 | 7,59 | **379** |
| 2602902003007 | Cabo de Santo Agostinho / Ponte dos Carvalhos | 1062 | 3861 | 4923 | 0,2157 | 0,7843 | 4333 | 355 | 7,06 | **353** |
| 2602902003008 | Cabo de Santo Agostinho / Ponte dos Carvalhos | 2069 | 5281 | 7350 | 0,2815 | 0,7185 | 7350 | 435 | 8,65 | **432** |
| | **Total** | **11389** | **37503** | **48892** | **0,2329** | **0,7671** | **48171** | **2979** | **59,24** | **2962** |
| **MUNICÍPIO DE IPOJUCA** | | | | | | | | | | |
| 2607208003001 | Camela | 1192 | 2250 | 3442 | 0,3463 | 0,6537 | 3442 | 681 | 13,55 | **677** |
| 2607208003002 | Ipojuca | 776 | 2804 | 3580 | 0,2168 | 0,7832 | 3580 | 541 | 10,75 | **538** |
| 2607208003003 | Camela / N. Sra do Ó | 3986 | 5876 | 9862 | 0,4042 | 0,5958 | 9862 | 828 | 16,46 | **823** |
| | **Total** | **5954** | **10930** | **16884** | **0,3526** | **0,6474** | **16.884** | **2.050** | **40,76** | **2038** |
| **MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA** | | | | | | | | | | |
| | **Total geral** | **17.343** | **48.433** | **65.776** | **0,2637** | **0,7363** | **65.055** | **5029** | **100,00** | **5000** |

Fonte: CAVALCANTI *et. al.*, 2014. Reprodução.

Base de dados:: IBGE - Censo Demográfico 2010. Sinopse e Microdados da amostra 2010

Chamada: (1) Foram retirados do universo os domicílios urbanos (131) do bairro do Paiva, por abrigarem uma população de renda alta, destoando do perfil de domicílios de interesse da pesquisa. Procedimento idêntico foi realizado para os domicílios do distrito de Juçaral ((590), que, apesar de serem urbanos, estão cercados por grande área rural, localizados a uma considerável distância do Complexo Industrial e Portuário de Suape
(2) Probabilidade de confiança adotada de 95% e o desvio-padrão, ou seja, valor do afastamento normal, correspondente à desejada probabilidade de confiança (DP = δ = 1,96).

Erro da estimativa: E= 4,1% e $E^2$=0,001681 Cabo de Santo Agostinho;

E=3,2% e E2=0,001024 Ipojuca.

Com base nos cálculos de distribuição da amostra da sondagem, foi realizado um sorteio aleatório dos domicílios urbanos. Os domicílios sorteados foram, então, dispostos em mapas, separados por bairros e/ou distritos, correspondentes aos

municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, com o propósito de obter-se uma visão geral da distribuição espacial da amostra da sondagem para facilitar a localização do domicílio pelo pesquisador de campo. Cada imóvel sorteado e localizado espacialmente recebeu um selo virtual de identificação com uma numeração para ser pesquisado (LYRA *et. al.*, 2015).

Apesar de todos os esforços para a construção de amostra aleatória probabilística, representativa do universo de domicílios particulares urbanos ocupados e com pelo menos 1 (um) migrante de residência fixa, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, o processo de sondagem apresentou problemas consideráveis que necessitaram ser contornados pela equipe da pesquisa[93].

De forma a buscar contornar os problemas encontrados na etapa da sondagem, decidiu-se reduzir o número de domicílios e pessoas que comporiam a amostra do estudo. Tal decisão inviabilizou a elaboração de uma amostra probabilística representativa do universo pesquisado, mas, configurou-se como a única solução viável encontrada para seguir com o estudo.

Nos novos cálculos realizados para a construção da sondagem, previu-se que deveriam ser identificados e localizados o número mínimo de 800 domicílios e coletadas informações de aproximadamente 2.500 pessoas, distribuídos entre as áreas urbanas dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, na proporção de 50% dos domicílios para cada município. A nova meta estipulada foi alcançada, sendo identificados e mapeados 805 domicílios e 2.722 pessoas.

**Tabela II: Proporção de domicílios e pessoas nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca na composição na base de dados da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015**

| | Domicílios | | Pessoas | |
|---|---|---|---|---|
| | N | % | N | % |
| Cabo de Santo Agostinho | 388 | 48,2 | 1.263 | 46,4 |
| Ipojuca | 417 | 51,8 | 1.459 | 53,6 |
| Total | 805 | 100 | 2.722 | 100 |

Base de dados: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

[93] O principal problema encontrado pela equipe de pesquisa foi a localização espacial dos domicílios com migrantes nas imagens de satélite, que foram marcados de forma equivocada pela equipe de pesquisa terceirizada, contratada especificamente para a realização desta etapa da pesquisa. Com isto, necessitou-se realizar nova etapa de sondagem, reduzindo drasticamente o número de domicílios a serem identificados e incluídos na amostra da pesquisa.

A construção e utilização de uma amostra de tipo não probabilístico apresentam sérias limitações à pesquisa social. Uma amostra de tipo probabilístico apresenta a vantagem de que as informações obtidas em um grupo populacional de tamanho consideravelmente menor (amostra) em relação ao universo da população pesquisada pode ser considerado como representativo desta população, ou seja, guardados os critérios de confiabilidade e erro padrão da amostra, os resultados obtidos na amostra são considerados como similares aos resultados que seriam encontrados se a mesma pesquisa fosse realizada entre todos os participantes do universo populacional estudado (LEVIN, 1987; GUJARATI, 2000; WOOLDRIDGE, 2013).

De forma oposta, amostras de tipo não-probabilístico não apresentam segurança estatística para afirmar que os resultados obtidos representam fidedignamente as características do universo da população em estudo. Neste sentido, os resultados da amostra dizem respeito tão somente aos próprios participantes da amostra, não podendo ser expandidos para o universo populacional estudados (LEVIN, 1987; GUJARATI, 2000; DANCEY & REIDY, 2006; WOOLDRIDGE, 2013).

Apesar desta séria limitação de ordem metodológica, os dados construídos na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 apresentam um panorama recente das condições socioeconômicas, demográficas e de qualidade de vida dos habitantes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Isto porque, a referida pesquisa utiliza determinadas variáveis que não são contempladas na pesquisa do Censo Demográfico de 2010.

Além disto, mesmo com relação às variáveis semelhantes às do Censo Demográfico de 2010, como os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca experimentam acelerado processo de desenvolvimento econômico e de consequentes mudanças socioeconômicas, os dados do Censo Demográfico de 2010 apresentam certa defasagem temporal em relação aos dados construídos pela Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

As diferenças entre os dados construídos nas duas pesquisas (Censo Demográfico 2010 e Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015) devem ser analisadas como forma de se obter uma espécie de confiabilidade da amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

## CONFIABILIDADE DA AMOSTRA

Por razões citadas anteriormente, a amostra não probabilística construída para a Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 não pode ser considerada como representativa do universo dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Apesar disto, é possível comparar alguns dos resultados encontrados em determinadas variáveis consideradas relevantes da amostra construída para a referida pesquisa com variáveis semelhantes àquelas presentes na base de Microdados do Censo Demográfico de 2010, relativas aos territórios incluídos no estudo.

O objetivo é que, por meio da comparação entre as duas amostras (Censo Demográfico 2010 e Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015), seja possível constatar a confiabilidade da amostra construída na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, e também, uma vez que a amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 apresente confiabilidade em relação aos dados do Censo Demográfico de 2010, seja possível fazer uma espécie de atualização do contexto socioeconômico e demográfico dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Para a realização da análise da confiabilidade da amostra, foram selecionadas seis variáveis presentes em ambas as bases de dados: participação dos elementos da amostra segundo município de residência, sexo, faixas etárias, nível de instrução, proporção de ocupados e desocupados e média de rendimento domiciliar mensal *per capita*.

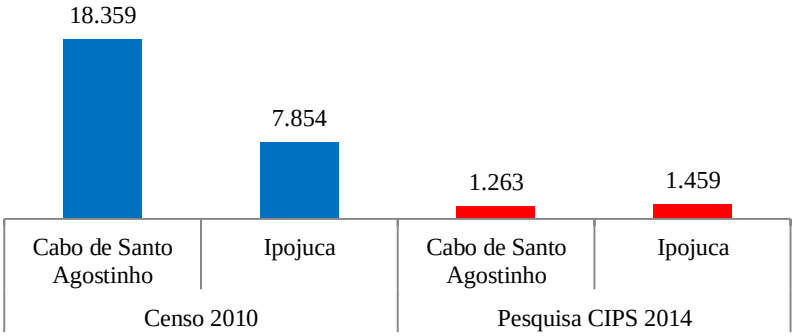
A amostra de microdados do Censo Demográfico de 2010 é composta por pouco mais de 18 mil residentes no município de Cabo de Santo Agostinho e quase 8 mil residentes no município de Ipojuca. Isto significa que a amostra construída para o Cabo de Santo Agostinho apresenta mais do que o dobro do tamanho da amostra construída para o município de Ipojuca.

De modo diverso, a amostra construída para a Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 é composta por 1.459 residentes no município de Ipojuca e 1.263 residentes no Cabo de Santo Agostinho, apresentando mais casos, portanto, no município de Ipojuca.

A inversão na participação dos elementos segundo municípios registrada na amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, isto é, a sub-representação de habitantes do Cabo de Santo Agostinho e super-representação de habitantes de

Ipojuca, indicam divergência em relação à proporção real de habitantes dos municípios, representando um indicativo da não representatividade da amostra construída na Pesquisa Fundaj/ CIPS, 2014.

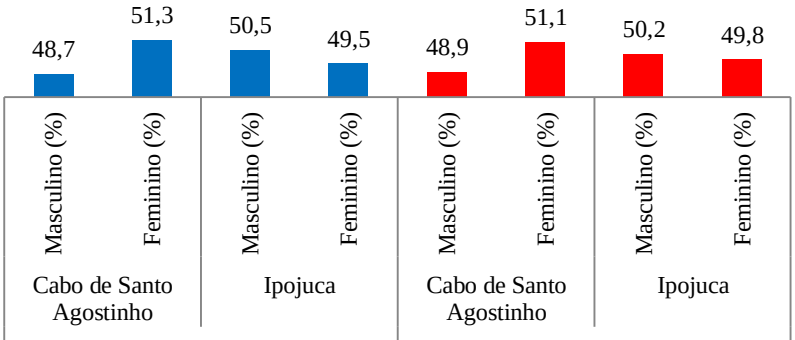
**Gráfico I.: Tamanho das amostras do Censo Demográfico de 2010 e da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca**




Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Apesar da divergência quanto ao tamanho e a representatividade dos municípios na composição das amostras, verifica-se que a proporção de indivíduos segundo o sexo foi preservada na amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, apresentando grande semelhança com a caracterização por sexo da amostra do Censo Demográfico de 2010. Os números são apresentados no Gráfico abaixo.

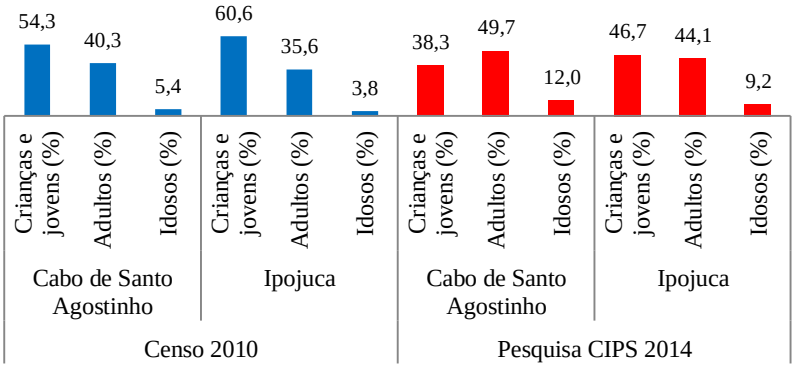
**Gráfico II.: Composição das amostras segundo o sexo no Censo 2010 e na pesquisa CIPS para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca**




Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2014. Tabulação própria.

Com relação às idades, os dados do Censo Demográfico de 2010 revelam que as amostras populacionais dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca são compostas por mais de 90% de crianças, jovens e adultos, ao passo que os idosos respondem por pouco mais de 5% no Cabo de Santo Agostinho e menos de 4% em Ipojuca. De forma diversa, nas amostras da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 construídas para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, a população idosa encontra-se superdimensionada, representando 12% e 9,2% do universo populacional dos municípios citados, respectivamente. Os dados são apresentados no gráfico abaixo.

**Gráfico III: Composição das amostras segundo faixas etárias no Censo 2010 e na pesquisa CIPS 2014 para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca**




Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

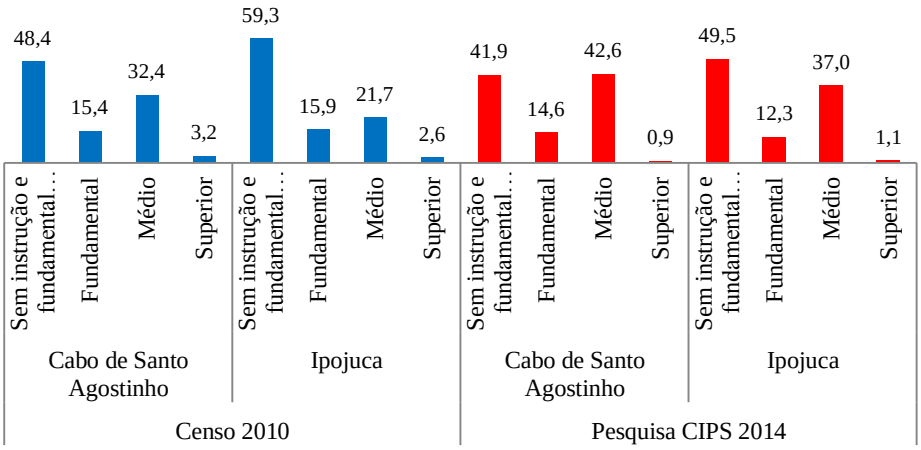
Os dados relativos ao nível de instrução revelam semelhanças na composição das amostras do Censo Demográfico 2010 e da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. De acordo com dados do Censo Demográfico 2010, no município de Cabo de Santo Agostinho, quase metade da população não tinha instrução ou tinha apenas o ensino fundamental incompleto, pouco mais de 15% tinha o ensino fundamental completo, pouco mais de 30% tinha o ensino médio completo e aproximadamente 3% tinha o ensino superior.

Já no município de Ipojuca, pouco mais de 40% da população não tinha instrução ou tinha apenas o ensino fundamental incompleto, quase 15% tinha o ensino fundamental completo, pouco mais de 20% tinha o ensino médio e menos de 3% da população tinha o ensino superior.

De acordo com dados da amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, a maioria da população do município de Cabo de Santo Agostinho encontra-se nas faixas dos que possuem ensino médio (42,6%) ou não possuem instrução (41,9%). De resto, 14,6% dos habitantes do Cabo de Santo Agostinho apresentam ensino fundamental e menos de 1% da população apresenta ensino superior.

No município de Ipojuca, quase metade da população não tinha instrução, pouco mais de 12% tinha o ensino fundamental completo, 37% tinha o ensino médio completo e apenas 1% dos habitantes haviam concluído o ensino superior.

**Gráfico IV:Proporção de pessoas (%) segundo nível de instrução nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, nas amostras do Censo Demográfico 2010 e Pesquisa CIPS/2014**

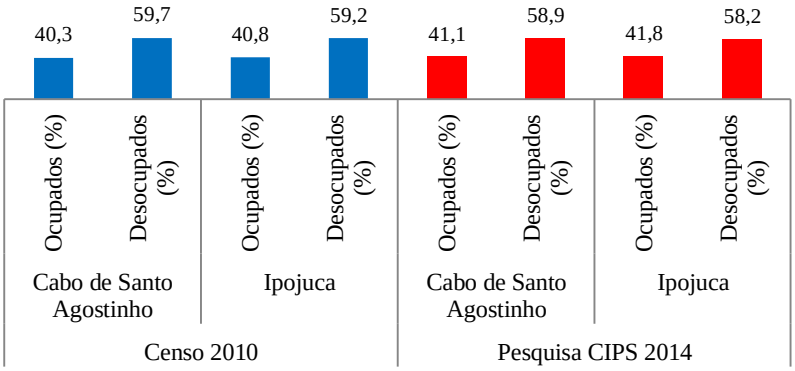



Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Com relação à participação no mercado de trabalho, dados do Censo Demográfico 2010 revelam que, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, a taxa de desocupação da População em Idade Ativa (PIA)[94] é da ordem de aproximadamente 60% em ambos os municípios. Esta proporção de desocupados é semelhante àquela registrada na amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, cujos desocupados perfazem mais de 58% da população em ambos os municípios. Os dados são apresentados no gráfico abaixo.

[94] No Brasil, a PIA é formada por pessoas de 10 anos de idade e mais, cuja faixa etária é considerada apta para desenvolver funções produtivas no mercado de trabalho. A PIA representa tão somente um recorte etário, congregando indivíduos que efetivamente trabalham; os que não trabalham, mas que procuram emprego; e também aqueles que não buscam trabalho (IBGE, 2010b).

**Gráfico V: Taxa de ocupação da PIA no Censo 2010 e na pesquisa CIPS 2014 nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca**




Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

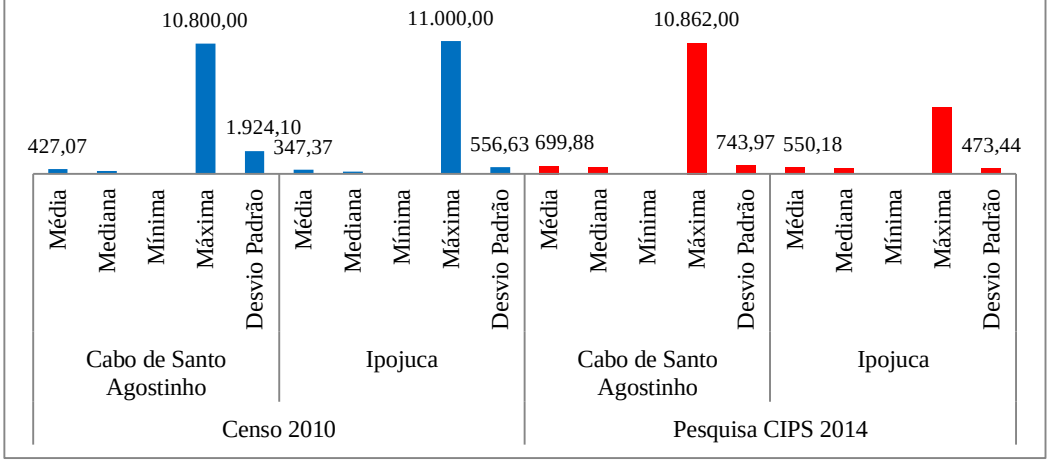
Por fim, a comparação entre determinadas características socioeconômicas da população das amostras do Censo Demográfico 2010 e da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, relativas aos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, diz respeito ao rendimento domiciliar *per capita* da referida população.

Analisando-se apenas as médias dos rendimentos domiciliares *per capita*, os dados do Censo Demográfico 2010 indicam que os domicílios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentavam rendimento *per capita* de aproximadamente 427 e 347 Reais mensais, abaixo, portanto, em 16,28% e 31,97% do valor do salário mínimo vigente à época (510 Reais mensais).

De acordo com dados da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, os domicílios dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca apresentavam rendimento domiciliar *per capita* de aproximadamente 700 e 550 Reais mensais, mantendo-se 3,32% e 24,04% abaixo do valor do salário mínimo vigente à época (724 Reais).

A comparação entre as duas amostras citadas revela que o rendimento domiciliar mensal *per capita* na amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 é significativamente maior que aquele apresentado na amostra do Censo Demográfico 2010. Esse crescimento é compatível com a evolução do assalariamento na região, motivada pelo aumento quantitativo e qualitativo das oportunidades de trabalho na região. Os dados são apresentados no gráfico abaixo.

**Gráfico VI: Composição das amostras segundo a renda domiciliar *per capita* (valores em Reais) nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca**




Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

## PESQUISA FUNDAJ/OBSERVATÓRIO-PE/LAEPT, 2015: ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO E CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS

Por meio de reuniões conjuntas realizadas entre os pesquisadores envolvidos na Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015, foram discutidas e decididas quais questões deveriam ser incluídas no questionário da pesquisa. Para isso, além da *expertise* dos pesquisadores, oriundos de diferentes campos disciplinares, o desenho do questionário foi baseado em dois modelos de questionário de pesquisa: o questionário da *Pesquisa amostral do Censo Demográfico de 2010*, construído pelo IBGE, utilizado principalmente para subsidiar as questões que dizem respeito às informações socioeconômicas e demográficas das pessoas e dos domicílios; e o questionário da *Pesquisa Mobilidade Espacial do Programa Les Suds Aujourd'hui* (*ANR – AIRD)*, elaborada no âmbito do Projeto METAL (Metrópoles de América Latina e globalização: reconfigurações territoriais, mobilidade espacial, ação pública), utilizado especialmente para subsidiar as questões que tratam da migração.

O questionário da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 contempla os *seis* eixos temáticos: habitação; características socioeconômicas e demográficas das pessoas; migração; trabalho e renda; educação; consumo, identidade, confiança e felicidade.

**Quadro I: Apresentação dos eixos temáticos que integram o questionário da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015**

| EIXO TEMÁTICO | APRESENTAÇÃO |
|---|---|
| Características da Habitação | Características físicas e uso da edificação; condições físicas da residência (tipo, materiais predominantes dos tetos, paredes e pisos, área, número de quartos, conexão com os serviços públicos, bens que o domicílio possui); e forma de posse da residência. |
| Características socioeconômicas e demográficas dos membros do domicílio | Sexo, idade, estado civil, religião, trajetória migratória, nível de educacional, características da ocupação principal e secundária, acidente de trabalho e formação profissionalizante. |
| Sistema de migração | A lista dos membros do domicílio será estabelecida por meio da aplicação de critérios de definição distintos daqueles usados normalmente nos censos e pesquisas de domicílios. Com efeito, para poder captar o sistema de migração, as migrações temporais e os sistemas de residência, foram incluídos na observação não somente os residentes habituais da residência, senão também as pessoas para as quais a residência pesquisada constitui uma das residências que compõe seu sistema de moradia. |
| Deslocamentos usuais dos membros do domicílio | Questões que permitem captar os deslocamentos com origem na residência até o centro educativo ou o lugar de trabalho. |
| Situação residencial, familiar e profissional dos membros do domicílio (maior de 18 anos de idade, que não seja necessariamente o responsável pelo domicílio) | Foram coletadas as trajetórias migratórias, ocupacional, de educação da pessoa entrevistada. Em relação à história migratória dos membros do domicílio, ela proporciona a informação necessária para observar a mobilidade não somente no nível individual, senão também no nível coletivo. Além de localizar a pessoa dentro de seu domicílio, ao longo de sua vida, o questionário permite localizá-la dentro do grupo familiar, eventualmente disperso, ao qual pertence: assim, em uma última parte, é coletada informação sobre a situação atual dos familiares que não residem na moradia entrevistada. |
| Satisfação com o desenvolvimento do lugar, identidade, confiança e felicidade | O conjunto de questões desse bloco fala sobre as relações identitárias, sentimento de confiança, segurança e pertencimento com o lugar, nível de felicidade do morador que está respondendo o questionário. O conceito de identidade do lugar tem sido estudado por inúmeros estudos. A discussão levanta a questão do senso daquilo que se pode chamar de "casa", espaço construído por redes sociais de família, amigos, trabalho. As questões buscam captar diferenças sociais e do ambiente que podem interferir na identificação do respondente com o lugar, no sentido de pertencimento e responsabilidade com o coletivo. |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015.

Seguindo a metodologia de construção de dados quantitativos adotada pelo IBGE, o critério para a aplicação dos questionários da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 foi o de que 1 (um) residente do domicílio fosse escolhido para responder fornecer as informações a respeito de todos os residentes daquele domicílio.

Para isso, no momento da aplicação do questionário, quando havia mais de 1 (um) residente no domicílio, solicitava-se que respondesse o questionário aquele residente que fosse considerado como o mais capacitado a fornecer informações sobre os demais membros do domicílio.

Entretanto, em questões de fundo estritamente subjetivo, como aquelas que tratam de aspectos relativos à identidade, confiança e felicidade, as informações foram obtidas e dizem respeito única e exclusivamente ao próprio respondente. Isto porque o critério utilizado para a construção de informações de que 1 (um) representante do domicílio responde sobre as informações dos demais residentes daquele domicílio, esta mesma estratégia não pode ser utilizada em questões a respeito da felicidade. Isto porque, como se trata de avaliações subjetivas acerca satisfação com a própria vida e das expectativas pessoais sobre o futuro, essas avaliações devem ser feitas unicamente pelo próprio respondente, de modo que jamais alguém pode avaliar a felicidade de outro (Veenhoven, 1984).

Com isso, embora a amostra da Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015 seja composta pelo total de 2.722 indivíduos, os dados relativos aos eixos temáticos de identidade, confiança e felicidade dizem respeito aos 805 indivíduos que efetivamente responderam o questionário.

## CONSTRUÇÃO DE VARIÁVEIS RELATIVAS AO EIXO TEMÁTICO DE FELICIDADE

No recorte específico sobre felicidade, objeto da presente Tese, a investigação empírica foi orientada por três objetivos principais: identificar e analisar as possíveis correlações existentes entre variáveis demográficas, socioeconômicas e subjetivas com o grau de felicidade dos indivíduos que compõem a amostra do estudo; construir um modelo de análise de regressão multivariada, por meio do qual seja possível identificar em que medida as variáveis demográficas, socioeconômicas e subjetivas influenciam o grau de felicidade dos indivíduos que compõem a amostra do estudo; e, tomando como base os resultados obtidos no modelo de análise de regressão multivariada, construir um índice de felicidade (Índice de Felicidade Local) aplicado ao universo de indivíduos que compõem a amostra do estudo.

O primeiro objetivo supracitado torna-se relevante na medida em que indica quais variáveis apresentam algum tipo de associação estatística com o grau de felicidade dos indivíduos. A partir destas associações, torna-se possível desenhar um estudo empírico sobre as variáveis socioeconômicas, demográficas e subjetivas podem influenciar a felicidade, segundo a proposição teórico-metodológica dos estudos da felicidade (VEENHOVEN, 1984; LAYARD, 2007).

O segundo objetivo apresenta relevância porque, por meio da construção de um modelo de análise de regressão multivariada, é possível identificar quais e em que medida as variáveis socioeconômicas, demográficas e subjetivas apresentam influência no grau de felicidade. Com base nos resultados do modelo de regressão, torna-se possível, de maneira mais segura e confiável, atribuir pesos às variáveis que apresentam influência na felicidade dos indivíduos, reduzindo a arbitrariedade no processo de atribuição dos pesos.

O terceiro e último objetivo é importante porque, a partir do conhecimento de quais variáveis e em que medida elas influenciam a felicidade dos indivíduos, torna-se possível construir um índice que mensure o nível de felicidade dos indivíduos a partir de um amplo conjunto de variáveis. Este tipo de exercício empírico apresenta importância fundamental porque permite mensurar o nível de felicidade sem que seja necessário recorrer apenas à percepção e auto-declaração da felicidade do indivíduo (LAYARD, 2007).

Para cumprir os objetivos supracitados, foram construídos três grupos de variáveis: 1) *indicador sintético de felicidade*, composto por uma única variável, que diz respeito ao nível de felicidade auto-relatado pelos indivíduos; 2) *bem-estar social*, composto por um conjunto de variáveis socioeconômicas e demográficas relativas aos indivíduos e aos domicílios incluídos na amostra da pesquisa; e 3) *bem-estar subjetivo*, composto por um conjunto de variáveis relativas à satisfação, nas quais os indivíduos relatam seus níveis de satisfação em diversos setores, tais como saúde, consumo, relações familiares, trabalho, violência e discriminação.

O indicador sintético de felicidade permite que cada indivíduo expresse, com base em escala de valores de zero a dez, o seu próprio nível de felicidade. Hipoteticamente, o nível de felicidade é considerado como uma variável de tipo dependente, isto é, podendo ser influenciado por determinadas variáveis de tipo independente.

O grupo de bem-estar social é constituído por variáveis socioeconômicas e demográficas que indicam, objetivamente, determinados aspectos materiais e simbólicos das condições de vida dos indivíduos. São elas: situação conjugal, religião/crença, frequência de participação em cultos, nível de instrução, tempo de migração, empregado/desempregado, índice de qualidade do emprego, rendimento mensal *per capita*, índice de consumo, índice de identidade, índice de habitabilidade e índice de confiança com o lugar.

As variáveis de bem-estar subjetivo são aqueles por meio das quais os indivíduos avaliam, em termos escalares (cujos valores variam na escala de zero a dez), seus níveis de satisfação com aspectos específicos de suas vidas: capacidade de consumo/poder de compra, saúde física, relações familiares/amizade, tempo livre dedicado ao lazer, expectativas com o futuro, satisfação com trabalho atual, endividamento financeiro, medo da violência/criminalidade e preconceitos. Além destas, no grupo de variáveis de bem-estar subjetivo são incluídas, também, variáveis sobre a satisfação do indivíduo com o desenvolvimento do lugar onde vivem e a identidade de pertencimento com este lugar.

De acordo com as hipóteses construídas no presente estudo, as variáveis de bem-estar social e bem-estar subjetivo são consideradas variáveis de tipo independente, isto é, apresentam capacidade de influenciar o nível de felicidade dos indivíduos.

**Quadro II: Resumo das variáveis utilizadas no processo de construção do Índice de Felicidade Local – Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca**

| Grupo de variáveis | Variáveis | Categorias de resposta |
|---|---|---|
| **1. Indicador sintético de felicidade** | Nível de felicidade declarado pelo indivíduo | Escore de 0 a 10 |
| **1. Bem-estar social (variáveis socioeconômicas e demográficas)** | Estado conjugal | Solteiro<br>Casado/Unido<br>Separado/Divorciado<br>Viúvo |
| | Frequência das atividades religiosas | Nunca<br>Menos de 1 vez ao mês<br>De 1 a 3 vezes ao mês<br>Semanalmente<br>Mais de 1 vez por semana |
| | Migrante | Sim<br>Não |
| | Tempo total de residência no município | Anos de moradia |
| | Nível de instrução | Sem instrução e fundamental incompleto<br>Fundamental<br>Médio<br>Superior/Técnico/Tecnológico |
| | Renda domiciliar mensal *per capita* | Renda em valores reais |
| | Índice de Consumo | Escores de 0 a 10 |
| | Índice de Qualidade do Trabalho | Escores de 0 a 10 |
| **2. Bem-estar subjetivo (variáveis de satisfação)** | Índice de Identidade | Escores de 0 a 10 |
| | Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar | Escores de 0 a 10 |
| | Nível de satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | Escore de 0 a 10 |
| | Nível de satisfação com a saúde física | Escore de 0 a 10 |
| | Nível de satisfação com as relações familiares e de amizade | Escore de 0 a 10 |
| | Nível de satisfação com o tempo livre para o lazer | Escore de 0 a 10 |
| | Nível de expectativa de que, no futuro, a vida irá melhorar | Escore de 0 a 10 |
| | Nível de satisfação com o trabalho atual | Escore de 0 a 10 |
| | Avaliação do nível de endividamento financeiro | Nenhum<br>Endividado<br>Muito endividado<br>NS/NA/NR |
| | Avaliação do medo com relação à violência/criminalidade | Nenhum medo<br>Tenho medo<br>Tenho muito medo<br>NS/NA/NR |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Elaboração própria.

Dentre os 18 indicadores de tipo independente que foram construídos para o estudo, *quatro* são indicadores compostos, ou seja, correspondem a índices estatísticos

independentes. Os índices independentes constituem agregados de indicadores que, por meio do método de Alfa de Cronbach[95], agrupam variáveis que demonstram capacidade de conferir maior robustez à variável composta. Os índices independentes construídos são: consumo, qualidade do trabalho, identidade e satisfação com o desenvolvimento do lugar[96].

Ressalte-se que o método de construção dos índices independentes é distinto daquele utilizado na elaboração do *Índice de Felicidade Local (IFL)*. Isto porque, no caso dos índices independentes, a atribuição dos pesos às variáveis utilizadas na composição do índice e às categorias de resposta de cada variável foi estabelecida de forma arbitrária, segundo o embasamento teórico/empírico dos pesquisadores. Para a construção do Índice de Felicidade Local, ao contrário, o peso atribuído às variáveis que compõem o Índice e às categorias de resposta é calculado com base nos resultados obtidos por meio do Modelo de Análise de Regressão Multivariada, que permite indicar quais e em que medida as variáveis independentes influenciam a variável dependente.

O primeiro índice independente construído no estudo foi o *Índice de Consumo*. Nele, são indicados quais itens/serviços e em quais quantidades são adquiridos/consumidos pelos residentes dos domicílios incluídos na amostra do estudo. Para sua composição, foram utilizados 15 indicadores, os quais, com exceção do indicador "disponibilidade de empregada doméstica mensalista", em todas os demais indicadores optou-se por atribuir pesos na escala de zero a dez segundo o valor obtido na equação número de itens divido pelo número de moradores no domicílio (itens *per capita*).

[95] O método de Alfa de Cronbach é utilizado analisar as correlações existentes entre as variáveis que compõem um índice estatístico. A validade de um índice depende sumamente da robustez de correlação entre as variáveis que o compõem (LEVIN, 1987; DANCEY & REIDY, 2006; MARTINS, 2006).

[96] Durante o processo de construção dos índices independentes, buscou-se construir também o *Índice de Habitabilidade* e também o *Índice Socioeconômico*, compostos por diversas variáveis que dizem respeito às características e o acesso a determinados itens de serviços do domicílio (Índice de Habitabilidade) e ao nível de instrução e aos rendimentos dos indivíduos (Índice Socioeconômico). Apesar dos esforços, os testes de Alfa de Cronbach realizados para a composição destes índices não obtiveram resultados satisfatórios, sendo os índices excluídos da presente análise. No caso do Índice Socioeconômico, decidiu-se utilizar as variáveis relativas ao nível de instrução e aos rendimentos dos indivíduos de forma isolada.

**Quadro III: Descrição da construção do Índice de Consumo**

| Índice | Indicadores | Categorias de respostas | Peso atribuído |
|---|---|---|---|
| **Índice de Consumo** | Empregada doméstica mensalista | Sim | 10 |
| | | Não | 0 |
| | Geladeira/Freezer *per capita* | 0 | 0 |
| | | Mais de 0 | 10 |
| | Máquina de lavar roupa *per capita* | 0 | 0 |
| | | Mais de 0 | 10 |
| | Ar condicionado *per capita* | 0 | 0 |
| | | 0,01 a 0,99 | 8 |
| | | 1 e mais | 10 |
| | Chuveiro elétrico *per capita* | 0 | 0 |
| | | 0,01 a 0,99 | 7 |
| | | 1 e mais | 10 |
| | Televisor a cores *per capita* | 0 | 0 |
| | | 0,01 a 0,99 | 7 |
| | | 1 e mais | 10 |
| | Vídeo/DVD *per capita* | 0 | 0 |
| | | 0,01 a 0,99 | 7 |
| | | 1 e mais | 10 |
| | Linha telefônica *per capita* instalada | 0 | 0 |
| | | 0,01 e mais | 10 |
| | Telefone celular de uso do domicílio *per capita* | 0 | 0 |
| | | 0,01 a 0,99 | 7 |
| | | 1 e mais | 10 |
| | Computador *per capita* | 0 | 0 |
| | | 0,01 a 0,99 | 7 |
| | | 1 e mais | 10 |
| | Conexão à internet *per capita* | 0 | 0 |
| | | 0,01 e mais | 10 |
| | TV à cabo/satélite *per capita* | 0 | 0 |
| | | 0,01 e mais | 10 |
| | Quantidade de bicicletas *per capita* | 0 | 0 |
| | | 0,01 a 0,99 | 7 |
| | | 1 e mais | 10 |
| | Quantidade de motos/motonetas *per capita* | 0 | 0 |
| | | 0,01 a 0,99 | 8 |
| | | 1 e mais | 10 |
| | Quantidade de carros *per capita* | 0 | 0 |
| | | 0,01 a 0,99 | 8 |
| | | 1 e mais | 10 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Elaboração própria.

Os testes estatísticos realizados para a composição do Índice demonstram que, com valor de Alfa de Cronbach de 0,669, dos 15 indicadores incluídos no modelo, o indicador "quantidade de motos/motonetas" não contribui para a robustez do índice. Testes posteriores indicaram que a retirada deste indicador elevava a robustez do Índice para 0,688. Por este motivo, os referido indicador foi retirado do modelo construído para o Índice de Consumo.

**Tabela III: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Consumo**

| | N | % |
|---|---|---|
| Casos Válidos | 805 | 100 |
| Casos Excluídos | 0 | 0 |
| Total | 805 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela IV: Resumo dos Valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Consumo**

| | |
|---|---|
| Alfa de Cronbach | 0,688 |
| N de itens | 14 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela V: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Consumo**

| Itens | Valor se item for excluído |
|---|---|
| Disponibilidade de empregada doméstica mensalista | 0,670 |
| Posse de geladeira/freezer | 0,671 |
| Posse de máquina de lavar roupa | 0,641 |
| Posse de ar condicionado | 0,637 |
| Posse de chuveiro elétrico | 0,648 |
| Posse de televisor a cores | 0,667 |
| Posse de vídeo/DVD | 0,660 |
| Posse de linha telefônica instalada | 0,653 |
| Posse telefone celular | 0,665 |
| Posse de computador | 0,603 |
| Posse de conexão à internet | 0,604 |
| Posse de TV à cabo/satélite | 0,653 |
| Posse de bicicleta | 0,672 |
| Posse de carro/camioneta | 0,639 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

O segundo índice estatístico independente é o *Índice de Qualidade do Trabalho*, cujo objetivo é mensurar as condições da função laboral desempenhada pelo indivíduo. Para sua composição, foram utilizados cinco indicadores.

**Quadro IV: Descrição da construção do Índice de Qualidade de Trabalho**

| Índice | Indicadores | Categorias de respostas | Peso atribuído |
|---|---|---|---|
| **Índice de Qualidade do trabalho** | Grau de vulnerabilidade da ocupação | Possui contrato de trabalho permanente e formal | 10 |
| | | Possui contrato de trabalho formal, mas temporário | 5 |
| | | Não possui contrato formal de trabalho | 0 |
| | | Estatutário | 10 |
| | | Empregador | 10 |
| | | Conta própria | 0 |
| | Contribui para a previdência social | Sim | 10 |
| | | Não | 0 |
| | Soma dos rendimentos obtidos em todos os trabalhos remunerados | R$ 0,00 a R$ 723,99 | 0 |
| | | R$ 724,00 a R$ 1.447,99 | 5 |
| | | R$ 1.448,00 a R$ 2.171,99 | 7 |
| | | R$ 2.172,00 e mais | 10 |
| | É sócio de sindicato | Sim | 10 |
| | | Não | 0 |
| | Fez ou faz curso profissionalizante | Sim | 10 |
| | | Não | 0 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Os testes estatísticos realizados para a composição do Índice de Qualidade do trabalho demonstram que, com valor de Alfa de Cronbach de 0,451, o indicador ‘fez algum curso profissionalizante’ não contribuiu para a robustez do Índice. Apesar disto, o indicador foi mantido, devido a importância teórica por ele apresentada (OLIVEIRA, 2015).

**Tabela VI: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Qualidade do trabalho**

| | N | % |
|---|---|---|
| Casos Válidos | 940 | 34,5 |
| Casos Excluídos | 1782 | 65,5 |
| Total | 2722 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela VII: Resumo dos Valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Qualidade do trabalho**

| | |
|---|---|
| Alfa de Cronbach | 0,451 |
| N de itens | 5 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela VIII: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Qualidade do trabalho**

| Itens | Valor se item for excluído |
|---|---|
| Contribui com a previdência social | 0,167 |
| É sócio de algum sindicato | 0,366 |
| Fez algum curso profissionalizante | 0,500 |
| Soma dos rendimentos advindos de todas as ocupações remuneradas | 0,453 |
| Grau de vulnerabilidade do trabalho | 0,431 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

O quarto índice estatístico independente é o *Índice de Identidade*, cujo objetivo é mensurar o grau de pertencimento que o indivíduo apresenta com o lugar onde vive (municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca).

**Quadro V: Descrição da construção do Índice de Identidade**

| Índice | Indicadores | Categorias de respostas | Peso atribuído |
|---|---|---|---|
| **Índice de Identidade** | Para qual lugar deseja mudar-se | Dentro do município | 10 |
| | | Fora do município | 0 |
| | Lugar onde vota | No município | 10 |
| | | Fora do município | 0 |
| | Lugar onde enterra os mortos | No município | 10 |
| | | Fora do município | 0 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Os testes estatísticos realizados para a construção do Índice de Identidade indicam que, com valor de Alfa de Cronbach de 0,680, o indicador "para qual lugar deseja mudar-se" não contribuiu para a robustez do Índice. Ainda assim, o indicador foi mantido na composição do índice.

**Tabela IX: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Identidade**

| | N | % |
|---|---|---|
| Casos Válidos | 709 | 26 |
| Casos Excluídos | 2013 | 74 |
| Total | 2722 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela X: Resumo dos Valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Identidade**

| | |
|---|---|
| Alfa de Cronbach | 0,680 |
| N de itens | 3 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela XI: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Identidade**

| Itens | Valor se item for excluído |
|---|---|
| Para qual lugar deseja mudar-se | 0,727 |
| Lugar onde vota | 0,515 |
| Lugar onde enterra os mortos | 0,524 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

O quinto e último índice estatístico independente construído é o *Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar*, por meio do qual se busca mensurar o nível de satisfação que o indivíduo apresenta com as condições do lugar em que vive (municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca). O índice é composto por *sete* indicadores.

**Quadro VI: Descrição dos critérios utilizados para a composição do Índice de Satisfação com o Lugar**

| Índice | Indicadores | Categorias de respostas | Peso atribuído |
|---|---|---|---|
| **Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar** | Satisfação com o desenvolvimento do lugar | Escalar (0 a 10) | 0 a 10 |
| | Geração de emprego e renda | Escalar (0 a 10) | 0 a 10 |
| | Segurança | Escalar (0 a 10) | 0 a 10 |
| | Serviços públicos de infraestrutura | Escalar (0 a 10) | 0 a 10 |
| | Serviços públicos de saúde | Escalar (0 a 10) | 0 a 10 |
| | Serviços públicos de educação | Escalar (0 a 10) | 0 a 10 |
| | Serviços públicos de transporte | Escalar (0 a 10) | 0 a 10 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Os testes estatísticos realizados para a construção do Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar apresentou valor de Alfa de Cronbach de 0,786, o maior obtido entre os cinco índices estatísticos independentes construídos para o estudo. Além disso, todos os sete indicadores incluídas na composição do índice contribuíram para a sua robustez.

**Tabela XII: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar**

| | N | % |
|---|---|---|
| Casos Válidos | 805 | 29,6 |
| Casos Excluídos | 1917 | 70,4 |
| Total | 2722 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela XIII: Resumo dos Valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar**

| | |
|---|---|
| Alfa de Cronbach | 0,786 |
| N de itens | 7 |

Fonte: Pesquisa CIPS/2014. Tabulação própria.

**Tabela XIV: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Satisfação com o desenvolvimento com o lugar**

| Itens | Valor se item for excluído |
|---|---|
| Desenvolvimento do lugar: | 0,761 |
| Emprego e Renda: | 0,765 |
| Segurança: | 0,750 |
| Serviços públicos de infraestrutura: | 0,755 |
| Serviços públicos de saúde: | 0,768 |
| Serviços públicos de educação: | 0,751 |
| Serviços públicos de transporte: | 0,760 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Com base nos resultados obtidos a partir dos testes de correlação entre as variáveis independentes que apresentaram correlação moderada e estatisticamente significativa com a variável dependente 'Nível de felicidade', foram construídos três modelos de teste de Alfa de Cronbach, cujo objetivo foi conhecer quais variáveis deveriam ser incluídas na composição do índice de felicidade.

As tabelas XV, XVI e XVII apresentam os resultados do teste de Alfa de Cronbach realizados no primeiro modelo construído, cujo valor do Alfa de Cronbach foi de 0,608 e agregou oito indicadores, dos quais o indicador intitulado Índice de identidade apresentou piora na composição do índice, devendo ser retirado.

**Tabela XV: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Felicidade (modelo 1)**

| | N | % |
|---|---|---|
| Casos válidos | 709 | 26,0 |
| Casos excluídos | 2.103 | 74,0 |
| Total | 2812 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela XVI: Resumo dos valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Felicidade (modelo 1)**

| | |
|---|---|
| Alfa de Cronbach | 0,608 |
| N de itens | 8 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela XVII: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Felicidade (modelo 1)**

| | |
|---|---|
| Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar | 0,562 |
| Índice de Identidade | 0,686 |
| Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | 0,536 |
| Satisfação com a saúde física | 0,558 |
| Satisfação com as relações familiares e de amizade | 0,552 |
| Satisfação com o tempo livre para o lazer | 0,527 |
| Expectativa com o futuro | 0,542 |
| Satisfação com o trabalho atual | 0,634 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Diante da constatação empírica que o indicador 'Índice de identidade' não apresenta contribuição para a composição do 'índice de felicidade', procedeu-se à realização de um novo teste de Alfa de Cronbach, excluindo o indicador 'Índice de identidade'. No novo modelo construído, foram utilizados sete indicadores, e o teste de Alfa de Cronbach apresentou valor de 0,674. Dentre os indicadores analisados, o indicador 'Satisfação com o trabalho atual' apresentou piora na composição do índice, devendo ser retirado (Tabelas XVIII, XIX e XX).

**Tabela XVIII: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Felicidade (modelo 2)**

| | N | % |
|---|---|---|
| Casos válidos | 805 | 29,6 |
| Casos excluídos | 1.917 | 70,4 |
| Total | 2722 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela XIX: Resumo dos valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Felicidade (modelo 2)**

| | |
|---|---|
| Alfa de Cronbach | 0,674 |
| N de itens | 7 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela XX: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Felicidade (modelo 2)**

| | |
|---|---|
| Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar | 0,641 |
| Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | 0,624 |
| Satisfação com a saúde física | 0,623 |
| Satisfação com as relações familiares e de amizade | 0,637 |
| Satisfação com o tempo livre para o lazer | 0,615 |
| Expectativa com o futuro | 0,615 |
| Satisfação com o trabalho atual | 0,730 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

O último modelo construído a partir do teste de Alfa de Cronbach, para a composição do índice de felicidade, foi composto por seis indicadores, dos quais todos apresentaram contribuição para a robustez do índice, cujo valor do teste de Alfa de Cronbach foi de 0,730 (Tabelas XXI, XXII e XXIII).

**Tabela XXI: Resumo do número de casos utilizados na composição do Índice de Felicidade (modelo 3)**

| | **N** | **%** |
|---|---|---|
| Casos válidos | 805 | 29,6 |
| Casos excluídos | 1.917 | 70,4 |
| Total | 2722 | 100 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela XXII: Resumo dos valores do Teste de Confiabilidade do Alfa de Cronbach relativo ao Índice de Felicidade (modelo 3)**

| | |
|---|---|
| Alfa de Cronbach | 0,730 |
| N de itens | 6 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

**Tabela XXIII: Valores do Teste de Alfa de Cronbach relativos à exclusão de cada item, na composição do Índice de Felicidade (modelo 3)**

| | |
|---|---|
| Índice de Satisfação com o desenvolvimento do lugar | 0,704 |
| Satisfação com o poder de compra/capacidade de consumo | 0,684 |
| Satisfação com a saúde física | 0,709 |
| Satisfação com as relações familiares e de amizade | 0,691 |
| Satisfação com o tempo livre para o lazer | 0,676 |
| Expectativa com o futuro | 0,687 |

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório-PE/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

APÊNCIDE B: GRÁFICOS DE RESÍDUOS DOS INDICADORES DO MODELO DE ANÁLISE DE REGRESSÃO MULTIVARIADA

**Gráfico VII:**

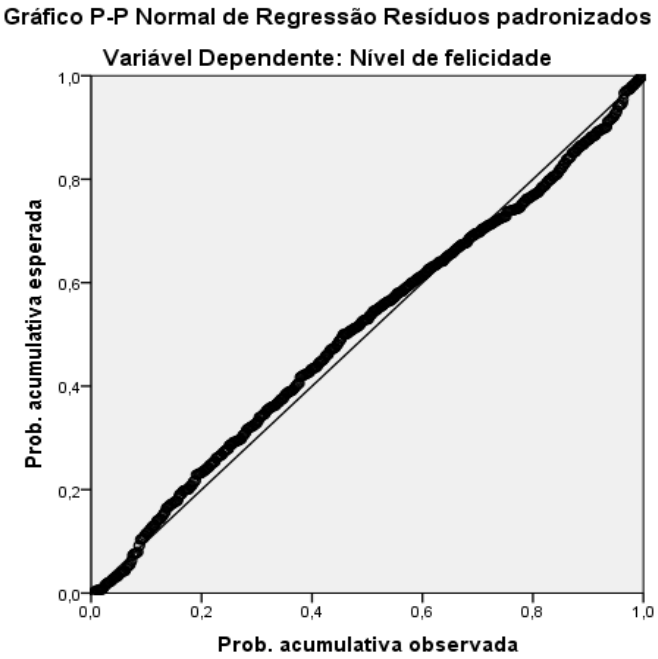



**Gráfico VIII:**

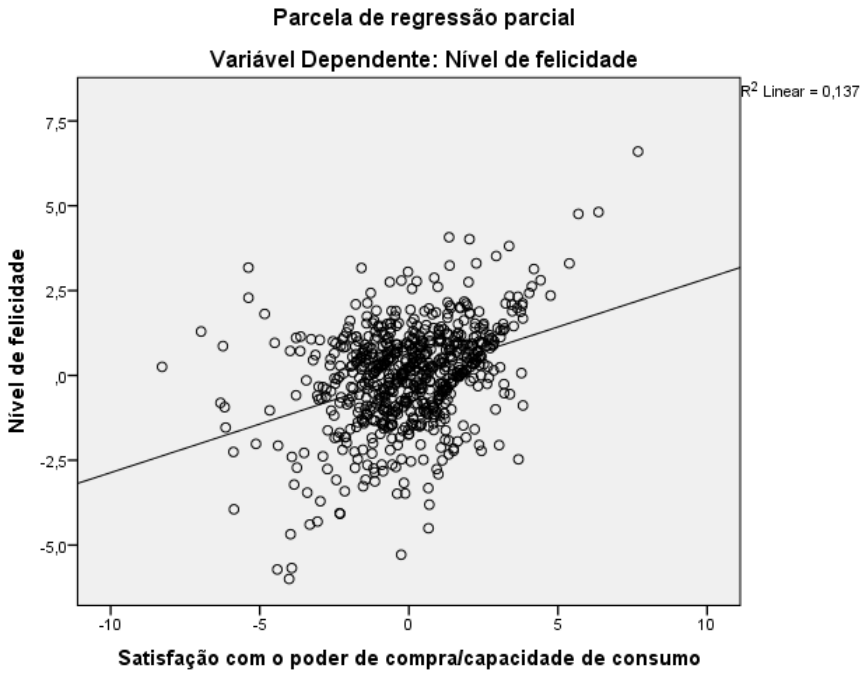


**Gráfico IX:**

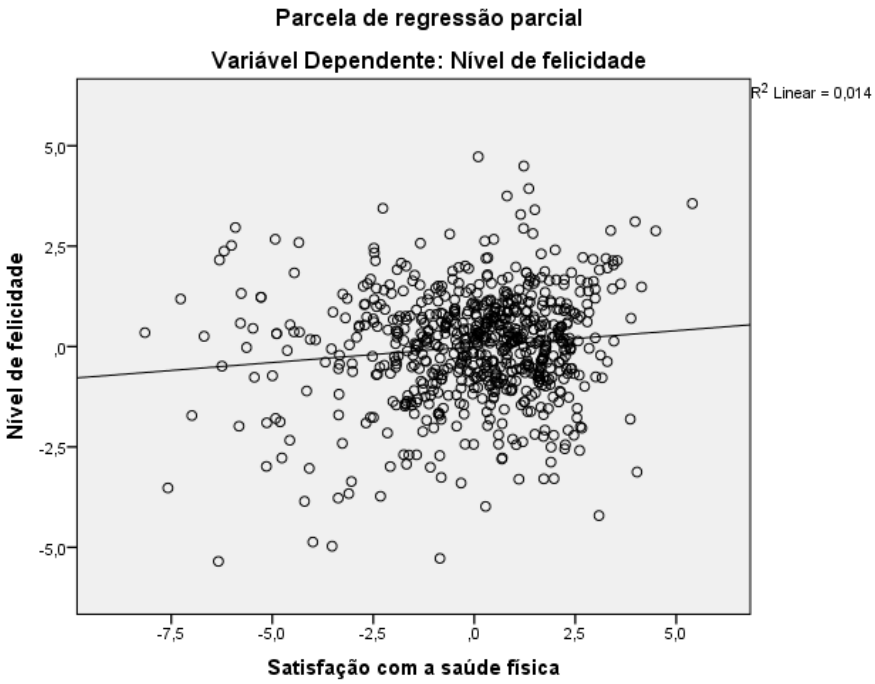



**Gráfico X:**

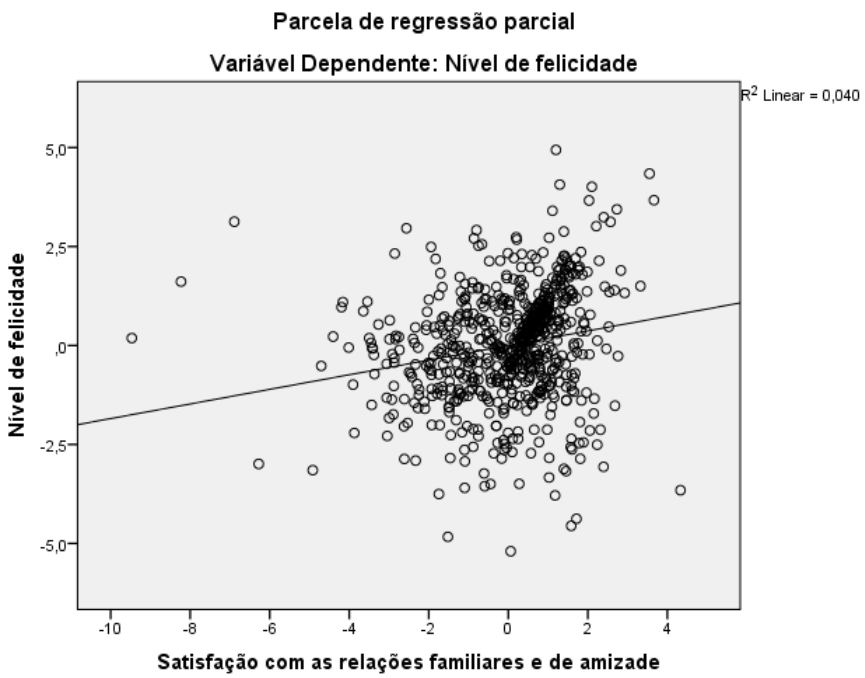


**Gráfico XI:**

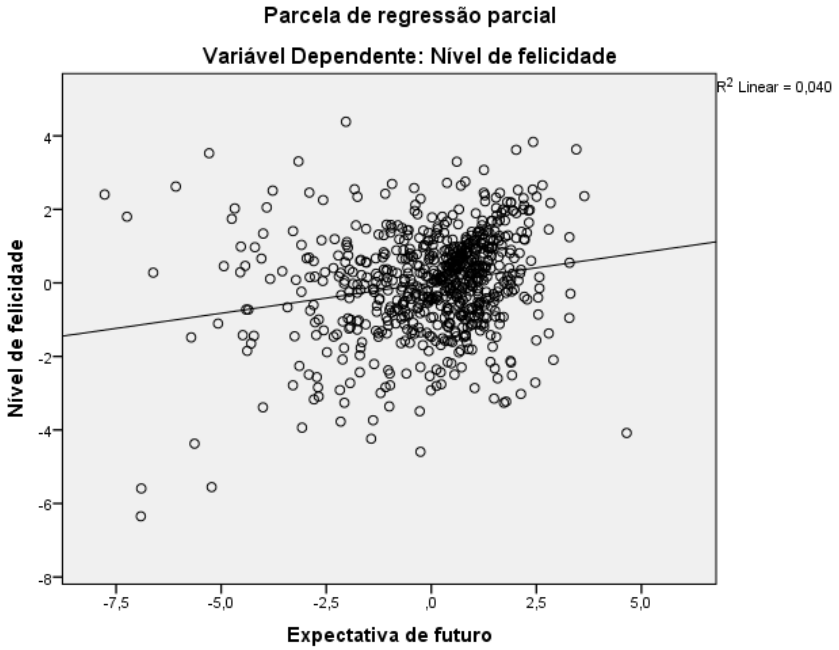



**Gráfico XII:**

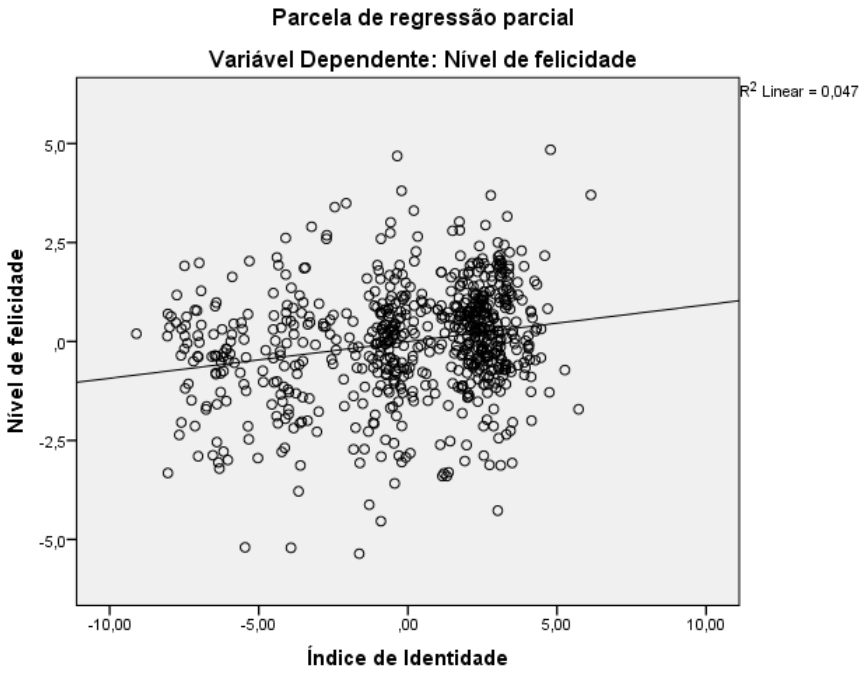
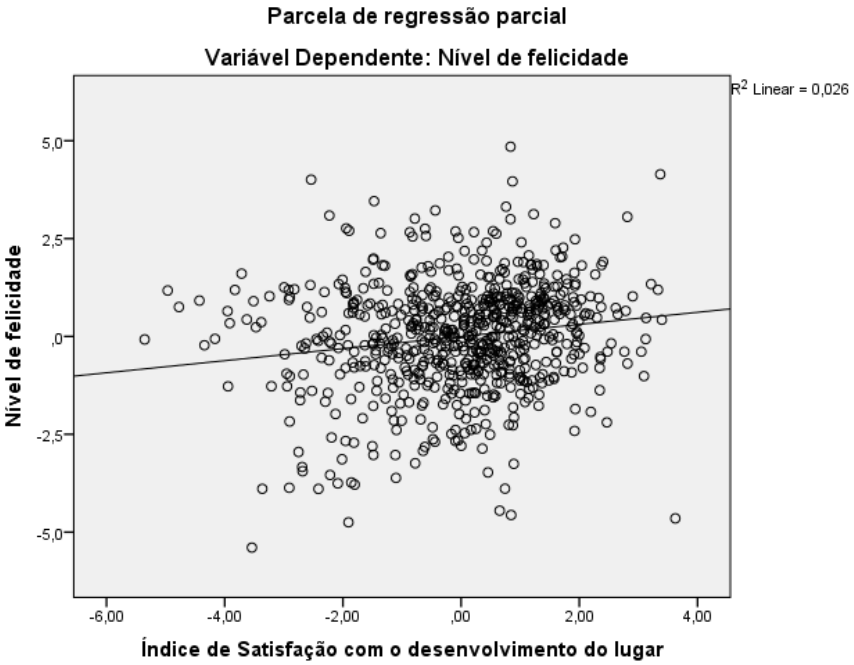


**Gráfico XIII:**



# ANEXOS

## ANEXO A

## QUADRO DE CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS

**Quadro Anexo 1: Intervalos de valores correspondentes aos graus de correlação entre variáveis**

| Valor da associação | Grau de associação |
|---|---|
| + 1 | Correlação positiva perfeita |
| + 0,70 a + 0,99 | Correlação positiva muito forte |
| + 0,50 a + 0,69 | Correlação positiva substancial |
| + 0,30 a + 0,49 | Correlação positiva moderada |
| + 0,10 a + 0,29 | Correlação positiva baixa |
| + 0,01 a + 0,09 | Correlação positiva desprezível |
| 0,00 | Sem correlação |
| - 0,01 a - 0,09 | Correlação negativa desprezível |
| - 0,10 a - 0,29 | Correlação negativa baixa |
| - 0,30 a - 0,49 | Correlação negativa moderada |
| - 0,50 a - 0,69 | Correlação negativa substancial |
| - 0,70 a - 0,99 | Correlação negativa muito forte |
| - 1,00 | Correlação negativa perfeita |

## ANEXO B

## QUESTÕES UTILIZADAS NA PESQUISA FUNDAJ/OBSERVATÓRIO-PE/LAEPT, 2015

### CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO E DA RESIDÊNCIA

**O domicílio dispõe de cozinha? (cômodo usado somente para cozinhar)**

De uso exclusivo do domicílio

Compartilhada com outros domicílios

Sem cozinha

**O domicílio dispõe de banheiro?**

De uso exclusivo do domicílio

Compartilhado com outros domicílios

Sem banheiro

**O domicílio dispõe de espaço para lavar roupa?**

De uso exclusivo do domicílio

Compartilhado com outros domicílios

Sem espaço para lavar roupa

**Quantos cômodos existem neste domicílio? (Considerar cômodo todo compartimento coberto por um teto e limitado por paredes que seja parte integrante do domicílio, inclusive cozinha e banheiro)**

**Quantos cômodos servem como dormitórios?**

**O domicílio dispõe de quais serviços? (Marque com um X por opção).**

Coleta de lixo

Rede de esgoto

Rede de água

Rede de energia elétrica

Empregada doméstica mensalista

Nenhum desses serviços

**Frequência da oferta desses serviços**

Menos de 1 vez por semana

1 vez por semana

2 vezes na semana

3 ou mais vezes na semana

**Quantos dos seguintes bens possui este domicílio?**

Geladeira/freezer

Máquina de lavar roupa

Ar condicionado

Chuveiro elétrico

Aquecedor de água

Televisor a cores

Vídeo cassete/DVD

Linha telefônica instalada

Telefone celular

Computador

Conexão à Internet

Conexão à TV a cabo/por satélite

**Quantos veículos de uso particular possui este domicílio?**

Nenhum

Bicicleta

Camioneta

Moto/motoneta

Carro

Veículo de tração animal

Outro

**Nesta edificação, ou neste lote, há locais destinados à atividade não residencial?**

Sim

Não

**A que tipo de atividade?**

Agropecuária

Industrial

Comercial

Serviços

Pousada/alojamento

Outra

**Desta edificação, quanto tempo se precisa caminhar até um serviço de transporte público (ônibus, metrô, táxi etc.)?**

**Qual é o material predominante dos pisos da residência?**

Madeira (tábua, taco, madeira corrida, parquet, carpete de madeira)

Carpete

Cimentado

Piso cerâmico ou ladrilho hidráulico

Pedra (mármore, ardósia, pedra mineira, granito)
Terra batida, areia (piso sem revestimento)

POSSE DA RESIDÊNCIA

**Quantas pessoas residem neste domicílio?**

**Esta residência é:**
De propriedade de algum membro do domicílio
Alugada
Cedida pelo empregador
Cedida por relação de parentesco
Cedida de outra forma
Ocupada
Outro

**Possui o título de propriedade da residência?**
Sim
Não

**Possui um contrato por escrito de aluguel?**
Sim
Não

CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS DOS DOMICÍLIOS

CARACTERÍSTICAS GERAIS (TODAS AS PESSOAS)

**Nome ou apelido**

**Sexo**
Masculino
Feminino

**Data de nascimento/idade**

**Que relação tem com o responsável pelo domicílio**

**Estado conjugal**

**Qual a religião/culto**

**Com que regularidade tem frequentado as atividades religiosas ou de culto?**

**Desde o nascimento, sempre morou neste município**

Sim

Não

**Se imigrante, tem intenção de ficar neste município**

Sim

Não

SISTEMA RESIDENCIAL

**Desde o seu nascimento, onde morou pelo menos 1 ano de forma contínua? (todas as pessoas)**

Desde / Até

Lugar atual / anterior

País

UF

**Desde o seu nascimento, onde morou pelo menos 1 ano de forma contínua? (todas as pessoas)**

Desde / Até

Lugar atual / anterior

País

UF

CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS DO DOMICÍLIO

EDUCAÇÃO (PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS)

**Sabe ler escrever?**

Sim

Não

**Qual é o nível de escolaridade que possui?**

Nenhum

Fundamental

Médio

Superior

Técnico/Tecnólogo

**Qual foi a última série concluída com aprovação neste nível?**

**Frequenta atualmente algum estabelecimento de ensino (Pré-escolar, escola, colégio, universidade, outro)?**

Sim (Presencial ou a distância)

Não

**Este estabelecimento de ensino é:**

Público

Particular (gratuito, totalmente pago ou parcialmente pago)

OCUPAÇÃO (PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS)

**No último mês, exerceu ocupação remunerada?**

Sim, uma ocupação

Sim, duas ou mais ocupações

Não

**Qual foi a ocupação remunerada que considerou principal no último mês**

**Nessa ocupação você era:**

Empregado com carteira assinada, com vínculo permanente

Empregado com carteira assinada, com vínculo temporário

Empregado sem carteira assinada

Servidor público, com vínculo estatutário

Conta própria

Empregador

Outros

**Contribui para a previdência social?**

Sim

Não

Não sei

Não se aplica

**Qual a renda advinda de todas as ocupações remuneradas exercidas no último mês?**

**É sócio de algum sindicato relacionado ao trabalho que realiza?**

Sim

Não

**Indique outra fonte de renda e os valores correspondentes? (admite mais de uma resposta)**

Aposentadoria

Pensão

Bolsa Família

Projovem

Outro

Não se aplica

**Qual o nome da empresa, firma ou instituição na qual exerceu ocupação remunerada principal no último mês?**

**Sofreu algum acidente de trabalho em ambiente de empresa nos últimos 5 anos?**

Sim

Não

CURSO PROFISSIONALIZANTE

**Quando foi o último curso profissionalizante mais importante feito pela pessoa?**

Nunca fez

Está fazendo atualmente

No ano passado

2012

2011

Antes de 2007

2007

2008

2009

2010

**Onde fez ou faz esse curso?**

SESC/SENAC

SENAI/SESI

Outras instituições do Sistema S (SENAR, SENAT, SEBRAE...)

Instituto Federal (IFPE, IFPB...) ou outra instituição federal

Instituição Municipal

Outras escolas ou instituições privadas

**Se particular, quem pagou ou paga esse curso?**

A própria pessoa

Empregador ou empresa

Família

Outro

**Esse curso está contribuindo para a sua atividade profissional?**

Sim

Não

Não sabe

QUESTÕES APENAS PARA O ENTREVISTADO

IDENTIDADE / NÍVEL DE PERTENCIMENTO COM O LUGAR

**Dos lugares abaixo citados, qual o que você acha mais importante para a sua vida? (Resposta única)**

O lugar em que nasceu

O lugar em que morou mais tempo

O lugar onde moram seus pais e familiares

O lugar onde vive atualmente

Outro lugar em que morou

Não se aplica

Não sabe

Não respondeu

**Se você pudesse, sairia daqui para morar em outro lugar?**

Sim

Não

**Para que outro lugar você iria?**

Outra residência neste mesmo município

Outro município de Pernambuco

Outro município fora de Pernambuco

Outro país

**Onde você vota?**

No bairro

No município

Fora do município

Não se aplica

Não sabe

Não respondeu

**Onde você trabalha?**

No bairro

No município

Fora do município

Não se aplica

Não sabe

Não respondeu

**Onde você enterra seus mortos?**

No bairro

No município

Fora do município

Não se aplica

Não sabe

Não respondeu

CONFIANÇA E PERCEPÇÃO

**Com a chegada dos grandes empreendimentos de Suape, esta localidade está:**

Melhor

Pior

Mesma maneira

Não sabe

Não respondeu

**A maioria das pessoas é digna de confiança?**

Sim

Não

Não respondeu

**Por favor, atribua de zero a dez uma nota para as seguintes questões:**

**Satisfação com o desenvolvimento do lugar**

**Satisfação com a geração de emprego e renda**

**Satisfação com a segurança**

**Satisfação com os serviços públicos de saúde**

**Satisfação com os serviços públicos de educação**

**Satisfação com os serviços públicos de transporte**

**Satisfação com os serviços públicos de infraestrutura (saneamento, sistema viário etc.)**

BEM-ESTAR SUBJETIVO E FELICIDADE (Apenas para o entrevistado. Respostas com escalas de zero a dez).

**Pensando em sua vida de modo geral, o quanto você se sente feliz?**

**O quanto você está satisfeito com o seu poder de compra/capacidade de consumo?**

**O quanto você está satisfeito com sua saúde física?**

**O quanto você está satisfeito com suas relações familiares e de amizade?**

**O quanto você está satisfeito com seu tempo livre para o lazer?**

**O quanto você acha que, no futuro, sua vida irá melhorar?**

**O quanto você está satisfeito com seu trabalho atual?**

**No momento, como define seu nível de endividamento (ex: com cartão de crédito, cheque especial, empréstimos etc.)?**

Nenhum

Endividado

Muito endividado

Não se aplica

Não sabe

Não respondeu

**No dia-a-dia, como você define o seu medo da violência/criminalidade?**

Nenhum medo

Tenho medo

Tenho muito medo

Não se aplica

Não sabe

Não respondeu

**No dia-a-dia, você se sente vítima de algum preconceito?**

Não

Pouco

Muito

Não se aplica

Não sabe

Não respondeu

CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO (QUESTÕES A SEREM COMPLETADAS PELO ENTREVISTADOR)

**Qual é o entorno urbanístico predominante no lado da quadra onde está situada a edificação?**

Descampado

Contexto urbanizado

Identificação do logradouro

Iluminação pública

Pavimentação

Calçada

Meio fio/guia

Galeria de drenagem com bueiro/boca de lobo

Esgoto a céu aberto

Arborização

Rampa para cadeirante

Lixo acumulado no entorno

**Quantos andares possui a edificação**

**Qual é o material predominante do telhado da edificação**

Telhas

Laje

Eternite (fibrocimento)

Zinco

Materiais descartados

Outro

**Tipo de residência**

Casa

Casa de vila de condomínio

Casa de cômodos/cortiço/cabeça de porco/corredor de quartos

**Qual é o material predominante das paredes exteriores**